

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Luís Cláudio de Oliveira

ENCONTROS DE FAMÍLIA: MEMÓRIA,
IDENTIDADE E AÇÃO AFIRMATIVA EM UMA REDE
FAMILIAR AFRO-BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM MEMÓRIA SOCIAL**

LUÍS CLÁUDIO DE OLIVEIRA

**ENCONTROS DE FAMÍLIA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E AÇÃO AFIRMATIVA
EM UMA REDE FAMILIAR AFRO-BRASILEIRA**

RIO DE JANEIRO 2015



LUÍS CLÁUDIO DE OLIVEIRA

**ENCONTROS DE FAMÍLIA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E AÇÃO
AFIRMATIVA EM UMA REDE FAMILIAR AFRO-BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, orientada pela Prof.^a Dr^a. Edlaine de Campos Gomes

RIO DE JANEIRO 2015

	Oliveira, Luís Cláudio de.
O48	Encontros de família: memória, identidade ação afirmativa em uma rede familiar afro-brasileira / Luís Cláudio de Oliveira, 2015. 302 f. ; 30 cm
	Orientadora: Edlaine de Campos Gomes. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
	1. Negros – Identidade racial. 3. Família afro-brasileira. 3. Memória - Aspectos sociais. I. Gomes, Edlaine de Campos. II. Universidade Federal do Estado do de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.
	CDD – 305.896

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

LUÍS CLÁUDIO DE OLIVEIRA

**ENCONTROS DE FAMÍLIA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E AÇÃO
AFIRMATIVA EM UMA REDE FAMILIAR AFRO-BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 20 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr.^a Edlaine de Campos Gomes – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dr.^a Andréa Lopes da Costa Vieira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dr.^a Rachel Aisengart Menezes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Dr. Henrique Garcia Sobreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professor Dr. Otair Fernandes de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUPLENTES

Professor Dr. José Jairo Vieira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Dr.^a Lobélia da Silva Faceira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A minha mãe, Maria da Glória (in memorian), e
ao meu pai, Wilson (in memorian). A toda a
minha ancestralidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos que tornou exequível a pesquisa. Durante todo o percurso deste estudo muitas pessoas se envolveram nele diretamente, em diferentes momentos de grande importância.

Agradeço à minha orientadora, a prof.^a Dr.^a Edlaine Gomes, pela crença na minha capacidade de produzir uma tese, manifestada desde o início no estímulo à minha escolha do objeto, na dedicação às conversas elucidativas e indicações de leituras a qualquer hora, na verdadeira parceria que deve adornar toda relação entre mestres e aprendizes.

À minha mulher, ao meu filho e às minhas filhas agradeço pela paciência e compreensão pelas horas de abandono. Também a todos os parentes da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino que pariram e embalaram o desafio de transformar suas trajetórias e as sagas dos antepassados em meios para maior conhecimento sobre famílias negras neste país.

Especialmente, agradeço ao tio João Manoel pela transferência de parte da sua sabedoria e pelo afeto que me transportou ao colo de minha falecida mãe; à prima Maria Lúcia, à Fuca, fundamental em tudo, cuja partida precoce doeu profundamente.

Agradeço imensamente o carinho de minhas alunas e alunos, eternos pupilos que emprestaram o espírito de sua juventude para a minha caminhada.

Às minhas amigas e amigos de parceria no ofício, especialmente às professoras Liliana Lucia e Daniela Domeneghini, e ao professor Roosevelt Lima agradeço o apoio em nosso espaço comum de trabalho.

Agradeço também ao grandioso estímulo de minhas amigas inseparáveis no tempo e em minhas memórias, Ana Rosa e Márcia Borja.

“Quando você segue as pegadas de seu pai, você aprende a andar como ele.”
(Provérbio africano).

“Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação”.

J. Vansina

RESUMO

ENCONTROS DE FAMÍLIA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E AÇÃO AFIRMATIVA EM UMA REDE FAMILIAR AFRO-BRASILEIRA

Esta tese tem como finalidade descrever em que parâmetros um movimento social de resgate da memória familiar de afro-brasileiros contribui para fundamentar um sistema de reconhecimento espacial e distinção simbólica próprios. Qual é o escopo e as possíveis consequências desse movimento no forjamento de um novo *ethos* familiar de sujeitos negros brasileiros, mediante a um processo de afirmação de identidade que tem como esteios: a construção autônoma de sua própria história; a crescente politização de “encontros de memória”; a sua institucionalização; e a promoção de ações no interior do grupo que seguem princípios de criação e desenvolvimento de ações afirmativas. A pesquisa é realizada principalmente no município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro, lugar de referência das memórias da rede familiar hoje nuclearizada em diferentes cidades e unidades federativas, constituída por descendentes de três linhagens, os Bernardo, Glória e Faustino, cuja história social tem raízes no final do século XIX. É neste lugar onde preferencialmente o grupo promove encontros anuais com a finalidade, entre outras, de fixar estratégias de transmissão de valores para as gerações futuras, apropriando-se, ressignificando e introjetando em suas práticas e discursos categorias como memória, identidade negra, família afro-brasileira, intergeracionalidade e pertença.

Palavras-chave: Memória. Pertença. Identidade negra. Família afro-brasileira. Intergeracionalidade.

ABSTRACT

FAMILY MEET: MEMORY, IDENTITY AND AFFIRMATIVE ACTION ON A FAMILY NETWORK AFRO-BRAZILIAN

This investigative study has as finality to describe in which parameters a social movement of rescue of Afro-Brazilians familiar memory contributes to justify an own system of spatial recognizing and symbolic distinction. What is the scope and the possible consequences in the forging of a new familiar ethos of black Brazilian individuals, by a new process of identity affirmation that has as pillars: the autonomous construction of their own history; the crescent politicization of “memory meetings”; its institutionalization; and the promotion of actions inside the group that follow principles of creation and development of affirmative actions. The research is realized mainly at the city of Rio Claro, in the State of Rio de Janeiro, place of reference for the memories of the family network currently nuclearized in different cities and federative units, formed by descendants of three lineages, the Bernardo, Glória and Faustino, whose history has roots in the ending of XIX century. It is in this place where the group rather promotes annual meetings with the finality, among others, of fixing strategies of values transmission to the future generations, appropriating, reframing and introjecting in their practices and speeches categories such as memory, black identity, Afro-Brazilian family, intergenerationality and belonging.

Keywords: Memory. Belonging. Black identity. Afro-Brazilian family. Intergenerationality.

RESUMÉ

REGROUPEMENT FAMILIAL: MÉMOIRE, L'IDENTITÉ ET L'ACTION POSITIVE DEDANS UN RÉSEAU DE LA FAMILLE AFRO-BRÉSILIENNE

Cette étude d'enquête vise à décrire les paramètres qu'un mouvement social de remake la mémoire familial afro-brésilienne peut contribuer pour soutenir un système de reconnaissance spatiale et distinction symbolique propre. Quelle est la portée et les conséquences possibles de cet mouvement en forger un nouvel ethos familiales aux sujets noirs brésiliens, à travers un processus d'affirmation de l'identité dont les piliers sont: la construction autonome leur propre histoire; la politisation croissante de "parties de la mémoire"; son institutionnalisation; et promouvoir les activités au sein du groupe qui suivent les principes de la création et du développement de l'action positive. L'enquête est menée principalement dans la ville de Rio Claro, État de Rio de Janeiro, un lieu de référence des mémoires de réseau de famille d'aujourd'hui consolidé dans différentes villes et unités fédérales, composée de descendants des trois souches, l'Bernardo, Glória et Faustino dont l'histoire sociale est enracinée dans la fin du XIXe siècle. Il est dans ce lieu où de préférence le groupe favorise réunions annuelles dans le but, entre autres, de définir des valeurs de stratégies de transmission pour les générations futures, l'appropriation, donnant un nouveau sens et introjectant dans leurs pratiques et de discours catégories telles que la mémoire, l'identité noire, la famille afrobrésilienne, intergenerationality et d'appartenance.

Mots-clés: Mémoire. D'Appartenance. L'Identité noire, La Famille afro-brésilienne. Intergenerationality.

RESUMEN

ENCUENTRO DE FAMILIA: MEMORIA, IDENTIDAD Y ACCIÓN AFIRMATIVA EN UNA RED FAMILIAR AFRO-BRASILEÑA.

Esta tesis tiene como finalidad describir en qué parámetros un movimiento social de rescate de la memoria familiar de afro-brasileños contribuye para fundamentar un sistema de reconocimientos espacial y distinción simbólica propios. ¿Cuál es el alcance y las posibles consecuencias de ese movimiento en el forjamiento de un nuevo carácter distintivo familiar de sujetos negros brasileños, mediante a un proceso de afirmación de identidad que tiene como pilares: la construcción autónoma de su propia historia; la creciente politización de “encuentros de memoria”, la su institucionalización; y la promoción de acciones en el interior del grupo que siguen principios de creación y desarrollo de acciones afirmativas? La pesquisa es realizada principalmente en el municipio de Rio Claro, en la provincia de Rio de Janeiro, lugar de referencia de las memorias de la red familiar hoy con núcleos en diferentes ciudades y Unidades federativas, constituidas por descendentes de tres linajes: a de los Bernado, Glória y Faustino, cuya historia social tiene raíces en el final de los siglos XIX. Es en ese lugar donde preferencialmente el grupo promueve encuentros anuales con la finalidad, entre otras, de fijar estrategias de transmisiones de valores para las generaciones futuras, apropiándose, dándoles nuevo significados e interiorizándoles en sus prácticas, discursos y categorías como memoria, identidad negra familiar afro-brasileña, entre generaciones y pertenencia.

Palabras claves: memoria. Pertenencia. Identidad negra. Familia afro-brasileña. Entre generaciones.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reunião preparatória para o Encontro. Seropédica, RJ.....	29
Figura 2 - Figura 2 – Reunião preparatória para o Encontro. Seropédica, RJ.....	29
Figura 3 – Reunião preparatória, Jardim Zaíra, Mauá, SP – organizadores do grupo Solteiro x Casados, fazendo churrasco.....	30
Figura 4 – Sucesso dos primeiros Encontros BGF	31
Figura 5 - Sucessão de encontros após o sucesso dos primeiros	31
Figura 6 - Homenagem Laurita Maria da Glória (in memoriam), Rio Claro, RJ, 2010....	32
Figura 7 - Presidenta Auzelina Glória mostra resultado de atividade de levantamento de recursos para a AFABGF, Vassouras, RJ.....	34
Figura 8 - Localização do município de Rio Claro	42
Figura 9 - Distrito de São João Marcos, Rio Claro, RJ, 1920	43
Figura 10 - Américo Vidal, Volta Redonda, RJ	45
Figura 11 - Parentes de Rio Claro e Volta Redonda se dirigem ao aniversário de Geraldo Vitorino – Conexão para Cuiabá	49
Figura 12 - Pilão e soquete - Casa de Geraldo Vitorino. Cuiabá, MT, 2012	49
Figura 13 - Geraldo Vitorino prepara um dos pratos de seu jantar comemorativo de 80 anos, Cuiabá, MS, 2012	50
Figura 14 – Homanageada Laurita Maria da Glória (In memoriam) e a devoção católica casa Geraldo Vitorino, Cuiabá, MS.....	52
Figura 15 - Entrevista com Serafin Quintino, Rio Claro, RJ.....	53
Figura 16 - Localização do Município de Mauá.....	55
Figura 17 - Os Bernardo-Glória-Faustino, mauaenses do Jardim Zaíra, Mauá, SP.	57
Figura 18 - Almoço com os mauaenses, Mauá, SP	57
Figura 19 - Roda de memória, Rio Claro, RJ – Território original	58
Figura 20 - Irmãos Zézinho e Passinho, Mauá, SP.....	60
Figura 21 - Octogenárias "mauaenses" do Jardim Zaíra, SP	60
Figura 22 - Odete, viúva de Sinésio Silva, Rio Claro, RJ	64
Figura 23 - Final da reunião preparatória, Jardim Zaíra, Mauá, SP	65
Figura 24 - Matriarca Luisa Glória, viúva de Francisco Glória, Seropédica, RJ	82
Figura 25 - Valorização da ascensão social.....	83
Figura 26 - Rol de entrada da Secretaria Paroquial	86
Figura 27 - Responsáveis pela reconstrução das trajetórias dos primeiros	88

Figura 28 - Distância entre Bananal-SP e Rio Claro-RJ: 46 km.	89
Figura 29 - Fazenda das Antinhas em quadro a óleo (século XIX).....	90
Figura 30 - Manoel Bernardo da Silva aos 74 anos e a esposa Emília Francisca no casamento da filha Laura.....	92
Figura 31 - Condições atuais da Fazenda Sant’Anna.	93
Figura 32 - Município de Rio Claro.	94
Figura 33 - Serra dos Coelhoos, ao fundo	95
Figura 34 - Ernesto Glória e os filhos Sebastião, à esquerda, e Antônio	97
Figura 35 - Rua Ernesto Glória.....	98
Figura 36 - Casa de Maria das Dores onde atualmente vive a neta Maria Natividade, Rio Claro, RJ, 2015	99
Figura 37 - Irmãs Maria Natividade e Andréia, Rio Claro, RJ.....	99
Figura 38 - Localidade onde viveu Faustino José Deodique.	101
Figura 39 - Núcleo atual dos Faustino em Angra dos Reis	101
Figura 40 – “Arquitetura do puxadinho”, Jardim Zaíra, SP	104
Figura 41 - Reunião do grupo "Solteiros e Casados", Jardim Zaíra, Mauá, SP	104
Figura 42 - Fazenda Campo Alegre.....	106
Figura 43 - João Manoel e Sandra Cotegipe, oficina de produtos artesanais do casal, Rio de Janeiro, RJ.....	110
Figura 44 - Visitação a um núcleo de parentes (Bernardo) em Sepetiba, RJ, 2011	114
Figura 45 - Igrejas Evangélicas e as críticas.....	132
Figura 46 - Flausina Faustino, como babá em 1930 e o Ex-prefeito Cid. Magalhães (2014), Rio Claro, RJ	139
Figura 47 - V Encontro - Sofia apresentando seu crachá, Rio Claro, RJ, 2011	140
Figura 48 - VIII Encontro da Família BGF – mesa do café da manhã, Seropédica, RJ, 2014	143
Figura 49 - Bolo de arroz socado no pilão. Casa de Geraldo Vitorino, Cuibá, MS	144
Figura 50 - Degustação de sobremesas, Vassouras, RJ, 2011.....	146
Figura 51 - Rua Francisco Glória, Seropédica, Rio de Janeiro	147
Figura 52 - VIII Encontro da família BGF - Palestra com o médico cubano Dr. Carlos Barrios, Seropédica, RJ	149
Figura 53 - Sala de memória, Seropédica, RJ, 2013.....	152
Figura 54 - Batizado evangélico de Neide (BERNARDO, quinta geração), Rio Claro, RJ, 1990	153

Figura 55 - Estudo de trajetórias de parentes usando álbuns de retrato, Volta Redonda, RJ	154
Figura 56 - VII Encontro - Mesa da diretoria e comissão julgadora do desfile, Seropédica, RJ	162
Figura 57 - VII Encontro - Apresentadora do desfile Miss Família 2013.....	163
Figura 58 - VII Encontro - Desfile de candidata à Miss Família	164
Figura 59 - VII Encontro - Reentrada das candidatas à Miss Seropédica, RJ	166
Figura 60 - VII Encontro - Grupo N-Zinga aguardando o momento de sua apresentação	167
Figura 61 - VII Encontro - O grupo N-Zinga sob aplausos, Seropédica, RJ.....	168
Figura 62 - VII Encontro - As seis finalistas e a vencedora do Miss Família	170
Figura 63 - Espaço de ervas medicinais, Seropédica, RJ, 2013	172
Figura 64 - Geraldo e Serafim buscam localizar o lugar em que viveram na fazenda Pinheiros, Rio Claro, Rj.....	173
Figura 65 - Ruínas da Igreja da Grama, construída no séc. XIX pela família Breves, Rio Claro, RJ - 2014.....	173
Figura 66 - Música elevando os ânimos	175
Figura 67 - VII Encontro - Almoço da despedida, Seropédica, RJ - 2013.....	176
Figura 68 - VII Encontro - Despedida, Seropédica, RJ, 2013.....	177
Figura 69 - VII Encontro - Foto da despedida, Seropédica, RJ, 2013.....	177
Figura 70 - Práticas Sociais	188
Figura 71 - Momentos que estimulam os laços de afetividade.....	189
Figura 72 - Primeiro Encontro da família, Rio Claro, RJ, 2007.....	227
Figura 73 - Caminhada à Pedra do Rastro - Rio Claro, RJ – Foto de um dos grupos	233
Figura 74 - Maria José	237
Figura 75 - Visita à casa de tia Zezé, Serafim Quintino manuseia o acervo de Geraldo Glória.....	238
Figura 76 - Livro de contabilidade apresentado a reunião de avaliação do último encontro, Rio Claro, RJ, 2012	239
Figura 77 - 1ª Assembleia Ordinária da AFABGF - Seropédica, RJ - 2014.....	240
Figura 78 - VIII Encontro – Seropédica, jul. 2014 - Palestra para jovens, com a psicóloga Édna.....	241
Figura 79 - Pátio Principal - VII Encontro (Seropédica, jul., 2013).....	242
Figura 80 - Reuniões preparatórias de encontro	244

Figura 81 - Reunião Preparatória, Vassouras, RJ	247
Figura 82 - Núcleo dos Glórias - Morro do Estado, Rio Claro, RJ	258

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Tabela 1 - Pertencimento às linhagens	76
Gráfico 1 - Linhagens presentes ao Evento	77
Tabela 2 - Escolaridade	77
Gráfico 2 - Escolaridade	78
Tabela 3- Nível Educacional no total de domicílios.....	78
Gráfico 3 - Nível educacional.....	78
Gráfico 4 - Renda mensal familiar (em março de 2015) por domicílio.....	79
Tabela 4 - Renda mensal familiar em salários mínimos.....	79
Tabela 5 - Livros de Batismo.....	86
Diagrama A.....	111
Diagrama B.....	114
Diagrama C.....	115
Quadro 1 - Matrimônios interparentais e afetividades proximais.....	117
Gráfico 5 - Tendência de casamentos interparentais ou proximais entre gerações	123
Quadro 2 - Denominações Evangélicas Citadas	125

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACN	– Associação Cultural do Negro
AFABGF	– Associação da Família Bernardo-Glória-Faustino.
BGF	– Família Bernardo-Glória-Faustino
CEBS	– Comunidades Eclesiais de Base
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAQ	– Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
FCP	– Fundação Cultural Palmares
FNB	– Frente Negra Brasileira
INCRA	– Ministério e do Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária
LEAFRO UFRJ	– Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros da UERJ
LGBTs	– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
PNDH	– Plano Nacional de Direitos Humanos
SEPPIR	– Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TEM	– Teatro Experimental do Negro
USP	– Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - MEMÓRIAS E OUTRAS MEMÓRIAS DE SI: UMA ABORDAGEM “DE DENTRO”	39
1.1 OS BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO E A LOCALIDADE	40
1.2 ORALIDADE E IDENTIDADE	55
1.3 IDENTIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ESPAÇO	62
1.4 A LEGITIMIDADE DA AFABGF E OUTRAS REPRESENTAÇÕES	66
1.5 A LINGUAGEM DAS EMOÇÕES E O LUGAR DO PESQUISADOR	69
CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÕES DOS BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO: QUEM SÃO?	75
2.1 PRINCÍPIOS E REFERÊNCIAS PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL	75
2.2 OS PRIMEIROS	83
2.3 MANOEL BERNARDO	92
2.4 ERNESTO GLÓRIA	95
2.5 FAUSTINO JOSÉ DEODUQUE	100
2.6 LINHAGENS, ENLACES MATRIMONIAIS E RAMIFICAÇÕES	106
2.7 DIAGRAMAS DAS LINHAGENS E RAMOS ATÉ A QUARTA GERAÇÃO	110
2.8 ANCESTRALIDADE E PLURALISMO RELIGIOSO	124
CAPÍTULO 3 - “TODA ESSA FESTA JÁ NÃO PERTENCE A NÓS”: OS ENCONTROS DE MEMÓRIA	135
3.1 O DESEMBARQUE	138
3.2 CAFÉ COM MEMÓRIA	141
3.3 MOMENTO SOLENE	146
3.3.1 Autoridade e Legitimação	149
3.4 SALAS DE MEMÓRIA	152
3.5 CASA E COMIDA	157
3.5.1 Jogo da Paz	160
3.6 MISS FAMÍLIA	161
3.7 NOITE FEITA PARA DANÇAR	170
3.8 A USINA (E A PEDRA DO RASTRO)	171
3.9 DE VOLTA AO COMEÇO	174
CAPÍTULO 4 - FAMÍLIA NEGRA... FAMÍLIA AFRO-BRASILEIRA	178
4.1 VISÕES SOBRE A FAMÍLIA EM CONTEXTO DE DIÁSPORA	180

4.2	APONTAMENTOS PARA UM CONCEITO DE “FAMÍLIA NEGRA” OU “FAMÍLIA AFRO-BRASILEIRA”	183
4.2.1	Estado, Família e Identidade	183
4.2.2	Memórias de Infância e Construção de Identidade.....	191
4.2.3	A Particularização da relação indivíduo e família.....	196
4.2.4	Memória familiar e oralidade.....	197
4.2.5	Memória, Ideologia e Resistência	200
4.2.6	Memória e Ação Política	203
4.2.7	Famílias Afro-Brasileiras e identidade autoconstruída	208
	CAPÍTULO 5 - ASSOCIAÇÃO DE PARENTES COMO AÇÃO AFIRMATIVA	211
5.1	A CONQUISTA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A POPULAÇÃO NEGRA	212
5.1.1	Concepções gerais do termo.....	215
5.1.2	Movimento negro e ações afirmativas no Brasil	217
5.2	REPRESENTAÇÕES DE SI DE UMA FAMÍLIA AFRO-BRASILEIRA.....	225
5.2.1	O paradigma da institucionalidade: a família como ação afirmativa....	228
5.2.2	Estruturação de um novo <i>ethos</i> familiar.....	235
5.3	AÇÕES AFIRMATIVAS ENTRE PARENTES.....	247
	CAPÍTULO 6 - CONCLUSÃO	252
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
	APÊNDICE A – QUADRO DE COMIDAS TRADICIONAIS DA FAMÍLIA	279
	ANEXO A – CERTIDÃO DE CASAMENTO DE ATANASIO GLÓRIA E FAUSTINO COM MARIA LÚCIA BERNARDO.....	280
	ANEXO B – CERTIDÃO DE CASAMENTO DE ERNESTRO GLÓRIA E BENVINDA MARIA DA CONCEIÇÃO	281
	ANEXO C – CERTIDÃO DE CASAMENTO DE DOVALINO FAUSTINO E LAURITA GLÓRIA.....	282
	ANEXO D – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE JÚLIA FAUSTINO	283
	ANEXO E – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE CÉLIA VITORINO	284
	BERNARDO	284
	ANEXO F – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE HÉLIO GLÓRIA.....	285
	ANEXO G – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE LAURITA MARIA DA GLÓRIA	286

ANEXO H – CERTIDÃO DE ÓBITO DE CÉLIA VITORINO BERNARDO.....	287
ANEXO I – CERTIDÃO DE ÓBITO DE ALZIRA VITORINO BERNARDO	288
ANEXO J – CERTIDÃO DE ÓBITO DE ERNESTO GLÓRIA.....	289
ANEXO L – CERTIDÃO DE ÓBITO DE MARIA DAS DORES SILVA	290
ANEXO M – CERTIDÃO DE ÓBITO DE BENEDITO VITORINO ENTEADO DE ERNESTO GLÓRIA.....	291
ANEXO N – ESTATUTO DA AFABFF	292

INTRODUÇÃO

Sabe-se que na gênese dos estudos antropológicos no Brasil, o chamado “problema da raça” ocupa lugar central como objeto de investigação. O afã da produção do conhecimento que buscava, já na segunda metade do século XIX, essencialmente, revelar a “identidade do Brasil”, calcificou a etnologia dedicada à interpretação das tradições e da diversidade de culturas de origem africana, que semearam e tipificaram a sociedade escravocrata, e se estendem aos nossos dias.

No século XX, a partir dos anos 30, com a publicação do clássico “Casa-Grande & Senzala” por Gilberto Freyre, o “paradigma racial” cedeu lugar ao “paradigma da cultura”, que faria vigorar, até os anos 50, a noção de que as relações entre brancos e negros foram tecidas, mesmo sob o regime escravista, num plano de tolerância e flexibilidade cuja principal evidência era a miscigenação. Somente com os estudos que focalizam a estrutura socioeconômica do “Brasil moderno” é que se começou a ver que a mistura de raças não eliminou o preconceito racial, sustentado, dentre outros fatores, no pressuposto, hoje insustentável, da construção de uma homogeneidade cultural ancorada no ideário de vida europeu (SINDER, 1997).

O olhar sobre as diferenças culturais, no presente, tem fortalecido o reexame de ideias que se difundiram a partir de estudos realizados sobre o Brasil escravista. Tal visão contraiu a teoria a partir da qual “a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas”, configurando-se no único “vivo e absorvente órgão da formação social brasileira” (FREYRE, 2008, p. 85). Dentre o reflorescimento de ideias alinhadas ao novo olhar, encontra-se o reconhecimento, especificamente no que diz respeito à vida social durante o cativeiro, da capacidade dos nossos antepassados de recriar e manter relações familiares estáveis, fincadas e transmitidas para as gerações seguintes, na e pela memória individual e coletiva.

Discuto, na presente tese, como e em que parâmetros o “movimento de afirmação da memória familiar de afro-brasileiros” contribui para fundamentar um sistema de reconhecimento espacial e distinção simbólica em face dos demais grupos étnicos no Brasil contemporâneo, e qual é o escopo e as possíveis consequências no forjamento de um novo *ethos* do “sujeito” negro brasileiro.

A referência principal para o estudo é a rede familiar Bernardo-Glória-Faustino (BGF), cujo censo demográfico¹, consolidado em março de 2014, dá conta de 926 membros de consanguinidade direta e indireta com a primeira linhagem de descendentes de famílias e indivíduos desterrados do continente africano e transportados em condições sub-humanas, provavelmente desembarcados em Porto Bracuí (Angra dos Reis)².

Surgidos ao final da segunda metade do século XIX, no Brasil Imperial e escravocrata, constituem objeto da investigação o “tronco” dos Bernardo – que inclui o autor desta tese, lugar do pesquisador que será refletido no capítulo primeiro –, proveniente da união de Bernardo da Silva e Serafina Maria da Conceição; o “tronco” dos Glória, iniciado por Benedito Glória e Maria Graciana da Conceição; e o “tronco” dos Faustino, que tem em Faustino José Deoduque e Petronilha Rita da Conceição os seus ascendentes. As três linhagens e os ramos considerados mais interessantes para a finalidade do estudo são apresentados no capítulo terceiro.

A escolha pelo tema se funda em duas experiências vitais, distintas, porém complementares. A primeira está relacionada às descobertas que se seguem ao momento de transformação do sentimento de rejeição ao aporte humano herdado dos antepassados, experimentado na infância, pelo de repúdio, para o qual fui despertado na juventude, às representações negativas sobre o negro e as suas tradições culturais e mítico-religiosas, seus atributos estético-corporais e sua história familiar. Este primeiro sentimento galvanizou o desejo de estudar e entender o cimento utilizado na construção do racismo, que, no plano das relações humanas, desde as primeiras experiências no mundo externo ao convívio com as pessoas que amamos e aprendemos a confiar, se mostra tão eficiente na produção de medos e destruição de sonhos.

Nos primeiros anos escolares, o medo da proximidade com os meninos e meninas “branquinhos (as)” só não era maior do que o medo cortante dos outros meninos e meninas “de cor”. Para os meninos e meninas diferentes havia sempre, guardado, um riso de soslaio acionado toda vez que era necessário mostrar indiferença às piadas, ou outras manifestações de preconceito sem o argumento do humor. Já para os meninos e meninas “iguais”, a indiferença logo se precipitava no emudecimento e no olhar ligeiro de canto de olho. E se uma menina de

¹ Foi produzida uma contagem geral da parentela durante o segundo semestre do ano de 2013. O instrumento de coleta de dados (em anexo) foi aplicado em 79 domicílios, nos dois municípios reconhecidas pela AFABGF como aqueles onde estão concentradas unidades familiares em maior número.

² No antigo porto, situado nas terras da antiga fazenda Bracuí, uma das várias propriedades da família, Breves, encontra-se instalado atualmente o Porto Marina Bracuhy, um condomínio de alto padrão construtivo. Atravessando-se a rodovia que liga as cidades do Rio de Janeiro a Santos, em São Paulo, na parte oeste da localidade, do lado oposto ao do Condomínio, encontram-se estabelecidas duas comunidades tradicionais, uma a Aldeia Guarani Sapucaí, a outra de quilombolas, que se autodenomina “comunidade remanescente de quilombos Santa Rita do Bracuí”.

“pele escura”, cabelo “carapinha”, saias longas abaixo dos joelhos, botina, brincos de argola, em metal, tão grandes quanto as orelhas viesse em direção àquele menino-medo, ilhado; e ainda mais, se portasse um bombom nas mãos e um sorriso de encanto a se confundir com o encanto no olhar... Melhor disfarçar, mirar o chão ou o teto do pátio apinhado de outros meninos e meninas, inventar uma surdez repentina, e sair o mais rápido possível do lugar, para evitar a cena que se supunha comprometedora. Nessas reações, em comum estava a dor, surda e muda, de um menino negro tentando recriar, naquelas vivências inaugurais da vida fora do alcance espacial do lar, estratégias de sobrevivência, apreendidas no seio familiar, como um “você precisa limpar a sua cor”.

A outra experiência que convida à escrita sobre as interações entre família, espaço e memória é recente. Baseia-se na observação de que, mesmo à longa distância temporal e espacial entre parentes que se complementavam afetivamente no passado, não foi suficiente para atomizar as suas memórias. Pelo contrário, o reencontro, proporcionado ou não pelo acaso, estimulou o desejo de reconstrução dos *élans* afrouxados com a passagem do tempo, evocando outras memórias que se tinham acomodado e criado afluentes menos intensos nas lembranças. E esse desejo, amplamente absorvido por indivíduos que, aos poucos, foram retomando a condição de atores coletivos, potencializou a própria “(re)escrita de si” (FOUCAULT, 2004), pontuando o passado de descobertas que vão além da vida vivida.

Tais descobertas são espontaneamente produzidas, comparando-se os acontecimentos que realizam o tempo vivido, ou o “tempo qualitativo” (BERGSON, 1999), com os acontecimentos que emergem nas palavras dos mais velhos, nas fotografias, que representam um tempo que nunca conteve certos indivíduos, mas que se instala nas suas referências, aquelas que o caracterizam naquilo que são.

O compartilhar os valores e as acepções no ambiente do lar informa os costumes e gera regras comuns que tornam mais ou menos previsíveis as reações das pessoas diante das exigências que dinamizam o cotidiano, na vida social. O tempo presente, na sua evolução, parece conduzir a um ambiente situacional em que as experiências individuais pertencem só e somente ao seu vivenciador, assim como seus atos, suas decisões e comportamentos, frente à velocidade com que as realidades se desfazem e refazem a cada passo em direção ao horizonte. Justo quando desvanecem as práticas mais fundamentais que estruturam a vida na privacidade familiar, resta a memória como meio de preservação da transmissão dos elementos que compõem o sentimento de pertencer a um lugar no passado, vinculado a uma tradição ou a um grupo determinado.

Assim tem sido possível perceber, durante parte da década passada e na atual, a busca da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino, por legitimar uma identidade parental requerida como memória comum, transversal às três linhagens. As notícias que chegam de superação de doenças, falecimentos, nascimentos, casamentos, separações, conquistas profissionais, desapegos de escolhas baseadas em tradições religiosas aparentemente insuperáveis, tudo vai confirmando os cursos inesperados da vida. Mas essa frequente instabilidade, que desacomoda certezas, não muda de lugar, necessariamente, nas superfícies enrugadas das nossas lembranças, das cenas dos objetos na velha cristaleira ou dos quadros nas velhas molduras. Vimos, nesse curto período de tempo, redescobrimo a emoção, temperada de alegria, que nos invade e suscita a cobiça pelo simples ato de lembrar.

As lembranças que vão iluminando o tempo passado não se restringem, e nem poderiam, aos acontecimentos que informam a vida dentro de uma única casa, de um único núcleo familiar, porque, à medida em que as conversas vão ganhando proporção em lembranças fugidias já não se pode definir os limites de uma ou de outra casa, de uma ou de outra família estruturada nos moldes, exclusivamente, da família conjugal, que tem início, duração e fim num casal e filhos legitimados pelo Estado ou pela religião. A certa altura, tudo e todos parecem entrelaçar-se, tudo e todos parecem conter e estar contidos.

Esta é a razão pela qual se tornou necessário flexibilizar a concepção inicial prevista para a investigação, que supunha promover com o grupo as chamadas rodas de conversa, tipo de metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos. Essa consistiria em debates provocados no interior do grupo, sob a coordenação ou controle do pesquisador, com a finalidade de explorar temas predeterminados de modo a ressignificar os acontecimentos ali narrados e refletidos como expressão de um pensamento supostamente comum aos participantes (AFONSO, M. L. e ABADE, F. L, 2008; CANDAU, 2003).

O modo como se dinamiza a realidade independe das estratégias elaboradas para nela intervir. Ao contrário, são os métodos que se moldam e se reconstroem na realidade pesquisada (MINAYO; SANCHES, 1993). Uma “comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade” (FAVRET-SAADA, 1990, p.160) se estabelece naturalmente entre os sujeitos da pesquisa e o etnógrafo, quando esse se permite afetar e ser afetado pelo seu objeto, tornando mais factível a captura dos “aspectos não verbais e involuntários da experiência humana”. Assim, especificamente no que tange à metodologia empregada neste trabalho, observando-se que as rodas de conversa já constituíam prática recorrente entre a parentela estudada, percebeu-se inócuo empreender quaisquer esforços para recriá-las artificialmente.

Em parâmetros precedentes portanto à intervenção do pesquisador, essa prática, peculiar à cozinha, sala principal da casa ou varanda, os cômodos onde são recebidos parentes e amigos, permitia captar de forma espontânea os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos objetos de suas narrativas, fossem elas calcadas em experiências vividas ou imaginadas. Mesmo quando o pesquisador propunha temas de seu interesse particular, como, por exemplo, “as transformações no *ethos* religioso do grupo”, ficava evidente que o cuidado em encaixar tais temas no fluxo da conversa estabelecida pelo grupo, valendo-se, obviamente, da condição de ser localizado por este como “de dentro”, contribuía para que a conversa mantivesse o mesmo tom intimista. Assim, mais que rodas de conversa planejadas com intencionalidade de pesquisa, instituídas por um ou mais temas geradores, o que se fazia era ampliar a oralidade do grupo tomando-lhe emprestada uma tradição sedimentada em “rodas de memória”.

De fato, as memórias são constituídas por quem viveu os acontecimentos e por quem os viveu “por tabela” (POLAK, 1989). É a “família extensa”, referenciada nos legados trazidos de longe, expressos nas “relações de compadrio, das ‘famílias de santo’, das irmandades religiosas, dos grupos étnicos (nações), dos ‘parentescos’ forjados na trilha do tráfico” (REIS, 2001, p.31-32), mesmo que a ordem do tempo tenha alterado tais referências. Conforme cresce a “roda de memórias”, logo identificada como componente crucial para a coleta de dados e informações, os laços parentais conhecidos e os outros laços diversos, recém-estabelecidos ou por estabelecer – por meio dos batismos, das crismas, dos novos casamentos, das festas –, têm um mesmo valor. Invariavelmente, somos todos envolvidos por uma familiaridade que não seria explicada fora dos nossos “quadros sociais da memória” (HALBWACHS, 1990).

As reflexões aqui propostas estão pautadas pela relação de famílias afro-brasileiras, legitimação de identidade e memória social. Seguem, principalmente no campo da Antropologia, pistas apontadas em pesquisa ampla sobre redes familiares de camada popular, desenvolvida por Duarte e Gomes (2008), na qual discutiram a trajetória de três famílias, observadas transgeracionalmente como tensão entre a referência – por um lado – a uma base identitária (simbolizada pela relação com uma ‘casa’ familiar), dotada de um *ethos* compartilhado (eventualmente expresso através de um pertencimento religioso) e – por outro – ao trajeto de autonomização ou ‘individualização’ relativa de alguns de seus membros e dos novos núcleos familiares descendentes. As dimensões constitutivas do quadro analisado por esses autores (DUARTE & GOMES, 2008) invocam: o regime de identificação e solidariedade intrafamiliar, a preservação e manutenção de um espaço de habitação referencial e as práticas relativas à sua manutenção (cerimônias, festas, rituais); os complexos efeitos das mobilidades ascendentes e descendentes entre os membros e as linhagens (o que inclui situações de trabalho,

estudo, agência política, casamento etc.); os efeitos de conjuntura (econômicos, políticos, religiosos, etc.); os relacionados aos diferentes momentos do ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas; as implicações das “marcas de cor” dentro das redes; e os efeitos de *ethos* religioso (incluindo a recente emergência de uma pluralidade religiosa popular no Brasil).

Aspecto fundamental nesta obra para apoiar as pretensões desta tese é ela configurar-se num “experimento”, conforme indicam os autores, bem sucedido de realização de pesquisa não só na mesma cidade, mas no próprio grupo de pertencimento espacial e afetivo. Edlaine de Campos Gomes desenvolve o trabalho etnográfico junto à família Campos, e igualmente Luiz Fernando Dias Duarte o faz com o seu grupo familiar. A família Campos, concentrada na cidade de São João de Meriti, região da Baixada Fluminense, a família Duarte, na capital do Rio de Janeiro, no bairro do Estácio. Uma terceira família, a família Costa, nasce da investigação já de longa data de Duarte com uma colônia de pescadores da praia de Jurujuba, em Niterói.

No campo dos estudos historiográficos, *Os Caminhos da Liberdade*, livro de Robson Luiz Machado Martins (2005), é apreciado como importante motivação. Esse autor empreende pesquisa que avança até os arranjos familiares tecidos ainda no período oitocentista, procurando demarcar os quadros de realidades socioeconômica e cultural pós-abolição, nos quais se desenvolvem as sagas dos seus antepassados consanguíneos, em luta pela reprodução e ascensão social ante condições desfavoráveis, produzidas pela sociedade escravista, e legadas, para mais de século, aos descendentes de escravos. O trabalho do autor prima pela coleta de depoimentos de sexagenários, e outros mais velhos, a partir dos quais se volta à investigação de fontes escritas. Parece ser seu claro intuito o mapeamento das representações dos descendentes de ex-escravos capixabas acerca do que ouviram de seus mais antigos, e de como enfrentaram os desafios pela conquista da liberdade e continuidade dos elos familiares.

Entre outras particularidades, os resultados da investigação aqui relatada apresentam tramas de coletivização da memória ancestral, com vistas à construção de referências autônomas de identidade e história familiar, na contemporaneidade. Encontra ressonância em pesquisas antropológicas, bem como historiográficas, dado a primazia atribuída neste campo à investigação pela via da oralidade. É oportuno, no entanto, que se diga que essa escolha, como já evidenciaram Duarte e Gomes (2008), conduz a uma tensão, no que diz respeito à abordagem metodológica, como procurarei enfatizar no primeiro capítulo.

O diálogo estabelecido com a literatura de referência foi sendo entrecruzado e complementado com novas leituras, à medida em que iam se abrindo ou se superpondo novos cenários intrigantes, que arrolavam especialmente as reflexões sobre família. Sob esse

determinante, encontrei em Durkheim (1975), Donzelot (1980) e Ariès (1978) as variações estruturais do conceito de família na modernidade, considerando-se a formulação de instrumentos legais para a sua submissão ao regulamento estatal, bem como a criação de novos pressupostos éticos para as relações domésticas. O olhar sobre as idiossincrasias da família patriarcal no Brasil reconduziu-me aos estudos clássicos de Freyre (2006a; 2006b). Em Salles (2008), Slenes (2011; 1998) e Mattoso (1988), autores que se dedicam à análise da família escrava na região do Vale do Paraíba, aprofundei a reflexão acerca das contradições dos estudos da “Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)” dos anos de 1960, que invisibilizou a família negra durante a escravidão. Uma revisão da bibliografia sobre família negra imensamente útil foi acessada em Reis (2010). Sobre as transformações da família na contemporaneidade, me apropriei principalmente dos debates propostos em Duarte (2006; 1995; 1987; 1986), Duarte e Gomes (2008), Gomes (2006); Fonseca (2005; 2003; 1995), Bourdieu (1996) e Woortmann (1982). A linguagem da casa em famílias negras é referenciada em Marcelin (1999; 1996).

A investigação junto aos Bernardo-Glória-Faustino é realizada, principalmente, no município de Rio Claro – RJ, região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, lugar de referência das memórias dessa rede familiar, hoje nuclearizada em diferentes cidades e unidades federativas – cuja história deixa de ser particular para se misturar e se confundir com a história da cidade matriz e da região.

O que chama a atenção como a maior das singularidades dessa rede familiar é o seu projeto de caráter eminentemente político, qual seja a construção de uma unidade familiar entre parentes de diferentes gerações, diferentes status na sociedade e dispersos geograficamente, para transmitir valores considerados tradicionais para as novas gerações. Trata-se de uma família que se institucionaliza por meio de uma associação formal, com estatuto registrado no município de Rio Claro.

É nesse lugar que o grupo promove, preferencialmente, seus Encontros anuais, com a finalidade, entre outras, de fixar “estratégias de transmissão de valores para as gerações futuras”, apropriando-se, ressignificando e introjetando em suas práticas e discursos categorias como identidade, pertença, família e comunidade afro-brasileira. Considera as dinâmicas internas de transformação do *ethos* familiar mediante tensões provenientes do processo de individualização e institucionalização dessa rede familiar. Trata-se de uma reflexão que se estende desde quando me foi proporcionada a oportunidade de reestabelecer vínculos duradouros com o grupo.

Antes de iniciar a pesquisa de tese, ao realizar outra investigação que pressupunha, dentre outras finalidades, a identificação de “comunidades remanescentes de quilombos”, tornei a avistar-me com integrantes da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino, com os quais busquei alimentar suspeitas que dessem sentido a mais um relatório confirmativo da indicação de uma nova comunidade com o perfil procurado.

À época, desenvolvia um projeto que tinha impacto nessas comunidades, realizado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado Rio de Janeiro, entre os anos 2002 e 2004. Foi quando tive a oportunidade de realizar um trabalho de caracterização social de grupos remanescentes de quilombos³, alguns vivendo em regiões ainda isoladas no estado do Rio de Janeiro. Uma das características correntes entre esses grupos é o sobrenome comum a todos ou quase todos os indivíduos, que os levam a se autodesignar como “família quilombola”. Para as “famílias quilombolas”, o arcabouço simbólico potente para empreender recursos os mais diversos de manutenção da sua unidade física e imaterial é constituído pela memória coletiva, sustentada na reificação do mito de origem do grupo. Entretanto, frustrada aquela expectativa, outra, de natureza afetiva, me fez retomar as relações com a parentela, em 2006. Já no correr daquele ano alguns parentes se mobilizavam para realizar um encontro com a finalidade de “reunir o pessoal para matar as saudades”. Afetado por essa possibilidade, resolvi participar do encontro no ano seguinte. No Encontro de 2007 e nos dois subsequentes eu era, então, mais um parente a partilhar as emoções de rever a parentela. Entretanto, uma nova expectativa, desta feita exclusivamente acadêmica, conduziu-me, a partir de 2010, à observação dos costumes e da dinâmica interacional da “família BGF”.

Os Bernardo-Glória-Faustino, rede familiar resultante dos entrelaçamentos que têm origem ainda no início do século XX, empreendem ações focadas em três aspectos

³ Neste período aprofundi o debate sobre “remanescentes de quilombos”, tendo conhecido várias comunidades tradicionais assim identificadas e reconhecidas pelo Estado brasileiro. Dentre as finalidades do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, órgão mentor da ação voltada à regularização das “terras de quilombos”, era conhecer em profundidade em que situação social encontravam-se as “famílias quilombolas”. Há uma literatura relativamente extensa nos campos da História e das Ciências Sociais que procura conceituar a categoria quilombola ou remanescentes de quilombo. Considera-se o termo, em geral, para os grupos ou que subverteram a ordem escravista com a organização de vida social paralela, a partir das fugas das fazendas, ou que, em decorrência de doação de terras de extintas fazendas ou permanência em fazendas abandonadas, fixaram-se em territórios ainda hoje ocupados por seus descendentes (Ver: REIS, José e GOMES, Flávio, 1996; GOMES, 1993; ARRUTI, 2006). Há trabalhos destacáveis, como o de Alfredo Wagner Berno de Almeida, que passam a enfatizar ainda nos anos 1990 a necessidade de se integrar o discurso autorreferido do nativo às pesquisas que direta ou indiretamente oferecem mediações entre os conceitos de quilombo e identidade quilombola. Criticando as várias interpretações recorrentes desde o Brasil colonial acerca desses grupos, o autor advoga: “A redefinição de quilombo, tal como colocada hoje pelos que através dele se representam, estabelece uma clivagem político-organizativa em face desses intérpretes consagrados. Seus elementos contrastantes não se encontram no fator racial. A mobilização étnica apoia-se numa expectativa de direitos sustentada, por sua vez, numa identidade cultural que não tem sua razão de ser na “miscigenação” (2002, p.78).

fundamentais: a referência à memória ancestral, o fortalecimento de laços de parentesco e o registro de sua própria história; com a independência de vínculos com a história oficial.

Imbuído, então, do interesse em acompanhar os acontecimentos nos quais evolui o sentimento de pertença daquela rede familiar, a partir de 2011, passei a coletar material para a pesquisa sobre “famílias negras”, frequentando as celebrações de aniversários e casamentos, os funerais dos parentes, as conversas informais em momentos de descontração e, mais especialmente, nos últimos oito anos, as reuniões com o fito de preparar os encontros, ou as “festas da família”, executados anualmente. Na observação da experiência dessa rede familiar, protagonizada por indivíduos que se definem como descendentes de escravos, abriu-se um novo cenário, em que os atores dos quais eu me tornara próximo, não mais tão somente na condição de parente, por lateralidade materna, revelavam uma situação interessante para os estudos antropológicos de referência sobre a família, a memória, o patrimônio e o espaço ou territorialidade, em contexto de diáspora.

O cenário que inclui a presença dos chamados “povos e comunidades tradicionais de matriz africana”⁴ possui uma variável importante, praticamente inexplorada. Trata-se das redes familiares afro-brasileiras, com linhagens, ou “troncos”, que se projetam desde a escravidão para a contemporaneidade. Essas redes familiares vêm merecendo menor atenção em comparação às comunidades remanescentes de quilombos, seja como lócus de políticas de “ação afirmativa”, seja como objeto de investigação científica.

A partir da primeira reunião preparatória para um “Encontro da Família”, de que participei em setembro de 2007, passei a observar comportamentos que mais tarde reconheceria nas análises presentes em literatura. Em razão de os Bernardo-Glória-Faustino constituírem uma rede familiar extensa, coexistem nas mesmas localidades várias casas intervaladas por outros imóveis incomuns à parentela. Ainda assim, parentes e agregados representam o “lugar” como próprio. Como nos escritos de Duarte e Gomes (2008, p.169) “a combinação família-casa se soma ao bairro ou à localidade como categoria significativa, que os seus integrantes tomam como referência” (Figura 1, 2).

⁴ Povos e comunidades tradicionais de matriz africana são “grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá transladados durante o sistema escravista, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade. (Ver: I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, SEPPIR, 2013).

Figura 1 – Reunião preparatória para o Encontro. Seropédica, RJ



Foto: Coleção do autor, 2010.

Deste modo, chamou a atenção o formato daquela e das próximas reuniões, realizadas nos “quintais” das casas dos mais antigos (Figura 2).

Figura 2 – Reunião preparatória para o Encontro. Seropédica, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2011.

Conforme já analisado por Duarte e Gomes⁵, assim como no que tange à configuração das casas, descrita por Marcelin (1999) como um “conjunto de casas vinculadas por uma ideologia da família e do parentesco”. Este autor observa que a casa é o “lugar no qual e pelo qual” os integrantes das famílias se definem e sustentam sua existência social como pessoa. Trata-se de um ‘espaço moral’ demarcado não somente em relação ao seu contraste com a rua, mas também com as demais casas. Esse pode se estender por metros ou quilômetros, por meio das relações afetivas estabelecidas entre os membros de diferentes gerações. Em paralelo às estimativas de Marcelin, para os integrantes dessa rede familiar a dimensão do alcance da rede realmente não está definida espacialmente (Figura 3).

Figura 3 – Reunião preparatória, Jardim Zaíra, Mauá, SP – organizadores do grupo Solteiro x Casados, fazendo churrasco



Fonte: Coleção do autor, 2013.

No intervalo dos dois primeiros encontros (2007 e 2008) (Figura 4) ocorreram várias iniciativas, protagonizadas pelos integrantes da rede familiar, que, no entusiasmo do sucesso do primeiro encontro, visaram consolidar a ideia inicial de promover eventos que reapproximassem a todos os parentes (Figura 5). Por certo, uma das mais significativas para a história presente da família e da cidade, como descrevo no capítulo seguinte, foi a homenagem a mais antiga matriarca, Laurita Maria da Glória, a “Tia Laurita”, falecida em 2008 aos 98 anos, que recebeu

⁵ DUARTE, Luiz Fernando Dias & GOMES, Edlaine de C. **Três Famílias: Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008, p.169.

das mãos do então prefeito Didácio José de Moraes a medalha Zumbi dos Palmares, em sessão solene na Câmara Municipal (Figura 6).

Figura 4 – Sucesso dos primeiros Encontros BGF



meio encontro da família BGF, Rio Claro, RJ, 2007

gundo encontro da família BGF, Rio Claro, RJ, 2008

Fonte: Coleção do autor, 2007-2008.

Figura 5 - Sucessão de encontros após o sucesso dos primeiros



Atividade de trabalho do pesquisador durante um encontro. Rio Claro, Rio de Janeiro, 2012.

Fonte: Coleção do autor, 2012.

Figura 6 - Homenagem Laurita Maria da Glória (in memoriam), Rio Claro, RJ, 2010



Fonte: Coleção do autor, 2014.

A partir de então, as reuniões anuais da rede familiar passaram a se chamar “Encontros da família Bernardo- Glória- Faustino - BGF”, inicialmente com média anual de duzentos participantes, que apresentam características bastante peculiares, como descritas no capítulo quarto, dedicado à etnografia dos Encontros. A cada reunião, desde então, percebe-se um fluxo variado de pessoas, efetivamente integrantes ou não, homens e mulheres, de idades variadas, e crianças, denotando um “movimento” que se instalou no interior de toda a rede familiar.

Um aspecto interessante desse “movimento” é a sua exteriorização. Para a realização dos encontros, acreditou-se ser necessário utilizar instalações públicas, precisamente as dependências de uma escola municipal, o Centro Municipal de Ensino São José, no bairro Vila Velha, como já informado, a principal referência geográfica da história da rede familiar. Disto resultou a conexão direta com o poder público e com a população em geral.⁶

Para a efetivação dessa conexão, foram expedidos e dirigidos documentos ao poder público local, solicitando apoios material e logístico, prontamente atendidos pelas secretarias municipais de turismo e de educação, além do gabinete da prefeitura. Assim, no primeiro e segundo Encontros, em 2007 e 2008, respectivamente, o prefeito e sua comitiva, integrada por secretários municipais, foram convidados a participar e fazer uso da palavra. Nos argumentos da autoridade pública presente ao Encontro, foram citados vários dos integrantes da rede familiar, lembrando-se especialmente daqueles e daquelas que já tem reconhecida a importância

⁶ Anos mais tarde, na sétima e oitava edição dos encontros, os mesmos procedimentos viriam a ser replicados no município de Seropédica, para onde migraram parentes a partir dos anos 1960.

para a história local, como Ernesto Glória, nascido no final do século XIX, integrante da primeira geração da rede familiar, que dá nome a uma das ruas no Morro do Estado. O prefeito, na oportunidade ainda do primeiro encontro, informou sobre a intenção de encaminhar mensagem ao Poder Legislativo exortando os vereadores a aprovar a doação de terreno para a construção da “Casa da Cultura Negra de Rio Claro”, num evidente reconhecimento do perfil étnico-racial da rede familiar.

A repercussão do enunciado no interior da rede familiar foi retumbante. O grupo que se intitulava Comissão Organizadora dos Encontros, logo aceitou o convite da secretária de turismo, Elvira Bruun, para a elaboração do projeto que tencionava a construção da “Casa da Cultura Negra de Rio Claro”, formalizando assim a relação institucional.

A comunicação do prefeito traduzia uma nova dimensão representativa da rede familiar, colocando-a como partícipe da elaboração de um ato administrativo histórico para a formulação de políticas públicas na cidade, mesmo tendo em vista que o compromisso não prosperou, pois, no ano seguinte, Didácio Penna fora derrotado na sua tentativa de reeleição.

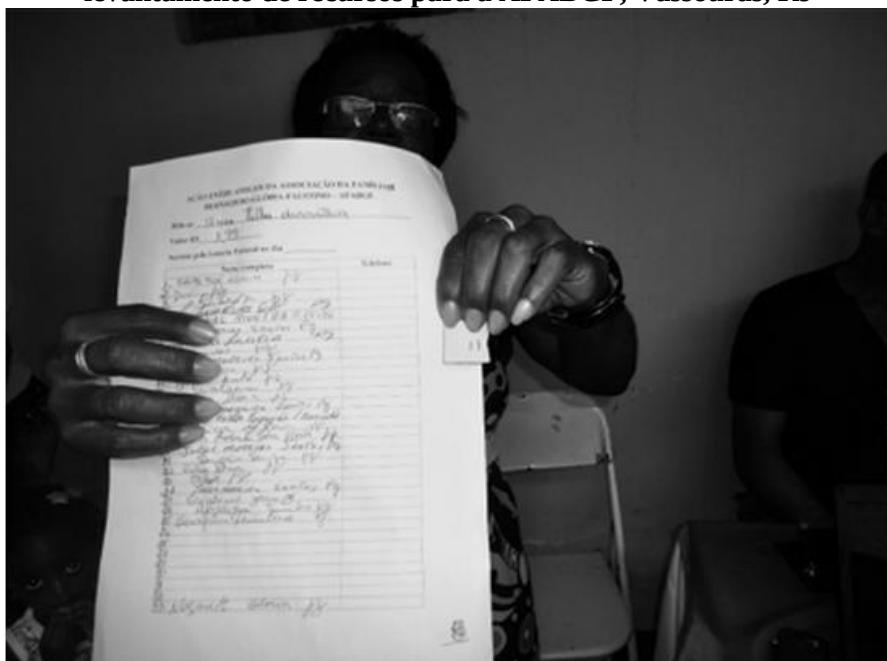
Recentemente, a mobilização em torno da realização do Encontro anual de 2013, que ocorreu no mês de julho, como tem sido esta tradição, trouxe um dado novo: o evento, ao invés do município de Rio Claro, foi realizado no município de Seropédica, atendendo à “reivindicação” dos Glória, maioria absoluta residindo nessa cidade. Um dos caminhos considerados para realizar o evento foi o apoio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através de palestra de um dos professores do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO⁷, bem como da Secretaria Municipal de Educação na cessão de espaço e acomodações para atividades e pernoite.

Nesta toada, um dos temas intrigantes que vem sendo debatido no interior dessa rede familiar é a perspectiva da participação de seus membros nos enfrentamentos político-partidários, com vistas à eleição de representantes em Rio Claro, ao Parlamento local. Em 2014, no contexto eleitoral, em duas ocasiões essa possibilidade foi debatida intensamente, inclusive com a presença de candidatos à Assembleia do Estado do Rio de Janeiro. Os principais pleitos então enunciados foram a conquista de uma sede para a AFABGF e o retorno à ideia da Casa da Cultura Negra de Rio Claro.

⁷ Esta foi uma das ocasiões em que o pesquisador foi demandado profissionalmente para cumprir tarefa que o grupo entendeu lhe ser cabível. Coube ao pesquisador operar as ações necessárias para atender à comissão organizadora do Encontro que programou uma apresentação daquele órgão acadêmico. Esse tipo de relação entre pesquisador e objeto é analisado no primeiro capítulo.

Outro tema evidencia a ampliação da presença dos Bernardo-Glória-Faustino no espaço público: o resgate da festa junina na rua Ernesto Glória, uma tradição até então compreendida como homenagem particular de um dos ramos dos Glórias, passou a ser considerada, explicitamente, como oportunidade para dar visibilidade ao grupo, bem como proporcionar a arrecadação de recursos financeiros (Figura 7) para apoiar os Encontros anuais organizados pela Associação das Famílias Bernardo-Glória-Faustino, a AFABGF. A busca por legitimação em espaço público é um dos elementos centrais que instaura um novo perfil ou um novo *ethos* familiar.

Figura 7 - Presidenta Auzelina Glória mostra resultado de atividade de levantamento de recursos para a AFABGF, Vassouras, RJ



Fonte: Acervo do autor, 2012.

O que ressalta na evolução do caráter político da AFABGF é a inserção do grupo na esfera das negociações diretas com o poder público. Quando isto ocorre, não se trata mais tão somente de um grupo familiar solicitando apoio logístico para a realização de um almoço ou de uma festa de confraternização. Agora, a rede familiar Bernardo-Glória-Faustino passa a ser identificada na esfera pública. E como “força política”, portanto como potência eleitoral, recomendam os manuais de conquista e manutenção do poder que é importante para os eventuais grupos políticos de interesse estar em diálogo com a rede familiar. O alcance da esfera pública, inclusive na condição de organização estabelecida em estatutos jurídicos, coloca o grupo familiar na institucionalidade, isto é, na condição de representante de um dado segmento social naquela e em outras municipalidades, caracterizando-o como “movimento social organizado”, como procuro tratar no capítulo quinto.

Naturalmente, oriento-me por estudos (SCHERER-WARREN, 2006; TOURAINE, 2006; BUNN, 2000; DOIMO, 1993; BARNES, 1987) que consideram movimentos sociais como ação coletiva de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa ou promoção de certos objetivos ou interesses, tanto de transformação como de preservação da ordem estabelecida na sociedade.

Em outras palavras, movimento social se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das interações das múltiplas articulações [...], significando [...] um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Mas a intensificação do movimento de afirmação de identidades dos Bernardo-Glória-Faustino traz à superfície, em paralelo à intenção de natureza política e cultural, as tensões provenientes da supressão ou mudanças de valores tradicionais no interior do grupo, especialmente observável na reorientação religiosa e, consequentemente, a alteração da “dimensão simbólica das transmissões familiares” (FERREIRA, KELLERHALS & PERRENOUD, 2002), bem como, em determinados aspectos, a sua “destraditionalização” (DUARTE & GOMES, 2008).

Desta forma, uma contradição significativa para os aparentes propósitos da rede familiar vai se desenhando, com traços fortes o bastante para se transformar em desafio ao seu projeto: A pretensão é estimular a unidade dos membros da rede familiar por meio do resgate e fortalecimento de uma memória coletiva. No entanto, a “crescente prevalência da ideologia individualista” (DUARTE, 1995, p.31) remete os indivíduos para o cultivo de referências que já não se encontram necessariamente nas instituições tradicionais, como a família.

De um lado, está a disseminação de fotos recolhidas nos “álbuns de família” e as visitas aos lugares ou imagens dos lugares-marcos dos acontecimentos passados, iniciativas estas sempre associadas aos momentos de comensalidade, que resguardam imensa riqueza para a ativação da memória. Neste ambiente, as percepções, de si e dos parentes, uma vez acionadas, conduzem, espontaneamente, às lembranças. O cortejo das lembranças funciona como um entorpecente a convidar ao prazer de viajar no tempo subjetivo, sem rédeas, no leme de uma cadeia de vozes, cheiros, sabores, cores, embora tecida e conjugada com os pés atados ao mesmo chão.

Para o conjunto dos integrantes da rede familiar que frequenta os encontros anuais, a experiência tem sido prazerosa, como procuro demonstrar nos depoimentos apresentados ao

longo do trabalho. Entretanto, quando se encerram os encontros, normalmente aos domingos, o retorno às casas é também o retorno ao lugar do presente, onde os compromissos, do cotidiano, voltam a presidir a titularidade das ações. Até a próxima ruptura contextual, o planejamento da vida está “livre” das expectativas geradas durante as horas de realização do Encontro, inclusive para aqueles que dedicam parte significativa dos afazeres à construção do evento subsequente. Equivale dizer que o discurso e as práticas que estimulam à manutenção da “tradição inventada” (HOBBSAWM, 1984) dos Encontros, cujo princípio fundamental é a autoafirmação do grupo familiar, como um todo, tendem a sofrer corrosões que têm produzido tensões no interior do grupo, expressas na formação de mentalidades ou comportamentos legítimos no tecido social abrangente, flagrantemente a individualização e a busca pela ascensão social, via projeto pessoal (DUARTE & GOMES, 2008).

Por outro lado, uma espécie de núcleo, no interior dos Bernardo-Glória-Faustino, regula os procedimentos e ações para que as percepções (presente), dirigidas às lembranças (passado) consubstanciem a formação das ideias acerca da continuidade (futuro) do grupo (BERGSON, 1999)⁸. Afinal, exercitar as lembranças significa buscar na razão as saídas para os desafios do presente, e planejar a ação correspondente ao que ainda não é, mas está por vir⁹, seja o que se quer ou não. Este é o fio que conduz a discussão que ofereço sobre as tensões e transformações nas ramificações dos Bernardo-Glória- Faustino, ao longo do capítulo quarto.

Para ajudar nesse campo da investigação onde as memórias, como sugiro no capítulo seguinte, atravessam o Atlântico e o cotidiano recria tradições, foi importante o estudo de autores como Gilroy (2002) e Glissant (2005), que analisam a modernidade a partir dos impactos culturais da diáspora africana, nas sociedades de países banhados pelo Atlântico e nas do mar do Caribe; e de Hardt e Negri (2001), que dedicam parte da obra “Império” à análise da “dialética da soberania colonial”, e os seus efeitos, para compreender a atual crise do sistema capitalista.

Um aspecto particular dessa análise interessa aos objetivos metodológicos da pesquisa. Esses autores esclarecem que a violência colonial europeia procurou criar, no âmbito da relação de poder senhor escravo, um “Eu” culturalmente complexo e intelectualmente completo do colonizador, a custas da invenção de um “Outro” desprovido de racionalidade, portanto sua antítese, que lhe permite ver e se representar nos moldes de sua imaginação. Mas, por outro lado, as relações no cotidiano nos territórios sob imposição da violência não puderam fugir ao

⁸ BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Tr. Paulo Neves. 2.^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁹ *Ibidem*.

contato humano entre as duas estruturas criadas pelo sistema de poder implantado nas colônias. Paulatinamente, os oprimidos foram reconhecendo e aprendendo a lidar com a lógica que opera a “dialética da soberania colonial”, rejeitando a história fabricada com a finalidade de melhor exercer a dominação, como no exemplo da Índia, oferecido pelos autores, e ao qual voltaremos no capítulo final.

Segundo esses autores, o africano, os afro-americanos e o ameríndio, no passado das lutas contra a escravidão e por emancipação, passaram a dominar a trama da “dialética positiva”, forjada pelas ideologias racialistas, que instituiu a alteridade negativa: “[...] o mal, a barbárie e a licenciosidade do Outro colonizado tornam possíveis a bondade, a civilidade e o decoro do Eu europeu.” (HARDT e NEGRI, 2001: 144). Foi o conflito crescente com o impositor que permitiu transformar oprimidos em construtores de um discurso de valorização da alteridade, utilizando-se da “dialética negativa”, contudo invertendo a simbologia negativista em fatores positivos, favoráveis à construção cultural e política dos processos autônomos de libertação nacional (HARDT e NEGRI, 2001: 146-7).

Em que pese às conclusões dos autores, que consideram que as novas nações, libertas do jugo político e cultural dos Estados europeus, seguem “envenenadas” pela ideologia do capitalismo, o fato é que esses processos de lutas, particularmente no que se refere às nações africanas e às ações de antirracismo nos países da diáspora, parecem ter interferido substancialmente na formação de projetos autônomos de valorização dos afrodescendentes.

Enfim, o debate sobre famílias negras, seja no período pós-emancipação dos escravos¹⁰ ou na contemporaneidade, requer aprofundamentos. Quando tomadas como objeto de pesquisa frequentam os textos transversalmente, na maior parte das vezes em abordagens relativas às camadas populares, generalizadamente. A pesquisa desenvolvida junto à rede familiar dos Bernardo-Glória-Faustino, apresentada nos capítulos seguintes, é um esforço de análise de uma das formas de elaboração de estratégias de afirmação de identidade étnica e ao mesmo tempo familiar. O que interessa notar, fundamentalmente, é que a escolha desse grupo de indivíduos se dá a partir da reconstrução de laços parentais, acionados pela via da memória dos antepassados e das relações de sociabilidade rompidas pela dispersão histórica e espacial.

O trabalho está organizado, então, em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à apresentação e discussão da modalidade de abordagem metodológica que tem preeminência na oralidade. No capítulo segundo argumento sobre como a rede familiar em estudo, forjada

¹⁰ Arbitrado como o período compreendido entre a assinatura da Lei Áurea e a instauração da “Nova República”, no início dos anos 1930.

em meio a estratégias utilizadas pelos indivíduos que coabitaram a “Casa-Grande & Senzala” (Freyre, 1998), para sua continuidade, expressam-se na reconstrução e manutenção dos laços parentais e do espaço territorial, no período pós-abolição, estendendo-se à atualidade. A etnografia dos Encontros é oferecida no capítulo terceiro. No quarto capítulo discuto os possíveis significados da autodefinição de família negra ou família afro-brasileira, à luz de teorias sobre família e memória. O último capítulo contém a análise do que é considerado um projeto político dos Bernardo-Glória-Faustino.

CAPÍTULO 1 - MEMÓRIAS E OUTRAS MEMÓRIAS DE SI: UMA ABORDAGEM “DE DENTRO”

Esta tese integra a trajetória pessoal do autor, que passa a se sentir “seduzido” pelo “passado presente” (HUYSEN, 2000) quando se põe a pensar nos significados das ações dos parentes que buscam desvendar as tramas constitutivas da própria história, por meio da partilha de memórias individuais sobre o passado familiar, e identificar “um lugar no tempo-espço” onde seja possível estabelecer “um marco inicial” das trajetórias de seus antepassados, ilustres ou não. “Resgatar” o passado, contudo cotejando permanentemente os possíveis cenários para uma desejada unidade familiar das gerações futuras, eis o que parece ser o alvo de empreendimentos como o da AFABGF.

O interesse de grupos familiares pelo seu passado encontra-se exemplificado em diversos projetos de construção de genealogias, que florescem na literatura e nos meios de comunicação eletrônicos. Os manuais que orientam usuários ávidos pela consagração desses projetos se multiplicam na rede mundial de computadores, inspirando muitos a reavivar o passado e reconhecer momentos marcantes da história privada da família, ou então, torná-lo pleno de evidências que favoreçam, com certa comodidade, manter ou descartar suposições.

Neste cenário de explosão de memória (HUYSEN, 2000) foi se configurando o campo da pesquisa, que passou a exigir o trivial caderno de anotações, o gravador e a máquina fotográfica, ferramentas indispensáveis de uma pesquisa que fluía a partir da coleta de depoimentos, muitas vezes espontâneos, outras vezes tomados aos colaboradores, partindo de uma agenda planejada em “parceria” com os próprios membros do grupo pesquisado.

Porém, sustentando que o projeto de afirmação de identidade étnica, em curso, desenvolvido pela rede familiar Bernardo-Glória-Faustino, possui complexidades que exigem ir além de técnicas de pesquisa mais pragmáticas, passei a planejar minha aproximação do grupo com a determinação de refletir sobre suas ações, partilhando-as no cotidiano. Ao passo em que se ampliavam os nossos contatos, fui me aprofundando na observação, nos registros e na criação de um quadro pré-analítico a partir do debate estabelecido com a antropóloga Edlaine de Campos Gomes, tendo adquirido consistência teórica e metodológica com a leitura e discussão de uma das suas principais obras, aquela na qual discute “identidades e trajetórias transgeracionais de três famílias de classes populares”, no caso as famílias Costa, Duarte e Gomes (DUARTE & GOMES, 2008).

O que se definia nos contatos cada vez mais amiúde, o que é atinente às relações familiares e mais específico do que a natureza qualitativa da pesquisa, era o princípio

metodológico da pesquisa etnográfica, na qual a “história viva” ou “história do tempo presente” (FERREIRA, 2000) constitui o meio de estudo que valoriza os sujeitos enquanto personagens centrais de um fenômeno social, ao requisitar-lhes narrativas que, embora individuais, são condensadas pela memória coletiva do grupo que as instituiu.

A investigação sobre os elementos que compõem o *ethos* familiar da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino está associada à história e à memória dos afrodescendentes no Brasil, tendo em vista que “a memória e o espaço familiar”, no contexto deste segmento social, constituem um campo de estudos ainda pouco explorado pelas Ciências Sociais, o que inclui a Antropologia. Apesar de recentemente os estudos sobre família terem tomado grande impulso e hoje serem numerosas as pesquisas acadêmicas e teses, as referências sobre famílias de classes populares não predominam, assim como é reduzida a bibliografia que trata especificamente das redes familiares de descendentes de escravos, consolidadas enquanto “grupos de pertença” no período pós-emancipatório e ramificadas pelo Brasil afora. Essa lacuna evidencia uma marca referencial negativa, que atribui a essa população características opostas ao modelo de família patriarcal vigente, no qual o negro, escravo ou liberto, era tido como moeda de troca e não como integrante de um grupo ético-moral organizado. A produção acadêmica encontra substantivos registros lavrados em órgãos da administração pública, de uso costumeiro por historiadores, mas, restritos aos tempos do cativo. A memória social reconstruída e transmitida por meio das lembranças das pessoas, portanto, por força do objeto a ser investigado, é a principal linha metodológica empregada.

1.1 OS BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO E A LOCALIDADE

O trabalho está fincado no acompanhamento, durante aproximadamente oito anos, de diferentes acontecimentos que envidam o cotidiano das unidades familiares, bem como dos eventos sociais promovidos pelos integrantes dos três troncos familiares, os Bernardo, os Glória e os Faustino, ou por estes considerados relevantes cuja participação soma para o revigoramento dos laços familiares e comunitários. O ponto de partida é o convívio com os Bernardo, dado a relação mais próxima, menos pela consanguinidade mais evidente, e mais pelas condições de trânsito junto a essa parentela.

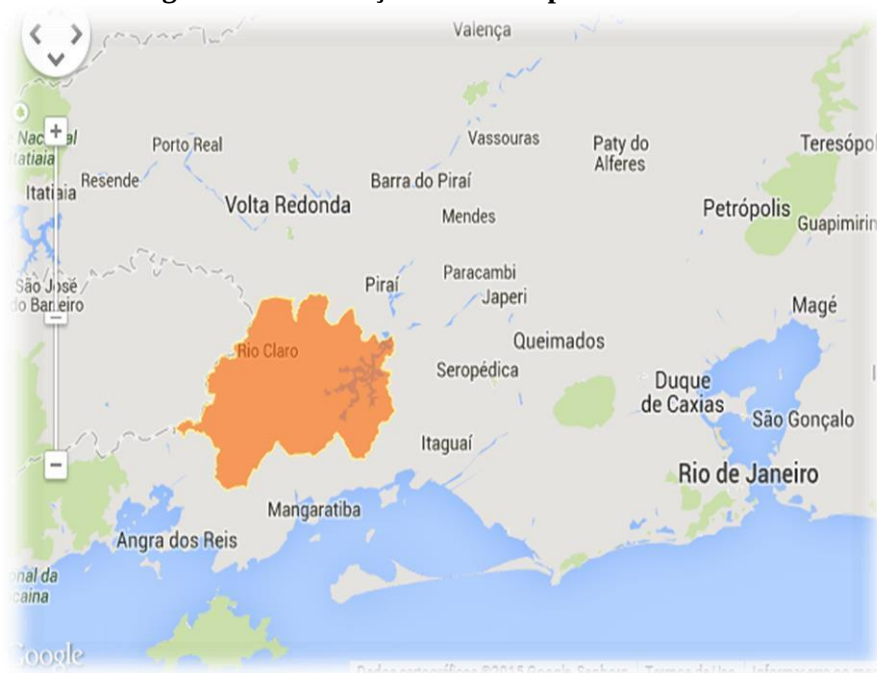
Tais condições são construídas na infância e primeiros anos da puberdade, quando o autor frequentava, nas férias de final de ano, a casa dos avós, que viviam em terras que pertenceram à fazenda Santana, até a crise econômica que estabeleceu o ambiente propício à decadência definitiva da empresa escravista, no século XIX. Com o falecimento de Manoel

Bernardo da Silva (Bernardo, segunda geração), em 13 de dezembro de 1969, o lugar para as férias passa a ser as casas das tias e tios residentes em Rio Claro, e, posteriormente, também nas casas dos parentes que residem em Angra dos Reis. Em Rio Claro, especialmente a casa da tia-avó Maria das Dores, viúva ainda na mocidade, e também a casa de sua irmã Maria do Rosário, casada com Alexandre da Silva, ambas da segunda geração dos Bernardo.

Rio Claro, que desde o princípio tornou-se o campo da pesquisa, destaca-se pelo potencial hídrico e pela diversidade natural, com áreas da Mata Atlântica, grande variedade da fauna e flora. Está situada no extremo oeste fluminense, na Região do Vale do Paraíba, cuja origem está diretamente ligada à história do desenvolvimento do Sudeste brasileiro, especificamente aos ciclos econômicos do ouro, pujante durante o século XVIII, e do café, que tem o seu apogeu no século seguinte (SALES, 2008). Mas, com a abolição da escravidão e o deslocamento da cultura do café para as terras de São Paulo, a economia da zona cafeeira fluminense sofreu forte abalo, sendo que em Rio Claro, similar ao que se verificou em cidades da região, como Vassouras, onde atualmente vive parte dos Bernardo-Glória-Faustino, as fazendas de café se transformaram em pastagens para criação de gado leiteiro (PAULA, 2007).

O município de Rio Claro localiza-se ao sul do estado do Rio de Janeiro, entre a Serra do Mar e a Bacia do Rio Paraíba do Sul (Figura 8). É integrado, além do distrito sede, pelos distritos de Lídice, Passa Três, São João Marcos e Getulândia. O acesso se dá pela RJ-155, que alcança Angra dos Reis, a sudoeste, e Barra Mansa, a noroeste. Entre os maiores municípios do estado do Rio de Janeiro, com 837,3km² de extensão, possuía 17.425 habitantes em 2010 (IBGE, Censo, 2010). Embora sua economia seja baseada na pecuária, avicultura e artesanato, seus moradores vivem entre as duas capitais com o maior PIB do país, há 120km da cidade do Rio de Janeiro e 270km da cidade de São Paulo. Isso ajuda a estimar porque migrantes em busca de melhores possibilidades de reprodução e ascensão social, como os patriarcas dos Bernardo-Glória-Faustino, rumaram principalmente para estes dois eixos.

Figura 8 - Localização do município de Rio Claro



Fonte: IBGE/Google: Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330440>>. Acesso em: 21 de maio de 2014.

Rio Claro foi ocupado por colonos a partir do século XVII em função da abertura de rotas alternativas para o escoamento do ouro das Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro, devido à ameaça constante de piratas e à prática da navegação de cabotagem¹¹. Utilizando-se como referência o rio Paraíba, e em meio a intensos combates com índios Puri, os novos ocupantes dessas terras foram formando povoamentos de toda ordem, implantando a agricultura de subsistência e cana-de-açúcar, instalando casas de comércio que serviam aos viajantes, configurando as bases da vida citadina¹².

À época, a atuação dos bandeirantes, como o paulista Simão da Cunha Gago que denominou a região de Campo Alegre da Paraíba Nova, atual Resende, foi essencial para a ampliação dos povoamentos. Com a dizimação dos índios e intensificação dos negócios, sobretudo com tropeiros, foram sendo criados novos caminhos, como o “caminho novo”, a Estrada Real de Santa Cruz, que levava a São Paulo e viria a ser o itinerário da Independência, percorrido por D. Pedro I, em 1822¹³.

¹¹ Neste caso a navegação praticada entre portos fluviais do interior das Minas Gerais e o porto marítimo no Rio de Janeiro, entre as capitanias de São Tomé e de São Vicente.

¹² PAULA, D. A. **História de Rio Claro**. 2ª ed. Prefeitura Municipal de Rio Claro, RJ: [s.n.], 2007.

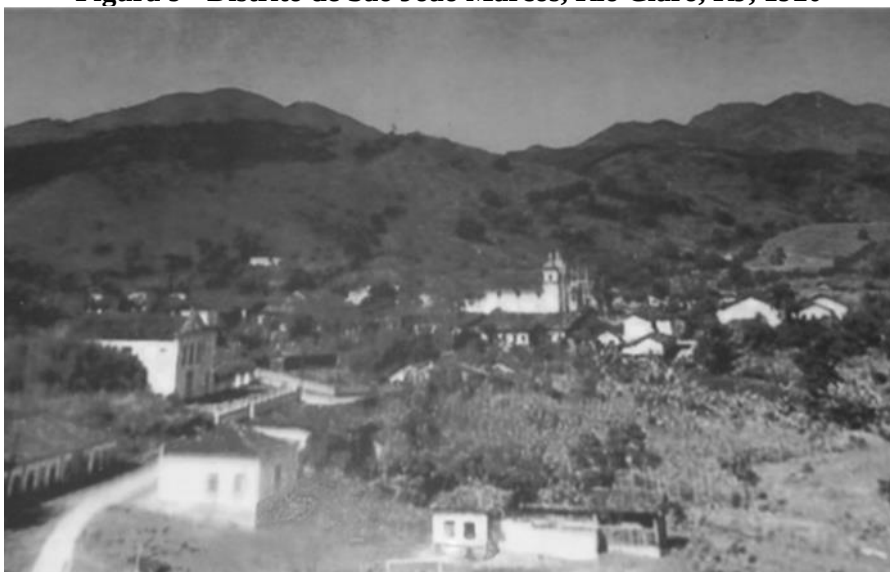
¹³ Ibidem.

Já em inícios do século XVIII, com a queda da economia da mineração, a agricultura ligada aos caminhos e à economia de passagem cria as condições estruturais para o surgimento das grandes fazendas escravistas, cuja produção se voltou principalmente para o café. Ainda na primeira metade desse século, o café deixaria de ser uma cultura de caráter doméstico, na região, para tornar-se a principal *commodity* do Vale do Paraíba (SALES, 2008).

A presença de um número crescente de famílias portuguesas – dentre as quais as famílias Cardoso e Portugal, sobre essas teço comentários em capítulo mais adiante – com seus colonos e escravos, consolidam o povoamento, que será transformado, em 1830, em Curato da região onde atualmente se localiza o município de Resende, cujo centro era no atual bairro da Vila Velha. Em 1839 passa à freguesia de Rio Claro, e dez anos mais tarde será elevada à categoria de Vila (PAULA, 2007).

A fazenda de Olaria, criada em São João Marcos (Figura 5), submergida quando da construção da represa de Ribeirão das Lages, segundo autores como Beiller (2007) e Athayde (1971), foi das que reuniu os maiores plantéis de escravos, depois que foi adquirida por Joaquim José de Souza Breves, o Comendador Breves, dos mais poderosos escravocratas do 1º Reinado. Esse chegou a ter cerca de seis mil escravos distribuídos em dezenas de fazendas que se estendiam de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, pelos municípios de Mangaratiba, Resende, Barra Mansa e Rio Claro, no Vale do Paraíba Fluminense (Figura 9), até o litoral paulista, ali concentradas nas regiões de Areias e Bananal, esse um lugar aludido permanentemente nas lembranças de infância dos colaboradores da pesquisa.

Figura 9 - Distrito de São João Marcos, Rio Claro, RJ, 1920



Fonte: Coleção particular de Cid Magalhães.

Américo Vidal, nascido em 1921, órfão desde a infância, até hoje usa “remédios de mato e nunca de farmácia”, (Figura 10) evidencia que as práticas sociais cristalizadas na escravidão

teriam perdurado nas fazendas da região bem depois da abolição. A última fazenda por onde passou, a Fazenda das Antinhas, afirmam alguns dos mais antigos entre os Bernardo-Glória-Faustino, ter sido onde se estabeleceram seus ancestrais, referidos como os primeiros.

Fui criado sem pai e sem mãe, ela trabalhava na fazenda e não chegou a ser escrava, mas era escrava do mesmo jeito, porque nós miúdo não tem vez:– Ah, tá chovendo! E o capataz dizia a nós, miúdo, que chuva não quebra osso. Fui pegado de vaca umas quatro vez, caí de cavalo, trinta e cinco anos caboqueiro, enfrentava cobra descarço [...] vim pra Rancho Grande garoto ainda, depois que minha mãe morreu na Fazenda dos Coqueiro, do falecido Coroné Pedro Anjo, pra cima do Bananal. A gente nem tava formado, e já tinha ido pra Fazenda das Antinhas. Naquele tempo, nós não vestia a roupa de hoje [...] Hoje a gente veste roupa de coroné. Naquela época a gente vestia roupa na base da troca no baralho, não havia nota. Adisposis que surgiu o dinheiro. O coroné reunia todo mundo e fazia os pagamento da “turma”, com trinta a quarenta homi. Tinha venda na fazenda, que todo mundo comprava roupa, gastava o ordenado na fazenda.

Naquela época, era muito triste [...], a gente saía de noite e voltava de noite [...] pegava seis e largava sete hora, só parava pra comer (AMÉRICO VIDAL, 2012).

O depoimento de Cecília Getúlio (Bernardo, quarta geração) migrante de Rio Claro para Visconde de Mauá, São Paulo, quando o pai manda trazer a família e encerra a longa trajetória de lavradores submetidos a constantes humilhações de fazendeiros, converge com a memória de Américo Vidal.

A família toda trabalhava na fazenda do João Zig [Zigmann]. Ele não tratava a gente bem não. A gente não podia pegar uma goiaba, laranja então nem pensar. Se a gente pegasse ele mandava soltar os cachorro pra pegar a gente. A gente morava bem longe, descia na vila só quando era festa. Quando era festa a gente descia o morrão e ficava dois dias na casa da vovó, na Vila Velha. Trabalhavam na terra dois dos meus irmãos, o falecido Jorge e o Falecido Brás, que ajudavam o papai. Tinha eu e o Paulo, a gente era pequeno, que só dava pra levar comida prá eles. Minha avó, vovó Ernesta, trabalhava dentro da casa. [...] Até que meu pai saiu de lá e viemos pra cá [São Paulo]. Ele não aguentava mais ser escravizado (CECÍLIA GETÚLIO, 2012).

Figura 10 - Américo Vidal, Volta Redonda, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2011.

O tratado assinado pelas monarquias da Inglaterra e Portugal restringindo, até a extinção, o comércio de gente, não valia para as colônias. O comendador Breves construiu o seu próprio entreposto na Fazenda de Marambaia, em Mangaratiba, onde funcionavam as “casas de engorda” das “peças” contrabandeadas, que logo depois do restabelecimento das forças, eram levadas para as fazendas.

A riqueza dos “Barões do café” se baseou na ampliação de terras e plantações e, conseqüentemente, dos plantéis de escravos. Essa lógica vai se tornar insustentável com o avanço da sociedade industrial. A implantação da Lei de Terras pelo Império, aprovada e em vigor em 1850, leva à perda do controle absoluto das terras pelos escravocratas bem relacionados com o poder central. A terra passa a ser acessível a qualquer pessoa que possuísse os recursos para adquiri-la. Além disso, devido ao esgotamento do solo, face ao seu uso irracional, ao ataque de pragas nos cafezais, sem meios para revitalizá-los, e à queda do preço do café no mercado internacional, irrompe a crise que logo se tornaria irreversível (SALES, 2008).

A decadência acelerada da produção do café encontra o golpe definitivo na abolição da escravatura. Muitas plantações são abandonadas e as terras vendidas. Devido ao êxodo rural que ocorreu logo após a Abolição, Rio Claro, assim como outras cidades, sofreu significativo

esvaziamento e grande queda em sua economia. As fazendas de café se transformaram em pastagens para criação de gado leiteiro, mantendo uma agricultura de pouca vitalidade.

É nas cercanias dessas fazendas que muitas famílias de ex-escravos se instalaram, na condição de lavradores, porém, sem qualquer tipo de garantia contratual que os colocasse no grau mínimo de cidadania. Como se sabe, a abolição tardia no Brasil, último país das Américas a oficializar o fim desse sistema econômico, não foi acompanhada por qualquer política do Império ou da República, no pós-emancipatório, que promovesse a transição para o capitalismo industrial com atenção às vastas convulsões e transformações sociais dela decorrentes.

O que os estudos de Cooper, Holt e Scott (2005)¹⁴ detectam em relação a esse processo de transição nas colônias britânicas se repete, de forma ainda mais dramática no Brasil. Para as primeiras gerações “a libertação dos escravos não provocou nenhum rompimento assim radical com o passado. Na verdade, há muito tempo a manumissão dos escravos era parte integrante do próprio gerenciamento da mão de obra escrava”.¹⁵ Afirmam os autores que a emancipação, o que parece condizente com o contexto brasileiro, configurou-se numa alforria em larga escala. Afinal, as lutas por conquista de direitos civis que se seguiram onde quer que se tenham enraizado resistências contra a servidão econômica e psicológica na grande diáspora negro-africana, possivelmente não tomariam as conhecidas proporções não fosse essa tensão.

Em Rio Claro, todos os relatos dos mais velhos apontam para a situação traumática dos maus tratos a que foram submetidos, eles mesmos e seus pais e avós, em atividades laborativas nas antigas fazendas escravistas, seja antes ou após a abolição. Fica igualmente evidente em suas lembranças de infância o ambiente relacional que propiciava as manifestações afetivas entre “iguais”, ou seja, entre aqueles que se solidarizavam ante a violência das condições de trabalho nas fazendas. Esse ambiente relacional se estendia à escola, ao templo e a outros espaços gregários, como as festas públicas e não incomum resultavam em escolhas matrimoniais diversificadas. Assim, como veremos em capítulo adiante, os troncos familiares em análise encontraram-se, uns aos outros, ao longo de gerações, como decorre ainda hoje.

Em relação ao pertencimento do pesquisador ao tronco dos Bernardo, esse não se exaure nesses limites, porque nunca foi importante pensar em quem era ou não parente mais ou menos ligado pela consanguinidade. Encontrávamo-nos, simplesmente, nas casas das tias. Alguém nos apresentava: “são nossos primos do Rio”, e era o bastante para irmos, irmãos e primos da

¹⁴ COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁵ *Ibid*, p. 91.

capital, brincar e permitir que se estabelecessem as relações características do convívio familiar com os primos do interior.

Na atualidade, à medida que nos reencontrávamos, agora não mais nas férias, mas, para as conversas sobre o passado memorável a estimular as lembranças em comum de uma mesma geração, eu ia percebendo mais e mais o quanto somos portadores de uma história para além de nós e das gerações de nossos pais e avós. Postar-me em frente aos corpos e rostos daquelas pessoas, cada qual iluminada por experiências únicas nas suas subjetividades, porém, portadores de uma herança comum, estampada nos mesmos corpos e rostos que se reconhecem miscigenados, mas, enegrecidos por uma genética sob o controle apenas dos nossos espíritos, cria um estado emocional singular. O quanto nossas memórias se cruzam com outras memórias?

Mesmo para os de médio letramento ou iletrados que não tiveram a oportunidade de conhecer, por meio do recurso literário, a história geral dos imperialismos, em particular os que promoveram invasões intermitentes ao continente africano, perpetradas em diferentes períodos, reconhecem-se como parte integrante dessa história exatamente pela identificação de “ausências”, produto das limitações de nossas memórias individuais. A compreensão do que foi a usurpação reiterada do patrimônio tangível e intangível das civilizações africanas, especialmente no seu aspecto mais dramático, representado na desumanização de homens, mulheres e jovens, é evidente que não está ao alcance de todos.

A diáspora pode ser tratada conceitualmente com independência das especificidades étnicas contidas no sujeito e no objeto da diásporização. Clifford (1998) admite o termo como “comunidades de minorias expatriadas” afetadas por um movimento de dispersão, mas que preservam uma “memória, visão ou mitologia sobre a pátria original” (CLIFFORD, 1998, p. 304). Essa visão plural pode incluir todos os povos deslocados de seus territórios originais, por focalizar necessariamente as rupturas de laços referenciais de história, família e território, inerentes à “vida em trânsito”. Geralmente não se ocupa, contudo, em distinguir as motivações e os efeitos que produzem um enredo diferenciado para cada situação, em diferentes tempos e espaços.

Por outro lado, estudos como o de Gilroy (2001, p. 22) conclamam a adoção de um modelo de análise que afasta qualquer simplificação, em maior ou menor grau, da noção de diáspora como “sinônimo de movimento”, onde o que se enfatiza não é o processo, mas seu produto final. Do ponto de vista desse autor, o fenômeno diaspórico africano embute um quadro de conflitos políticos pela hegemonia econômica do tráfico no Atlântico, que precede aquele outro quadro, dramático, de violências cometidas desde o solo do continente africano. Envolve a cooptação para explorar a prática escravista já existente; também a busca, com o emprego de

táticas para a captura; as negociações em mercados locais; a estocagem e o empilhamento da carga humana no navio; o planejamento da viagem; a transposição de perigos na travessia no Atlântico; a chegada aos portos e o aprestamento das “peças” para os leilões; e, uma vez definidos os destinos dos cativos, o seu condicionamento ao novo contexto de sobrevivência.

Ainda assim, práticas de tortura, por séculos, não esmagaram totalmente sentimentos de afetividade, solidariedade, confiança, autoestima, restaurados espontaneamente durante a partilha de uma broa de milho, uma garrafa de aguardente, o café adoçado com rapadura, um cigarro de palha, a revisitação aos álbuns de família. Essas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 2) acentuam “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”, ao tempo em que abrem janelas e permitem uma visão que se estende ao horizonte.

Significa dizer que a violência explícita no processo diaspórico tanto destrói a continuidade dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência, como rompe igualmente com o poder do território para determinar a identidade (GILROY, 2001). Mas os registros das diferentes estratégias de reterritorialização para a sobrevivência permanecem e são transmitidos, intergeracionalmente, pela memória do grupo. É o que dá sentido à reconstrução do status de indivíduo ou do “quem sou eu”¹⁶, que tem como suporte as próprias experiências inseminadas na diáspora. Desta maneira, ao desterramento do “lar” correspondeu uma inevitável hibridez e mistura de ideias¹⁷ que se espalham desde o navio, “um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento que coloca em circulação, ideias, ativistas, artefatos culturais e políticos”¹⁸.

É preciso, pois, rearticular essas experiências, de modo a transformá-las em produto coletivo por meio do qual os indivíduos reaprendem a ver-se como sujeito da história, que tecem as memórias de si nas outras memórias.

Volta e meia, uma nova conversa colocava à mesa o interesse pelo destino de outro alguém que partira para longe, como o primo Geraldo Vitorino (BERNARDO, terceira geração), que tantas vezes chamávamos de tio – celebrando, em 2013, oitenta anos (Figuras 11 e 13) –, e que foi aventurar-se no Mato Grosso e fez família por lá. Alguém lembra uma canção, um acontecimento divertido, uma fatalidade qualquer. Outra pessoa aponta certas tradições reveladas em determinados hábitos e costumes, como a utilização do pilão (Figura 12) para a feitura da paçoca ou do bolo doce de arroz a partir de uma receita comum; os ensinamentos

¹⁶ Cf. Dumont (1993); Duarte (1995).

¹⁷ GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p.30.

¹⁸ Ibid, p. 38.

sobre o uso das ervas medicinais nas simpatias ou sobre o lugar da experiência dos mais velhos nas narrativas destinadas aos jovens em fase de desobediência aos pais. Não há como e nem é necessário saber onde nasceram essas tradições, mas o fato é que são, até o presente, reproduzidas às novas gerações envoltas em aura do mais profundo respeito. São histórias que ora vão vestindo, ora são vestidas por mais uma e outra recordação, fecundadas na oralidade.

Figura 11 - Parentes de Rio Claro e Volta Redonda se dirigem ao aniversário de Geraldo Vitorino – Conexão para Cuiabá



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Figura 12 - Pilão e soquete - Casa de Geraldo Vitorino. Cuiabá, MT, 2012



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Figura 13 - Geraldo Vitorino prepara um dos pratos de seu jantar comemorativo de 80 anos, Cuibá, MS, 2012



Fonte: Coleção do autor, 2014.

A oralidade entre os Bernardo-Glória-Faustino (BGF) é uma prática de transmissão intergeracional de valores que se rejuvenesce em paralelo a outras práticas também recorrentes, notadamente no tratamento respeitoso que ressalta as relações entre jovens e anciãos.

Durante os múltiplos eventos realizados com o fito de organizar os encontros anuais da Família BGF, que acontecem desde 2007, ou aqueles que embora sejam significativos para o fortalecimento dos laços parentais, não respondem a uma ordenação racionalista para esse fim, recorro de algumas situações em que o prestígio dos mais velhos, assim como seus ensinamentos em palavras, foi evidenciado. Destaco dois, que serviram para pautar a orientação metodológica da pesquisa por uma observação participante, com singularidades do tipo que Duarte e Gomes (2008, p.32) denominam de “radical, mas implícita e heterodoxa”. Isto é, a observação participante em que o contato permanente do autor com seu objeto, dado num terreno só aparentemente atravessado de ambiguidades, é substantivado por anos de treinamento acadêmico. Como indicam os autores, a prática etnográfica redonda na incorporação, progressiva, pelo etnógrafo, de atributos e mecanismos de observação do meio social que transformam o seu “olhar comum”, acrescentando-lhe, como parte de sua formação, o manejo dos diálogos, das familiaridades, das representações acerca da sua presença na cena inesperada que se produz no interior de um acontecimento previsto ou planejado. Deste modo, mesmo o ambiente físico sob o domínio da memória do investigador lhe oferece,

frequentemente, pistas para tecer novas reflexões em proveito de um esmiuçar persistente do seu objeto.

Dentre essas situações está a que enfoca o reconhecimento da deferência que tradicionalmente é prestada aos mais velhos, como transparece na homenagem prestada pela Câmara de Vereadores de Rio Claro à “Cidadania Afro-Brasileira Rioclarense” por ocasião da passagem do dia 20 de novembro de 2007, feriado dedicado à consagração do heroísmo de Zumbi, líder da resistência do Quilombo de Palmares. O então prefeito, o médico Didácio Penna, que esteve presente ao I Encontro, realizado no mês de julho daquele ano, ainda naquela oportunidade indicou a intenção de homenagear um membro da família, por ela escolhido, durante discurso de enaltecimento à participação do grupo familiar nas malhas da história municipal, reconhecido, até então, em dois nomes de ruas.

A Medalha Zumbi dos Palmares foi simbolicamente entregue à Laurita Maria da Glória (GLÓRIA, terceira geração), casada com Dorvalino Irineu (FAUSTINO, terceira geração), então com noventa anos, por decisão incontestável do grupo familiar tendo em vista ser ela a mais antiga e em plena condição de lucidez. Uma das netas, Lucinéia Faustino, foi incumbida pelos mais velhos de preparar e ler a biografia da avó, especialmente preparada por filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas, netos e netas para o evento na Casa Legislativa. Teria sido mais uma sessão extraordinária, afinada com o protocolo, não fosse um detalhe notável. Ouvidos os hinos da nação e da cidade; ouvidas as falas das autoridades presentes, seguiu-se a leitura emocionada da história de bravuras da tia Laurita.

Laurita Maria da Glória, nascida na Fazenda dos Pinheiros, no dia 08 de agosto de 1912, filha de Ernesto Glória e Benvinda Maria da Conceição, começou a trabalhar aos oito anos, na roça, na localidade do Sertão das Hortelãs, que anteriormente se chamava Dezoito Voltas [...]. Plantava-se, à época: milho, arroz, feijão e café que eram consumidos pela família. Hoje ela diz que fica indignada por não se encontrar nada natural para ter uma alimentação saudável [risos]. A carne que se consome hoje é sem gosto e os outros são fracos em vitaminas [risos]. Até a chuva é diferente. Ela tem saudade daquele tempo de sua infância [...] Tudo era mais difícil, mas era bom. Ela saía cedo de sua casa para a roça e só retornava às 18 horas. Ao chegar [...], tomava seu banho, jantava e dormia cedo, pois tinha que acordar cedo para ir para a roça. Naquela época, ela diz que não havia televisão. Aos domingos iam cedo à Santa Missa, pois seu pai era catequista e muito católico. Ele tinha o hábito de todos os dias juntar os filhos e sua esposa para rezar o terço [...] Era sagrado rezar antes do começo do trabalho, na hora do almoço, no jantar e ao dormir. Isso era todos os dias. Seu pai era responsável por levar a Nossa Senhora das Graças nas casas das pessoas [Figura 14] que residiam no local chamado Serra dos Coelho. Isso acontecia todas as quartas-feiras, e levava seus familiares e outras pessoas em procissão até o local que Nossa Senhora da Piedade ia ficar[...] Na quarta-feira seguinte iam de novo para rezar o terço e levar a imagem para outra casa, e assim ia até terminar as casas

do Morro [da Cachoeirinha]. Ernesto Glória, ensinando a palavra de Deus a todos e ensinando catecismo aos seus netos e sobrinhos, que chegaram até a primeira comunhão. Ele era o presidente da Congregação Mariana de Rio Claro. Usava sempre um terno branco, como todos os membros do grupo. Quando ele sentava para conversar com seus netos e sobrinhos, ele dizia que o mundo não ia acabar, nem em fogo e nem em água, e que iam acontecer doenças estranhas, e que médico, com seu conhecimento, não ia conseguir salvar as pessoas, e várias igrejas iam aparecer com as pessoas com a bíblia na mão. Ele pedia a todos que sempre tivessem fé e fizessem pedidos a Deus. Seu pai e seus dois irmãos, Geraldo e Francisco Glória, compraram um terreno do Padre Benedito, onde hoje está o que podemos chamar de família Glória [...].

Entre abraços, a transferência da medalha, juntamente com um buquê de flores, às mãos da homenageada, ela agradeceu e silenciou. Entretanto, ao perceber que tudo caminhava para o encerramento, ali, naquele momento, interrompeu, com um gesto discreto, ignorando o encarregado do cerimonial, e determinou a uma das sobrinhas que outros “mais velhos” viessem para junto dela (Figura 14). Foi prontamente atendida, sem vacilação de ninguém. Sorriu, tornando a cumprimentar aos que dela se aproximaram para as “bajulações”. Só então teve vez o encerramento.

Figura 14 – Homenageada Laurita Maria da Glória (In memoriam) e a devoção católica casa Geraldo Vitorino, Cuiabá, MS



Fonte: Coleção do autor, 2010-2012.

Outra situação, valiosa para refletir sobre a memória como canal de transmissão prevalente entre a rede familiar em estudo, se desenhou durante o acompanhamento da caminhada à “pedra do rastro”, atividade planejada para uma manhã de domingo, como parte da programação do VI Encontro Anual da Família Bernardo-Glória-Faustino, em julho de 2012.

O acesso à “pedra do rastro” se dá por uma trilha que liga a rua onde estão as últimas casas da Vila Velha, antigo centro da cidade de Rio Claro, onde se estabeleceram, nos arredores, núcleos da família BGF, ao longo da primeira metade do século XX. Inicialmente, a maior presença na região era da parentela vinculada ao tronco dos Glória, liderada pelo patriarca Ernesto Glória, imigrante no início da segunda década do século XX. Em seguida se estabelece

a parentela dos Faustino e, logo depois, a dos Bernardo. As ocupações territoriais dos três troncos ocorrem em terras não identificadas, mas supõem os relatos dos colaboradores, que seriam terras abandonadas na virada do século, após o desmonte do sistema escravista.

No trabalho nas fazendas dessa localidade, os grupos que compõem essa rede familiar “plantavam e davam a terça” (entrevista: Serafin, 2012: 1, jul.) (Figura 15), sobretudo da produção agrícola, mas também de gado leiteiro. Foi onde se reuniram as primeiras novas expectativas de reprodução social dessas “unidades familiares com identidade comum”, que, pouco a pouco, iam confluindo das antigas fazendas em busca de novas oportunidades de vida, fora do ambiente físico e social imediato que lhes remetia ao cativeiro.

Figura 15 - Entrevista com Serafin Quintino, Rio Claro, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2012.

A referida trilha já fora, até os anos 1960, estrada por onde circulavam bens e serviços que estruturavam cidades e lugarejos no eixo Rio - São Paulo. Em um dos trechos, em torno da cota 100 acima do nível do mar, encontra-se, à direita de quem sobe em direção a São Paulo, a famosa “pedra do rastro”¹⁹, local de sombra e brisa, um convite à contemplação da paisagem e ao descanso.

Há, entre outras narrativas vinculadas a esse local, uma reproduzida por Maria José Glória (GLÓRIA, quarta geração), casada com o primo Hédio José Glória (GLÓRIA, quarta geração), Antônio Carlos Eugênio (BERNARDO, quarta geração), Serafim Quintino

¹⁹ Formação rochosa com 7m de comprimento e 4m de largura, situada no topo do Morro do Rastro, de onde se tem visão panorâmica da sede do município.

(BERNARDO, terceira geração) e Anatólio Dorvalino da Silva (FAUSTINO, quarta geração). Tive a oportunidade de conhecer a pedra do rastro com eles. Cada um a seu modo contou que certo jovem, ao chegar à casa, apeou do cavalo e deixou o animal preso, sem, no entanto, comunicar a intenção de sair outra vez. A mãe, então, com pena do filho, que imaginava estar cansado da jornada de trabalho, assumiu as tarefas de cuidar do animal, retirando o arreio, dando água e soltando-o no pasto. Quando o filho tornou a sair, não encontrando mais seu cavalo, enervou-se com a mãe, inclusive agredindo-a fisicamente. Depois de haver tratado mal a mãe, tornou a preparar o animal e cavalgou em disparada, com seu cão, até a pedra, lá apeando.

Retirou o arreio do cavalo e colocou-o sobre uma pedra. Notando que estava prestes a chover, pegou o guarda-chuva e subiu em outra pedra, mais acima, seguido pelo cão. Sentou-se, pousou o guarda-chuva e pôs-se a digerir o rancor pela mãe. Decorreu algo misterioso que fez com que o cavalo retornasse a casa, sem os equipamentos e sem cavaleiro. O homem e o cão desapareceram, permanecendo, nas pedras, apenas os seus rastros: as marcas do arreio do cavalo, das botinas, dos fundilhos e do guarda-chuva, de um lado, e as patas do cão, a sua esquerda.

Chamou a atenção que as quatro narrativas foram desenvolvidas rigorosamente de modo condizente, e embora se utilizando, os narradores, de palavras diferentes, mantiveram-se na mesma ancoragem: “dizem que certa vez um homem desrespeitou a mãe dele.” (entrevista: Serafin, 2012: 1.3); “Meu pai me mostrava a pedra e falava que... Ele desobedeceu a mãe” (entrevista: Maria José, 2012-1); “O povo conta que... A mãe ou o pai, sei lá, ele desrespeitou” (entrevista: Atanásio Dovalino, 2012-1).

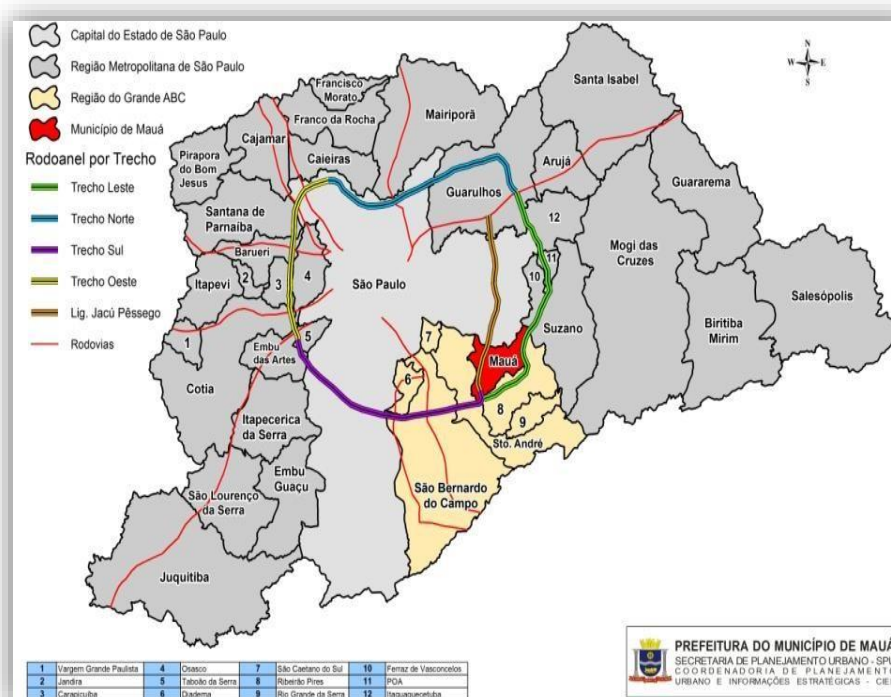
Há histórias ouvidas que se transformam dentro dos ouvintes e com eles vão crescendo e os transformam também, imprimindo-lhes uma ética que se atualiza geração a geração, sem que essa transformação seja objeto de reflexão. Pouco importa o arranjo de palavras que marca o ponto zero de uma determinada narrativa, pois, como conceitua Benjamim (1987, p.224), “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela ‘relampeja no momento de um perigo’”. Porque os ouvintes, antes de se transformarem em contadores de histórias, acompanham determinado narrador quando esse está preenchido por autoridade conferida pelo grupo que propiciou o contato inicial com aquela narrativa. A tradição é então constituída no quantum de tempo, ou na duração, de sua transmissão, e segue irradiando por toda a comunidade, diferenciando-a, produzindo em seus membros o duplo sentimento, e único, de integrar e complementar uma memória que é de todos (DUARTE & GOMES, 2008, p.32).

A palavra explicita fundamentos coletivos para a sociabilidade. Por ter como referência a memória coletiva, lida com uma temporalidade contrária à rigidez do tempo cronológico, tornando imprecisas as datações, sem, no entanto, deixar de ser relevante para o trabalho antropológico. A utilização da documentação oral na investigação sobre identidade na rede familiar Bernardo-Glória-Faustino permitiu inferir significados sobre a sua trajetória social, das primeiras linhagens até as gerações contemporâneas, considerando a sua presença nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso e no Distrito Federal, e também no exterior, na Argentina.

1.2 ORALIDADE E IDENTIDADE

Para os Bernardo-Glória-Faustino, o emprego da oralidade na transmissão intergeracional de valores é reconhecidamente um componente estruturante do sentimento de pertença ao grupo. É a realização dessa cadeia de transmissão de um *ethos* próprio que parece explicar a busca dos seus atores pela reconstituição de um espaço central, como se tinha no passado, de reprodução geracional de costumes. Isto, mesmo quando distantes territorialmente do lugar – Rio Claro – de irradiação da sua história.

Figura 16 - Localização do Município de Mauá



Fonte: Prefeitura de Mauá. Disponível em

<http://www.maua.sp.gov.br/PerfilMunicipal/LocalizacaoGeografica.aspx> Acesso em: 21 de maio de 2014

A partir do início dos anos 70, parte considerável dos Bernardo-Glória-Faustino migrou, em busca de melhores condições para a sua reprodução social, para diferentes cidades brasileiras, como Mauá²⁰ (Figura 16), no estado de São Paulo, que reúne número significativo de parentes.

As pessoas saíram da Vila Velha para desenvolver um trabalho lá em São Paulo. O Sinésio, o Sinésio é da nossa família, foi o primeiro. E daí, aí foi indo todo mundo. Depois, foram outros primos, até chegar hoje [...] Hoje, praticamente, tem uma vila lá em Mauá. A maioria está lá, em Jardim Zaíra, lá em Mauá. E foram outros depois, uns que nem são da família, mas foram também (Serafim Quintino, set., 2009).

Nesse processo migratório, a família ampliou suas ramificações para o exterior – no caso Buenos Aires, onde vive o historiador Tiago Tenuta da Silva (BERNARDO, quarta geração), filho de João Manoel da Silva, reeleito presidente da AFABGF para o biênio 2012-2014.

O Tiago fez História nessa universidade aqui, na Moacir Bastos, namorou um pouco por aqui, viajou uns tempos para Argentina e acabou que foi para fazer o mestrado, já tem sete anos. Naturalmente, com a ajuda da família da Paula, que ele se apaixonou e casou lá, passou a dar aula numa faculdade. Hoje é professor de História e tradutor (João Manoel da Silva, jun, 2013).

É notável, especialmente entre os migrantes para a Região do ABC paulista, como a ocupação do espaço urbano se deu nos mesmos moldes da ocupação geográfica tradicional, em Rio Claro. Ou seja, a construção de casas intervaladas no mesmo bairro, onde a “grande família” organiza atividades culturais, como festas de rua, que incluem o conjunto da comunidade circunvizinha.

Em fevereiro de 2013 permaneci por uma semana entre os Bernardo-Glória-Faustino “mauaenses” (Figura 17), podendo observar, nas “rodas de memória” (Figura 18), a reiteração de práticas culinárias ou de recepção de parentes, exatamente como aquelas práticas presentes no território original (Figura 19). Igualmente, via tradição oral foi possível reconstituir dados significativos da trajetória histórica desse ramo familiar “reterritorializado”, inclusive como

²⁰ Com área territorial de 61,909 km² e população estimada pelo IBGE em 2014 de 448.776, Mauá possui 6.741,41 habitantes por km². Além de Jardim Zaíra, o bairro mais populoso da cidade, com cerca de 110 mil habitantes (cerca de 1/4 da população do município), os parentes vivem nos bairros Parque das Américas e Nova Mauá. Ver <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352940>> (acesso em 28 de fev. 2015).

esse “patrimônio” da oralidade continua sendo utilizado para manter e ressignificar as suas identidades familiar e étnica.

Figura 17 - Os Bernardo-Glória-Faustino, mauaenses do Jardim Zaíra, Mauá, SP.



Fonte: Coleção do autor, 2013.

Figura 18 - Almoço com os mauaenses, Mauá, SP



Fonte: Coleção do autor, 2013.

Figura 19 - Roda de memória, Rio Claro, RJ – Território original



Fonte: Coleção do autor, 2012.

Deve-se notar que uma família pode institucionalizar-se, adquirir legitimidade forense para tratar dos assuntos do interesse individual e coletivo de seus membros, adquirir bens materiais, planejar e promover periodicamente encontros e disseminá-los nos seus diferentes ramos como um novo costume. Podem os articuladores dessa institucionalização frequentemente estimular o conjunto do grupo parental a identificar o que deve ser considerado como autenticamente representativo do seu passado, com o fito de expressar uma identidade que se presume ser partilhada por todos.

Entretanto, o que é efetivamente conectado pelos parentes mauaenses a esse passado que lhes é referido como um passado comum? A reprodução de determinados costumes que têm eco em Rio Claro é formulada intencionalmente no seu pensamento como algo a ser preservado, dependendo menos dessa ação contínua dos articuladores rio-clarenses do que dos elementos que concretamente falam à sua consciência. O patrimônio, então, para constituir-se como “categoria de pensamento”, assim intui Gonçalves (2005, p. 17) requer conectores mentais que tenham o poder de acionar as memórias de seu portador se veja delas um representante, uma vez que a oralidade é o suporte dessas memórias, ela é elevada ao status de patrimônio.

É principalmente quando se vão tecendo as memórias sobre o tempo vivido na meninice junto aos pais e avós que mais se iluminam as referências às situações em que a origem étnico-racial é interposta nas relações de trabalho, na escolaridade formal, nas práticas religiosas e em outros momentos do convívio social amplo. Esse é, por exemplo, o caso de um dos parentes de São Paulo, Robson Nicomédio Teixeira Santos (GLÓRIA, quarta geração), dançarino profissional:

[...] danço desde os doze anos de idade, me profissionalizei agora, aos vinte anos, e danço profissional há quinze anos. A minha relação com a dança é a família. A nossa família toda é afro-brasileira, todo mundo afro... então tem tudo a ver com o samba. Eu aprendi com os meus tios, então vem tudo de pequeno mesmo. Então eu me espelhei nas pessoas mais velhas, meus tios, meus avós dançavam e aí eu comecei a gostar também e aí estou até hoje nessa profissão minha. Hoje faço parte de um corpo de baile, de um grupo chamado Brazillian Samba Show. Trabalho com o Tobias, da Vai-Vai (tradicional escola de samba de São Paulo), viajei para vários lugares... fui para África do Sul, Dubai e agora uma Casa vai ser aberta em São Paulo [...] Eu não posso dizer que porque eu sou negro eu sofri preconceito [...] pelo contrário, as pessoas que mais me apoiaram foram as pessoas brancas, as pessoas outras, sem ser da nossa origem [...]

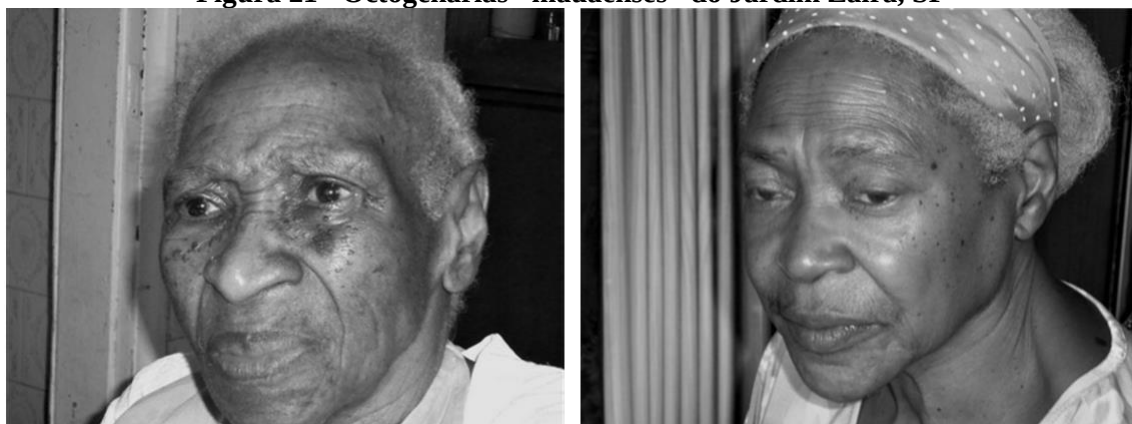
Desde criança aprende-se com os mais velhos (Figuras 20 e 21) os elementos fundamentais contidos na singularidade do universo cultural afro-brasileiro, entre outros, música, ritmo, dança. Nessa herança cultural estão embutidos os elementos fundamentais que serão acionados, por exemplo, quando da inserção no mundo das relações de trabalho. A convivência com o “outro”, ou as “pessoas brancas”, é mediada pelos valores transmitidos pelos antigos, reconhecidos por Robson como “afro-brasileiros”, como ele se reconhece e à sua geração (“todo mundo afro”). Robson aprendeu que a superação do preconceito racial pode se dar com o apoio daquele cuja herança familiar e lugar de objeto do preconceito, reconhecido na história do negro, lhe permite classificar como “pessoas outras”, portanto de outra origem. É explícita a relação apontada por Robson entre a vivência com os seus ancestrais e a construção da sua identidade étnico-racial.

Figura 20 - Irmãos Zézinho e Passinho, Mauá, SP



Fonte: Coleção do autor, 2012.

Figura 21 - Octogenárias "mauaenses" do Jardim Zaíra, SP



Fonte: Coleção do autor, 2012.

Entrevistas como a que é referida levaram a refletir sobre a construção e afirmação de identidades, especialmente identidade étnica, no contexto das transformações globais nos planos da economia, da política e, sobretudo, da cultura. É importante salientar, contudo, que aponto identidade étnica como processo identitário mas não exatamente afinado com os parâmetros de autores que apontam a “fragmentação das identidades” (HALL, 2004) como

principal dano causado pela “mundialização da cultura” (ORTIZ, 2000) na pós-modernidade, expressa numa perda irreparável dos elementos que garantiam à identidade a sua fixidez.

Em Stuart Hall (2004), essa perda de lastro das identidades frente às mudanças de comportamento cultural, ensejadas pelas necessidades de acomodação a uma alteração simbólica na distância e no tempo, gera um colapso identitário. Com o advento dos meios modernos de telecomunicação o indivíduo alcança tal grau de autonomia que a sua identidade se torna híbrida. O autor vê identidade no sentido de uma construção permanente, porém afetada pelas transformações advindas com a globalização, dentre as quais o “descentramento” do indivíduo, uma quebra do paradigma sustentado pela visão iluminista. Para esse autor, a convivência em grandes cidades, portanto em ambiente exacerbadamente urbano, exige a construção de relações cada vez mais envolventes com uma multiplicidade de pessoas. Disso decorre que o indivíduo que possuía fortes referências culturais baseadas nas suas tradições, inclusive familiares, vai sendo aos poucos absorvido e integrado a um sistema complexo de identidades, tornando-se ele mesmo um indivíduo complexo, descolado, portanto, das memórias que estruturam vidas como a do dançarino Robson.

Renato Ortiz refere que tal perda tem requerido uma reconstrução cultural num plano irreversivelmente cada vez mais amplo, tendo em vista que todos os grupos de identidades tradicionais sofrem influências de todas as partes do globo, dada a crescente interação entre os sujeitos. Do seu ponto de vista, os exemplos do cinema, da publicidade, da indústria fonográfica, da televisão e do rádio são significativos na medida em que indicam a existência de uma malha imprescindível para a mobilidade cultural. A circulação, princípio estruturante da modernidade, se realiza em seu interior (ORTIZ, 2000, p.58).

A observação participante junto aos Bernardo-Glória-Faustino mostra que as suas ações dirigidas à afirmação de uma identidade étnica caminham num movimento que, no mínimo, relativiza essas interpretações. A utilização de entrevistas abertas para a coleta de narrativas orais, como recurso teórico-metodológico, foi decisiva para compor os discursos sobre a importância da AFABGF na vida de seus participantes, especialmente seus membros mais dedicados à organização institucional e mobilização do conjunto parental. Essa abordagem permitiu compreender os Encontros anuais, tantas vezes traduzidos por parentes pela categoria “festa”, como espaços de sociabilidade, lugares privilegiados de recuperação e trocas da memória ancestral que cada participante traz consigo. Essa herança se estende desde os marcos simbólicos que sobreiam a existência desse coletivo, e, especialmente, se reproduz como lugar de onde emerge, com grande vitalidade, a identidade étnico-racial do grupo, como se verá na etnografia dos Encontros.

O que parece importante frisar é que a identidade étnica dos Bernardo-Glória-Faustino, enquanto grupo familiar com características próprias, vem se reconstruindo e reconfigurando ao longo do seu processo histórico, com recorte a partir do final do século XIX, período que o grupo nomeia como seu marco concreto, conforme enunciado. Na contramão das argumentações que primam pela fragilização da cultura como elemento central de afirmação de identidades, o que o uso da memória por um grupo ligado pelo parentesco aviva é exatamente sua herança cultural como o visgo de ligação entre suas diferentes gerações passadas, presentes e futuras.

É o próprio Hall que define etnia “pelas características culturais – língua, religião, costumes, tradição, sentimento de lugar – que são partilhados por um povo” (2004, p.67), ao que acresceria “ou por um grupo”. Tal concessão que não se pode entendê-la (a etnia) como algo paralisado no tempo, como se o grupo que herda tais atributos não fosse sensível às transformações sociais que efetivamente afetam seu ambiente, envolvendo-os. Segundo o autor, ao projetarmos a “nós próprios” nas identidades culturais enquanto internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribuímos para vincular nossa subjetividade aos lugares objetivos que ocupamos na realidade sociocultural. Daí que a forma como representamos o mundo – o uso que fazemos dos objetos, o que narramos, internalizamos e revelamos através dos sentimentos que expressamos – é também a forma como lhe emprestamos significados. Isto é, em certa medida atribuímos significado aos objetos, pessoas e contextos através do modelo de interpretação que herdamos dos antepassados. Concomitantemente, significamos quando ajustamos uma forma de utilizar as mesmas coisas e de nos relacionarmos com as pessoas, as recontextualizando no nosso cotidiano.

1.3 IDENTIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ESPAÇO

A migração de Rio Claro para a Região industrial do Grande ABC, formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, além de cidades com menos densidade demográfica, como o município de Mauá, atual reduto desse grupo familiar em São Paulo, exigiu uma resignificação de identidades, ou sua reconfiguração em parâmetros similares ao que notou, por exemplo, Pozenato (1990) em estudo sobre os processos culturais que redundaram na formação da comunidade gaúcha, de Caxias do Sul, formada por imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul.

Durante o processo de reconstrução cultural dos italianos, os traços diferenciais de outras culturas com as quais esses passaram a manter contato direto foram sendo paulatinamente absorvidos, e se tornando característicos da cultura que absorveu. Os símbolos transferidos de uma para outra cultura não são mais que signos, até que lhes sejam investidos significados que tenham representação para a cultura que deles se apropria. Neste sentido, “toda interpretação é uma interpretação, uma leitura sempre sujeita a reexame, a reformulação, quer dizer, a leitura do significado é sempre um processo em aberto” (POZENATO, 1990, p. 13).

Em Visconde de Mauá, o “solteiros e casados”, competição tradicional de futebol entre homens do bairro, que congregava inicialmente apenas os moradores do sexo masculino nos finais de ano, não demorou a ser acionada pelo grupo ocupante para instrumentalizar sua convivência e dar vazão ao “desejo de confraternizar com os vizinhos”, como declara Odete da Silva, 74 anos, matriarca, casada com Sinésio da Silva (BERNARDO, terceira geração) (Figura 22).

Os Bernardo-Glória-Faustino passaram pouco a pouco a integrar o evento, até redimensioná-lo, adornando-o com uma inventividade própria. O evento mobiliza, ano a ano, todas as unidades familiares do grupo, além de grande número de outros moradores. A comunidade dedica parte significativa do seu tempo na preparação da “festa”, o que inclui a confecção de alimentos, objetos decorativos, brindes, souvenir, baile e, é claro, a organização das equipes do “novo”, solteiros e casados. Uma fala da matriarca Odete (Entrevista, mar., 2013) resume a profundidade da aderência do grupo ao novo lugar: “Isso aqui, quando nós chegamos, era barro puro. Aqui era um sereno, noite e dia [...] que eu acordava cinco horas da manhã. Sinésio ia trabalhar e eu ficava olhando pro teto. Ai! Que vontade de ir embora [...] Mas hoje, não. Hoje, quando vou lá, dá vontade de voltar, logo”.

Figura 22 - Odete, viúva de Sinésio Silva, Rio Claro, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2012.

A interação com o ramo familiar referido começou, de fato, cinco anos antes, por ocasião da realização do “Segundo Encontro da Família Bernardo-Glória-Faustino”, em julho de 2008. Naquele momento, teve lugar uma tensão relevante para a definição dos caminhos da pesquisa. O grupo de São Paulo, ao receber crachás, na mesa de recepção e identificação dos presentes, exigiu que fosse escrito o sobrenome Silva, e não Bernardo, como constava. A reação dos organizadores, após o desconcerto das adolescentes responsáveis pela recepção, variou da tentativa, frustrada, de um esclarecimento sumário ao silêncio, que preponderou por dois anos consecutivos. Nas reuniões preparatórias subsequentes, volta e meia o assunto afligia os dirigentes da AFABGF, mas não se abria espaço para essa discussão junto aos “Silva”.

O argumento dos “mauaenses” se fundava no fato de que o matrimônio, no início do século XX, do patriarca Alexandre da Silva com a matriarca Maria do Rosário da Silva (BERNARDO, segunda geração), resultou na substituição parcial do sobrenome da esposa, que passou a chamar-se Maria do Rosário da Silva e, por via de regra, aos descendentes passou-se unicamente o sobrenome do esposo. Do ponto de vista formal, como seguem os registros em cartório, o sobrenome de ascendência materna fora suprimido. Assim, para o grupo migrante, cujos membros femininos que contraíram matrimônio também tiveram seus sobrenomes alterados, por exemplo, para Egídio, Conceição ou Eugênio, ramificando-se para o

indeterminado, o sobrenome Bernardo já não tinha nenhum valor absoluto. A referência histórica e sentimental passou a concentrar-se na linhagem paterna.

Numa “roda de memória”, em São Paulo, nos momentos imediatamente posteriores à reunião preparatória do encontro de julho de 2013 (Figura 23), durante o almoço coletivo, o tema da identidade dos “mauaenses” retornava à cena principal. Muitas falas se emendavam, umas às outras, até que uma se sobrepôs, chamando a atenção dos presentes para o fato de que havia muitas pessoas com sobrenomes diferentes, mas mesmo assim estavam ali, reunidas, “para planejar a festa da família [...] tem gente que só é casado com alguém da família e se sente da família, ué [...] Então, se tem que botar o sobrenome de todo mundo, não vai ser mais só Bernardo nem Glória nem Faustino e nem Silva... Tinha que ter tudo que é sobrenome”.

Figura 23 - Final da reunião preparatória, Jardim Zaíra, Mauá, SP



Fonte: Coleção do autor, 2013.

Alimentado o impasse, instalou-se um clima de euforia, que canalizaria a disputa de ideias em torno de dois pontos de vista. O primeiro, mesmo considerando fazer sentido a última intervenção do “primo do Rio”, continuava a defender o Silva como sobrenome preponderante sob o argumento da originalidade do patriarca Alexandre da Silva: “a partir do vô Alexandre é que tudo começou”. O outro ponto de vista focava a concepção do movimento que se fazia com o propósito de resgate da memória familiar, de responsabilidade dos familiares da linhagem materna.

O impasse só viria a ser definitivamente diluído no Encontro de julho de 2013. A condutora do cerimonial de abertura do evento, saudando as presenças dos familiares de cada tronco, prosseguia citando nominalmente os membros identificados como referência de cada núcleo familiar ou casa. A cada nome citado ouvia-se a barulheira típica das torcidas organizadas. Quando chegou a vez dos “mauaenses”, os seus sorrisos e braços levantados acenando positivamente em meio às brincadeiras confirmaram a adesão.

1.4 A LEGITIMIDADE DA AFABGF E OUTRAS REPRESENTAÇÕES

Voltando ao episódio em São Paulo trazido ao estudo na seção anterior, a tensão vivenciada pelos “mauaenses” acerca de suas referências identitárias também contribuiu para pensar os caminhos da pesquisa. Esses se disseram em dado momento não se sentir representados pela AFABGF por reconhecerem, em primeiro plano, sua linhagem paterna.

Na reflexão sobre a seleção e escuta dos incomensuráveis colaboradores, procurei dirigir atenção aos membros do grupo que mais se destacavam nas tarefas de mobilização e execução dos Encontros anuais da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino, desenvolvidos desde 2007, com vistas a acompanhar os esforços, de toda ordem, empreendidos para dar legitimidade ao empreendimento.

Tinha em mente entender o que e como se constroem as lideranças do movimento, considerando, por exemplo, que a genealogia dos três troncos demonstra que há indivíduos com elevada consanguinidade, mas que nunca participaram de situações relacionadas aos objetivos do grupo, enquanto outros, que “nem pertencem à família”, empreendem o projeto da AFABGF com extrema dedicação. Em outros termos, coube indagar as seguintes questões que são elucidadas ao longo dos próximos capítulos: quais foram os elementos motivadores iniciais que acenderam no grupo o desejo de olhar para o passado? Como foi montado e o que sustenta o discurso étnico-identitário e da culturalização diferencial que associa o grupo a sua ascendência africana e não a outra? Quais e como são feitos os acordos entre cônjuges, quando um não partilha a descendência de nenhuma das ramificações do grupo familiar, inclusive nos casamentos multirraciais? Quais as motivações que levam as pessoas a se ocuparem com atividades que, em geral, criam-lhes novas agendas permanentes, muitas vezes comprimindo outras, específicas dos arranjos sociais e familiares do lar? Que papéis são destinados, pelos seus idealizadores e executores das ações, aos jovens e aos mais velhos? Em que medida a institucionalização do grupo familiar e as relações institucionais mantidas com o poder público interferem nas práticas de transmissão de valores tradicionais e outros valores?

Paralelamente, passei a mapear as localidades onde residem os integrantes do grupo. Inicialmente, durante os dois primeiros anos, dos quatro efetivamente dedicados à pesquisa, me voltei para o reconhecimento dos distritos e bairros da cidade de Rio Claro. Mais tarde, fiz o mesmo nas demais cidades onde vivem descendentes da rede familiar em estudo.

Ir até o lugar da morada, tomar do café feito na casa, participar da organização de aniversários, casamentos, ou partilhar os ritos fúnebres, mesmo sem me dar conta inicialmente, iam fazendo de mim um personagem diferenciado no âmbito de toda a rede. Ao mesmo tempo em que eu era recebido como membro da família que esteve distante por muitos anos, e agora voltava “à casa”, era também objeto de especulação acerca da organização das “festas da família” – como ainda diz boa parte das pessoas, porque, para essas, diferentemente do jargão politicamente correto utilizado pelos criadores da AFABGF, os Encontros são festas.

As sucessivas idas e vindas a Rio Claro, bem como as visitas a parentes nas outras cidades, me permitiram a constante experimentação de novas formas de cumprir um mesmo ritual, em destaque as “rodas de memória”. Estas eram evidentemente formadas com o propósito de “lembrar”. Boa parte, portanto, do trabalho, consumi visitando e estimulando as “rodas de conversa” nas quais procurava me ater, principalmente, aos falantes que, volta e meia, referiam-se às trajetórias dos integrantes das suas unidades familiares.

O outro foco perseguido consistia em ouvir das pessoas as interpretações acerca das finalidades da AFABGF.

Nos lares (também nos espaços de realização dos encontros anuais e algumas vezes nas Igrejas, católicas e protestantes) as conversas com o “primo que estuda a família” tinham em comum o fato de começar com um convite para tomar assento e se tornarem descontraídas e animadas, nos quintais ou nas cozinhas, depois de se consolidar o sentimento de pertença, próprio de “iguais”. Para o trabalho etnográfico, as trajetórias que se avolumam no pensamento são aquelas que se estendem até onde firmam lembranças dos acontecimentos vividos. Mas, tais trajetórias e acontecimentos não se comunicam, necessariamente. É preciso que os colaboradores do etnógrafo, por esse estimulados, restituam-lhes as cenas originais, encadeando-as ao seu modo.

Retornando a todos aqueles lugares por onde andei na infância, torrentes de lembranças inflavam minhas reflexões sobre os procedimentos técnicos no campo da pesquisa. Questionava-me, sempre, quanto a manter ou não fora do alcance das cismas de pesquisador as memórias de determinados eventos, coroados de significados simbólicos, mas de caráter imensamente pessoal, alguns até então legados ao esquecimento.

Outra reflexão costumeira era sobre a passagem do tempo, a me insinuar que a pesquisa que mergulha no passado contando com o oxigênio das lembranças está comprometida com a durabilidade da vida justamente onde ela é mais frágil. Os principais porta-vozes dessas lembranças podem, repentinamente, se transformar, eles mesmos, em lembranças.

Um desses antepassados, Bernardo Manoel da Silva, foi quem me revelou os nomes dos seus avós, Bernardo da Silva e Serafina Maria da Conceição, ambos possivelmente escravos porque nascidos antes da Lei nº 2040 de 28.09.1871 – “Lei do Ventre Livre”, ou “Lei Rio Branco” –, provavelmente migrantes do litoral paulista para terras do interior do Rio de Janeiro, estabelecidos nas cercanias da cidade de Rio Claro, distante cerca de 120 km da capital. A última vez em que conversamos, antes ainda do início do trabalho de pesquisa, foi em abril de 2006. Seu maior encanto eram as lembranças retidas da infância na “Usina”, nome que singulariza um “lugar de memória” constantemente presente nas narrativas com que integrantes da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino sublinham o passado comum.

Poucos meses depois, precisamente em vinte e quatro de agosto, eu me despediria dele no cemitério Parque da Saudade, bairro de São Francisco, na cidade de Barra Mansa. O irmão João Manoel (BERNARDO, terceira geração) assim retratou o sepultamento: “[...] são vários acontecimentos, eu não guardo nada, parece que foi tirado da memória, abriu um espaço na nuvem como se ele tivesse sendo aprovado por Deus. E dizem que veio uma pomba branca e pousou em cima do túmulo. Tudo só mostra que ele levava uma vida correta. Era ali a sua confirmação espiritual”.

Também a filha Vera Lúcia (BERNARDO, quarta geração) se refere àquela tarde do sepultamento como um momento especialmente arquitetado por forças divinas:

Eu até hoje me arrepio quando lembro a imagem perfeita, na nuvem, da Virgem Maria abrindo os braços [...] Era como se tivesse dizendo: vem meu filho. O funeral dele foi como o de um político importante, ou de um artista famoso. Mas é que todo mundo gostava muito dele. Ele foi um homem muito bom, que ajudava todo mundo. E ele tinha um jeito de ser que todo mundo admirava ele. Um homem que voltou a estudar depois de adulto, que foi só até a 4ª série, mas que só teve um emprego na vida toda: foi na Rede [Rede Ferroviária Federal]. Mamãe conta que vovô [refere-se ao sogro do pai] era racista e depois virou subordinado a ele, ao mestre de linha. Mestre de linha era um cargo alto, que ele tinha carro à disposição, e tudo o que acontecia era ele que resolvia. Quando vinham os chefões da Rede Ferroviária era ele que eles iam buscar. Ele fez cursos, vários cursos, inclusive em outros estados, muitos em Minas. Tinha muito prestígio porque ele ajudava as pessoas em tudo, e só tinha até a quarta série. Eu posso dizer que eu tive um paizão (Diário de campo, abr. de 2010).

Estimo que esta narrativa provavelmente será reproduzida para além dos descendentes diretos de Bernardo Manoel da Silva, em razão do projeto atualmente desencadeado pela AFABGF. Sua construção faz refletir sobre outras narrativas nas quais pessoas geralmente ascendentes à condição de individualização social expoente referem-se aos parentes mais distantes com “profundidade temporal do reconhecimento personalizado da descendência”

(DUARTE & GOMES, 2008, p. 162). Nessas não são incomuns as frequentes lembranças de nomes de lugares, profissões, ambientes artísticos e culturais, conquistas, viagens e outros atributos e características marcantes de gerações anteriores – às vezes centenárias – ao guardião dessas memórias.

Afro-brasileiros não ouvem as histórias sobre os feitos dos antigos, e não aprendem a sobrelevar seu passado familiar? A tomar as narrativas extraídas dos Bernardo-Glória-Faustino, a resposta é sim. Mas os encaixes da descendência são frágeis ou obscuros, e, além disso, os que narram o passado não o fazem se não se sentem acolhidos por aqueles que encontram paralelos com as mesmas reminiscências. Foi nessas condições que retornei várias vezes aos lares, especialmente àqueles de Rio Claro, onde “começou” o passado cuja AFABGF deseja ancorar à África.

Nesses quadrantes, ainda outro aspecto relevante veio a orientar o levantamento de dados junto aos colaboradores. Procurei identificar que referências de África possuem, ou possuíam, os “antigos”, e que referências possuem, hoje, os idealizadores da institucionalização da rede familiar, ao postularem “dar sequência na elaboração da genealogia e história da família Bernardo-Glória-Faustino, com os objetivos de conhecer as suas origens no Brasil e no continente Africano” (AFABGF, Estatuto, 2009).

Para efeito metodológico, foram arbitrados três tipos estruturantes de redes familiares afro-brasileiras. Primeiramente estão as redes familiares constituídas onde foram a elas doadas terras dos senhores dos seus antepassados, portanto na mesma propriedade, passando a viver de uma economia agropecuária de subsistência; em segundo estão as redes familiares oriundas de arranchamentos ou aquilombamentos precedentes ao “treze de maio”, possivelmente voltadas também para uma relação visceral, embora não tão somente, com a terra ocupada; em terceiro estão as redes familiares estruturadas a partir do lugar de convergência migratória dos indivíduos ou grupos que, no período imediatamente posterior à entrada em vigência da Lei Áurea, permaneceram nas grandes propriedades, porém na condição de colonos, até a consolidação das leis trabalhistas impor novas relações de trabalho no campo. Esse último tipo é destacadamente aquele para o qual voltei a pesquisa, por caracterizar mais proximamente a história social dos Bernardo-Glória-Faustino.

1.5 A LINGUAGEM DAS EMOÇÕES E O LUGAR DO PESQUISADOR

Muito se tem refletido acerca da posição conscientemente escolhida pelo antropólogo durante o trabalho de campo e na sua continuidade, na elaboração textual, em revelar ou não a

intensidade de sua ligação com o objeto, inclusive quando a fala do objeto também se manifesta através dele mesmo. Um marco na problematização dessa inquietude é, sem dúvida, o último trabalho publicado de Pierre Bourdieu (2005), seu “Esboço de autoanálise”, cujo desafio teórico concerne à aplicação, na trajetória intelectual do próprio autor, do método reflexivo.

Embora advirta que não se trata de trabalho autobiográfico, e por essa razão o autor prefere iniciar os escritos pela análise das convicções ideológicas de hierarquização que dominavam o meio intelectual na França dos anos 1950, Bourdieu faz pensar no quanto a vida intelectual se encontra conjugada, pelas margens e por dentro, de memórias das experiências que se avolumam ao longo da vida social. Refletindo sobre a infância vivida numa comunidade rural no interior da França, permite-se deixar fluir a emoção ao descrever as subjetividades das quais precisou distanciar-se, para tornar possível uma “objetivação” do contexto que se sentiu tentado a estudar.²¹ Para o autor, “o retorno às origens faz-se acompanhar de um retorno, embora controlado, do que fora recalcado”²². O retorno aos cenários da vida na antiga província do Béarn é igualmente a volta às cenas que marcaram indelevelmente a infância modesta.

Deixa transparecer os sentimentos experimentados durante o período vivido no continente africano, relacionando à angústia sofrida com a perseguição de outros meninos, no internato, a “uma espécie de racismo de classe ancorado na aparência física e no sobrenome”.²³ Imbricado em suas memórias da vida familiar, ressalta lembranças da influência da mãe na construção de modelos teóricos²⁴, revela para si, na reflexividade impulsionada pela emoção, o quanto essas memórias são decisivas nas suas escolhas intelectuais: “a experiência do internato desempenhou um papel determinante na formação de minhas disposições, principalmente pelo fato de me inclinar a uma visão realista (flaubertiana) e combativa das relações sociais”²⁵.

No âmago do debate metodológico, enriquecido por Bourdieu, encontra-se, de fato, a validação (ou não) das emoções no trabalho científico, o controle da expressão dos sentimentos do autor no campo, ou na consecução do relatório da pesquisa.

Durante a pesquisa de Duarte & Gomes (2008) foram vários os momentos, referem os autores, de submissão, mesmo involuntária, às avaliações da comunidade científica acerca da “ousadia”, para uns, a “incongruência” para outros, de assumir um trabalho etnográfico

²¹ Durante a guerra pela libertação da Argélia, nos anos 1950, Bourdieu, convocado pelas forças de repressão da França, realiza as suas primeiras pesquisas etnológicas. Após retornar da guerra da Argélia, retorna para a antiga província do Béarn, sua terra natal, onde desenvolve a segunda pesquisa, com as famílias do lugar, sobre o celibato dos filhos mais velhos.

²² BOURDIEU. **Esboço de autoanálise**. Tradução, introdução, cronologia e notas de Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 140 p.

²³ Ibid, p. 122

²⁴ Ibid, p. 93

²⁵ Ibid, p. 115

desenvolvido com as próprias redes de pertencimento, atravessado por diferentes sentimentos. Entretanto, os autores reforçam que se estava realizando pesquisa, e “também produzindo – concomitantemente – uma reinserção na família” (DUARTE & GOMES, 2008, p.41), pois, os olhares de ambas as partes, em função das condições sociais externadas, comparativamente entre o cientista social e os membros do grupo, são radicalmente distintas.

O treinamento continuado a que se submete o pesquisador para o trabalho científico, somado à forma como esse se representa na condição de intelectual imiscuído ao objeto, introduz um condicionamento para o fazer etnográfico que regula o universo social da pesquisa. Nesses parâmetros, insisti na possibilidade de sistematizar a enormidade de dados possíveis de serem extraídos num ambiente de proximidade e intimidade, buscando traduzi-los em informações reveladoras do objeto em análise. Isto, em que pese “a relação entre as condições sociais originárias da trajetória pessoal e determinadas propriedades do seu rumo e afirmação” (DUARTE & GOMES, 2008, p. 32), obviamente pode ter estimulado, em maior ou menor grau, certas percepções ou a ênfase em determinados argumentos.

Na investigação aqui relatada, o afastamento de décadas entre o pesquisador e a rede familiar não deixou de ser significativo na produção de sentimentos, quando da retomada das relações entre parentes: aquele que revelava o propósito de fazer a pesquisa com o conjunto parental e aqueles que eram instados a se verem na condição de objeto de pesquisa. De um lado, o pesquisador, ávido por coletar dados que compusessem pistas que levariam às primeiras inferências sobre o novo caráter organizativo da rede familiar, inesperadamente se percebia com o pé no freio, a cada conversa em que recordações de sua infância denunciavam seus sentimentos mais recônditos. De outro lado, parentes que, mesmo informados sobre o alvo do pesquisador, se entregavam às manifestações orais e gestuais de saudade, evidenciando-as, essas sim, como o mote da visita do “parente-pesquisador”. Entre ambos se interpunha, portanto, a membrana forte, porém maleável das emoções.

A saudade foi inegavelmente o sentimento condutor dos primeiros contatos com a parentela e outros colaboradores, em todas as cidades visitadas. Mesmo quando as lembranças pessoais escapavam ao pesquisador, esses estabeleciam pontes de memória entre a imagem do “filho da Glorinha” e a própria Maria da Glória. Entretanto, esses sentimentos interpostos não poderiam acomodar tão somente fluxos de subjetividades.

Para o senso comum, as emoções são consideradas manifestações que se originam tão somente no sujeito a partir da forma como esse absorve e metaboliza os seus sentimentos. Para a literatura das ciências sociais as emoções são percebidas como fenômenos adstritos a práticas sociais coletivas, pois “[...] mais do que tratar um discurso emotivo como meio de expressão

dos sentimentos (que, segundo uma visão ocidental moderna, estariam situados ‘dentro’ da pessoa), ele deve ser analisado enquanto um conjunto de atos pragmáticos e performances comunicativas (COELHO & RESENDE, 2002, p. 74). Assim assinalam as autoras quando se referem às análises de Durkheim e Simmel, que mesmo em perspectivas teóricas distintas apontam para a construção social das emoções como mecanismo de regulação e manutenção da vida relacional. Durkheim (2000) interpreta as emoções como expressões ritualísticas com a finalidade específica de reafirmar os laços consensuais que conferem o sentido de unidade ao grupo social; Simmel (2006) postula que nem todo sentimento individual é transformado em sentimento coletivo, necessitando para isso haver interação e reciprocidade entre os indivíduos, para que as emoções estabeleçam-se como formas de relação, passando do estado subjetivo à dimensão sociológica.

Na retomada de relações entre o pesquisador e o grupo, os laços afetivos cedo se cristalizariam como parte integrante dos seus movimentos, ora de estranhamento ora de identificação (VELHO, s.d. apud NUNES, 1978). Uma situação reveladora pode ser exemplificada na seguinte observação: a filha de um dos primos com quem o pesquisador compartilhou momentos de afetividade na passagem para a vida adulta estava preste a dar à luz ao primeiro filho e primeiro neto naquela unidade familiar. Motivado por um tipo de “gratidão” à memória de uma experiência vivida prazerosamente, o pesquisador foi irrompido pelo desejo de manifestar esse sentimento, acabando, de própria iniciativa, por presentear a futura mãe com uma banheira de bebê. Em função dos compromissos de trabalho, o pesquisador não pôde retornar à casa do parente em tempo hábil para a utilização do acessório quando do nascimento da criança. A demora gerou especulações quanto a efetivação do “compromisso” assumido pelo pesquisador, forçando a família a improvisar, inclusive semeando certo rancor em uma das primas mais dedicada ao amparo afetivo e material da mãe e da criança. Quando finalmente o presente passou a ser desfrutado, as relações em geral voltaram a zona de conforto. A partir do episódio, entretanto, foram feitos vários pedidos silenciosos de presentes para si ou para outrem. Embora a contragosto do autor, o episódio corroborava a relação hierárquica, que embute “a dimensão do poder e da dominação” (DA MATTA, 1978; VELHO, s.d. apud NUNES, 1978), mapeados por aqueles parentes.

Mesmo procurando manter discrição na oferta do presente face o reconhecimento do simbolismo que reveste o ato de presentear, o pesquisador não pôde evitar ou controlar seus efeitos, ainda que previsíveis, no âmbito do grupo. Como no cerne da antropologia de Marcel Mauss (1923-1924 apud MAUSS, 1974), a “dádiva”, fundamento da sociabilidade e comunicação humanas, chancelou uma “aliança diplomática” na qual se substantivou a relação

de afeto então resgatada pelos dois lados, ao tempo em que flexibilizou ao infinito o acesso aos colaboradores e aos dados de interesse da pesquisa.²⁶

Sentimentos de gratidão, saudade, alegria, raiva e outros permaneceriam presentes ao longo do trabalho etnográfico, constituindo-se em elementos contextuais da investigação e de comunicação entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador, nos dois sentidos. Como enfatizam Gomes e Menezes (2008, p.2):

Descrever o outro com presumida neutralidade, sem emitir valores pessoais nem esclarecer o processo de intercâmbio de experiências entre pesquisador e nativos é assumir a crença na objetividade do cientista. No entanto, para apreender o universo nativo é preciso contar com a sensibilidade e subjetividade do antropólogo. O motor da investigação é a vontade da verdade; uma vontade que comporta, intrinsecamente, a esfera das emoções.

Assim, as emoções, por mais que entranhadas nas subjetividades em evidência, seriam também referidas como práticas discursivas permeadas por negociações de poder e integrariam todo o processo reflexivo etnográfico.

Encontrei nos depoimentos coletados um instrumental hábil para investigar as tensões do cotidiano das pessoas que não poderiam ser encontradas em nenhum outro suporte, senão nas ações e reações que dinamizam a vida privada e a vida social. Ao proceder às entrevistas, inicialmente programadas, fui notando ser possível usar a intimidade, facultada pela relação de parentesco com a maioria dos colaboradores, para adentrar, cada vez mais, aos “momentos de moralidade” de cônjuges, pais e filhos, avós e netos ou outros arranjos, que são erigidos a qualquer tempo, “instintivamente” de acordo com as necessidades manifestadas pelos parentes de confirmar ou refutar determinados valores considerados tradicionais no núcleo familiar.

Essa proximidade, contudo, traduz-se em bônus e, ao mesmo tempo, em desafio significativo para o pesquisador que investiga a própria família. É vantajoso porque o correr da notícia de que “um parente está entrevistando a gente para escrever um livro” redimensiona permanentemente as expectativas e rasga resistências à colaboração. Em geral, para os integrantes do grupo, a possibilidade de ver-se representado na literatura a ser produzida a partir de sua história é tomada como atribuição de valor aos feitos seus e dos antepassados. Vantajoso, porque a construção da relação de confiança com os colaboradores é tecida voluntária e multilateralmente, na medida em que “se comunicam” os hábitos e costumes do grupo com as práticas vivenciais do pesquisador. Vantajoso, enfim, por permitir a apreensão, de forma mais

²⁶ Esta a ideia central de Marcel Mass nos Ensaio sobre a Dádiva.

orgânica, da complexidade da vida social retratada nas escolhas dos indivíduos, seus afazeres, a obediência ou a transigência às normas, a continuidade ou não dos valores norteadores do comportamento, dentro e fora do âmbito familiar.

Por outro lado, as relações de proximidade entre pesquisador e objeto são desafiadoras, de forma singular, conquanto o projeto de resgate da história familiar e afirmação de identidade étnica realizada pela AFABGF, por integrar o pesquisador, instaura um ambiente de intimidades que, tantas vezes, passa a requerer a sua intermediação, vista como elucidativa, nos conflitos pré-existentes ou não à sua imersão. Também se torna frequente a requisição do empréstimo de suas habilidades profissionais como ferramentas para a realização de diferentes tarefas de caráter técnico-administrativas.

Deve-se acrescentar que o principal combustível percebido para essas requisições se concentrava em dois polos: na oportunidade de resolver demandas operacionais do grupo, especialmente no campo das relações institucionais, com autoridades ou repartições públicas. Por exemplo, a escrita de ofícios demandando à prestação de serviços de infraestrutura e outros. No plano individual ou de núcleos familiares, a intermediação se voltava para a pauta de tópicos em subsídio à reflexão acerca de dilemas ou outras situações consideradas dramáticas.

De toda forma, o resultado mais destacado dessas intermediações era a conquista de capital simbólico. No uso da oralidade como recurso metodológico, quando o pesquisador é parte integrante de seu objeto, compartilhando memórias inscritas no mesmo espaço socioafetivo, no mesmo universo simbólico, o diálogo multilateral também alimenta a disputa por prestígio, transfigurando as intenções e expondo, às vezes angustiantemente, o pesquisador (DUARTE & GOMES, 2008).

Exemplos desse desafio foram as solicitações de parentes para que o pesquisador contribuísse na elaboração do projeto “Casa da Cultura Negra de Rio Claro” e, mais adiante, na minuta de estatutos para transformar as reflexões, iniciativas e perspectivas do grupo numa organização autônoma, oficialmente registrada. Na ocasião, explicar aos seus líderes que não haveria recusa, porém limites²⁷, causou certa instabilidade, frequentemente reavivada nas “rodas de memória” posteriores. Uma áurea de poder vinculada à bagagem intelectual do pesquisador, construída no imaginário dos colaboradores, traduzia-se em relação de hierarquia cultural.

²⁷ Os limites não eram fixados para a colaboração técnica, do tipo revisões ortográficas e gramaticais, mas o eram claramente quanto à inventividade dos conteúdos do documento.

CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÕES DOS BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO: QUEM SÃO?

No capítulo anterior viu-se que a reflexividade sobre a vida social do autor está contida nas escolhas e nos percursos metodológicos da pesquisa, e que os Bernardo-Glória-Faustino possuem raízes profundas na cidade de Rio Claro e no seu entorno, no interior do Estado do Rio de Janeiro. A história da relação entre a família e a localidade, a sua identificação com o espaço é parte constitutiva do processo identitário extensivo aos ramos que se desenvolvem em outras partes do país. O reconhecimento dessa história comum é o ponto de partida para a construção de um discurso de legitimidade da Associação instituída para representar os interesses presumivelmente do conjunto parental.

Presentemente, cabe considerar aspectos socioeconômicos, verificados na quarta geração, que auxiliam na interpretação de certos princípios que parecem reger seu posicionamento, frente aos desafios da reprodução social. São apresentadas as representações transmitidas pelos membros da rede familiar para recortar, no tempo e espaço, os acontecimentos que encadeiam e dão significados às trajetórias daqueles que perfazem sua história social. Procura-se explorar fontes orais e escritas para indicar tais acontecimentos, e analisar as circunstâncias de outros prováveis, correlacionados “aos primeiros”, os fundadores das linhagens que compõem a rede familiar, aos enlaces matrimoniais e ramificações, essas diagramadas até a quarta geração. Na última seção, são perscrutadas certas transformações que se processam no seio familiar devido à presença crescente de um pluralismo religioso, que afeta o projeto de institucionalização dos Bernardo-Glória-Faustino.

2.1 PRINCÍPIOS E REFERÊNCIAS PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL

Durante reunião, em abril de 2015, preparatória para o encontro anual em fase de planejamento pelos articuladores da AFABGF para o ano em curso, foram colhidos dados²⁸

²⁸ Como a perspectiva epistemológica da pesquisa está pautada na obtenção de dados qualitativos, um questionário semiestruturado (em anexo), pontualmente elaborado, foi aplicado, aleatoriamente, como instrumento metodológico de um survey junto aos integrantes da rede familiar, cada qual respondendo pelos dados do seu domicílio. Julgou-se adequado fazê-lo numa oportunidade em que os informantes estivessem espontaneamente reunidos. Daí ter-se escolhido o dia de uma reunião ampla, horas antes de uma comemoração de aniversário. Antes da aplicação dos questionários pelo pesquisador, com o auxílio de duas assistentes previamente recrutadas entre os colaboradores, uma professora e uma estudante de nível médio concluído, obteve-se o número total de integrantes da reunião. Em seguida, foram sorteados os informantes de maneira a garantir, primeiro, a representação das três linhagens, e segundo, a representação de cada um dos quatro ramos possíveis, tendo em vista a proporcionalidade dos representantes de cada linhagem ou de cada ramo presentes, conforme a tabela 1.

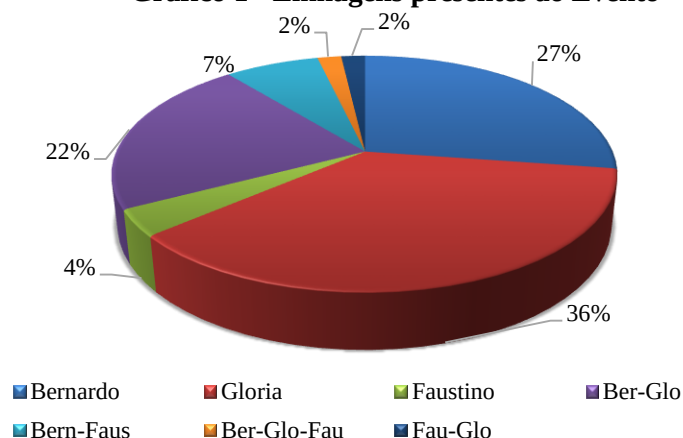
com o intuito de demonstrar características socioeconômicas do grupo, especialmente em relação à educação formal e à renda, anteriormente observadas no processo da investigação. A reunião ocorreu no quintal do núcleo mais numeroso da rede familiar, em Rio Claro, onde a seguir houve a festa de aniversário de Ivone (FAUSTINO & BERNARDO, quarta geração), sendo também o lugar onde se encontra a maior presença de moradores dos Glória e dos Bernardo. O olhar geral sobre a rede familiar, nas três linhagens que a estruturam e nos seus diferentes ramos, confirmado nos dados levantados, mostrou as conhecidas dificuldades de desenvolvimento socioeconômico quando é baixo o nível de escolaridade da população observada.

Como demonstrado na Tabela 1 (Gráfico 1), em um total de 55 questionários válidos, a soma das duas linhagens prevalentes na reunião representou 63% dos presentes, ou seja, 27% para os descendentes somente da linhagem Bernardo e 36 % para os descendentes somente da linhagem Glória. Nos demais questionários válidos (33%), o ramo com maior interseção entre as linhagens foi o composto pelos descendentes de matrimônios entre as linhagens Bernardo e Glória, equivalente a 22% dos informantes. Em seguida aparece o ramo formado pelos descendentes de matrimônios entre as linhagens Bernardo e Faustino, esse representando 7%. O ramo com descendentes de matrimônios entre as três linhagens e um outro integrado por descendentes de matrimônios entre as linhagens Faustino e Glória representaram, respectivamente, 2%.

Tabela 1 - Pertencimento às linhagens

Linhagens	Pessoas, por linhagens ou ramos	%
Bernardo	15	27
JúliaGlória	20	36
Faustino	2	4
Ber-Glo-Fau	1	2
Ber-Glo	12	22
Ber-Fau	4	7
Glo-Fau	1	2
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2015.

Gráfico 1 - Linhagens presentes ao Evento

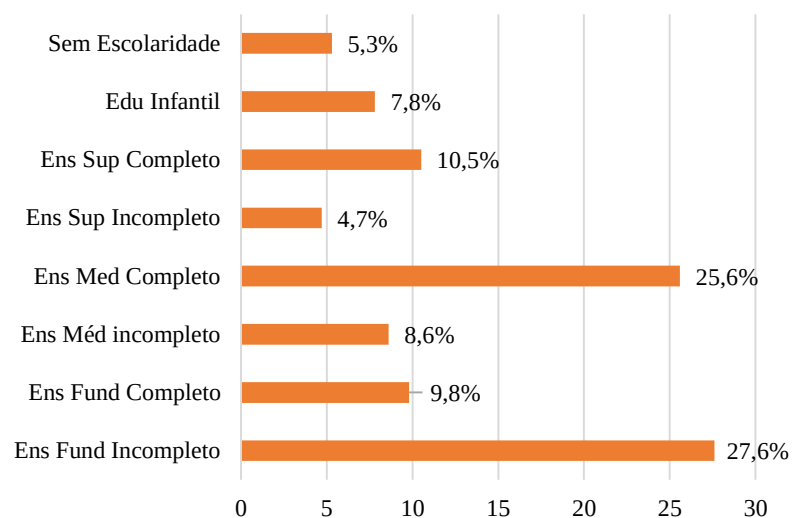
Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2015.

Do ponto de vista da escolaridade, de um total de 152 pessoas vivendo nos 55 domicílios, independentemente das linhagens ou ramos e de estar frequentando ou não estabelecimentos de ensino, 79,4% estavam compreendidos na educação básica, 15,2% acessaram a educação superior e 5,3% não haviam completado nenhum ano de escolaridade. Na educação básica, 27,6% encontravam-se entre o primeiro e o quarto ano do ensino fundamental e 9,8% já haviam concluído esse ciclo. Dos 34,2% que iniciaram o ensino médio, 8,6% não tinham conseguido chegar ao final desse ciclo. Daqueles que atingiram a meta de evoluir para a educação superior (15,2%), graduaram-se 10,5%, como mostram as Tabelas 2 (Gráfico 2). Os dados de escolaridade informam que na maioria das unidades familiares, entre aquelas que os representantes participaram do levantamento, os membros da rede familiar se concentram no nível básico da educação formal, como se verifica na Tabela 3 (Gráfico 3).

Tabela 2 - Escolaridade

Escolaridade	Freq	%
Fund incompleto	42	27,6
Fund completo	15	9,8
Médio incompleto	13	8,6
Médio completo	39	25,6
Sup incompleto	7	4,7
Sup completo	16	10,5
Educ infantil	12	7,8
Sem escolaridade	8	5,3
Total	152	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2015.

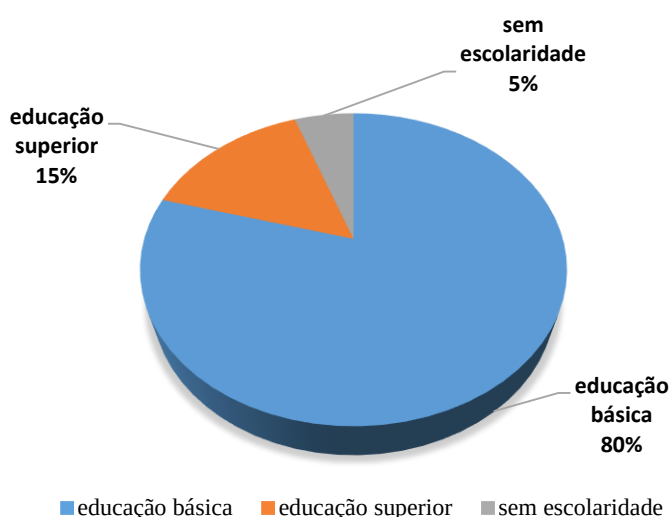
Gráfico 2 - Escolaridade

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2015.

Tabela 3- Nível Educacional no total de domicílios

Nível Educacional	Freq.	%
Educação Básica	121	80,0
Educação Superior	23	15,0
Sem escolaridade	8	5,0
Total	152	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor

Gráfico 3 - Nível educacional

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2015.

Observando-se a renda das unidades familiares auferidas num único mês, notou-se que na maioria dos casos, 47% das unidades familiares vivem com renda na faixa de 1 a 3 salários

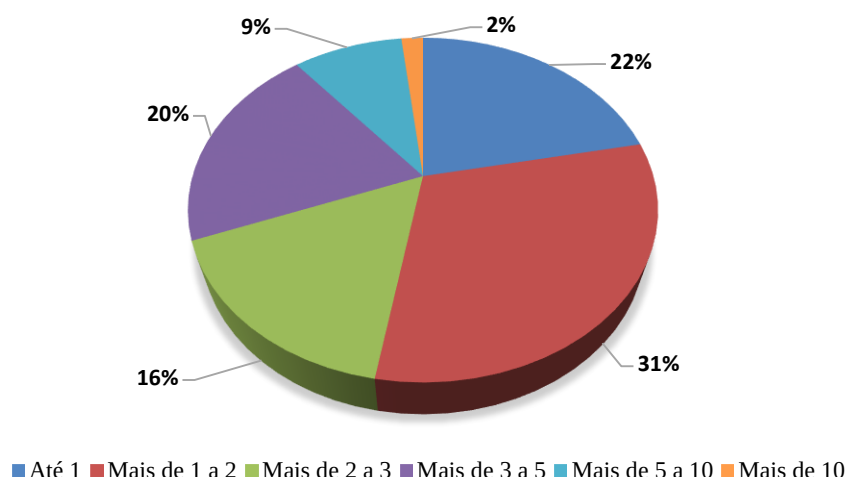
mínimos, 16% com renda de 2 a 3 salários, 20% alcançaram entre 3 a 5 salários, 9% receberam de 5 a 10 salários e 2% ultrapassaram os 10 salários. Ainda 22% ficaram abaixo de 1 salário mínimo.

Tabela 4 - Renda mensal familiar²⁹ em salários mínimos

Renda	Freq	%
Até 1	12	22,0
Mais de 1 a 2	17 9	31,0
Mais de 2 a 3	11	16,0
Mais de 3 a 5	5	20,0
Mais de 5 a 10	1	9,0
Mais de 10		2,0
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2015.

Gráfico 4 - Renda mensal familiar (em março de 2015) por domicílio



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2015.

Os dados disponíveis representam objetivamente 152 indivíduos, portanto um recorte limitado do conjunto dos parentes em toda a rede familiar, que beira 1000 integrantes. Entretanto, com base na observação participante realizada durante os quatro anos em que se

²⁹ Considerou-se o conceito de “rendimento mensal familiar” aplicado pelo IBGE, definido como a “soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico”. (disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> . Acesso em 20 de maio de 2015).

desenvolveu a pesquisa, período no qual foram frequentes as visitas a residências em praticamente todas as cidades onde se encontram os Bernardo-Glória-Faustino, acredita-se serem representativos os dados aqui apresentados.

Trata-se de uma rede familiar cuja história social, confirmada quando vista através dos níveis de escolaridade e renda, não se distancia do que pode ser observado empiricamente em relação a tantas outras famílias com características e realidades sociais similares, e que é tema visceral nas Ciências Sociais³⁰. A maioria tem poucos anos de frequência à escola, seja em razão da falta de estímulo para seguir nos estudos, seja por entrar precocemente no mercado de trabalho ainda na adolescência para complementar os ganhos da família. As mulheres, muitas engravidam em idade escolar e passam a assumir as responsabilidades inerentes a essa situação. Assim como os homens jovens sem qualificação, ficam à mercê do emprego de baixa renda e em condições que tantas vezes impedem a atenção adequada aos filhos (família).

De toda forma, notou-se que uma parcela relativamente significativa de indivíduos, nos diferentes ramos da família, alcançou desenvolvimento acadêmico e profissional, inserindo-se num plano de individualização que os transforma em vitrine, exemplos a serem seguidos pelas gerações mais novas³¹. É o caso de Célia Glória (GLÓRIA, quarta geração), caçula das mulheres entre nove irmãos:

Quando era criança sonhava em ser psicóloga, eu sonhava mas via aquela profissão muito longe... achava muito difícil devido a nossa situação financeira. Então eu fui estudando, estudando e quando eu terminei o antigo ginásio, eu... aos quinze anos eu perdi o meu pai. E eu ouvia muito o meu pai dizer que o sonho dele era ter uma filha estudando no colégio técnico agrícola da Universidade Federal Rural [...] e o meu sonho era lidar com pessoas, com o lado humano. E quando o meu pai faleceu, eu queria presentear-lo e aí eu saí do Fernando Costa, a escola onde eu estudava, e fui para o colégio técnico, o CETUR, fui aprovada e comecei a fazer o curso de técnico em economia doméstica. Terminei o curso com dezenove anos, e quando eu estava no último ano do Curso, uma professora que me observava muito... e eu era uma excelente aluna mesmo, gostava muito de ler, fazia sempre todos os trabalhos, ganhava todos os concursos de poesia na escola, escrevia muito bem, lia muito bem... e aí ela me chamou e disse: - minha querida você nasceu para ser professora. Você não quer estudar no Curso Normal? Vai procurar uma escola que eu pago. E aí... eu saí da escola normal, eu já estava noiva, já para casar [...] Depois de casada, resolvi fazer faculdade. Influenciada pelos professores que me estimulavam [...] um professor que eu tinha me dizia: - Ah! Você escreve tão bem, você tinha que fazer letras. E aí... eu fui fazer Letras. Trabalhei durante alguns anos, como supervisora educacional, mas o que eu queria não era isso [...] Então, surgiu uma oportunidade e eu fui fazer psicanálise clínica [...] Depois, fiz mestrado profissional em Psicanálise

³⁰ Sobre o tema ver: IPEA. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Brasília, Comunicação da Presidência n. 7, ago. 2008. Ver também: SCOTT, Parry. Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, (Série Família e Gênero, n.14) 2011. 235 p.

³¹ C.f. Duarte (1995)

Clínica. Hoje tenho consultório próprio, também trabalho como coordenadora pedagógica e me orgulho do meu filho. Ele é graduado em Publicidade e Propaganda, faz pós-graduação e trabalha como jornalista aqui na Prefeitura de Seropédica.

Deve-se salientar que, embora os núcleos principais dos Bernardo-GlóriaFaustino estejam ainda hoje em cidades do interior, seus integrantes, principalmente a partir da quarta geração, vêm experimentando todos os tipos de intercâmbio cultural com os quais se sentem identificados, efluídos dos grandes centros urbanos. Isto, através do acesso à produção cultural que rompe fronteiras, preenchendo de novas práticas e sonhos (como de Célia, de tornar-se psicóloga) os lares mais interioranos. A produção, disseminação ampliada e absorção de códigos culturais que atualizam posturas e condutas, inclusive das populações de pobres urbanos e de suas famílias, são dados característicos da contemporaneidade (DUARTE, 1987)³².

Esses modelos culturais são analisados por Duarte³³, que os considera configurados em duas grandes matrizes culturais, uma, dominante, que se ergueria a partir do individualismo, e outra ou outras porque rica em sua heterogeneidade, de contornos mais holistas, porém, constantemente atualizadas conforme as interfaces criadas com os pressupostos centrais da modernidade. “Pobres urbanos”, ou culturas populares nas periferias e cidades mais afastadas dos grandes centros de consumo, apesar de terem menor visibilidade porque difundem e legitimam de forma desigual a sua visão de mundo, possuem lógica própria, distinta das visões da matriz dominante, “não só no sentido de pequenas variações, mas no sentido forte e verdadeiramente contrastivo”³⁴.

Entre esses grupos que se inter-relacionam numa perspectiva mais valorativa da vida doméstica, acompanhando o raciocínio de Duarte (1995), um dos diferenciais mais destacados é a preponderância da família na construção de um modelo relacional que permanece inculcado na sua descendência. Esse modelo evolui diferentemente do que ocorre entre as famílias de camadas médias, dedicadas à preparação de “sujeitos individuais e livres”, realizados em plenitude no isolamento do mundo externo à casa. Diferente também das famílias de elite, que cultivam uma “solidariedade de linhagens”, podendo estar voltada à casa enquanto “unidade de identidade”, mas que o fazem em geral subordinadas à manutenção do capital financeiro acumulado. Entre famílias de classes populares a unidade doméstica está orientada por uma

³² DUARTE. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: Lopes JSL, organizador. Cultura e identidade operária. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero; 1987. p. 203-26.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem, p. 213.

forte valorização não do indivíduo ou de heranças a serem transmitidas, mas do grupo doméstico e de sua hierarquia³⁵, como o demonstra a depoente, para quem abrir mão da individualidade se justifica pela fidelidade à memória do pai.

Ocorre que famílias caracterizadas pelo progresso tímido em relação à formação intelectual e inserção mais favorecida no mercado de trabalho progridem nessa direção. A filha de Francisco Glória e Luísa Glória (GLÓRIA, terceira geração) (Figura 24) é incentivada a um projeto individualista pelo pai, que a entrega à educação formal atendendo à convenção moderna de que cabe melhor à escola a sua preparação (ARIÈS, 1978, p.272).

Figura 24 - Matriarca Luisa Glória, viúva de Francisco Glória, Seropédica, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2012.

Torna-se transmissora dos valores dessa inclinação ao filho, do qual se orgulha de ser jornalista e estudante de pós-graduação, expondo a já longa pressão sofrida pela ideologia do individualismo, latente no espaço urbano moderno³⁶.

Ultimamente, o espaço dos encontros anuais, promovidos com uma complexidade crescente tanto do ponto de vista logístico-operacional como criativo-sensorial, isto é, exercendo uma criatividade sensível às mudanças que se processam globalmente, tem sido

³⁵ DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara (Org). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais da sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Loyola. 1995, p. 34.

³⁶ Cf. Duarte (s.d. apud RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara, 1995, p. 35)

considerado por seus articuladores como propício à assimilação dessas trajetórias bem sucedidas.

Figura 25 - Valorização da ascensão social

Rua Francisco Glória. Seropédica, Rio de Janeiro, 2009.

Neta e tataranetas de Francisco Glória. Seropédica, Rio de Janeiro, 2014.



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Essa mentalidade de valorização da ascensão social tem sido objetivada, inclusive, ancorando-se em trajetórias pregressas, que projetam o grupo ao final do século XIX (Figura 25). Como será visto na seção seguinte, tratava-se aquela época de um contexto socioeconômico e cultural ainda muito próximo às dificuldades enfrentadas pelos “primeiros” da ascendência do grupo, para inserirem-se no mercado de trabalho moderno.

2.2 OS PRIMEIROS

A construção da longa trajetória dos Bernardo-Glória-Faustino teve como fonte, além dos depoimentos de informantes pertencentes e não pertencentes à rede familiar, o levantamento documental no cartório do 1º RCPN - Comarca de Rio Claro, onde foram obtidas certidões de casamento, nascimento e óbito, complementares à documentação disponibilizada para a pesquisa nas diferentes unidades familiares tanto de parentes como de outros colaboradores³⁷.

Os documentos que melhor serviram à busca por pistas de onde estariam fincadas as raízes das linhagens Bernardo-Glória-Faustino foram os Livros de Batizados do século XIX, manuscritos encontrados na paróquia da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Rio Claro, e na Cúria Diocesana de Volta Redonda (aqui encontrada a documentação pertinente aos distritos de Lídice e São João Marcos), contendo registros de batismos de filhos de mães escravas. Esses

³⁷ Ver em anexo.

documentos possuem grande relevância, pois, as informações neles reveladas alcançam um período coberto de 1851 a 1895. Contribuíram relativamente ao esclarecimento das dúvidas quanto a nomes, linhagens, datações e localidades onde presumivelmente viveram os principais integrantes mais antigos do grupo, “os primeiros”.

A documentação eclesiástica secular, um extenso acervo de variados registros desde o início da colonização, muito dela ainda encontrável nas paróquias da Igreja Católica, apresenta vulnerabilidades a serem consideradas, no tocante à qualidade informativa das descrições.

É sabido que, no Brasil imperial, dadas as relações entre a Igreja e o Estado, os assentamentos paroquiais eram revestidos de todo o valor probante e não se reconhecia outro registro que não o religioso, apesar das tentativas do Estado em pôr os registros sob a responsabilidade da administração pública.

Em estudo sobre ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista, o historiador Sidney Chalub (2012) retrata um levante popular ocorrido nas duas primeiras semanas de janeiro de 1852, que pôs nas ruas de várias províncias o segmento dos libertos, “a gente de cor” com o fito de impedir, empregando violência, a consumação de dois decretos que retiravam da Igreja a função dos registros civis. O primeiro decreto instituía a obrigatoriedade do registro de nascimento em todo o país, e o segundo, aprovado juntamente com o anterior, determinava um recenciamento geral do Império. Ao final dos distúrbios, as autoridades da época descobriram que os amotinados associaram a proibição do tráfico de africanos para o cativo com tais decretos, receando que se tratava de uma manobra dos escravagistas para estender aos seus filhos a condição de cativos. Era previsto nos procedimentos do primeiro Decreto,

[...] fazer os assentamentos nos juízos de paz, a cargo dos escrivães respectivos, em livros próprios para cada finalidade. No caso dos recém-nascidos de condição livre, devia-se anotar data, hora e lugar do nascimento, nome, sexo, nomes dos pais em caso de filho legítimo, só da mãe não o sendo, de ambos se o pai reconhecesse o rebento no próprio ato do registro. No que tange a crianças escravas, quase tudo igual, salvo pelo *lançamento do nome do proprietário*, a cor do recém-nascido e, se concedida a liberdade, isto mesmo se declararia no ato [grifo meu]³⁸.

Os Decretos, de iniciativa do governo, tinham como finalidade criar instrumentos político-administrativos mais confiáveis para o controle da população. O ponto de partida dos parlamentares que idealizaram os itens a serem informados são os livros de batizados da igreja que, desde 1538, já elaborava tal instrumento com praticamente os mesmos quesitos. Para os objetivos desta pesquisa, deve-se destacar o lançamento do nome completo do proprietário da

³⁸ CHALHOUN, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-14.

mãe escrava, esse que passaria a ser o sobrenome da criança nascida no período do cativeiro, ou mesmo posterior à Lei do Ventre Livre (CHALUB, 2012).

Porém, os registros eclesiásticos são falhos, não só em qualidade, como também em quantidade já que os párocos das igrejas definiam cada qual o seu próprio critério para a realização das inscrições nos livros de registros. Não havia para eles nenhum regulamento pré-estabelecido que propiciasse uma configuração padronizada. Além disso, não se faziam os registros daqueles que não se manifestavam cristãos, assim como não eram anotadas nos registros as datas dos fatos, mas sim as datas das cerimônias a eles correspondentes. E ainda outro imbróglio estava na participação do clero, que geralmente era pautada pelo pagamento do registro, tarifa que movimentava os trâmites burocráticos ou ritualísticos necessários (Freyre, 2006)³⁹.

A análise então em curso mostrou que, de fato, são frágeis os registros de nascimentos (ANEXOS D, E, F e G) de escravos, mesmo tendo a Igreja sempre se ocupado dessa atividade, assim como o estudo das certidões de óbito disponíveis (ANEXOS H, I, J, L, M) revela, na maioria dos casos, a incompletude dos registros feitos pelos oficiais do cartório de Rio Claro, já na República. Foi-se, então, estabelecendo cuidadosos vínculos entre as fontes primárias e os depoimentos, com o intuito de criar recortes espaço-temporais para situar e contextualizar as narrativas transmitidas intergeracionalmente pelo grupo sobre o seu passado.

Ao analisar igualmente as certidões de casamento disponíveis dos Bernardo-Glória-Faustino de segunda geração, como o foi no caso da certidão de casamento de Ernesto Glória e Benvinda Maria da Conceição (ANEXO B), percebeu-se que é fato comum a ausência de dados de ascendência, como os nomes completos dos avós. Por exemplo, na certidão de nascimento de Laurita Maria da Glória (ANEXO G), datada de dezembro de 1912, constam os nomes dos avós maternos e paternos (Benedicto Glória e Maria Graciana da Conceição), enquanto as certidões tanto de nascimento como de óbito do pai, Ernesto Glória (ANEXO J), constam somente a sua ascendência materna.

Nesse contexto de imprecisões dos registros, foi arbitrado realizar pesquisa em livros de batizados inicialmente na cidade de Rio Claro. Tomou-se as datas presumíveis de nascimento

³⁹ No clássico *Casa Grande e Senzala*, compreende-se que o “catolicismo luso-brasileiro”, como proposto por Freyre, mantém uma continuidade parcial com o regime de padroado, que regulava as relações entre Igreja e Estado no Brasil colonial. Este regime era produto do acordo entre o papado e os reis de Portugal, que, a esses, garantia autonomia na condução da Igreja Católica em seu país e em suas colônias, desde que promovessem a difusão e defesa da fé católica no mundo. Uma das características marcantes do “catolicismo luso-brasileiro” é ainda hoje a forte presença dos leigos na condução do aparato burocrático e normativo da Igreja no que tange à vida social e familiar dos devotos. Entre os Bernardo-Glória-Faustino, vários dos seus integrantes serviram à estrutura organizativa da Igreja Nossa Senhora da Piedade, inclusive na função de escrevente nos livros de registros de batizados.

dos “primeiros” (Manoel Bernardo, Benedicto Glória e Faustino José Deoduque), tendo por base as datas de nascimento dos seus primogênitos (Manoel Bernardo da Silva, Ernesto Glória e Aristides Faustino), essas calculadas a partir das certidões de óbito de Manoel Bernardo e Benedicto Glória. Para Faustino José Deoduque foram priorizadas as informações preciosas (aludidas abaixo) dos seus netos. Priorizou-se portanto a busca pelo primeiro nome (Manoel, Benedicto e Faustino), checando com os nomes do proprietário das respectivas mães, de modo a encontrar as desejadas convergências.

Tabela 5 - Livros de Batismo

Livro nº	Período coberto
I	1866 – 1876
II	1871 – 1888
III	1890 – 1893
IV	1893 – 1897
V	1897 – 1901

Fonte: Acervo da Paróquia da Igreja N. S^a. da Piedade. Levantamento realizado em 05 jun 2014

Figura 26 - Rol de entrada da Secretaria Paroquial



Fonte: Acervo da Paróquia da Igreja N. S^a. da Piedade. Levantamento realizado em 05 jun 2014.

Considerando que Manoel Bernardo da Silva nasceu em 1890, Ernesto Glória em 1891 e Faustino José Deoduque deve ter nascido em meados da década de 1880⁴⁰, a pesquisa foi

⁴⁰ Os netos Sebastião e Júlia asseguram que o avô faleceu nos anos 1940, depois da Segunda Grande Guerra.

dirigida principalmente para os Livros I e II (Tabela 5). Presumindo-se a capacidade de procriação para homens em geral a partir dos dezesseis anos, foi subtraído exatamente esse quantum de tempo do ano em que teria nascido aquele que se acredita ser o mais antigo dos três.

O nome de escravo Faustino apareceu duas vezes em todos os registros observados, não havendo convergência com os nomes dos proprietários; o nome Benedicto apareceu nove vezes, igualmente sem apresentar convergência. Mas, o nome Manoel convergiu, tendo assim sido registrado:

Manoel. Aos vinte cinco dias do mês de fevereiro de mil oito centos e setenta e dois nesta Matriz, baptisei e puis os santos óleos a Manoel, nascido a [...] de dezembro do ano passado, filho de Amélia, escrava de Bernardo Neilor de Oliveira. Foram padrinhos Antônio Ferreira da Silva e Sebastiana Maria da Conceição, do que fiz este assento em amizades: Vigário Geraldo Ernesto da Silveira Valle (Livro I - 1871 a 1888, Folha 2 (e verso)).

Outro dado significativo foi a identificação do batismo de Ernesto Glória:

Ernesto. Aos dezesseis dias do mês de janeiro de mil oito centos e noventa e dois nesta Matriz, baptisei solenemente a Ernesto, nascido a cinco de dezembro do ano passado, filho natural de Maria Graciana da Conceição, neto materno de Leandro Ponciano e Graciana Maria da Conceição. Foram padrinhos, Constantino José Machado e Benedicta Maria da Conceição, de que para constar este termo que assigno Vigário, Pe. Ezequiel Rodrigues dos Santos (Livro III, 1890 a 1893 Folha 51).

Apesar da dedicação dos informantes, parentes e não parentes, na busca de documentos e ativação de lembranças que permitissem melhor instruir a remontagem da trajetória dos “primeiros”, são acentuados os limites para essa intenção. Com exceção de Faustino José Deoduque, cujos netos Sebastião Faustino, aos oitenta e dois anos de idade, e Júlia Faustino, aos oitenta e sete anos de idade evocam a presença do avô em sua infância, as demais tentativas não foram além dos quadros circunstanciais em que surgem as segundas gerações das três linhagens.

Acredita-se que é portanto nas duas últimas décadas do século XIX que nascem aqueles que ainda permanecem nítidos nas lembranças de parte dos entrevistados octogenários e nonagenários (Figura 27), e que a eles se reportam na tentativa de reconstruir as trajetórias dos “primeiros”.

Figura 27 - Responsáveis pela reconstrução das trajetórias dos primeiros



Octogenárias, Rio Claro, Rio de Janeiro, 2013.

Fonte: Coleção do autor, 2013.

Em que pese o resultado da investigação em Livros de Batizados, que revelam a filiação de Manoel Bernardo à escrava Amélia, de propriedade de Bernardo Neilor de Oliveira, estes são comumente descritos como os que “vieram de Rancho Grande, pra cima do Bananal” (Figura 28), região do Vale do Paraíba, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Os antepassados aqui considerados como formadores da primeira geração, fundantes das linhagens dos Bernardo-Glória-Faustino teriam vivido, na infância, entre plantéis de escravos na região de Rancho Grande, atualmente distrito de Bananal, um município com forte vocação turística, distante cerca de 40 km de Rio Claro cujos limites são os municípios de Resende, Barra Mansa, Rio Claro e Angra dos Reis no estado do Rio de Janeiro, nas direções norte, sul e leste; e Arapeí e São José do Barreiro, no estado de São Paulo, na direção oeste⁴¹.

⁴¹ O município de Bananal fica a 40km de distância de Rio Claro, cerca de nove horas de caminhada.

Figura 29 - Fazenda das Antinhas em quadro a óleo (século XIX).



Fonte: Coleção particular. Família Almeida/Vallim.

Embora sejam comuns falas que referem “os primeiros” ao “tempo da escravidão”, não foram encontrados documentos que permitissem afirmar que Manoel, Benedito e José, ou algum deles, tenham sido submetidos efetivamente à condição de cativos. Mesmo os mais antigos da terceira geração que gozam de plena lucidez, como Maria do Carmo Egídio (filha de Mário Bernardo), Maria José Glória, Sebastião Faustino e Júlia Faustino, respectivamente com 84, 83, 82 e 87 anos, não sustentam essa versão.

Entretanto, tendo em vista que a promulgação da Lei do Ventre Livre é de duas décadas anteriores, entende-se que os “primeiros” certamente nasceram no contexto conflituoso da implantação dessa lei, aprovada inicialmente pelo Gabinete do então presidente do Conselho de Ministros do Império, representado pelo visconde do Rio Branco, e que feria os interesses dos grandes escravagistas, afinados com o ideário do Partido Liberal (CARVALHO, 2007).

A Lei 2040, defendida pelo Partido Conservador e aprovada em definitivo pelo Senado em 28 de setembro de 1871, era assim publicada, na mesma data e na íntegra no Jornal do Commercio, diário tradicional do Rio de Janeiro, fundado em 1827:

Declara a condição de livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre⁴⁴.

Conrad (1978) analisa, dentre os fatos ocorridos no período em destaque que contribuíram para o fim da escravidão no Brasil, o contexto da submissão, aprovação e implantação da Lei dirigida aos ventres das mulheres escravas. Do ponto de vista do autor, o aspecto político-econômico central da Lei era o de promover a transição paulatina, no Brasil, do sistema escravista para o de mão-de-obra livre, pois, desde os anos 1830, com intensificação em meados do século XIX, o Império sofria fortes pressões da Inglaterra para abolir a escravidão. Mas, como os pais continuariam escravos (o fim jurídico da escravidão só ocorreu em 1888 com a Lei Áurea), impunham-se duas alternativas para os nascidos livres. Poderiam permanecer sob os cuidados do proprietário dos pais até os 21 anos de idade ou serem entregues ao governo. Vigeria a primeira delas, que, na prática, mantinha a exploração do senhor para com os corpos e mentes destes “livres”, especialmente os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, integrantes ou lobistas do Partido Liberal, maioria absoluta dos que votaram contra a Lei do Ventre Livre.

Entretanto, deve-se acrescentar que o contexto era conflituoso também devido às tensões oriundas da coexistência do escravismo com o modelo capitalista de produção, que ensejava a convivência, às vezes na mesma lavoura, ou na mesma fábrica, entre cativos e trabalhadores livres assalariados. Já desde 1870, o Império investia fortemente na imigração de trabalhadores, sobretudo europeus, inicialmente para a salvaguarda dos interesses do setor agrário exportador, baseado na Região do Vale do Paraíba.⁴⁵

Supõe-se que nesse período, os “primeiros” sofreram diretamente o impacto da atmosfera hostil que emergia do imaginário social da época, ao se buscar justificativas tanto para a manutenção da escravidão como para a introdução do elemento branco estrangeiro na nova economia capitalista. De um lado e de outro atribuía-se ao escravo o caráter de forasteiro, ou o “outsider”, como refere Stanley (1988, p.4), compondo-se aí os argumentos que fariam do racismo o respaldo ideológico a fundamentar a condição do negro antes e depois da abolição.

⁴⁴ BRASIL. Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871. **Lei do ventre livre**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm>. Acesso em: 18 ago. 2011.

⁴⁵ O IBGE registra que na década de 1870 o Brasil recebe 219 mil imigrantes. Na década seguinte, o número salta para 525 mil, passando a 1,13 milhão até o final do século XIX, após a Abolição.

2.3 MANOEL BERNARDO

Os dados e informações coletados mostram que da união, antes ainda do fim da escravidão, de Manoel Bernardo e Serafina Maria da Conceição nascia, em 1890, o primogênito Manoel Bernardo da Silva (Figura 30).

Figura 30 - Manoel Bernardo da Silva aos 74 anos e a esposa Emília Francisca no casamento da filha Laura



Fonte: Acervo da família Bernardo-GlóriaFaustino.
Out. 1964.

Decorridos seis anos desde a entrada em vigor da Lei Áurea, o casal de lavradores Manoel e Serafina daria à luz Maria das Dores e, posteriormente, Mário Bernardo, Maria do Rosário e Serafina Eugênia, a caçula. Permaneceria arranchado nas imediações das terras da Fazenda Sant'Ana (Figura 31), no município de Rio Claro, localizada na divisa dos dois distritos, Rio Claro e Lídice, rica propriedade no passado que possuiu engenhos de café e de aguardente, moinho de fubá e de milho, celeiros, terreiros e senzalas. É hoje um patrimônio em ruínas mas que ainda se pode encontrar os vestígios de sua imponência: em meio ao mato alto, um casarão de seis salas, dezoito quartos e outras dependências, a escola, a capela onde está o jazigo da família e o cemitério a poucos metros à frente da casa sede.

Figura 31 - Condições atuais da Fazenda Sant'Anna.



Fonte: Site de turismo do Vale do Café⁴⁶.

Sant'Anna foi a residência de Joaquim Gonçalves de Souza Portugal, avô de Hélio Portugal, casado com Maria da Glória Portugal, uma colaboradora dos esforços de realização dos encontros anuais dos Bernardo-Glória-Faustino e que mantém laços de amizade com parte dos seus integrantes. Maria da Glória lembra que havia na casa sede uma copa-cozinha imensa, com forno à lenha, onde as meninas faziam biscoitos de polvilho que eram servidos às crianças que estudavam na escola. Conta que o seu marido Hélio tinha à disposição “um corredor grande com um cabideiro de onde retirava um paletó para se sentar à mesa de refeições”.

Cid Magalhães, orador eloquente e estudioso de elevado grau sobre a história de Rio Claro, prefeito por dois mandatos, destaca que a família Portugal é pioneira no lugar, tendo vivido sempre em função dos escravos. Com a abolição, a família, assim como outras remanescentes do período áureo da escravidão no Vale do Paraíba fluminense, logrou se estabelecer em cargos públicos, notadamente as coletorias de impostos, inclusive conquistando a administração do cartório local de registros civis como meio de se manter. A decadência da fazenda então se tornou irreversível e foi vendida, porém nenhum investimento foi feito para a sua recuperação ou conservação.

O “tronco” de Manoel Bernardo, se entrelaçou por meio de sucessivos matrimônios, a partir do início do século XX, com os outros dois “troncos” iniciados por Benedito Glória e

⁴⁶ Foto disponível em <http://www.turismovaledocafe.com/2011/05/fazenda-de-santanna-rioclaro-rj.html>. Acesso em 12 abr 2015.

Maria Graciana da Conceição e Faustino José Deoduque e Petronília Rita da Conceição, também descendentes diretos de escravos.

Figura 32 - Município de Rio Claro.



Fonte: Imagem google maps, 2015.

Embora o grupo familiar dos Bernardo-Glória-Faustino tenha se espalhado para cidades da Região Sudeste (no Estado do Rio de Janeiro, além da capital, Barra Mansa, Volta Redonda, Angra dos Reis, Piraí, Vassouras e Guapimirim; no Estado de São Paulo, Santo André e Mauá, na Região do ABC), da Região Nordeste (no Estado do Pernambuco, Recife) e do Centro-Oeste (no Estado do Mato Grosso, Cuiabá; no Distrito Federal, em Brasília), o seu núcleo mais importante, de onde partiram as iniciativas de reagrupamento da rede familiar, ainda é mantido no atual Morro do Estado, situado ao fundo do bairro Vila Velha, onde se originou a cidade de Rio Claro, em torno da Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Figura 32).

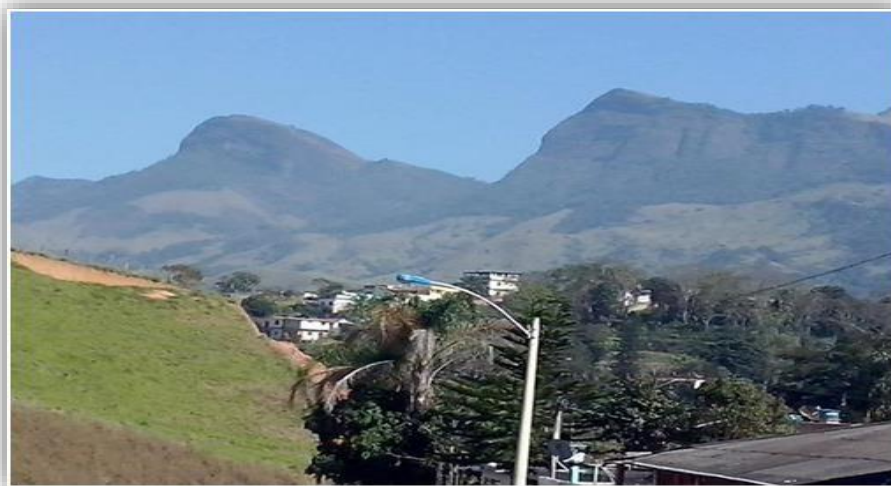
Dos cinco filhos, somente o primogênito Manoel permaneceu na região, nas terras da fazenda Santa Luzia (hoje em condições semelhantes à Fazenda Sant'Ana), pertencente ao Sr. Maneco, situada na outra margem do Rio do Braço. Construiu a casa próxima a uma touceira de bambu às margens do rio, lá permanecendo na condição de colono de um proprietário de terras conhecido como Jojoca até a morte, decorrente de um tumor na próstata, em 16 de dezembro de 1969.

Não há conhecimento sobre casamentos interparentais entre os descendentes de Manoel Bernardo e Emília Francisca com os demais ramos ou com os outros dois troncos formadores da rede familiar. Os dados levantados junto aos descendentes dos Bernardo conduz à conclusão de que o lar do “tio Mané” foi constituído com certo isolamento socioespacial, o bastante para inibir os estímulos ao desenvolvimento das afetividades que propiciaram, nos demais casos, os enlances entre parentes.

2.4 ERNESTO GLÓRIA

Embora não haja dados específicos sobre como se deu o assentamento de Benedito Glória e Maria Graciana na região, pode-se afirmar que o filho único do casal, Ernesto Glória (1891-1981), assim como os irmãos por parte de mãe, José Vitorino e Benedito Vitorino (1878-1952), se estabeleceram em Rio Claro, na região conhecida como Cachoeirinha. Trata-se de um extenso vale na Serra dos Coelhos (Figura 33), onde passaram a trabalhar nas terras da Fazenda dos Pinheiros, que era dividida em duas partes. Na margem esquerda era proprietário Antônio Pereira, o Nico. Na margem direita a outra parte da fazenda pertencia a Joaquim Cardoso, português, casado com uma italiana, chegado aos doze anos como migrante em busca de trabalho no Brasil.

Figura 33 - Serra dos Coelhos, ao fundo



Fonte: Acervo de Serafim Quirino.

Marta de Jesus da Silva Cardoso, de origem humilde, foi casada com José Cardoso, filho do fazendeiro Joaquim Cardoso. O casal ficou por doze anos morando na fazenda, quando veio para a casa, no Centro da cidade, onde mora até hoje a viúva.

Marta conheceu Maria das Dores e Maria do Rosário quando essas moravam nas terras da fazenda Pinheiros, como lavradoras, em regime de terça. Lembra-se que com a construção do Estaleiro Verolme na década de 1950, em Angra dos Reis – que foi acompanhada pela instalação de um terminal de desembarque pela Petrobrás –, a maior parte dos colonos se transferiu para aquela cidade em busca de melhores condições de vida, causando um esvaziamento nas fazendas em geral. Em crise, muitas fazendas foram vendidas, inclusive aquelas cujas atividades se concentravam no desmatamento e fornecimento de carvão para usina metalúrgica de Barra Mansa, a Companhia Metalúrgica Barbará, fundada em 1937. Assim como no caso dos Cardoso, os fazendeiros já não tinham como tocar a produção sem os colonos, então foram substituídos por mão de obra registrada, recebendo os direitos trabalhistas.

Com a morte do patriarca, assume a gestão da Pinheiros o filho mais velho José Cardoso, pai de Regina Cardoso, amiga de longa data de vários integrantes dos Bernardo-Glória-Faustino. A herança é então partilhada com outros irmãos que, devido à intensificação da crise financeira, se desfazem do imóvel. Lembra-se também, Marta Cardoso, que ao deixar a fazenda, naqueles mesmos anos 50, ainda tinha uma senzala de escravos. A Pinheiros é hoje propriedade de Luiz Antônio Pereira, conhecido em Rio Claro como “Baía”.

Na mesma localidade moravam igualmente, distantes cerca de um a dois quilômetros, casa a casa, descendentes de segunda geração dos Bernardo: os casais Eugênia da Conceição e Quintino Fernandes, Mário Bernardo e Orminda, irmã de Ernesto Glória, Maria do Rosário e Alexandre Pedro, Maria das Dores (1895-1990) e Benedito Vitorino. É, portanto, na segunda geração que começam os matrimônios entre os “troncos” apresentados, incluindo já a aproximação com os Faustino. As mulheres (Benvinda Maria da Conceição e Rosalina Júlia da Conceição) esposadas respectivamente por Ernesto Glória (1890-1981), e por Aristides Faustino (1891-1978), primogênito do “primeiro” Faustino, o José Deodique, eram irmãs.

Ernesto Glória (Figura 34) foi o primeiro a sair da Serra dos Coelhos, no período da Segunda Grande Guerra. Levou a família para o Morro do Alemão, abaixo da Pedra do Rastro, assim chamado em razão da fazenda de propriedade de um migrante alemão conhecido como Zigman, cuja extensão abarca parte do atual bairro Vila Velha. Lá adquiriu um terreno, na condição de posseiro.

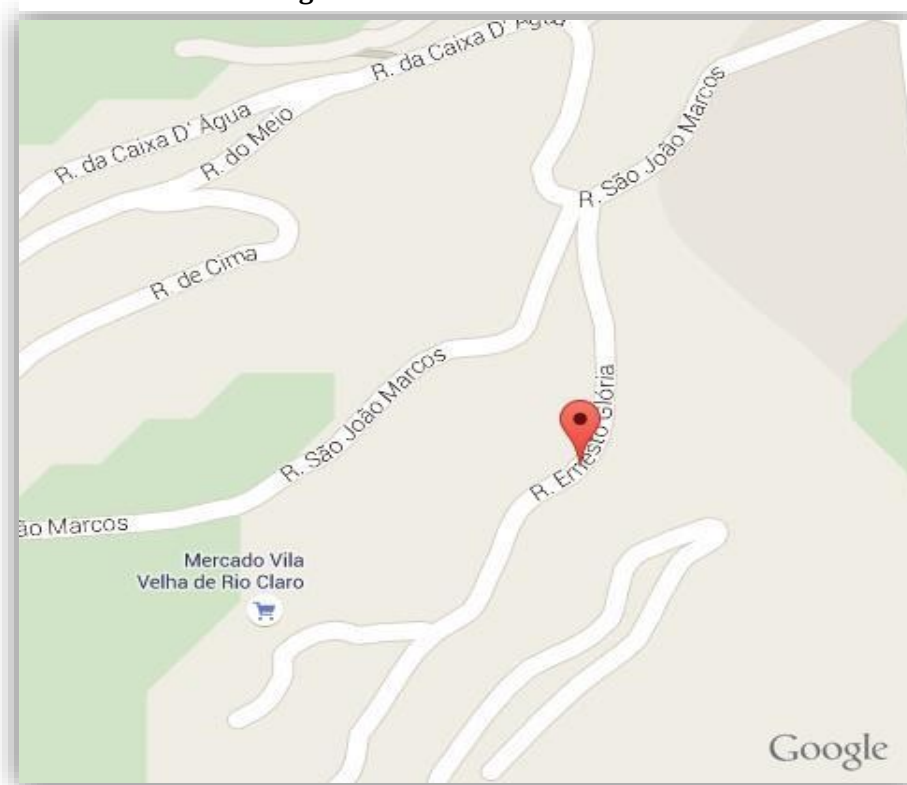
Figura 34 - Ernesto Glória e os filhos Sebastião, à esquerda, e Antônio



Fonte: Acervo da família Bernardo-Glória-Faustino, 2014

Posteriormente, no início dos anos 1960, deslocou-se para a parte baixa do Morro do Estado, adquirindo de Benedito Padre um bom pedaço de terra onde parte dos seus descendentes fixaram moradia até o presente. Contando com a ajuda dos filhos, construiu casa, com beneficiamentos como moinho de pedra, equipamento essencial para a produção da farinha de milho, o fubá e o “curral” de peixes no córrego que atravessa a propriedade. Produzia, além do milho, cana-de-açúcar, café, arroz, feijão, amendoim, verduras e hortaliças em geral e mantinha as criações de suínos e aves e outros víveres que compunham a subsistência da família, comprando-se poucos alimentos o que é próprio da vida campesina.

Por ter recebido educação formal na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, onde foi “coroinha”, Ernesto Glória sabia ler e escrever muito bem para a sua época, e conhecia profundamente os cânones do catolicismo. Tornou-se professor de catecismo, o que lhe valeu reconhecimento e distinção, passando a ser admirado não somente pela comunidade local do Morro do Estado, mas por moradores de outros bairros, sendo convidado costumeiramente a congregar-se com líderes políticos locais.

Figura 35 - Rua Ernesto Glória.

Fonte: Google maps. Abr 2015.

Contam suas netas Maria Inez e Erculana que era rigoroso, sobretudo, com a ritualística católica, assumindo, por vezes, nas aulas de catecismo para os descendentes e outros moradores da cidade, um caráter quase messiânico. Essa postura influenciaria fortemente as próximas gerações, tornando-se referência o que lhe valeria a homenagem *in memoriam* de dar nome à rua onde morou (Figura 35).

Nesta mesma década, aos poucos, os demais vizinhos também foram se transferindo daquela para outras “roças” ou para a cidade. Com o falecimento de Eugênia Bernardo, Quintino Fernandes vai para trabalhar nas terras da Fazenda Sant’Anna, no Morro da Marmelada, sob o regime da terça, para onde leva dois dos seus filhos, Benedito e Fernando. O filho Serafim é então adotado pela tia Maria das Dores, que, já viúva, se transfere para o centro de Rio Claro, e em seguida para a casa onde vive atualmente a neta Maria Natividade, próxima à entrada da Vila Velha (Figuras 36 e 37).

Figura 36 - Casa de Maria das Dores onde atualmente vive a neta Maria Natividade, Rio Claro, RJ, 2015



Fonte:

Coleção do autor, 2015.

Figura 37 - Irmãs Maria Natividade e Andréia, Rio Claro, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2014

Na sequência, é a vez do casal Maria do Rosário e Alexandre Pedro deixarem a Cachoeirinha. Financiam a compra de terreno na Serra dos Coelhos e, mais adiante, também rumam para um pequeno rancho, na Vila Velha, cujos herdeiros ainda o mantêm, mesmo em condições muito precárias devido aos custos para uma manutenção regular.

Mário Bernardo adoece. Conta-se que era “um varapau de pernas finas” e que as pernas não sustentavam o corpo, passando a caminhar com dificuldades. Como a maior parte dos filhos e filhas já havia se deslocado para o centro de Rio Claro, em face de casamentos e busca por melhores condições de vida, Mário e Ormindá passam a residir na casa de uma das filhas, Josefa, onde convive com o genro Antônio Glória, filho do compadre Ernesto, até a sua morte. O matrimônio da filha, assim como outros tantos matrimônios interparentais, se intensificariam na terceira geração, como veremos adiante.

2.5 FAUSTINO JOSÉ DEODUQUE

Sebastião Faustino e Júlia Faustino, netos de Faustino José Deoduque, contam que seu avô, depois que deixou Rio Claro – não sabem informar exatamente em que localidade desta cidade viveu - adquiriu terreno, por posse, na antiga Fazenda Japuíba e construiu rancho na localidade posteriormente denominada Belém, no atual distrito de Japuíba, Angra dos Reis, onde viveu até o falecimento, na década de 1940, quando Sebastião tinha cerca de doze anos (Figura 38). O lugar onde Sebastião e Júlia conheceram o avô fica numa encosta à margem esquerda da Rodovia Rio-Santos, encontrando-se hoje completamente ocupado por várias moradias, empresas, hospital e outras referências de lugares bem povoados.

Júlia Faustino (Figura 39) lembra que:

[...] ele era assim, da altura do Bastião, era gordo e bem escuro, bem escuro mesmo. Quando nós mudemo lá para Campo Alegre, ele não saía lá de casa. E nós também, nós não saíamos da casa dele, lá em Angra [...] Ele não fumava e não bebia. Ele tinha dinheiro, que quando morreu ficou tudo pra lá no banco, porque ele não falava com ninguém de dinheiro. Tinha uma casa grande e tinha uma mulher que era amante dele [...] Ormindá, que morava com ele (Júlia Faustino. Caderno de Campo, 14 mai. 2013).

O “primeiro” dos Faustino é lembrado pelo neto como um homem que trabalhava em muitas atividades, o que remete ao penoso processo de integração social do negro às novas relações de produção no período pós-abolição. Os ex-cativos e os seus descendentes mais próximos foram impulsionados a buscar alternativas para corresponder a essa nova ordem capitalista. Estudando essa transição na cidade de Juiz de Fora, no período que se estende de 1888 a 1930, Batista (2006, p. 46) conclui que “o povo negro se tornou diarista, boia-fria, compondo o mercado informal de trabalho. Os vendedores ambulantes multiplicaram-se. Os negros vendiam o que pudessem produzir, confeccionar, tecer, ou fabricar em suas residências, como verduras, legumes, doces, salgados e etc”.

Figura 38 - Localidade onde viveu Faustino José Deoduque.



Fonte: Coleção particular do autor, 2015.

Figura 39 - Núcleo atual dos Faustino em Angra dos Reis



Quintais do núcleo de parentes Faustino. Angra dos Reis, Rio de Janeiro, 2015.

Casa de Júlia Faustino. Angra dos Reis, Rio de Janeiro, 2015.

Fonte: Coleção do autor, 2015.

No campo, esse processo empurra os ex-escravos e seus descendentes da geração seguinte, principalmente, para o trabalho nas fazendas ou nas tropas. Os irmãos Faustino lembram-se do avô como tropeiro, cujos principais negócios consistiam na comercialização de pescado salgado, especialmente a sardinha. A tropa – homens conduzindo animais carregados com mercadorias e guarnições – deixava Rio Claro, ao clarear do dia, levando o excedente da produção doméstica, como fumo de rolo, por exemplo, estrada acima, até Angra dos Reis. O

ponto de chegada era a Praia do Anil, na manhã do dia seguinte, desde que nenhuma ocorrência atrasasse a viagem. As mercadorias eram comercializadas e a tropa recarregava com o peixe salgado produzido no litoral. Retornava logo na próxima manhã, perfazendo um caminho mais longo, vendendo o peixe para os estabelecimentos e as fazendas da região antes mesmo de consolidar o negócio em Rio Claro.

A estrada que ligava os dois municípios, hoje abandonada e retomada em parte pela mata densa, foi calçada com pedras brutas por escravos. Só havia uma “paragem” no trajeto entre as duas cidades, porque podia ser transposto em menos de dois dias.

O pai e os tios, todos nascidos em Rio Claro, à medida em que foram se tornando independentes, saíram de casa, em busca de novos horizontes de trabalho. Alguns foram para Angra dos Reis, nas próprias imediações de Japuíba, e também em Campo Alegre e Bananeiral⁴⁷ na Serra d’Água, outros permaneceram na cidade de Rio Claro, no primeiro distrito (de mesmo nome) e no segundo distrito, Lídice.

Os descendentes diretos de Faustino José Deoduque, os tios José, Antônio e Benedito migraram para o Estado de São Paulo, lá permanecendo ocupados em atividades laborais não identificadas pelos informantes. Sabe-se, no entanto, que Antônio retornou a Rio Claro, tendo sido sepultado nesta cidade. De Benedito não se sabe o paradeiro e o tio José, embora não se saiba a localização, há pistas, que Sebastião desacredita que poderiam ser exploradas na perspectiva de conhecer essa parte da família. Segundo informação que obtive por um colega de trabalho já falecido, o tio teria constituído um extenso ramo familiar na cidade de São Paulo. Sebastião narra, em tom ponderado entre efusividade e melancolia, o seu encontro surpreendente:

[...] então esse moço aí veio de São Paulo, veio trabalhar na prefeitura, tava trabalhando e me viu, e então... Eu já desconfiado, o cara sempre me olhando... Ele era novato aí na prefeitura... um dia ele chegou perto de mim e perguntou: você tem algum parente fora? Eu disse: tenho, tenho sim. Mas, da cidade de São Paulo, você tem parente lá? Eu digo: sim [...]. É que eu tenho lá um grande amigo meu que você é muito parecido, que é Faustino, José Faustino. Ah! José Faustino... Ele já deve tá bem velho já... Ele disse: Não, não. É o José Faustino filho. O pai dele tem uma avenida de casas lá e ele também mora lá.

A avenida de casa deles é... só mora parente. É os filho, é neto, é bisneto, tio, primo, genro, nora, é sogra... tudo mora naquela avenida de casas lá. Eu disse, então: vamos lá um dia! Ele disse: vamos, vamos sim. Final de ano, vamos lá,

⁴⁷ Nome oriundo da grande extensão de plantação e exportação de bananas principalmente para a capital do Rio de Janeiro. Sebastião Faustino diz que saíam de três a quatro caminhões carregados de banana todos os dias. Com a queda de preços nos anos 1970, as lavouras foram perdendo o mercado até o seu declínio. Restou a produção, também em larga escala, de carvão vegetal, mas que a partir da década seguinte, com o endurecimento da fiscalização dos órgãos de governo para a preservação da mata atlântica, foi extinta. Durante a nossa viagem fomos observando, ao longo da rodovia, pequenos núcleos produtivos que ainda negociam na própria região da Serra d’Água.

passar o Natal com eles lá. E ficamo... vamo hoje, vamo amanhã, vai, não vai, vai, não vai... E acabou ele falecendo e a gente não foi lá. Como a gente ía lá, ele não deu o endereço... Poxa! Faleceu e não deu o endereço (Sebastião Faustino. Caderno de Campo, 14 mai 2013).

É interessante observar que a descrição feita pelo “novato” da imagem da configuração das casas onde se concentra aquele ramo da família, posteriormente traduzida ao colega de trabalho, está para além do sentido básico de preservação da privacidade do novo núcleo conjugal que por lá se estruturou (WOORTMANN, 1982; SARTI, 1996, VALLADARES, 1980; ARIÈ, 1978).

Similarmente ao caso dos Bernardo-Glória-Faustino mauaenses do Jardim Zaíra – ao que me detenho a analisar pouca à frente –, depreende-se que, mesmo emigrando de Rio Claro, a prática de desenvolvimento da família extensa permanece fiel à experiência assimilada pela memória do grupo. Dela faz parte a aquisição de terreno de dimensões satisfatórias à futura flexibilização por meio da agregação de parentes. Isso pela engenharia dos puxados (Figura 40), nos quintais, alternativa para o atendimento das demandas de residência independente para novos casais, formados somente por parentes ou não (GUEDES 1998), cuja construção é livre, mas em correspondência com a rede original (MARCELIN, 1996).

Porém, mais do que abrigo à compressão das dificuldades econômicas para a reprodução social em outra localidade, construir nos novos domínios do ramo dos Faustino paulistanos parece um ato de confirmação da identidade com o grupo. Em geral, os novos casais constroem suas casas pouco a pouco, com recursos próprios quase sempre minguados, porém, compartilhando da rede de sociabilidade e reciprocidade a qual estão inseridos desde crianças. Isto é válido para o caso daquele que se integra, desde quando alguém já lhe bateu aos ombros para dizer que já é da família, algo muito valorizado na classe trabalhadora (WOORTMANN, 1982).

Figura 40 – “Arquitetura do puxadinho”, Jardim Zaíra, SP



Fonte: Coleção particular do autor, 2014.

A geração seguinte viveria, no correr do final dos anos de 1940 a 1950, uma onda de migrações para o Estado de São Paulo, no intuito de aproveitar a fase favorável de empregos que surgiu na chamada Região do ABC Paulista, formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá, a partir da década de 1950, quando tem início o processo de industrialização local. A cidade que mais recebeu os migrantes rioclarenses (Figura 41) foi Mauá, mais precisamente o bairro Jardim Zaíra.

Figura 41 - Reunião do grupo "Solteiros e Casados", Jardim Zaíra, Mauá, SP



Fonte: Coleção particular do autor, 2013.

Maria José Felisberto é viúva de Felipe Nicomédio dos Santos, esse cunhado de Júlia Glória e Maria Glória, irmãs da segunda geração dos Glória que se casaram e partiram para aquela cidade naquela “primeira onda” de migrações do grupo familiar em estudo para o Estado de São Paulo. Trocaram a lavra em fazendas nas cercanias de Rio Claro pelas oportunidades do Jardim Zaíra, esse o principal bairro de concentração dos Bernardo-Glória-Faustino e outros rio-clarenses. Maria José recorda boa parte da história do desenvolvimento do lugar, ela mesma proveniente da fazenda Matarazzo, no interior de São Paulo, que aos vinte e três anos veio e se estabeleceu com a família.

O município de Mauá se emancipou de Santo André (Estado de São Paulo) em 1954, cinco anos antes da chegada de Maria Felisberto ao Bairro Jardim Zaíra, surgido a partir do loteamento da fazenda que pertencia ao libanês Chafik Mansur Sadek. O bairro possui atualmente seis divisões e aglomera cerca de 100 mil moradores, quase um quarto da população do município⁴⁸. Muitos que mudaram para Jardim Zaíra compraram terrenos e foram construindo, como a família de Sinésio e Odete, ele filho de Maria do Rosário Bernardo, aos quais é dedicada parte dessa análise, mais adiante. Lembra Maria José que a empresa Cerâmica São Caetano era uma das que mais largamente empregavam: “era uma época maravilhosa para emprego... Todos trabalharam em firmas de porte mesmo... aquelas firmonas mesmo. Eles vinham buscar as pessoas nas casas para trabalhar”⁴⁹.

Bastião, como é chamado entre a parentela, conta que seus pais, Aristides Faustino (1896-1973) e Rosalina Júlia da Conceição, irmã de Maria da Conceição, a esposa de Ernesto Glória, moraram em lugares diferentes entre Rio Claro e Angra dos Reis, trabalhando de fazenda em fazenda conforme julgavam haver as melhores oportunidades para a vida da família. O trabalho na lavoura foi uma constante no seu núcleo familiar, como o foi em geral para homens e mulheres descendentes, em segunda e terceira geração de escravos.

⁴⁸ Informação colhida na página da Prefeitura de Mauá. Disponível em <http://www.maua.sp.gov.br/PerfilMunicipal/NotasHistoricas.aspx>. Acesso em 10 mai 2015.

⁴⁹ Anotações de Caderno de Campo (Maria José Felisberto, 20 abr 2012).

Figura 42 - Fazenda Campo Alegre.



Fonte: coleção particular do autor, 2015.

Na primeira fazenda onde moraram e trabalharam, a Fazenda Macalé, quando Sebastião acredita que tinha em torno de dois anos de idade, o velho Aristides permaneceu por aproximadamente vinte e cinco anos. O último endereço foi a Fazenda Campo Alegre (Figura 42), edificada à margem direita do rio de mesmo nome, hoje desativada depois de várias tentativas de reforma, desconhecendo-se o atual proprietário.

Com a morte do pai, Sebastião e os irmãos também se dispersaram geograficamente. Parte retornou para Rio Claro, parte migrou para o Estado de São Paulo, na expectativa de se fixar por lá, quiçá reencontrando os tios. Os que permaneceram em Rio Claro mantiveram os vínculos, mesmo que esparsos. Aristides, Fiinha e Sebastião esposariam integrantes dos troncos dos Bernardo e dos Glória, criando novos ramos que continuaram a prosperar essa rede familiar. Parte dos irmãos de Bastião e Júlia foram sepultados em Rio Claro, exceto Fiinha, sepultada em Barra Mansa, e José Faustino, sepultado na Serra d'Água. Quanto a Benedito Faustino, que não retornou de São Paulo, desse não se teve mais notícias.

2.6 LINHAGENS, ENLACES MATRIMONIAIS E RAMIFICAÇÕES

A partir do levantamento dos ramos formados no interior das três linhagens, foram obtidos nomes e trajetórias avaliadas como importantes para uma caracterização, mesmo que parcial, da rede familiar, dos “primeiros” à quarta geração. Caracterização parcial, pois, que não parece possível instruir ascendências e descendências com encaixes satisfatórios em se

tratando de redes parentais extensas, quando os parentes não se têm a prática de atualizar o conhecimento sobre a evolução de todos os ramos⁵⁰.

Foram recolhidos inicialmente os depoimentos de parentes que pudessem auxiliar na tarefa de atualização das informações que permitissem caracterizar a rede familiar nas gerações presentes. Logo mais, foram incorporados os depoimentos de amigos e “agregados”, nascidos da década de 1920 em diante. Como já enunciado, os depoimentos, muitas vezes, brotaram espontaneamente, em “rodas de memória”. Esses momentos incluem as demais pessoas presentes cujas falas, quando elucidativas do assunto em tela, foram também incorporadas.

Fossem os depoimentos obtidos espontaneamente ou por meio de entrevistas agendadas, o fato é que o conjunto dos dados levantados propiciou a construção de informações relevantes para associar as múltiplas experiências relacionais dos Bernardo-Glória-Faustino com o nascimento da AFABGF.

São preciosas as informações coletadas em Cuiabá, Mato Grosso, junto a Geraldo Vitorino (BERNARDO, terceira geração), filho de Maria das Dores e Benedito Vitorino, nascido em 1933, casado com Helena e pai de Nara. Trabalhou na condição de operário por vinte e cinco anos na Rede Mineira S.A., empresa do ramo da construção de estradas. Concluído o último trecho da obra que ligava o Estaleiro Verome ao centro de Angra dos Reis, a empresa encerrou as atividades na Região. Geraldo foi admitido em outra empresa do ramo, a Fonseca S.A, que logo o transferiu para a cidade de Aquidauana, interior do Estado do Mato Grosso do Sul. Ambientado ao Centro-Oeste, fixou residência na cidade de Cuiabá, onde se casou e trabalhou por mais quinze anos na mesma empresa até a aposentadoria.

Enquanto preparava paçoca de carne seca, feita por ele num grande pilão, falou sobre a vida na fazenda Pinheiros, onde nasceu e viveu até os 22 anos. A conversa fluía, e ele lembrava “de um lugar que tinha um tronco que diziam que era onde amarravam os escravos [...] e do engenho”; da utilização de materiais como o sapê e a “aboricanga”, este um tipo de palmeira que, segundo ele, só se encontrava na mata e era empregada na cobertura das casas construídas com troncos de árvore, bambu e barro, moradias de colonos; da confecção do sabão à base de cinza do fogão à lenha misturada com sebo derretido; do bolo que a mãe fazia com arroz misturado no fubá azedo.

Tão preciosas quanto são as contribuições de Serafim Quintino (BERNARDO, terceira geração), filho de Quintino Fernandes e Eugenia Maria da Conceição, a filha mais jovem de Manoel Bernardo e Serafina Maria da Conceição. É mentor fundamental do processo de

⁵⁰ Cf. DUARTE e GOMES (2008)

aglutinação dos Bernardo-Glória-Faustino e dos seus desdobramentos, teve papel decisivo durante toda a pesquisa, motivando inclusive a reflexão sobre trajetórias e mobilidade social no interior da rede familiar, que será aqui somente indicado, ficando o seu aprofundamento para outra ocasião.

Nascido em 1942, trabalhou em lavoura, na Fazenda Pinheiros, em Rio Claro, mesmo lugar onde estudou as primeiras quatro séries, na educação básica, na Escola Subvencionada Fazenda dos Pinheiros, tornando-se o primeiro aluno a permanecer até a conclusão do primário dentre todos os outros que eram obrigados a abandonar os estudos para se dedicar mais intensamente às lavouras⁵¹.

Serafim deixou a Pinheiros aos 18 anos, quando se empregou na empreiteira Castelo Branco, prestadora de serviços da Rede Ferroviária Federal, lá permanecendo por quatro anos. Fez concurso e ingressou, como pintor, na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, cidade onde formou família. Após cinco anos de atividades, foi transferido para o departamento de controle de qualidade, lá permanecendo até a aposentadoria em 1989. Graduiu-se em Ciências Contábeis e tornou-se bacharel em Direito, tendo exercido, porém, a advocacia por um curto período: “[...] sempre admirei o Direito [...] Eu gostaria de ter feito Direito um pouco mais cedo, mas quando eu pude fazer o curso, já estava na hora da aposentadoria”.

Muito importante também foi a entrevista realizada com Odete Germano da Silva, filha do tropeiro Paulino Germano, produtor e comerciante de carvão, nascida em 1940 e criada na Vila Velha, em Rio Claro. Trabalhou como babá na fazenda Pinheiros, de propriedade à época do Coronel Tônico Pereira, que embora produzisse principalmente gado leiteiro ainda mantinha reduzida lavoura de café. Aos quatorze anos conheceu, e casou-se aos vinte e um com Sinésio Alexandre da Silva (BERNARDO, terceira geração), com quem teve sete filhos, que lhe deram doze netos. Sinésio, filho mais velho de Maria do Rosário Bernardo, era roceiro na mesma fazenda.

Odete vivenciou episódio marcante quando da prisão do marido Sinésio, militante sindical integrante de uma célula de apoio aos perseguidos pelos órgãos de repressão, no início

⁵¹ A propósito, somente no início dos anos 1970, no segundo mandato de Cid Magalhães (que governou como vice-prefeito em 1966 e, como prefeito, nos anos de 1972/1977 e 1983/1989), foi construído o Centro Municipal de Ensino Colégio São José, no bairro Vila Velha, com os recursos do município, captados a partir da tributação sobre a exploração de jogo no cassino que operava num clube existente ao lado da sede da antiga da Fazenda da Gramma, de propriedade da família Breves. Para o então prefeito e também para membros da família Bernardo-Glória-Faustino a obra representou um passo decisivo na democratização do ensino local, por incluir na rede de ensino municipal especialmente os filhos de lavradores. De fato, a parentela em quarta geração deste grupo familiar estudou maciçamente no São José, algumas das mulheres inclusive tornando-se professoras nas duas redes de ensino locais e lecionando nesta escola.

dos anos 1970, durante o governo Médici, o que relaciona traumáticamente os Bernardo-Glória-Faustino com o período mais crítico da ditadura militar:

A polícia entrou lá em casa, eu tinha o Agnaldo, ele tinha uns três aninhos, coitado. Mas foi uma tristeza. Entraram lá no quarto e tiraram ele da cama [...] Ele saía de madrugada pra jogar os panfleto [...] O que ele apanhou na mão, a mão era sangue puro [...] Ele só não foi no pau-de-arara, como eles falam aí, porque ele tinha a coluna fora do lugar e ele já era aposentado.

Esclarecimentos relevantes para a contextualização das trajetórias dos membros mais destacados dos Bernardo-Glória-Faustino foram trazidos pelas informações de Maria Luísa da Glória, nascida em 1922, em Barra do Pirai. A matriarca é filha de Sebastiana Ribeiro, nascida em fazenda de café, em São João d' El Rei, Minas Gerais, e de Euzébio da Glória, filho do escravo Antônio Euzébio Fernandes, nascido na Fazenda Santa Isabel do Rio Preto, Valença, Rio de Janeiro, onde se assentaram quilombolas que hoje são reconhecidos pelo governo federal como “remanescentes do quilombo de São José da Serra”.

Vó Luísa, cuja avó era costureira “no tempo dos escravos”, em São João d'El Rei, perdeu os pais na infância. Foi adotada por uma prima que a levou para morar e trabalhar em fazenda da região do Bananal, São Paulo. Posteriormente, deixa a prima e migra para Rio Claro, onde se casa, aos vinte e cinco anos, com José Ernesto Glória (GLÓRIA, terceira geração). Maria Luísa dá à luz a nove filhos, todos nascidos na casa construída pelo casal, no caminho que leva à Pedra do Rastro, no período em que morou no morro da Cachoeirinha.

Por indicação de Serafim Quintino, estabeleci contato com Dona Isabel Vidal, que teria convivido com o “primeiro” dos Bernardo nas lavouras de Bananal. Ante a descoberta do seu falecimento, foi entrevistado o viúvo, Américo Vidal, nascido em 1921, que viveu e foi, em seus termos, “usado” em várias fazendas da região do Bananal, que ele vai nomeando até onde permite a sua capacidade de se esquivar das mágoas acumuladas:

[...] Fazenda Bela Vista, Fazenda do Coqueiro, Fazenda do São João, Fazenda do Coronel Orácio, Fazenda do Fernandinho, Fazenda do Guna, fazenda do São José, fazenda do João Rezende. Mas, hoje, hoje não tem mais fazenda, mais não. Morreu os chefe, bagunça tudo. Não é, assim, conservado como os velho. Naquele tempo, os fazendeiro era mais caprichoso, tinha turma, tinha tudo.

Descreve, comoventemente, as agruras de uma infância e juventude sob a opressão ainda do trabalho servil, nas primeiras décadas do período pós-emancipatório: “A gente não morava numa casa como essa aqui. Morava em casa de sapê [...] tinha muita munguiça [tipo de mosquito], rato, pulga, cobra”.

As entrevistas com os nonagenários Américo e Luísa, casada com José Ernesto Glória (GLÓRIA, terceira geração), donos de uma memória temporal privilegiada, foram essenciais para redesenhar cenas do período pós-emancipatório, como são apresentadas adiante.

Outros nomes, como de João Manoel da Silva (BERNARDO, terceira geração) (Figura 43), nascido em 1938, primeiro presidente da Associação da Família Bernardo-Glória-Faustino, Maria Alice, nascida em 1933, Maria da Glória, nascida em 1934, assim como outros tantos de um total de dezessete septuagenários e octogenários entrevistados, todos foram cruciais para conhecer especificidades da rede familiar.

Figura 43 - João Manoel e Sandra Cotegipe, oficina de produtos artesanais do casal, Rio de Janeiro, RJ

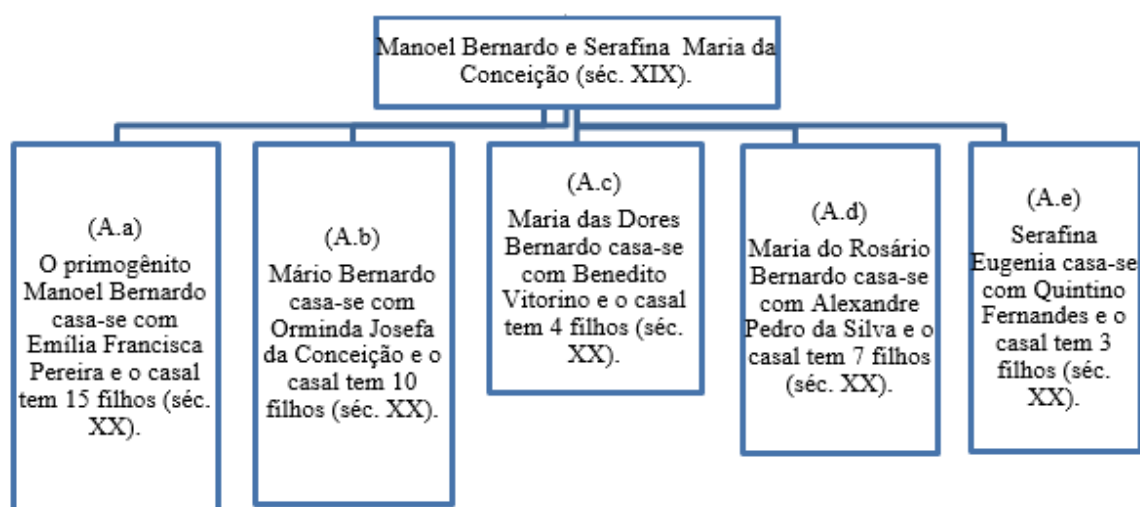


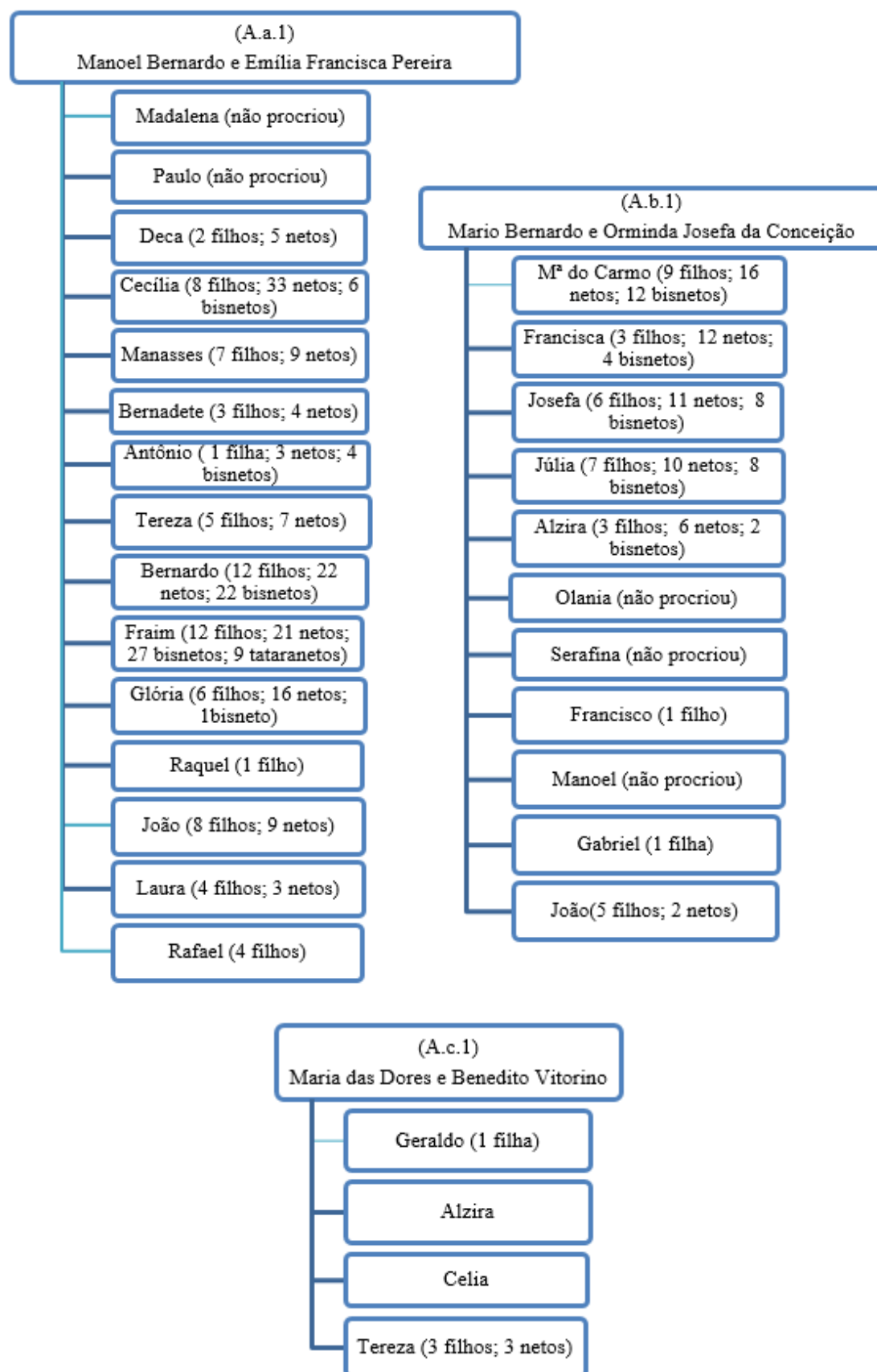
Fonte: Coleção do autor, 2014.

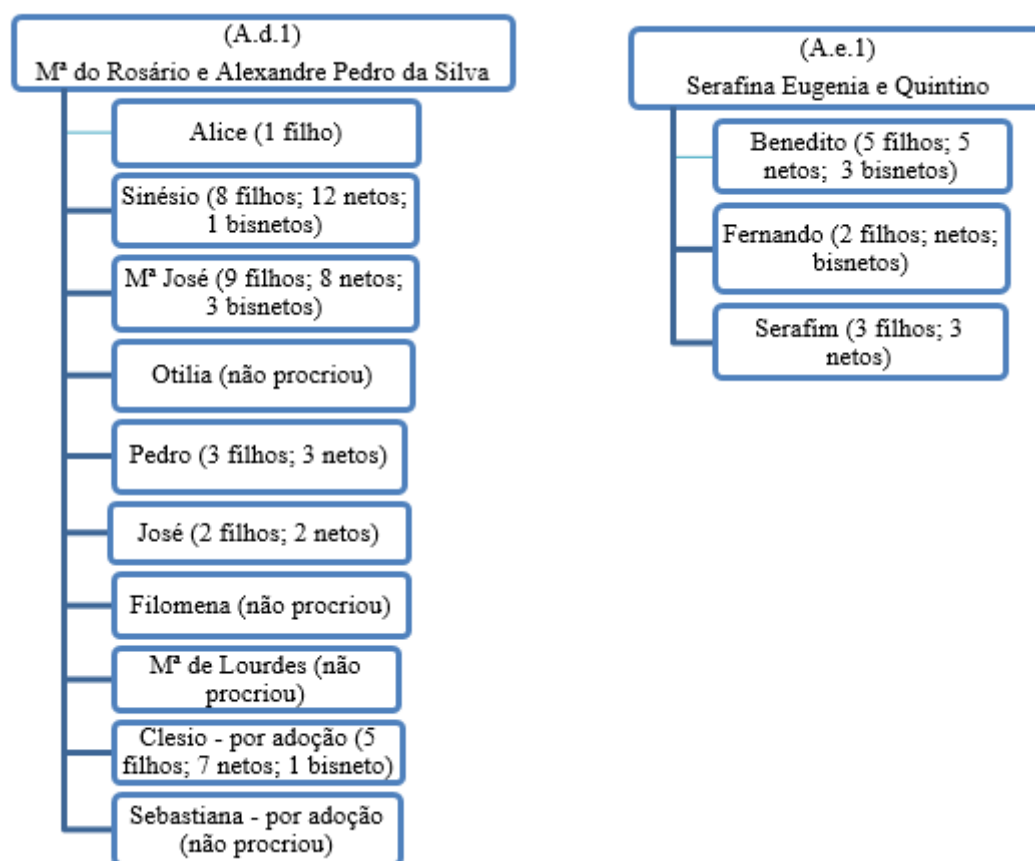
2.7 DIAGRAMAS DAS LINHAGENS E RAMOS ATÉ A QUARTA GERAÇÃO

A seguir, são apresentados três conjuntos de diagramas, identificados alfanumericamente e distinguidos por cor: azul para os Bernardo, verde para os Glória e marrom para os Faustino, respeitando as designações nos crachás de identificação adotados pelos organizadores nos encontros. Nestes diagramas, elaborados no sentido vertical, encontram-se distribuídas as três linhagens que compõem a rede familiar e respectivos ramos, em três gerações. Abaixo dos diagramas A, B e C, são descritas e analisadas as interseções entre as linhagens, os matrimônios interparentais e as afetividades proximais que caracterizam a morfologia da rede familiar extensa.

Diagrama A







Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Entre os Bernardo, os dois ramos masculinos (A.a.1) e (A.b.1) e o de Maria do Rosário (A.d.1) florescem intensamente. Os ramos de Maria das Dores (A.c.1)⁵² e o de Serafina Eugenia (A.1.e) são os que menos prosperaram numericamente. Os descendentes de Manoel e Emília (A.a.1), como já enunciado acima, se abrem para matrimônios necessariamente realizados fora do grupo parental, e são exatamente aqueles cujos membros foram se distanciando do convívio mais amiúde na mesma cidade, principalmente motivados pela busca de novos horizontes para sua reprodução social.

Alguns permaneceram na região, como os casos de Deca (José Carlos), Bernardo e Rafael, que se deslocaram para a cidade de Barra Mansa. Entretanto, a maioria dos integrantes desse ramo se transferiu para a capital do Estado do Rio de Janeiro, acomodando-se em bairros da zona oeste (Santa Cruz, Campo Grande e Sepetiba) (Figura 44), e nas proximidades do

⁵² É relevante ressaltar que Flauzina, uma das quatro filhas do primeiro casamento de Benedito Vitorino com Maria Rosa, casou-se com Manoel Faustino (FAUSTINO, terceira geração).

Centro, na antiga Praça Onze, Catete e Santa Tereza, até a fixação mais permanente das novas gerações em bairros diversos como Jacarepaguá, Penha, Catumbi, Bangu e outros.

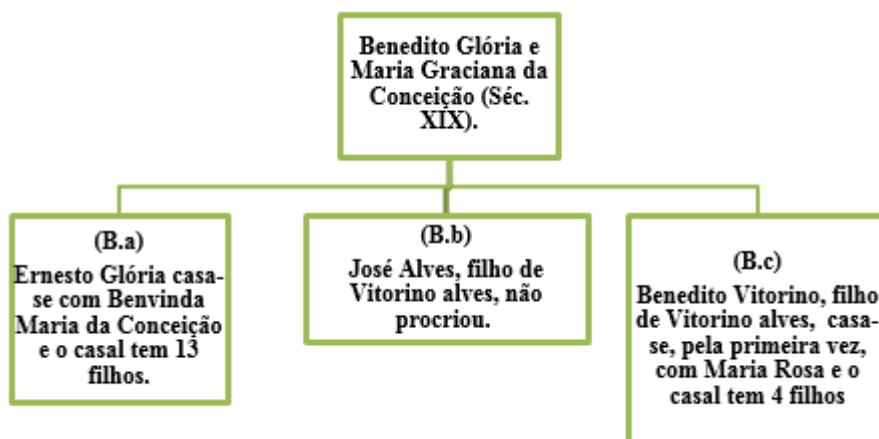
Figura 44 - Visitação a um núcleo de parentes (Bernardo) em Sepetiba, RJ, 2011



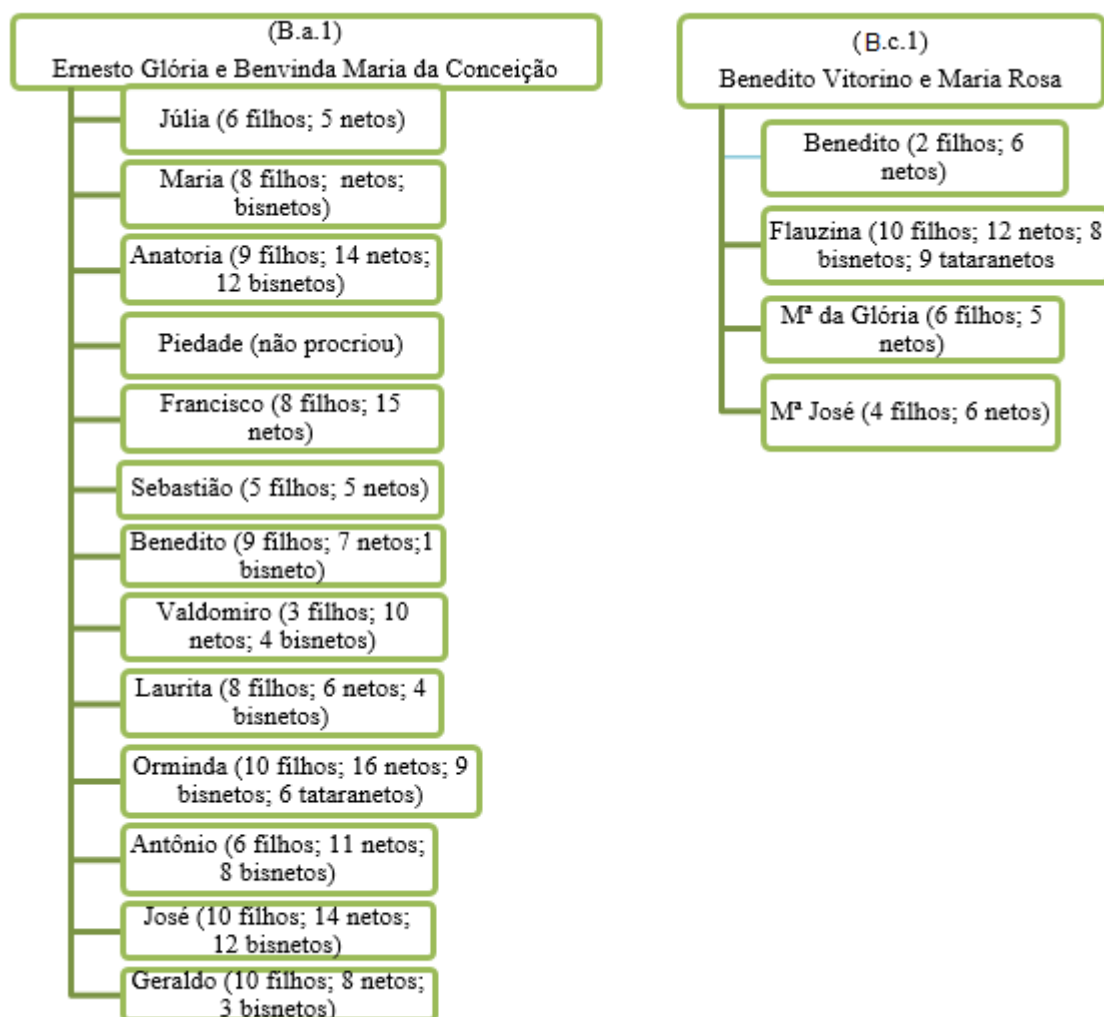
Fonte: Coleção do autor, 2011.

Esse distanciamento se ampliará entre os novos ramos em terceira geração dessa linhagem, a partir dos que seguiram a “segunda onda”⁵³ de migrações do grupo familiar para o Estado de São Paulo, florescidos de (A.d.1), os dos irmãos Sinésio (o mais extenso), José Pedro, Otília e Maria de Lourdes.

Diagrama B

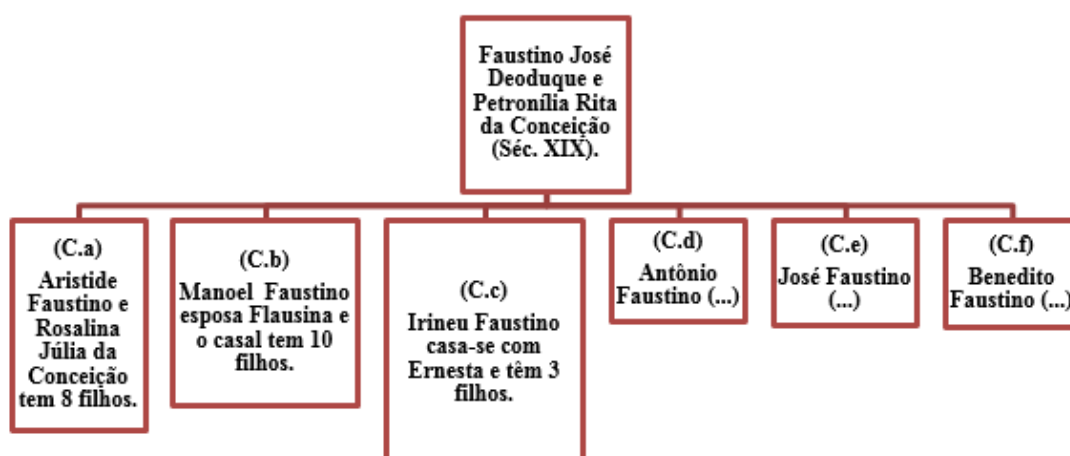


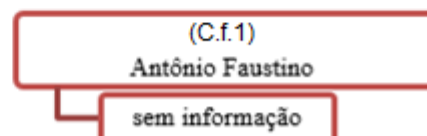
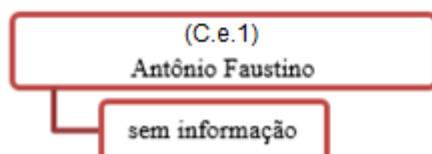
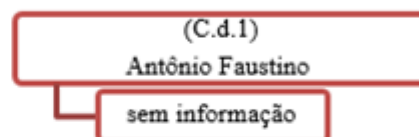
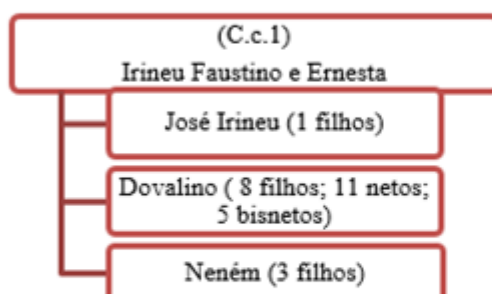
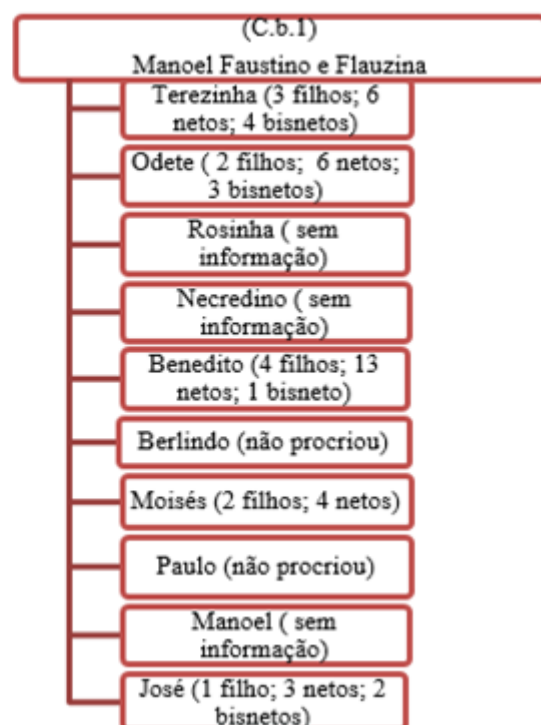
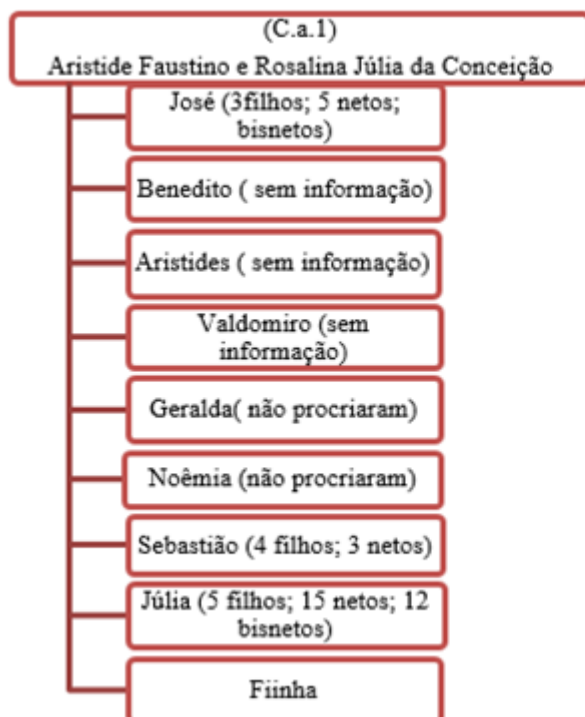
⁵³ Lembro que a “primeira onda” de dispersão, como referido, acontece na segunda geração, em torno dos anos 1940, que afetará a linhagem dos Faustino, quando partem os irmãos Antônio, José e Benedito, bem como a linhagem dos Glória com a partida de duas filhas de Ernesto Glória, Júlia e Maria.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Diagrama C





Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quadro 1 - Matrimônios interparentais e afetividades proximais

Geração	Descrição do enlace matrimonial ou proximal	Linhagens enlaçadas
1. Segunda	Maria das Dores Bernardo foi segunda esposa de Benedito Vitorino, enteado de Benedito Glória.	Bernardo; Glória
2. Terceira	Manoel Faustino casou-se com Flauzina, a segunda filha de Benedito Vitorino com Maria Rosa, sua primeira esposa.	Faustino
3. Segunda	Ernesto Glória casou-se com Benvinda Maria da Conceição, irmã de Rosalina Júlia da Conceição, esposa de Aristides Faustino.	Glória; Faustino
4. Terceira	Benedito Glória casou-se com Maria José Faustino, sua prima por ser filha de Rosalina Júlia da Conceição. Irmã de Benvinda Maria da Conceição.	Glória; Faustino
5. Terceira	Teresa Bernardo Vitorino, uma das filhas de Maria das Dores com Benedito Vitorino, teve uma filha, Natividade, com o primo em primeiro grau por descendência materna, Pedro Alexandre.	Bernardo
6. Terceira	Laurita Maria da Glória, filha de Ernesto Glória, casou-se com Dovalino (ANEXO C) Irineu da Silva Faustino, filho de Irineu Faustino e Ernesta.	Glória; Faustino
7. Terceira	Francisca Bernardo, filha de Mário Bernardo e Ormindia, casou-se com Benedito Manoel Faustino, filho de Manoel Faustino e Flauzina.	Bernardo; Faustino
8. Quarta	Maria Lúcia, uma das filhas de Francisca Bernardo com Benedito Manoel Faustino, casou-se com o primo em primeiro grau Anatásio Dovalino Faustino da Silva (ANEXO A), filho de Dovalino Irineu Faustino da Silva e Laurita Maria da Glória.	Bernardo; Glória; Faustino
9. Quarta	João de Deus, um dos filhos de Francisca com Benedito Manoel, casou-se com Maria Aparecida Glória, filha de José Glória e Luiza.	Bernardo; Glória; Faustino
10. Terceira	Maria José Bernardo, filha de Maria do Rosário e Alexandre Pedro da Silva, casou-se com Geraldo Glória, filho Ernesto Glória e Benvinda.	Bernardo; Glória
11. Terceira	Josefa Bernardo, filha de Mário Bernardo e Ormindia, casou-se com Antônio Glória, filho de Ernesto Glória e Benvinda.	Bernardo; Glória
12. Quarta	Maria José, uma das filhas de Josefa Bernardo e Antônio Glória, casa-se com o primo em primeiro grau Hédio, filho de Geraldo Glória e Maria José Bernardo.	Bernardo; Glória
13. Quarta	Helena, outra filha de Josefa Bernardo e Antônio Glória, casa-se com o primo em primeiro grau Hélio, igualmente filho de Geraldo Glória e Maria José Bernardo.	Bernardo; Glória
14. Terceira	Alzira Bernardo, filha de Mário Bernardo e Ormindia Josefa da Conceição, casou-se com José Faustino, filho da irmã Rosalina Júlia da Conceição, essa casada com Aristide Faustino.	Bernardo; Faustino

15. Terceira	Júlia Glória, uma das filhas de Ernesto Glória e Benvinda, casou-se com Geraldo Nicomédio.	Glória
16. Terceira	Maria da Glória, outra filha de Ernesto Glória e Benvinda, casou-se com o cunhado Jesuíno Nicomédio dos Santos.	Glória
17. Terceira	Faustino Aristides, filho de Aristides Faustino e Maria Rosalina, casou-se com a prima em primeiro grau Maria da Glória, uma das filhas de Dovalino Irineu Faustino da Silva e Laurita Maria da Glória.	Glória; Faustino
18. Terceira	Sebastião Faustino, um dos filhos de Aristides Faustino e Maria Rosalina, casou-se com Maria Antônia Glória, uma das filhas de Ernesto Glória.	Glória; Faustino
19. Terceira	Fiinha Faustino, irmã de Faustino Aristides e Sebastião Faustino, portanto também filha de Aristides Faustino e Maria Rosalina, casou-se com Benedito Glória, um dos filhos de Ernesto Glória.	Glória; Faustino
20. Quarta	Dovalino da Silva, um dos filhos de Neném Faustino e Levina, casou-se com Benvinda Glória, filha de Benedito Glória e Fiinha Faustino.	Glória; Faustino

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Merece destaque o enlace de Manoel e Flauzina, indicado na linha 2 do Quadro 1, porque evidencia que o agenciamento matrimonial no interior do grupo não é pautado pela parentalidade consanguínea, mas, pela proximidade e parentalidade afetiva. Esse parece ser também os casos dos enlaces tanto o de Júlia Glória como o de Maria da Glória, descritos nas linhas 15 e 16 do mesmo Quadro 1, realizados com parceiros “de fora” da rede parental, porém, esses irmãos.

Os ramos (Ab.1), (Ac.1), (Ba.1), (Ca.1) e (Cc.1) são os que apresentam um redimensionamento dos matrimônios interparentais nas terceira e quarta gerações, conforme descrição no Quadro 1. Tem-se em conta que o grupo familiar não apresenta características de haver constituído um sistema de matrimônio endogâmico, o que certamente nos remeteria a uma discussão alongada sobre sistemas de parentesco. Estudos sobre parentesco e estudos sobre família podem ser complementares, mas são diferentes. Embora ambos tenham como objeto o nascimento, acasalamento e morte, o parentesco é a estrutura formal, ao mesmo tempo, abstrata da família, um fenômeno concreto, suscetível às escolhas dos sujeitos (LÉVISTRAUSS, 1976)⁵⁴.

⁵⁴ Já no clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski (1976) identificava que cabia à mãe, e não ao pai, o fio de transmissão de direitos de uma geração para outra. Isso mostrava que a definição das regras de vínculo de parentesco biológico entre pai e filho não tem a ver, necessariamente, com as regras de descendência, pelo menos não naquela sociedade culturalmente diferente. A partir dos estudos estruturalistas de Lévi-Strauss

As preferências na escolha de parceiros para casar não parecem sinalizar uma tendência à endogamia por cor, origem étnica e estatuto jurídico, como decorria no período escravista (SLENES, 1992). Assim, a pesquisa se voltou para explicações sobre essas ocorrências, a partir dos próprios sujeitos inseridos nessas uniões.

Há casos paradigmáticos exemplificados no casamento, em terceira geração, dos irmãos Geraldo Glória e Antônio Glória com duas primas, respectivamente Maria José Glória e Josefa Glória, ambas já duplamente descendentes das linhagens Glória e Bernardo. A prática dos pais foi reproduzida entre os filhos dos dois casais, casando-se, em quarta geração, dois irmãos, Hélio e Hédio, filhos de Geraldo e Maria José, com Helena e Maria José, filhas de Antônio e Josefa, portanto dois irmãos casados com duas irmãs, primos e primas em primeiro grau.

Em geral, notou-se certo desassossego nas ocasiões em que foram provocadas discussões sobre o assunto, principalmente entre casais ou entre descendentes de matrimônios dessa ordem. Ainda assim, nas situações em que foi possível extrair os pontos de vista de quem está ou não imerso direta ou indiretamente nessa situação, houve uma confluência de opiniões. Esta confluência bem poderia ser sintetizada na visão de Serafim Quintino (BERNARDO, terceira Geração), para quem:

[...]as coisas antigamente eram muito difíceis, mas difíceis para todo mundo. As pessoas se encontravam pela cidade, iam à missa, tinha a escola. Mas a maioria morava fora. Antigamente as pessoas viviam muito próximas umas das outras e iam convivendo, um ajudando o outro, dando apoio. Aí... Você veja só, isso das pessoas se casarem entre os mesmos, isso já vem lá de trás, desde o início. A mulher do Ernesto Glória, a Benvinda, era irmã da mulher do Aristides, Aristides Faustino, o pai do Bastião. Então... aí, nascia uma criança, um convidava o outro para ser padrinho, e naquele tempo as pessoas tinham confiança que quem era escolhido para ser o padrinho assumia a responsabilidade pelo filho no caso dos pais faltarem. Aí era uma coisa que ia formando as amizades. Um frequentava a casa do outro, aí já levava o filho. Tinha a missa, tinha o almoço com todo mundo junto.

A fala de Serafim evidencia que as dificuldades enfrentadas “antigamente” serviram para aproximar “as pessoas”, referindo-se amplamente às famílias com trajetórias similares: “mas difíceis para todo mundo”. As dificuldades deviam estar concentradas na reprodução

(1976) é introduzida definitivamente a dimensão cultural nos estudos sobre sistemas de parentesco. Lévi-Strauss introduz a aliança, a afinidade, portanto a escolha como elemento cultural na formalidade do parentesco, através da inclusão do representante do grupo do qual o homem recebeu a mulher. Rompe-se, então, com a ideia de família naturalizada, uma mera reprodução biológica universal (ver: LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis, 1976).

social dessas famílias, em razão dos papéis destinados aos negros na cadeia produtiva, neste caso àqueles que viviam no campo e nas periferias de pequenas cidades, como Rio Claro, com forte tradição conservadora.

Mas, em paralelo às questões de ordem material, “as pessoas viviam muito próximas umas das outras” possivelmente também como segurança afetiva, isto é, como meio de se proteger dos perigos iminentes provindos da discriminação e do preconceito racial, expressos não só na segregação espacial, mas nas humilhações, retratadas por outros membros da rede familiar. Por exemplo, Maria Inez (54, sempre viveu em Rio Claro), filha de um casamento entre Bernardo e Glória, instada a opinar sobre a sua infância, em determinado momento da narrativa, foca tensões próprias das relações sociais sob a mira do racismo:

[...] Eu sinto desde de criança, desde que eu me entendo por gente, que eu sou negra e eu sempre achei que sou descendente dos escravos... eu sempre tive isso desde criança. Não tem mulato, não tem pardo. É como meu pai sempre dizia: escapou de ser branco, é negro. Não tem mulato, não tem marrom, não tem nada [...] Que antigamente nas certidões de nascimento, todas elas tinham pardo... branco, pardo e negro. Então para mim ou é branco ou é negro [...] Além de a gente sentir desde criança e saber que era filho de negro mesmo, que os antepassados da gente eram, eu já tinha a minha avó que era branca, a mulher do Mário Bernardo. Não era branquela, mas era branca do cabelo liso, cabelo cumprido, assim igual a tia Emília [...]. A gente sabia que era negro, era chamado de negro, era xingado de macaco, não tinha [...] Naquele tempo, nós naquele lugarzinho pequeno, ali era muito preconceito. No clube não entrava negro. Aqui mesmo tem uma história. A Nazareth [prima, em primeiro grau] Tinha um conjunto daqui que foi cantar em Rio Claro [...] – que ele hoje é do Paralamas, mas na época era do conjunto, aqui de Seropédica, era o RB7 –, teve um impasse. Quando chegou lá o conjunto não podia tocar porque o negro não podia entrar. Aí, o dono do conjunto disse: Ah! Se ele não entrar ou as pessoas que estão aqui comigo, não tem baile. Negro lá era só para ser empregada doméstica, era para capinar, era para cavoucar. Negro não tinha nem mercado, era vendinha... Negro não tinha acesso a nada.

Sucessivamente, as narrativas levam a considerar que uma frequente remissão do grupo às suas memórias afetivas, desencadeadas a partir da escolha pela convivência com os que se assemelhavam pelas trajetórias, o que pode ter influenciado decisivamente nos agenciamentos matrimoniais interparentais. Recorrendo mais uma vez à saga de Américo Vidal, pode-se presumir que a forma como eram tratados os trabalhadores descendentes de cativos no período pós-abolição, os que permaneceram nas lavouras das antigas fazendas escravistas, não se dissipou nos anos em que conviveram os personagens aqui referenciados. Ora espreguiçando-se ao sol, ora contraindo o semblante com o vigor de quem remonta a cenários sob domínio, porém indesejáveis, Américo vai tecendo frases e reconstruindo imagens:

[...] dormia no alojamento, na esteira... todo mundo dormia num barracão grande na esteira. A gente trabalhava a semana inteira... dia de sábado ia retornando tudo pra casa, fechava o alojamento, só quem não tinha casa ficava. Retornavam no domingo o diministrador batia o sino quatro hora, sim... Seis, seis e meia já tinha que chegar no batente. Todo mundo levantava e o cozinheiro ia fazer café, fazer comida, uns ia buscar lenha pra dar tempo pra fazer o almoço pra levar pra turma. No caixote o arroz, feijão, angu, a carne. E a gente não podia apiá, dependendo da distância, arrumava um mode de barro, assim, pra discansar o pescoço. Adispois, dependendo da distância, a gente saía antes pra levar as vasilhas pro cozinheiro lavar e arrumar tudo cheinho de novo de feijão, de arroz, angu, uma verdura, alguma carne. Então... aquele tempo de sofrimento, a gente tá vivo pela graça de Deus. Tinha muita gente muito religiosa. Todo domingo se ia à missa. A mão da gente era um casco de burro. O calcanhar era rachado. Não tinha calçado. As vezes a gente pisava no chão, o capim tava branco de gelo igual a essa parede aí [apontando]. A gente pisava até quebrar aquele gelo. O costume do lugar é que as pessoas chegava pra trabalhar porque esse era o trabalho, o trabalho nas fazenda. Se chegava adispois das 7 trabalhava não, perdia o dia. Casei em 1955 com 33 anos. Eu tomei muita Rabada de tatu. Tá na ora deu levantar, mais aí a gente com sono, tudo moleque, o diministrador chegava e largava o grima, que é feito de couro de boi trançado. O rabo de tatu, o cabo tinha uma argola que prendia na mão do diministrador. A gente saía... Não tinha cobertor e a gente saía e deitava lá na baia, na cocheira, que o homem não via os animá... E ficava lá até amanhecer. Dali, a gente saía dali e chegava lá na roça sem ninguém ver. De todo jeito a gente tava tudo lá, no mato. Ficava sempre no alojamento porque não tinha casa, não conheci meu pai e minha mãe morreu cedo. Lá eu formei. Fui criado que nem cachorro, o pé todo rachado, não tinha agasalho, a carcinha aqui no joelho.

Então a gente vivia que nem criação mesmo, não tinha outro jeito.

Naquele tempo tudo era... Não tinha vaidade nenhuma, as moça e o rapaz vivia igual criação do campo. Dormia molhado, ia armoçar três ou quatro horas, de tropeiro, com balaio na carcunda. Hoje as criança tem tanta regalia, mas naquele tempo... Se quer vai, se não quer vai do mesmo jeito. Prefiro remédio do mato. Hoje a medicina tá muito adiantada, mas naquele tempo não tinha comprimido era só remédio do mato. Minha mãe ensinava e a gente via como fazia – Marcelinha, poejo, hortelã... Morre mais gente hoje que tem a farmácia ou o doutor que naquele tempo que tinha uma baguaçu, curativo do sangue. É uma fruta que rala ele e põe oito dias na pinga e vai tomando um pouco em cada refeição. Esse dedo misgalhado [mostrando], eu não dormia direito [...] trabalhava como cabouqueiro. Quando saí da fazenda coqueiro vim pra fazenda de coronel Orácio, ele era primo do Getúlio Vargas, era um homem que tinha doze fazendas, era a mesma coisa que antes, mas era mais um pouco melhor que a gente já era formado. A gente era que nem boi de carro, quando chamado tinha que ir. A lama do ribeirão cheio, por duas vezes eu quase rodei na enchente, quando a enchente jogou eu no barranco. O burro era chucro e não obedecia, a enchente carregou ele com balaio e tudo. E eu falo assim, me dói no coração, porque a gente sofreu muito. Hoje, lembrando do tempo que era criança, o coração da gente dói pelo que a gente passou. Saía de noite e chegava de noite. [...] tinha turma que dormia na casa de sapê, nas terras do fazendeiro. Turma de trinta a quarenta homens. As mulheres, só uma ou outra trabalhava na fazenda, na casa, no jardim, na horta. Hoje tudo é mais fácil porque tem a máquina. Com a máquina, os boi e o burro, tudo descansou. O bicho sofria naquela cançã que cortava até o osso. Criava galinha, muito

porco. A terça era do fazendeiro. Já fiz cachaça e depois bebia, bebia bem, mas adispois a cachaça...A turma fazia, pra nós miúdo não tinha festa, sapato não tinha, roupa não tinha. Descansar do trabalho era pinga. Tinha o baile, mas era pouco. Tomava café com torrada no baile. Hoje tão dando tiro à toa, tem que andar arisco. Bala perdida. Quem atirou? Ninguém sabe. Nossos menino vai a baile, é tudo anarquia e quem morre é os nosso menino [...] Eles não pode desfazer um do outro não, que é tudo irmão. Trinta e cinco anos cabouqueiro, dois anos ajudante de caminhão, inda enfrentava cobra disarço.

Pode-se encontrar nas narrativas de Maria Inez ou de Américo Vidal detalhes que atam as suas lembranças a um passado de sofrimentos – “hoje, lembrando do tempo que era criança, o coração da gente dói pelo que a gente passou” –, mas que permanece, embora esses vivam hoje outra realidade temporal. Como nas duas memórias “teoricamente independentes”, uma que “imagina” e outra que “repete”, sistematizadas por Bergson (1999, p. 88), os feixes de lembranças que guiam as suas narrativas não requerem esforço para associar os fatos por ele vividos e os exprimir em imagens que, independentemente de sua escolha, funcionam como marcas a recriar diálogos entre eles, no tempo presente, e suas vivências no passado.

Essas narrativas exemplificariam como funciona a primeira memória, que “registraria, sob forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam [...]. Sem segunda intenção de utilidade ou de aplicação prática, armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural.”⁵⁵ É a essa forma de memória que se reportariam Maria Inez e Américo, sempre que se faz necessário identificar uma experiência como percebida antes ou não.

A outra memória provém de outra ordem de experiência, que encontraria suporte no corpo de nossos narradores. Tal experiência não está baseada em imagens, lembranças e, por isso, não está relacionada com o passado, mas com o seu prolongamento até o presente, a sua duração (BERGSON, 1999, p. 89). O passado, uma vez retido na consciência, cria mecanismos de reação do corpo aos estímulos externos, impelindo o indivíduo a agir conforme as necessidades de resposta aos desafios por ele vividos no presente. Representar certas relações vivenciadas no passado como subjugação, humilhação sistemática poderia ter feito brotar em Maria Inez e Américo, que falam do mesmo “lugar”, mas que nunca foram apresentados um ao outro, ações intuitivas de autopreservação e preservação daqueles que são identificados como “próximos”: “Tinha o baile, mas era pouco. Tomava café com torrada no baile. Hoje tão dando tiro à toa, tem que andar arisco. Bala perdida. Quem atirou? Ninguém sabe. Nossos menino

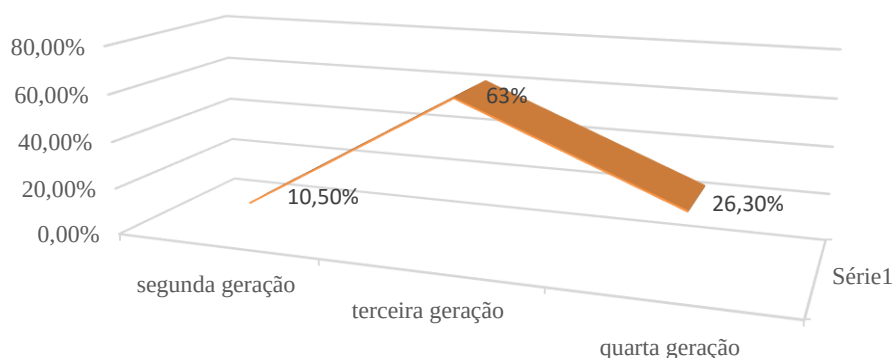
⁵⁵ BERGSON, op. cit.

vai a baile, é tudo anarquia e quem morre é os nosso menino [...] Eles não pode desfazer um do outro não, que é tudo irmão”.

O Brasil, como um todo, possui a sua história social fincada na escravidão. Mas Rio Claro, como alude Maria Inez colocando-se no passado local para descrever os parâmetros da constituição de sua identidade étnico-racial, trata-se de um lugar onde a hierarquização mais intensa das relações sociais entre descendentes da fidalguia escravista e descendentes de escravizados perdurou por bom tempo.

É possível que o conjunto das experiências pregressas tenham exigido aos negros descendentes de cativos e de ex-cativos formular, “conscientemente”, embora quase sempre silenciosamente, formas de lidar com o preconceito e a discriminação sociorracial que os fortalecesse coletivamente. Daí, agenciar matrimônios entre parentes consanguíneos ou entre parentes por compadrio representou um modelo relacional erigido pelo grupo, com a finalidade de estabelecer segurança afetiva frente às possíveis humilhações derivadas do preconceito racial.

Gráfico 5 - Tendência de casamentos interparentais ou proximais entre gerações



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Tal modelo de casamentos interparentais ou proximais entre gerações, parece razoável afirmar, tendeu a se pulverizar, à medida em que o grupo se ampliou e se redistribuiu geograficamente, desde a terceira geração, como mostra o Gráfico 5, para outros espaços na mesma região e para além dela⁵⁶

⁵⁶ A partir dos anos 1970, como será abordado mais adiante neste estudo, as ações do movimento negro brasileiro, calcadas fundamentalmente nas denúncias do mito da democracia racial, fertilizaram, gradualmente, a formação de uma “cultura de consciência negra” que estimularia a autovalorização dos negros, e a sociedade em geral a discussão sobre racismo e práticas de discriminação racial. Esse novo cenário provavelmente também interferiu na flexibilização das tensões nas relações sociorraciais mesmo em lugares interioranos como Rio Claro (sobre isto ver: PEREIRA, Amauri Mendes. *Cultura de Consciência Negra: Pensando a construção da identidade nacional e da democracia no Brasil*. 2000, 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UERJ, 2000).

Entretanto, mesmo com os relacionamentos descontinuados espacialmente não teriam sido dissolvidos os arranjos afetivos provocados por “segurança”, e transmitidos ao longo das trajetórias dos seus integrantes. A memória desses relacionamentos teria sobrevivido, constituindo-se ainda hoje em elemento agregador das três linhagens e seus diversos ramos, conferindo-lhes o sentimento de pertença necessário à construção de outras identidades, como a de se representar como família afro-brasileira.

2.8 ANCESTRALIDADE E PLURALISMO RELIGIOSO

Procurou-se demonstrar na seção anterior que, entre os Bernardo-Glória-Faustino imprimiu-se um *ethos* familiar no qual se destacam os agenciamentos matrimoniais proximais, e que esse modelo relacional alcança o pico em sua terceira geração, nos últimos sessenta anos. O declínio desse modelo vai se processando gradualmente, tendendo à pulverização da quarta geração em diante.

Outra transformação de *ethos* familiar porque passam os Bernardo-Glória-Faustino está relacionada à introdução de novas posturas dos seus integrantes, trazidas ao interior da família a partir de escolhas religiosas, especificamente as ligadas a denominações evangélicas pentecostais. Tais escolhas implicam na crescente ruptura com o catolicismo, a herança religiosa identificada pelos parentes como tradicional e a instauração de um pluralismo religioso no âmago das três linhagens.

Embora não se tenha realizado medições precisas acerca dos impactos gerados com o enfraquecimento da singularidade religiosa, é possível perceber que essa pode ter interferido em um aspecto central das relações de sociabilidade do grupo. Esse enfraquecimento, associado à distância geográfica e territorial que minimizou a convivência entre os parentes e os “próximos”, pode ter contribuído para a perda de um dos pilares do modelo relacional tradicional que fundou a prática de agenciamento de matrimônios no interior do grupo, qual seja a segurança afetiva.

Para parte dos Bernardo-Glória-Faustino, mormente os mais antigos, a atual pluralidade religiosa não se traduz necessariamente em clivagens no interior da família, como era temida no período em que se deu a ruptura, algo em torno de quatro décadas. Naquele período, lembra Célia (GLÓRIA, quarta geração), filiada à Assembleia de Deus Madureira, que “as pessoas se sentiam ofendidas porque mudamos de religião”. Embora tenha ocorrido quase um desencantamento dos mais antigos para com os transgressores no momento da revelação das novas escolhas, há hoje uma certa acomodação, ainda que não o bastante para dissolver

ocasionais tensões. Invoca-se o “respeito à crença do outro”, utilizando-se como premissa a existência de um mesmo Deus universal, e o “orgulho” de ter aceitado Jesus há muito tempo (COUTO, 2001; DUARTE & GOMES, 2008; GOMES, 2009).

Contudo, para outra parte dos que se posicionam sobre o assunto, especialmente os descendentes em quarta geração, menos zelosos com a aparente inexistência de tensões, o pluralismo de tipo exclusivista (MARIZ & MACHADO, 1998) representado pelos convertidos ao campo evangélico pentecostal equivale a um divisor da união familiar. Uma bisneta do “primeiro” Bernardo⁵⁷, ao expressar opinião durante a comemoração de um aniversário, para a qual, segundo ela, ninguém a convidou, desabafa:

[...] eu não gosto desses crentes. Eu digo. Eu não gosto mesmo não. Eu digo mesmo, porque eles são arrogantes. Em tudo eles implicam, e são da maior falsidade! A gente era unido quando a gente era criança. O meu avô... a minha vó gostava de reunir todo mundo aqui, nesse quintal... eu tenho até as fotos do tempo que era sempre uma coisa ou outra que alguém fazia e a gente brincava junto, comia junto, tomava café junto, tinha sempre um monte de gente que vinha. Isso aqui que você tá vendo, oh, eu acho que não tinha que ser só quando tem festa não. Agora, vai ver. Quando der aí umas cinco, seis hora vai ser uma debandada só.

As conversões do catolicismo para as denominações evangélicas pentecostais começam a ser mais notadas, no âmbito dos Bernardo-Glória-Faustino, no meado dos anos 1980. Esse é o período em que o mapa das preferências religiosas mostra uma rápida ascendência desse campo religioso no Brasil, sob influências do novo segmento em expansão, representado pelas denominações neopentecostais (MARIZ & MACHADO, 1998; FREESTON, 1994; MARIANO, 1999). Na rede familiar a diversificação e a adesão ao campo evangélico é expressiva, como pode ser notado no quadro a seguir (Quadro 2):

Quadro 2 - Denominações Evangélicas Citadas

Assembleia de Deus
Assembleia de Deus Madureira
Assembleia de Deus Reviver
Congregação Cristã do Brasil
Congregação do Brasil
Batista

⁵⁷ Mantem-se aqui propositalmente a discrição quanto à identificação desses informantes no intuito de evitar constrangimentos ou acirrar animosidades.

Congressional
Universal do Reino de Deus
Maranata
Metodista
Missão Evangélica do Brasil

Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

Outras pesquisas, como as de Márcia Couto (2001), Edlaine Gomes (2009) e Duarte & Gomes (2008), enfocam tais transformações no âmbito das redes familiares. De modo geral, as razões para as conversões no interior do grupo familiar giraram em torno da “decepção” com a Igreja Católica em função do que era entendido como “coisas erradas”, e da ignorância acerca da “intimidade ou conhecimento total da palavra”, conforme o depoimento de duas evangélicas descendentes dos Glórias, em quarta geração.

Fui me decepcionando, não com Deus, mas com as coisas erradas que aconteciam na Igreja Católica. Por exemplo: prega uma coisa e diz outra [...]. Alguns... as pessoas que você foi crescendo junto, vendo tudo de ruim... Aí, as missas não eram mais nada como no começo. As pessoas iam à missa mais para mostrar a roupa, era um desfile nas missas de domingo. Para mim a Igreja católica foi perdendo tudo aquilo que desde pequeninha eu... que a gente foi crescendo.

A decepção, como fraseada pela professora Maria Inez, vinculada à Igreja Missionária Evangélica Maranata, seguiu-se a busca por um novo estímulo para renovar a fé cultivada desde a infância, como nas argumentações de Célia, mestra em psicopedagogia.

A religião é algo que transforma o homem, e nós acreditamos na palavra. Nós fomos criados dentro do catolicismo, onde participávamos de todos aqueles rituais, mas os católicos [...] na verdade, naquela época, eles não tinham intimidade ou conhecimento total da palavra [...]. E o católico ia a uma missa onde o padre... nós recebíamos partes da bíblia, em folhas, em ordem de missa, de culto. E como nós éramos católicos praticantes, nós na verdade tínhamos uma intimidade muito grande com Deus, e uma curiosidade, como nós sempre tivemos. E eu era muito curiosa em ter uma bíblia para mim, para eu ler, eu avaliar [...] aos quinze anos eu comprei uma bíblia para mim. Eu peguei aquela bíblia e comecei a ler e senti Deus falando comigo de uma forma muito diferente.

Em estudo etnográfico sobre os impactos do pluralismo religioso nas relações familiares, Gomes (2006, p. 13) aponta que conversões religiosas, especialmente as de caráter evangélico pentecostal, operam como “o fator de desarticulação da família extensa”. No novo sentido de parentalidade valorizado neste campo religioso, o vínculo consanguíneo passa a ser

remetido a plano secundário, elevando-se o vínculo simbólico, subjacente aos ensinamentos da “palavra”.

De fato, na trilha das constatações da autora, entre os Bernardo-Glória-Faustino novas formas de sociabilidade passam a ser demarcadas por uma nova ética que importa na inculcação do sentido de libertação das impurezas mundanas. Torna-se necessária a interdição de determinados comportamentos de foro íntimo e de estética corporal espelhados, por exemplo, nos cuidados profiláticos (contra os vícios) e na abdicação de adereços próprios da vaidade humana. O benefício espiritual conquistado dever ser compartilhado para que as outras pessoas também descubram o “novo caminho”. Todavia, como igualmente revela Célia Glória, exercitar a “missão” de “levar a palavra” no interior da família cria um ambiente de tensão.

Enfrentamos muitas dificuldades na família, fomos rejeitados, isso porque a família tinha uma religião que a gente tinha que seguir. Então foi muito[...] A gente teve muita dificuldade naquela época porque as pessoas ficavam, assim, ofendidas porque nós mudamos de religião. Mas nós não mudamos de religião. Nós apenas aceitamos Jesus como um ser que veio para trazer a salvação e vida eterna.

Decerto que essa transformação passa a distinguir os parentes evangélicos dos outros parentes, até porque os convertidos se voltam para a rede familiar como solo fértil para a expansão da fé reconfigurada. Procuram se envolver nos acontecimentos que ordenam a vida familiar, de modo a atribuir-lhes um perfil semelhante àquele assimilado nos quadrantes dos rituais que estruturam as relações entre os “irmãos de fé”, na igreja.⁵⁸

Há, também, na família aqueles que compartilham ou sempre compartilharam os cultos à ancestralidade, embora esses prefiram, sempre, a discrição. No mais das vezes, quem pratica rituais do Candomblé ou da Umbanda dissimula a identidade religiosa e, quando diante do gravador do pesquisador, se silencia. Segredados, os iniciados nesse campo religioso convivem com rejeição similar à que é referida por evangélicos. Por exemplo, Luiz Roberto Aristides (FAUSTINO & GLÓRIA, quarta geração), filho de José Faustino e Maria da Glória, o Bebeto de Oxalá, assim se refere a essa situação:

Nossa religião está taxada como feitiçaria, como bruxaria, que não é coisa do bem; é coisa ruim, é coisa que mata. Gente, não é assim que as coisas funcionam. O orixá é tão bom. Em todo lugar existe a parte ruim e a parte boa das coisas. Isso é na igreja evangélica, é na católica, é em qualquer lugar. Mas não é por isso que eu vou sair falando que a sua não presta. Se as pessoas não conhecem, então passem a conhecer, gente. É por isso que eu me calei e não falo nada pra ninguém.

⁵⁸ GOMES, Op. Cit.

Pertencente a uma Casa de Santo de Candomblé de Ketu, tradicional da cidade de Barra Mansa, possui uma trajetória que também rompe com a tradição católica. Mas essa ruptura não impediu a sua “flutuação” em diferentes sistemas de crença nos quais vivenciou a condição de parente espiritual. Bebeto de Oxalá recorda que, em 1983, período marcado pelo início das conversões a denominações evangélicas pentecostais entre os Bernardo-Glória-Faustino, muda-se de Rio Claro para Angra dos Reis, onde permaneceu por nove anos. Nesta cidade entrou, pela primeira vez, num Centro de Umbanda, “vestiu roupa” e por lá permaneceu por dois anos, antes de filiar-se à Igreja Universal do Reino de Deus, onde permaneceu por um ano e meio.

Narra que, certa vez, sentindo-se atraído por uma roda de pagode, entrou e nunca mais retornou ao universo evangélico. Distanciou-se então da fé religiosa até que, “passando mal”, foi levado por um amigo à Casa de candomblé de Ketu de Maria Antônia, filha de Nitinha de Oxum, em Nova Iguaçu, onde tomou bori e passou a sentir-se melhor.⁵⁹

Retornou a Angra dos Reis, mas frequentemente voltava a sentir alterações no corpo que entendia serem de natureza espiritual. Em certo dia no ano de 1991 os presságios se acentuaram – “para eu sentir que era eu mesmo, mordida os lábios”. A mãe de um amigo o socorre. Depois de tomar água, “sentiu o corpo como se fosse uma pena”. Diz que poderia achar que tinha desmaiado, mas já tinha discernimento bastante para saber que havia bolado; “o meu santo me derrubou”. Voltou a Nova Iguaçu em busca de ajuda espiritual, lá permanecendo até a feitura do Santo, em 1993.

Do ponto de vista desse parente,

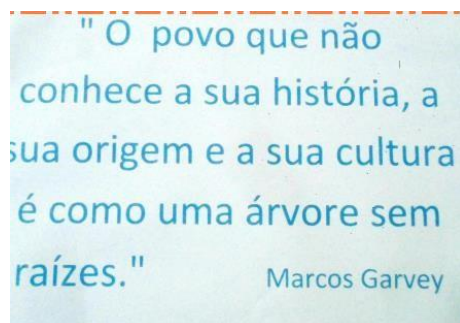
A família, agora, tá virando uma coisa restrita, e esse restrito é só evangélico. Então, não tem como. Para você entrar ali no meio, para você abrir aquilo ali, nossa, vai ter que lutar muito, muito, muito. Porque tem pessoas que são evangélicos, mas tem a cabeça aberta. Mas têm evangélicos que não têm, porque acha que pau é pedra e pau é pedra [...]. Por que eu me referi à evangélicos? Por que antigamente era mais católicos e uns gatinhos pingados de evangélicos. Hoje em dia, se você for ver, noventa e nove por cento são evangélicos. Quer dizer... Aí vai ficar difícil você brigar com noventa e nove por cento. [...] com certeza têm outras pessoas que são candomblecistas, sim,

⁵⁹ (a) A palavra Bori tem origem iorubá. Significa “dar comida à cabeça” ou “oferenda à Cabeça” e Visa criar a harmonia e equilíbrio necessários à vida. Do ponto de vista da interpretação do ritual, o Bori é a grande iniciação à religião, sem a qual nenhum noviço pode passar pelos rituais de raspagem, ou seja, pela iniciação ao sacerdócio. Dentre as várias razões para “dar bori” as mais comuns são, primeiro, quando se trata de um Abiã (aquele que frequenta a comunidade de terreiro ou roça e está sendo preparado para a feitura do santo), segundo quando ocorre a tão conhecida “guerra de santos” para ser o dono da cabeça. Oferece-se o Bori também em casos de doenças, não sendo necessário que a pessoa seja um abiã. (Sobre isto ver: PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, 591 p.)

(b) Refere-se a Areonithe da Conceição Chagas, Iyá Nitinha de Oxum, iniciada em 1932, aos quatro anos de idade, em Salvador, no estado da Bahia. Em 1972 a Iyalorixá fundou a Sociedade Nossa Senhora das Candeias (Asê Iyá Nasso Oká Ilê Osum) no bairro de Miguel Couto, na Cidade de Nova Iguaçu, na região da Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Morreu em 2008 em sua terra natal (Ver <http://www.maenitinha.com.br/sobre-mae-nitinha.html> . Acesso em 16 de março de 2015).

mas fica todo mundo escondidinho [...] Olha só, por exemplo, eu digo que sou camdomblecista, mas só eu na família? A gente começa a procurar e aí acha mais três, quatro, aí eu não tô sozinho... Aí já somos cinco [...] desse cinco a gente já pode sentar e conversar... Aí o negócio já vai ficando forte.

As representações de Beбето de Oxalá sobre o *ethos* religioso da rede familiar corrobora a profundidade das tensões advindas do pluralismo religioso existente. Mas até que ponto essas



tensões transfiguram uma rede familiar que se institucionaliza e se autorrefere como afro-brasileira; que se mobiliza, hoje, em torno da construção, autonomamente, de referências de si por meio do (re)conhecimento da história dos seus antepassados? “Irmãos de fé” não equivaleria a uma categoria de parentalidade simbólica espiritual que tanto pode extrapolar esse campo religioso, como pode ser operada inclusive num contexto mítico religioso independente de filiação religiosa?

Durante o VII Encontro promovido pela AFABGF, em 2013, um dos slogans escolhidos pela comissão executiva da Associação, sob a liderança de parentes sabidamente convertidos a denominações evangélicas pentecostais dizia: “o povo que não conhece a sua história, a sua cultura e a sua origem é como uma árvore sem raízes”, Marcos Garvey”.⁶⁰

Não se poderia acrescentar a essa esfera dos parentes espirituais o que remanesceu, na memória de seus membros, dos vínculos estabelecidos em razão das heranças míticas e linguísticas dos africanos aportados no Brasil?

Os estudos historiográficos de Slenes (2011; 1998; 1992) demonstram que, devido a certos fatores, sobretudo econômicos, como a decadência da empresa açucareira, o tráfico de africanos operou maciçamente, entre o final do século XVIII até meados do XIX, a rota que ligava a região da África Central ao centro-sul da colônia, transferindo expressivos contingentes populacionais que já possuíam afinidades culturais e linguísticas. Disto resultou a replicação aqui de uma unidade linguística pré-existente lá. Em sua maioria povos bantus e jêjes, acionados pela sobrevivência, reestabeleceram formas de comunicação que permitiram a trama,

⁶⁰ A frase corretamente transcrita seria “Um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes”, atribuída ao jamaicano Marcus Mosiah Garvey (1887-1940), comunicador, empresário e ativista do nacionalismo negro e um dos principais idealistas do movimento de “volta para a África”. Equivaleria, também, aos escritos de Todorov (2000, p.22) “um ser desprovido de cultura é aquele que nunca adquiriu a cultura dos seus antepassados, ou que foi por este esquecido e perdido.

reconstituição e partilha de uma identidade comum refundada em “suas pressuposições básicas sobre parentesco e suas visões cosmológicas” (SLENES, 1992, p.58).

Mesmo a igreja, na promoção de uma pretendida educação moral do escravo e do liberto, ou o sistema patriarcal, imposto durante séculos, não foram o bastante para impedir a transmissão intergeracional desses pressupostos. Mattoso (1988), Slenes (2011; 1998; 1992) e Reis (2001) sublinham que os vínculos biológicos nunca foram determinantes na concepção tradicional de parentesco na África. Essas sociedades se fundamentam na linhagem, esta que define a família a partir de um antepassado comum, reverenciado e cultuado pelas gerações posteriores. O sentimento de pertença, e não essencialmente a consanguinidade, constitui o principal fator identitário que permite aos membros de uma mesma etnia se relacionar na condição de irmãos e irmãs, primos e primas, tios e tias, avôs e avós, podendo, inclusive, uma descendência muito numerosa se desdobrar na constituição de uma nova família, porém envolta nos mesmos princípios. Esse complexo estrutural da forma de conceber e se relacionar parentalmente, é oportuno assinalar, foi alimentado, sistematicamente, conquanto “os africanos no Brasil viam suas ligações com seu continente de origem constantemente renovadas pelo tráfico” (SLENES, 1992, p.56).

O parentesco espiritual originário, em seus princípios e valores, tem próspera reflexão não só nos trabalhos científicos, mas também em outros tipos de literatura, como nas novecentos e cinquenta páginas de ficção e realidade⁶¹ do romance da jornalista Ana Maria Gonçalves “Um Defeito de Cor”. Nesse, a protagonista Kehinde, integrante de um plantel de escravos vendidos no Pelourinho, cidade de Salvador, após testemunhar a morte da avó e da irmã gêmea durante a travessia do Atlântico, aprende estratégias de sobrevivência e continuidade cultural.

[...] A nega Florinda apareceu e, sem dizer nada além de um breve cumprimento, foi embora depois de me entregar um embrulho com o pingente que todo ibêji que sobrevive à morte do outro deve usar para conservar a sua alma, e mais uma pequena escultura, também em madeira, representando os dois Ibêjis juntos. [...] Ela me ajudou a cavar um buraco no local onde estava a minha esteira, suficientemente fundo para atingir a base da parede que entrava para dentro da terra, e deixando um oco, como se fosse uma caverna. Foi assim que descobri como os pretos guardavam os seus santos, escondidos dos olhos dos brancos, e que todas aquelas paredes já deviam estar apoiadas em quase nada. Até a Esméria tinha lá os seus orixás, mesmo já estando acostumada aos santos dos brancos e tendo simpatia por alguns deles [...]. A porta foi trancada assim que entramos e a Rosa Mina indicou o canto onde ficava a esteira dela, dizendo que ia dividi-la comigo, e depois pediríamos a um dos moleques para buscar a minha. Eu disse que também precisava dos

⁶¹ A autora sustenta que as narrativas apresentadas auspiciam as sagas de Luisa Mahim (Kehinde), mãe do escritor e advogado, autodidata e abolicionista Luís Gonzaga Pinto da Gama (Luís Gama). É baseada e inspirada em manuscritos presumivelmente datados da primeira metade do século XVIII, encontrados pela autora na ilha de Itaparica, estado da Bahia.

meus Ibêjis e do Xangô, que tinham ficado no esconderijo, mas ela comentou que não era para eu me preocupar, porque pelo menos de Xangô estávamos bem servidas, e saudou a Ignácia e a Liberata com um kaô, pois as duas nagôs eram filhas dele (GONÇALVES, 2009, p.113).

Segundo Pierre Sanchis, há aí um fenômeno que o autor considera que deve ser analisado em amplitude global. Ao seu ver, “as sociedades humanas (sociedades, subsociedades, subculturas) são levadas a entrar num processo de redefinição de sua própria identidade, quando confrontadas ao sistema simbólico de outra sociedade, seja ela de nível classificatório homólogo ao seu ou não” (SANCHIS, 1994, p. 7). Neste sentido, haveria por parte da escrava Esméria “a tendência a utilizar relações apreendidas no mundo do outro para ressemantizar o seu próprio universo.”⁶²

A religiosidade referida nas estratégias das personagens para sobreviver ao revés da escravidão passou a uma condição relacional, mesmo quando transferida ao sistema de crença “imposto” pela classe senhorial. A flutuação entre esses diferentes domínios do sagrado e a sua reinvenção em todo tipo de sincretismos são características da sociedade brasileira, que se expressam nos mais diversificados momentos, no “campo da cultura”, e especialmente na vida íntima e familiar⁶³.

Exemplos disso são sublinhados nas falas de Maria Natividade da Silva Leite (BERNARDO, quarta geração) e Maria Alcinda Nicomédio dos Santos, viúva de José Ailton Nicomédio dos Santos (GLÓRIA, quarta geração), registradas em 2012, em São Paulo, na cidade de Mauá, reduto dos Glória desde os anos 1970. O encontro com essas colaboradoras da pesquisa acontece na casa de Maria Alcinda cuja relação de afeto com Maria Natividade foi construída desde a infância, em Rio Claro, teve como assunto as suas representações acerca das diferenças de filiação religiosa percebidas no conjunto parental.

Embora se tratassem de duas primas próximas pela afeição dedicada bilateralmente há muitos anos, a conversa, ainda que em tom afável, evolui em torno de “acusações” de um lado, e de “defesas” do outro. Despeja-se críticas à sofisticação das igrejas evangélicas, à riqueza desmedida dos pastores que são proprietários de fazendas produtoras de gado, à alienação dos fiéis que sequer questionam ao que é destinado o dinheiro recolhido nos cultos, ao registro duvidoso das igrejas que sobram em alvarás, à facilidade com eles (os pastores) retornam aos

⁶² Ibidem.

⁶³ Cf. Sanchis (1994; 1992).

púlpitos mesmo com as sucessivas prisões. Em muitos casos, referem que mulheres das igrejas são seviciadas pelos pastores, “são tudo deles”.

Figura 45 - Igrejas Evangélicas e as críticas



Fonte: Coleção do autor, 2013.

A certa altura, Maria Natividade discorre sobre a ética no interior da relação entre pastor da igreja que frequenta e ela ou outras mulheres. O pastor não pode fazer uma oração colocando a mão em qualquer das partes de seu corpo sem a presença da missionária, esposa do pastor: “ela põe a mão por baixo e ele põe a mão por cima da mão dela”. Nati, como é chamada mais intimamente pelos parentes e amigos, toma como referência as práticas sacerdotais do seu primo Hélio (GLÓRIA, quarta geração) (Figura 45) casado com a prima Helena. Menciona a recorrência ao banquinho ou o quartinho do pensamento, para os casos em que o fiel ultrapassa a conduta adequada: “é assim que a Igreja educa”.

No trecho a seguir, Maria Alcinda referia-se ao que na sua visão explica a escolha de parentes pelas denominações pentecostais, quando, a partir da intervenção de Maria Natividade, estabeleceu-se mais um diálogo interessante:

Maria Alcinda: Acho que muitos vão pela cura. [...] Eles tiram coisas ruins do corpo [...] Os pastores são assim, eles são espíritas mais do que o espiritismo mesmo.

Maria Natividade: Eu tenho uma irmã que é mãe de santo. Tudo que ela vê lá sobre mim ela fala, já me convidou várias vezes e eu nunca fui. Uma vez que eu tive urticária nervosa, médico nenhum deu jeito na urticária nervosa. Ela veio, pediu cravo, pediu uns negócios lá e fez um chá pra mim e, graças a Deus, sumiu aquilo.

Maria: Eu sou católica, mas sou espírita, não porque eu quero. Tá vendo essa pinta na minha mão? Tem gente que olha e diz: puxa! Você já nasceu feitinha! E eu nem sabia que isso significava isso aí.

Maria Natividade: Você deveria desenvolver. Eu detesto meus sonhos. Se eu sonhar que uma pessoa vai morrer, ou alguma coisa nesse sentido, acontece, Mara. Eu não gosto do mês de agosto. Eu sempre perco meus melhores amigos no mês de agosto.

Maria Alcinda: A pessoa espírita é assim, Natividade. Eu também tenho sonhos. Eu nunca conheci esse negócio de rodar, de Centro, esses troços. Mas teve um tempo que eu chegava nas casas dos outros e dava um troço esquisito... Aquilo vinha, assim, e eu me batia. Ainda percebo quando acontece, mas sem ter domínio. Antes do Robson [o filho], dava umas coisas e eu falava: hum! Troços esquisitos, sabe! Uma coisa afro que ninguém entende, afro mesmo, africana. Muita gente olha e diz: menina você tem uma coisa que se você estudasse fazia muita gente feliz. Eu trabalhava fora, bem no início do Robson, ele já estava dando aula. Quando meu pai morreu e eu entrei na sala, não gosto nem de lembrar, eu senti o espírito dele entrando em mim, senti o corpo dele todinho em mim, eu fiquei um mês... Eu fiquei numa depressão do caramba com aquilo lá. [entrevista interrompida. Notícia, por telefone, de acidente de carro, grave, com um primo]. Essa família, sabe o que eles fazem? Tem que fazer oração pra quebrar esses espíritos, essa coisa que tem muitos acidentes na família.

Maria Natividade: E eu faço! Mais que eu faço? Quando a tia Otilia morreu eu tava na cozinha, tinha acabado de servir a última comida, quando alguém tossiu no meu quarto. Não tinha ninguém em casa, mas alguém tossiu no meu quarto.

À época dessa atividade da pesquisa Maria Alcinda se identificou como católica. Maria Natividade, casada com Juvenal Leite em 1984 na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, havia se convertido recentemente à Assembleia de Deus Reviver. Seu padrinho de casamento foi o primo Bebeto de Oxalá.

Tanto no contexto romanceado do Salvador oitocentista como na conversa aqui refletida, resguardadas as óbvias transformações de toda ordem, emana o lidar com os interditos e permissões alusivos aos mistérios presentes na herança cultural e religiosa africana. Em ambos os momentos, os vínculos parentais se encontram estruturados na afinidade dos sentimentos e na memória dos antepassados.

Decorre que quando se fortalece o olhar para o passado, o parentesco espiritual parece independer das orientações religiosas, inclusive no presente. Penso que isto explica porque essa diferença de *ethos* religioso, mesmo provocando as tensões daí provenientes, não interfere significativamente na formação do *ethos* discursivo do grupo⁶⁴. Mesmo em face de tensões ou conflitos em decorrência das diferenças de orientação religiosa, todo sacrifício parece valer a

⁶⁴ A discussão sobre *ethos* religioso e *ethos* discursivo é aprofundada mais adiante.

pena para garantir a felicidade da família, o que há de mais sagrada no mundo⁶⁵. Tanto nas reuniões de planejamento como nas solenidades de abertura e encerramento dos encontros anuais, a prática de fazer orações antes e ao final dos eventos tem sido gradualmente desconsiderada, possivelmente em razão exatamente da maior transparência das diferenças de credo. Ou seja, no início da organização dos Encontros, essa prática, que era cumprida ritualisticamente, hoje figura não mais do que como um adereço de relativa importância, tendo em vista a centralidade do pensar o passado. Afinal “por mais que nos representemos autônomos ou autonomizados em relação a elas [às famílias], sempre portamos uma dimensão de participação, pertencimento, englobamento e entranhamento que nos mantêm no interior daquela configuração”, o espaço reconhecidamente único, sagrado (DUARTE, 2006, p.28).

Percebe-se, no interior do grupo, uma progressiva ampliação de suas atividades organizativas em busca de condições de sustentabilidade para a AFABGF, concomitante ao também progressivo aprofundamento do sentimento de pertença dos seus integrantes. Talvez a principal inflexão para o futuro do projeto dos Bernardo-Glória-Faustino, que começou com a idealização de festas pontuais da família, mas que atualmente granjeia, a cada ano, o status de projeto político, seja a equalização desses dois fatores. É esse equilíbrio que parece modular para mais ou para menos a intensidade do conflito de concepções da vida religiosa que podem propiciar radicalismos. Neste aspecto a família teria maior relevância que a adesão religiosa.

⁶⁵ Cf Duarte (2006)

CAPÍTULO 3 - “TODA ESSA FESTA JÁ NÃO PERTENCE A NÓS”: OS ENCONTROS DE MEMÓRIA

Três famílias, um soneto

O sol brilha lá no alto e em cada testa,
Sobre um mar de sorrisos e tambores.
Adultos e crianças e senhores
Sentam, brincam, conversam, fazem
festa.

As danças e risadas viram flores
Num jardim com tamanho de floresta,
Onde cada alma é simples e modesta,
Deixando grande espaço pros amores.

Música, abraços, fotos, são
lembranças Que nós vamos levar e
conservar, E então vamos criar
nossas heranças.

A história de hoje é a história desse clã,
E a memória que sempre vai ficar
Em nosso primo, irmão, sobrinha, irmã.

Wlange Keindé, 15 anos

“[...] somos uma família afro-brasileira.
Para mim significa uma afirmação e
orgulho da nossa descendência e raízes
africanas, significa o empoderamento
da nossa identidade como negros e
como família”.

Cassiane Glória, 25 anos

No capítulo anterior, procurou-se caracterizar essa rede familiar explorando aspectos que configuram os Bernardo-Glória-Faustino no perfil socioeconômico de classe popular. Dado a limitação dos registros contidos em fontes primárias, evidenciaram-se as trajetórias presumíveis dos “primeiros” tomando-se mais como ponte os depoimentos reveladores do tempo pregresso, principalmente os dos parentes e dos “próximos” mais antigos. Também, foram apresentados os principais elementos que caracterizam as relações estabelecidas entre as

três linhagens, e entre a rede familiar e seu entorno, sublinhadas pela evolução, a partir dos anos 1980, de um pluralismo religioso que expõe ranhuras no processo identitário do grupo.

Estudo de Robert Steichen (1997, p.17) sobre identificação e identidade no âmbito familiar propõe que a identidade do sujeito (sua construção e nomeações) “é definida como uma forma particular de ser que especifica certo limite no espaço e certa permanência no tempo [tradução minha]”. Um dos aspectos centrais desta tese é esse processo de construção de identidade entre os Bernardo-Glória-Faustino, deflagrado pela ideia de reencontrar e saudar parentes (saudar inclusive, simbolicamente, os que já não pertencem ao tempo presente) num espaço delimitado pela história social do grupo, e que tem o pico na sua institucionalização.

Durante a observação dos Encontros realizados anualmente, bem como das várias reuniões que os intercederam, notou-se que nesses espaços irrompem as múltiplas suscetibilidades, os enredamentos, as tramas de subjetividades, as reflexões, os acontecimentos em geral que incitam a verve e o pensar coletivo sobre quem são e o que desejam os Bernardo-Glória-Faustino.

Como apontado anteriormente, as reuniões convocadas pela AFABGF, mesmo antes de sua institucionalização, consubstanciam rodas de conversas em torno de assuntos pertinentes à operacionalidade dos Encontros. É quando são definidos os papéis e atribuições de todos os que se envolverão diretamente com as múltiplas tarefas necessárias à sua realização, em conformidade com as diretrizes revistas a partir da avaliação da “festa” anterior.

Famílias, independente do modelo relacional – se submissas às suas linhagens e patrimônio herdado, se recortadas à unidade mínima, com culto ao individualismo, ou se afixadas à vida doméstica, em redes familiares extensas – se identificam com dinâmicas próprias onde cada pessoa identifica papéis a representar e obrigações a cumprir. Segundo Fonseca (2005, p. 54), “essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo)”. No desenvolvimento das atividades que animam a dinâmica familiar que valoriza os afazeres domésticos e casa, a divisão de tarefas corresponde ao costume, entronizado pela “honra e tradição” (FONSECA, 2003).

Há, assim, tarefas assumidas voluntariamente, respeitadas as condições consideradas pelos parentes como as mais triviais dentro da divisão por gênero e habilidades reconhecidas. Há quem cuide da criação e confecção de souvenirs, da higienização e decoração do lugar do encontro, da organização e preparação dos lugares onde pernoitarão as pessoas, da feitura das comidas que serão servidas em três refeições no sábado e em outras duas no domingo, da

realização das compras do que será consumido no evento, da elaboração dos documentos que tanto servem à mobilização de parentes como à divulgação do encontro junto a instituições públicas e privadas, da cobrança da tarifa de contribuição aos parentes, da arrecadação de todo tipo de doações.

Em paralelo a toda movimentação em torno dos preparativos, nas mesmas rodas de memória, vão sendo resgatados os feitos memoráveis correspondentes às trajetórias dos antepassados. Todas as apreensões e expectativas que se acumulam nesses dois polos de construção de identidade, operacional e memorativo, têm culminância no fim de semana em que acontece o Encontro⁶⁶.

A construção identitária da Família BGF passa por um processo de produção de sentido, de criação de autoimagens, desencadeado desde as primeiras manifestações do desejo da ampla confraternização. As representações de si evoluem nos simbolismos que passam então a circular no interior do grupo. Frases sacrais – “Nossa família unida é nossa fé”; “Sejam bem-vindos ao seio da paz e do amor” – se combinam a frases com outro tipo de densidade reflexiva – “Família interagindo, vivenciando o passado e conquistando espaço através dos tempos”. Cartazes, decoração, bolos temáticos exaltando a recriação da família extensa, muitas vezes buscando referir a “mensagens étnicas”, evidentes, por exemplo, na fala dos responsáveis por essas tarefas, cujas cores dos tecidos ou a utilização de flores ornamentais e ervas, “tudo tem que ser de festa, tem que ser coisas muito coloridas, alegres [...] tem que ter a cara dessa família linda que Deus abençoou, tem que ter coisa afro, nossa, pra cima”⁶⁷. São todos elementos que vão compondo o conjunto identitário do grupo.

Desta forma, embora tenham sido realizados oito encontros, certas manifestações se repetem subsequentemente e com tal regularidade no seu tempo de duração (antes, durante e depois dos encontros) que adquirem caráter sistêmico ou ritualístico. Para o interesse etnográfico, que importa capturar as nuances contextualizadas em gestos, falas, condutas, examinando-os nas suas significações é possível descrever esses elementos mais repetidamente externados na totalidade dos encontros observados⁶⁸.

⁶⁶ Vale ressaltar que embora a pesquisa tenha sido dirigida propriamente dito para a tese a partir da realização do quarto encontro, em 2011, a observação intencionalmente voltada para a reflexão que ganharia sustentação teórica já ocorria desde 2007.

⁶⁷ Fala espontânea de Sandra Cotegipe, professora, casada com João Manoel da Silva (BERNARDO, terceira geração), enquanto exibia e propunha a decoração para as mesas com objetos artesanais por ela produzidos.

⁶⁸ Guertz (1989).

3.1 O DESEMBARQUE

Desde o primeiro Encontro, aos sábados, logo no início da manhã, começam a chegar os parentes que moram fora da cidade.⁶⁹ Faz frio em julho, mas é propositadamente mantido como mês de referência⁷⁰ “porque já virou tradição”.

Há um enfileiramento crescente de automóveis com placas de Rio Claro, Rio de Janeiro, Seropédica, Vassouras, Volta Redonda, Barra Mansa e de outras cidades, que chegam abarrotados de colchões, roupas de cama, sacolas com “lembrancinhas” e gente. Alguns trazem comidas e bebidas para ajudar na festa. Os ônibus e automóveis ficam estacionados no interior das escolas, previamente solicitadas junto a órgãos da administração pública.

Em Rio Claro, os encontros realizados no bairro Vila Velha, no colégio São José, construído na década de 1970, adquirem um contorno especial por constituir um “lugar de memória” para boa parte das mulheres da Família BGF, que ali estudaram e se formaram professoras. Comentam, enquanto orientam a entrada dos parentes e convidados, sobre a tensão que existiu à época entre mulheres moradoras do bairro e mulheres da parte considerada nobre da cidade. Essas reclamavam da iniciativa do Poder Executivo, apondo que a escolarização importaria um decréscimo da oferta de mão de obra no mercado de empregadas domésticas. Algumas mulheres do bairro, ocupadas basicamente nas lavouras ou nas “casas de família”, boa parte integrante dos Bernardo-Glória-Faustino, expuseram publicamente opinião contrária, nas missas, nos mercadinhos e durante a campanha pela reeleição do então prefeito Cid Magalhães (Figura 46), que construiu o colégio.⁷¹

⁶⁹ Rio Claro ou Seropédica, as duas cidades onde foram realizados Encontros, até o acompanhamento da pesquisa, encerrado em dezembro de 2014.

⁷⁰ Como já se chamou a atenção em outra parte do trabalho, assim se referia a maior parte dos parentes quando, entre o terceiro e o quarto Encontro, foi mencionada a possibilidade de mudar o mês do evento para responder a demandas de natureza organizativa. Essa posição reflete a fixação dos articuladores dos encontros em construir, institucionalizar e estabelecer rapidamente essa “tradição inventada” (Ver: Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23).

⁷¹ Numa outra ocasião, procurei aprofundar o entendimento sobre a situação. Erculana, (GLÓRIA, quarta geração) lembrou que “as pessoas falavam na cara: Cid fez esse colégio, agora a gente não vai encontrar mais uma empregada doméstica!”. Em reforço, Neide (GLÓRIA, quarta geração) e Clarice, casada com Elias Glória (GLÓRIA, quarta geração) contaram que mulheres brancas de classe média “estavam acostumadas a pisar nos outros”. O ex-prefeito Cid Magalhães, que conquistou o seu segundo mandato, revelou que aquela foi a primeira escola pública do município, cuja construção na localidade mais carente teve realmente como finalidade a escolarização da “gente pobre, descendentes de escravos que ali viviam”. Não foi difícil deduzir que a tensão referida pelas parentes na manhã daquele Encontro teve como epicentro as clivagens sociorraciais, que não haviam sido dissolvidas desde o tempo em que Rio Claro acolheu grande número de fazendas escravistas.

Figura 46 - Flausina Faustino, como babá em 1930 e o Ex-prefeito Cid. Magalhães (2014), Rio Claro, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2014.

As mulheres se veem obrigadas a abandonar a conversa sobre as memórias do lugar, o colégio São José, pois logo chegam mais crianças e a correria se intensifica, causando certo alvoroço no portão da recepção. Mas, ao invés de arrancar a costumeira repressão daquelas tias⁷², a “desobediência” é consentida, pois, em convenção implícita, a festa da Família BGF exige a transfiguração da vida prosaica de tarefas obrigatórias e utilitárias na condição necessária para viver intensamente aqueles dois dias de inspiração no amor, na comunhão, na exaltação à união da família, na dança, no canto, na embriaguez⁷³. Logo um grupo de parentes versados em atividades profissionais de animação cultural entra em cena, com cabelos e roupas elásticas coloridas, maquiagem estridente, realizando uma multiplicidade de exercícios acrobáticos e convidando a criançada miúda a acompanhá-los.

No ônibus que atravessara a madrugada na estrada, provindo de Mauá, Estado de São Paulo, lê-se na faixa estendida numa lateral externa: “Jardim Zaíra saúda a todos os familiares”. O espírito da frase é reforçado quando alguém entre os mauaenses, reportando ao longo período sem receber visita, vaticina que “o Zaíra também é casa da família”. O desembarque inicial é somente de pessoas, alguns, os mais jovens, sonolentos porém animados e galhofeiros; outros,

⁷² Também nota Duarte o quanto, em geral, os adultos são imensamente respeitados e têm valorizadas mesmo as suas exasperações com as crianças. (Ver DUARTE, LFD. *Da Vida Nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar/CNPq. 1986).

⁷³ Cf. Perez (2002).

os mais idosos, requisitam brevidade por parte das mulheres que integram a comissão de recepção, que confere nomes, procedência e linhagens, solicita a assinatura no livro de presença e entrega um crachá (Figura 47) de identificação em cor correspondente à linhagem ou à condição de convidado da família.

Figura 47 - V Encontro - Sofia apresentando seu crachá, Rio Claro, RJ, 2011



Fonte: Coleção do próprio autor, 2011.

Outro ônibus chega com parentes, em sua maioria moradores dos bairros da zona oeste do Rio de Janeiro (Campo Grande, Paciência e Santa Cruz). Nesse, distintamente do ônibus do Jardim Zaíra, não desembarcam nem doces bagunceiros, como o DJ Michael, nem equipamentos de iluminação e som para baile – que será no sábado à noite – mas um grupo em cuja parte considerável traz exemplares da bíblia nas mãos. Estampam sorrisos que misturam alegria com sobriedade.

Os que recebem os crachás destinados a convidados podem ser de três tipos, não necessariamente segmentados: o “convidado ocasional” geralmente é o amigo pessoal de algum parente, e tem acesso assegurado desde que pague a tarifa de participação. Embora não haja qualquer regulamento escrito sobre a conduta nos Encontros, há o conceito amplamente

reconhecido, estabelecido pela ética na família, de que a atenção a esse convidado individual, bem como o seu comportamento, é de responsabilidade de quem convidou.

Outro tipo é o “convidado insigne”, que eventualmente recebe convite formal para o evento. Esse possui relação de natureza afetiva com a família que lhe permite transitar livremente nas casas e em cerimônias diversas, sendo ele ou ela legitimado pelo grupo para intervir nas ocasiões em que se instalam as tensões que requerem opiniões, pelo menos aparentemente, isentas. Não raro, são pessoas cujos vínculos de amizade derivam de longos anos, e foram fiados em situações que exigiram dessas e dos mais antigos entre os Bernardo-Glória-Faustino, demonstrações bilaterais de solidariedade. Esses vínculos são, tantas vezes, transmitidos de uma geração à outra.

Ainda outro tipo de convidado a adentrar no espaço da “festa da família” nessa condição é o “oficial”, aquele cujos articuladores dos Encontros identificam como interessantes para legitimar a autenticidade almejada junto à sociedade local e aos poderes constituintes. A seleção dos convidados oficiais pode estar relacionada ao atendimento às demandas do grupo para a realização dos Encontros que são consideradas pertinentes às suas posições políticas. Dentre essas demandas estão os equipamentos utilizados no evento, como aparelhos de audiovisual, cozinha completa e mesas e cadeiras que são retiradas das salas de aula para compor o arranjo do salão. As salas de aula são transformadas em dormitórios extras.

As mesas são organizadas individualmente com quatro cadeiras, dispostas aleatoriamente no salão improvisado, parte no refeitório, parte na quadra de esportes, onde pouco a pouco vão se amontoando bagagens. Salvo as exceções de quem chega e vai direto à casa do familiar mais íntimo, as bagagens permanecem no local do evento até o início da noite, quando estará na hora dos preparativos para o jantar, desfile das candidatas à Miss Família e, depois, o baile.

3.2 CAFÉ COM MEMÓRIA

As horas da manhã avançam rapidamente, comprometendo a programação afixada em lugares de visibilidade privilegiada. Mas o movimento do salão, rasgado em todas as direções por gente que se desloca para abraçar a um e ao outro, partilhando o café da manhã ora numa mesa, ora noutra, evidencia que o tempo cronológico se encontra em cumplicidade com o tempo subjetivo das emoções, de todo tipo. Vários parentes, utilizando-se dos benefícios da instantaneidade dos aparelhos celulares e tablets, procuram “captar” essas emoções por meio das fotografias, enquanto outros oferecem a contemplação de álbuns de família

contemporâneos, também em meios digitais, reveladores do “estado da arte” dos núcleos familiares.

As imagens de corpos, lugares, paisagens, momentos lúdicos ou de experiências formais, permitem revisar os sentidos relacionados à memória dos familiares. Naquele recorte de tempo fundem-se a memória imagética e a memória oral para recontar ciclos de vida, testemunhar crônicas de cada singularidade e restituir a coesão temporal fragmentada pelas curvas inevitáveis da distância espacial. “A própria representação da família e do parentesco sofre assim a marca do tempo”⁷⁴. Os recursos tecnológicos ali contrariam o tradicional álbum de retratos pigmentado pelo folheio das repetidas exposições no círculo fechado da casa. Entretanto, podem expressar para aquele pequeno grupo de homens e mulheres de diferentes idades o resgate de registros históricos da passagem do seu tempo. E mais, podem, com absoluta autonomia técnica, produzir imediatamente novos registros a serem exaltados naquele momento presente, numa espécie de antecipação das emoções que o álbum de família em papel levaria para o futuro.

Enquanto desfocava aquele grupo de parentes e me encaminhava em direção à mesa central (Figura 48) do café da manhã, encaixava a sua espontaneidade nas lentes da análise de Benjamin, para quem é o observador, e não precisamente o técnico, que “sente a necessidade irresistível de procurar [...] o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás”⁷⁵.

⁷⁴ Cf. Lins e Barros (2000, p.34); Leite (2000)

⁷⁵ Cf. Benjamin (1987, p. 94)

Figura 48 - VIII Encontro da Família BGF – mesa do café da manhã, Seropédica, RJ, 2014



Fonte: Coleção do autor, 2014.

A mesa central do café da manhã é farta em leite, manteiga e queijo tanto industrializados como comercializados direto de cooperativa local. Aos pães encomendados com antecedência à padaria mais próxima somam-se outras especialidades, como geleias, bolos e biscoitos de variados sabores, produzidos em casa a partir de receitas que sempre remontam a um tempo passado distante. As referências aos mais velhos e aos ancestrais se intensificam no falatório, de onde se destacam as reclamações em alto tom pelo atraso de uns, ou as lembranças discretas da ausência daqueles que já se foram, para sempre.

Enquanto os comensais dão passos bem lentos na fila ordenada voluntariamente para o acesso às delícias, comentam suas expectativas geradas em torno do alimento que há muito deixou de sê-lo para se transformar em memória (os biscoitos de leite azedo, de trigo e as brevidades; a broa de fubá na folha de bananeira, os bolos de milho verde, de arroz socado no pilão, de aipim com coco, o bolinho de chuva; a paçoca de amendoim, o curau, a pamonha, o café adoçado no caldo de cana ou com rapadura...). Algumas falantes se revezam em descrever receitas, “de cabeça”, entre si e para os interlocutores mais próximos. Maria Natividade (BERNARDO, quarta geração), se orgulha em descrever “o bolo de arroz (Figura 49) que tem mais de 50 anos, feito pela tia Alzira [...] A avó Maria das Dores é que fazia.”

É mais ou menos duas mãos de fubá azedo (coloca na água e deixa de um dia pro outro); dez batata doce das pequenas, cozida e peneirada; cinco caneca de arroz (tem que botar de molho de um dia pro outro, secar, socar no pilão e peneirar); canela, cravo, erva doce. Tudo secado e coado. Mais ou menos uma

caneca de gordura de porco, com pouco sal. Mais ou menos duas caneca das grande de melado de cana. Coloca numa bacia a farinha de arroz, a gordura e o fubá. Mistura tudo. Bota o tempero e mistura, mistura bem. Acrescenta o melado, e pronto. Assa em forma redonda untada e polvilhada.

Mais tarde, se veria na sala reservada à oficina de culinária, um quadro dedicado ao rol de comidas, doces e outros alimentos considerados tradicionais da família.⁷⁶

Figura 49 - Bolo de arroz socado no pilão. Casa de Geraldo Vitorino, Cuibá, MS



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

A autenticidade da receita do bolo de arroz, como se poderia também referir as outras receitas citadas, é construída na própria narrativa concernente a um tempo em que o exercício culinário doméstico ainda não sofria as influências da televisão, e prevalecia a simplicidade dos registros pessoais “de cabeça”: a imprecisão na quantidade dos ingredientes (mais ou menos duas mãos de fubá azedo; canela, cravo, erva doce) e no modo de fazer o bolo de arroz (bota o tempero e mistura, mistura bem).

O conhecimento das transmissoras indica que não recitavam para si mesmas, mas para que a receita seja retransmitida sob a áurea de permanência suscitada no Encontro, para as próximas gerações, na família.

Gilberto Freyre, em Açúcar (1969), cataloga receitas de doces e bolos tradicionais do Nordeste, e analisa como a sociabilidade dos povos naquela região está relacionada com o consumo de açúcar nos doces e bolos recorrentemente confeccionados na casa grande, nos sobrados, nos mucambos e nas senzalas. Demonstra que os hábitos do consumo do doce teriam

⁷⁶ Ver Quadro de Comidas Tradicionais da Família (APÊNDICE A).

formado uma tradição cultural que se expandiu para a sociedade brasileira em geral, adaptando-se às diferentes formações socioculturais.⁷⁷

O diálogo estabelecido diante da mesa farta em doces criados a partir das experiências trocadas de casa em casa, representa, talvez, mais que a herança técnica das avós e tias. Parece simbolizar a transferência do amargor das violências sofridas pelos antepassados submetidos ao plantio da cana, para a sedução do açúcar. O açúcar vem então, “adoçar a vida” (Figura, 50), dar forma ao “doce lar” e estimular o aprendizado pela troca⁷⁸ e valorização de determinadas práticas gastronômicas transmitidas intergeracionalmente no âmbito da família BGF. De fato, o desjejum aciona significados atribuídos pelos parentes aos doces reconhecidos em sua tradição e, à vista disso, a identidade coletiva em vibrante construção.

⁷⁷ Cf. Freyre (1969, p. 43)

⁷⁸ A valorização da mestiçagem presente no conjunto da obra de Freyre embute o que críticos como Clóvis Moura identificam como mensagem subliminar de crença numa relação equilibrada entre senhores flexíveis e escravos resignados, que teria amenizado a brutalidade da escravidão. Vejamos um trecho desta obra de Freyre: “Como a música e a própria arquitetura e até o futebol, o doce mais caracteristicamente brasileiro tende a ser, também ele, expressão, cada dia menos, de divisões de classes, de raças e de culturas que por algum tempo se projetaram sobre os começos da cultura brasileira e, cada vez mais, do processo de interpenetração de etnias e de interpenetração de culturas e até de classes que vêm crescentemente caracterizando o desenvolvimento do Brasil”. (FREYRE, 2007, p. 35-36). Específico, Moura atribui a Freyre o protagonismo intelectual na “inferiorização social e racial do negro, segmentos mestiços e índios e a exaltação cultural e racial dos dominadores brancos (1988, p. 24). Esses também são argumentos iniciais que intelectuais da Escola de Sociologia da USP nomeadamente Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni e Emília Viotti da Costa lançam mão para uma crítica sistematizada ao ideal de democracia racial (ver Florestan Fernandes, **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, 1978). Longe de suspeitar da procedência de todo o arcabouço teórico que reputa as críticas apontadas, o trabalho investigativo não deve selecionar por critérios apriorísticos o que serve e o que não serve à análise. A leitura crítica, porém entusiástica da sociologia do doce teve peso significativo na análise aqui produzida.

Figura 50 - Degustação de sobremesas, Vassouras, RJ, 2011



Fonte: Coleção do autor, 2011.

3.3 MOMENTO SOLENE

O café da manhã avança para quase dez horas, quando repentinamente um grupo de mulheres e homens caminha entre os presentes convidando-os para se posicionarem nos lugares a esses reservados no salão. Desejam o início da programação, já em atraso.

Pessoas, revezadamente, se utilizam de microfones reiterando o aviso anterior.

Há uma faixa abstrata de dois a três metros que separa a mesa de formalização da cerimônia de abertura do Encontro, das mesas onde se acomodam, indiscriminadamente, todos os que ali comparecem. Sentam-se à mesa formal os principais articuladores dos Encontros, mas ainda que murmurem uns nos ouvidos dos outros, seguem sorrindo, falando, gracejando animadamente com os parentes do outro lado da faixa divisória; não transparecem a hierarquia presumida.⁷⁹

Um desses toma o microfone e pronuncia palavras de acolhimento aos presentes, agradece-lhes a presença, explica-lhes as motivações para estarem reunidos. Na sequência, conclama a todos a permanecerem de pé e a ouvir o hino nacional⁸⁰.

⁷⁹ Em 2009, esses articuladores se tornariam os primeiros diretores da AFABGF.

⁸⁰ A audição do hino nacional é adotada a partir da institucionalização do grupo, ao que cabe análise mais detida em outro capítulo.

Formalmente, é passada a palavra ao outro membro do comitê dirigente, o mais idoso à mesa, que faz um breve discurso, reiterando a importância da reunião. Ao seu lado, um dirigente cochicha em seu ouvido. Ele, então, anuncia que está “aberto” o Encontro, e passa o microfone ao outro dirigente. Esse pronuncia palavras pautadas pela exaltação aos antepassados, frisados como os mais distantes de ego, e também aos outros contemporâneos⁸¹. A plateia mergulha em um silêncio profundo. Em seguida, cita os nomes dos parentes mais antigos ali presentes, prestando-lhes deferência com uma salva de palmas, no que é acompanhado por todos.

Anuncia a presença do prefeito e comitiva, convidando-o a pronunciar-se. O prefeito se dirige à frente e tece longo discurso de boas-vindas aos parentes de outras cidades. A fala é pontuada pela ligação entre a história do município e a história dos Bernardo-Glória-Faustino, inclusive fazendo referência às ruas com nomes de seus integrantes⁸² (Figura 51). Ao encerrar, firma a sua intenção de apoiar, no seu governo, as demandas do grupo familiar, arrancando palmas da plateia.

Figura 51 - Rua Francisco Glória, Seropédica, Rio de Janeiro



Fonte: Coleção do autor, 2009.

⁸¹ Neste momento, faz-se menção a alguns nomes dos que faleceram entre aquele e o último Encontro, inclusive a uma das articuladoras mais dedicadas.

⁸² Tanto em Rio Claro como em Seropédica, os discursos oficiais têm os mesmos quadrantes. Como já foi indicado em outra parte do estudo, em Rio Claro o homenageado que dá nome a rua é Ernesto Glória, em Seropédica é um dos seus filhos, Francisco Glória.

Retorna à fala o dirigente anterior, que conduz à finalização do seu pronunciamento, desta vez solicitando a todos que novamente se ponham de pé, e tornem a bater palmas, agora em homenagem aos parentes já falecidos. Há os que vão às lágrimas. Seguem-se alguns minutos com o microfone emudecido. Quando voltam a vibrar as caixas de saída de som distribuídas diametralmente nos dois flancos do salão, ouvem-se dizeres que sublinham o momento emocionante, mas, ainda o mesmo dirigente procura reestabelecer os ímpetus da parentela.

Entrega, então, o microfone a outra pessoa, também dirigente, que com palavras carinhosas, segue a solenidade repassando comentadamente os itens descritos na programação, daquele e do dia seguinte, distribuída em folhetos e afixada nos quadros murais do colégio⁸³. A programação é indexada por horários e identificação da atividade. Informa, além das refeições, sobre exposições (de fotografias e de objetos herdados dos antigos), oficinas (de artesanato, de culinária e de estética), palestras, mostra de talentos, desfile de misses e bingo⁸⁴. À parte, faz recomendações quanto a regras para contribuir com o trabalho da Comissão Executiva do Encontro.

Concluída a última intervenção da solenidade de abertura do evento, é aberta a palavra para os parentes de modo geral. Pouco a pouco, vão à frente somente parentes cujas falas se homogenizam na invocação à união da família e a Deus, sempre agraciados com palmas, repetidos gestos de aprovação e uma boa parcela da infinitude de fotografias que eterniza cada Encontro. Ao final da última explanação, uma dirigente convida a todos para conhecer os outros espaços preparados para o deleite de todos.

⁸³ No ano de 2013, a parentela mauaense não pôde comparecer. Uma comunicação eletrônica, assinada por Aldiceia Silva (BERNARDO, quarta geração) foi lida no momento anterior à descrição da programação: Bom Dia. É com imensa satisfação que lhe dirijo estas linhas. Em primeiro lugar quero agradecer em nome de todos os familiares de São Paulo [...] a todos que proporcionaram a festa realizada nos dias 13 e 14 de Julho na cidade de Seropédica -RJ, lhes damos nossos parabéns, todos comentamos o quão maravilhosa foi, tudo muito bem elaborado, tendo nos proporcionado um final de semana em família maravilhoso e por isso parabenizamos a todos sem exceção, aos dirigentes, ao pessoal da acolhida, ao pessoal da cozinha, as pessoas que fizeram a decoração, as pessoas que cuidaram das crianças, as salas de recordações, enfim a cada um que contribuiu com doações, dinheiro, carinho, com palavras de ânimo, pois sabemos que quando estamos organizando qualquer evento são palavras, gestos, sorrisos e às vezes até lágrimas que contribuem para o bom andamento dos projetos, e a isto tudo lhes damos os nossos sinceros parabéns. Nos informaram que o próximo evento seria em São Paulo, gostamos da ideia, mas também não nos opomos caso decidam fazer novamente no Rio de Janeiro, claro que gostaríamos de ter a oportunidade de proporcionar a vocês o mesmo carinho que nos foram dados, porém entendemos que o custo ficará muito caro, teríamos que alugar uma chácara que tivesse acomodações, pois são muitos familiares aqui, mas em bairros e até mesmo cidades um pouco distante, o que para dividirmos as pessoas nas casas ficaria um pouco inviável, mas estamos para marcar uma reunião para montarmos uma comissão, e iremos propor para cada pessoa pagar R\$ 10,00 por mês [...] a partir de Outubro até Julho de 2014, e caso a festa seja aí no Rio de Janeiro utilizaremos o dinheiro para irmos, os que não forem devolveremos o dinheiro. O que quero que fique claro é que independente do local a ser realizado, podem contar conosco, inclusive iremos tentar ver se participamos pelo menos um membro em todas as reuniões, desde que nós sejamos avisados com antecedência de no mínimo 15 dias. Me despeço, com saudades de todos, e mando meu abraço a todos os familiares. Grata, Célia. Ao final da leitura, aplausos.

⁸⁴ O Encontro de 2014 abrigou, pela primeira vez, a realização da assembleia ordinária da AFABGF prevista nos seus estatutos para ser convocada a cada dois anos.

Um burburinho intenso toma conta de todo o salão. Enquanto parentes, com expertise técnica, regulam o equipamento de audiovisual para uma palestra⁸⁵ (Figura 52) que ocorrerá naquele mesmo lugar, parte dos parentes deixa o recinto.

Figura 52 - VIII Encontro da família BGF - Palestra com o médico cubano Dr. Carlos Barrios, Seropédica, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Alguns se dirigem para salas de aula onde foram acomodadas as coleções, em exposição, e as oficinas, outros saem da escola e caminham em direção aos lugares onde a confraternização já pode se completar com brindes.

3.3.1 Autoridade e Legitimação

Uma reflexão é então suscitada, não há nada escrito, pelo menos por enquanto, semelhante a um regulamento interno descrevendo as atribuições, os procedimentos e outros elementos de operacionalidade característicos da formalização das ações necessárias à execução dos Encontros. Toda mobilização para a sua consecução vai sendo desenhada nas reuniões que os intercalam. Integram a Comissão Executiva do Encontro, em maior número, os parentes residentes na cidade que eventualmente os sediam (até o oitavo Encontro, as cidades de Rio Claro e Seropédica).

Nota-se uma forte predisposição das pessoas em equalizar os arranjos locais, de modo a garantir uma avaliação positiva de seus esforços para corresponder às expectativas do conjunto da parentela. O grupo, no interior da rede familiar, que assume as responsabilidades

⁸⁵ Até o oitavo Encontro, as palestras versaram sobre prevenção de doenças hereditárias, identidade étnico racial e juventude e sexualidade.

inerentes à execução do Encontro age sob frequente tensão como se estivesse desafiada a sua reputação. Nas conversas entre esses parentes é comum ouvir-se indagar, impositivamente, sobre “quem vai trabalhar para a festa”. Qualificar o que se faz como “trabalho” implica em geração de expectativas e cobranças de produtividade.

Os que avultam em atitudes compreendidas no âmbito da moralidade cultivada pelo grupo como inconvenientes e ameaçadoras, são desabilitados para contribuir com as diferentes fases de construção dos encontros. Nessa perspectiva, os encontros parecem elevados ao status de epicentro, também, das medições do maior ou menor enquadramento – ou não – dos propósitos individuais na malha do que é normalizado, referenciado e transmitido como valor pelo coletivo. Talvez seja por esta razão que pelo menos um, ao que se saiba, dos membros da família, um jovem, morador do “Morro”⁸⁶, identificado como “bicha” e “maconheiro”, fulano de “vida boa”⁸⁷, é silenciosamente alijado de participar seja das reuniões, seja dos encontros.

Outra situação soma para exemplificar como essas tensões são tratadas no cerne da família, em um espaço simbólico de disputas de subjetividades, onde latejam elementos de refundação de uma ética trazida de um tempo, no passado distante, representado nos ideários da AFABGF como instrumental para uma desejada unidade da rede familiar. São dois casos em que são levantadas suspeitas, primeiro, de adultério de uma mulher que teria transgredido o “código de honra de mulheres”, relativamente comum na “cultura popular”; segundo, de um homem também identificado como adúltero, mas que teria exercido a sua virilidade, confirmando o “código de honra dos homens”.⁹¹

São situações que se assemelham à pesquisa de Fonseca (2003) realizada na Vila do Cachorro Sentado, “um reduto social e economicamente discriminado pelos grupos dominantes”⁸⁸, e na Vila São João, de condições socioeconômicas e culturais similares, ambas na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A autora discute, entre outros aspectos que correlacionam as realidades das camadas populares, a construção da honra. A honra familiar entre as mulheres e os homens casados se consubstancia em diferentes símbolos. “O homem de família dispõe de uma maior variedade de símbolos com que expressar seu prestígio pessoal”, um deles o controle da sexualidade da mulher.⁸⁹ Já em relação às mulheres casadas,

⁸⁶ O Morro do Estado, na parte Oeste do bairro Vila Velha, em Rio Claro, e em geral como se referem os parentes à localidade onde se encontra historicamente assentado o maior núcleo de parentes, mesmo se comparado esse núcleo com os dois outros igualmente populosos, nas cidades de Seropédica e Mauá, em São Paulo.

⁸⁷ Cf. Fonseca (2003, p.7) ⁹¹ Ibidem, p.10

⁸⁸ Ibidem, p.12.

⁸⁹ Ibidem, p.14.

a honra “gira quase exclusivamente em torno de suas tarefas domésticas na divisão do trabalho: ela deve ser uma mãe devotada e uma dona de casa eficiente”.⁹⁰

Certa manhã, passa a circular no Morro, a partir dos comentários de um primo, o suposto adultério feminino. Ter repellido com veemência a notícia, inclusive afastando-se da convivência com boa parte dos parentes e recolhendo-se ao espaço doméstico não foi bastante para aplanar a situação. Tendo em vista que nessa tipificação de papéis culturalmente instituídos cabe ao homem, em primeiro plano, além do sustento material e proteção da família, o controle da sexualidade da mulher⁹¹, a boataria atingiu o marido, afetando gravemente o relacionamento do casal.

Mas, se entre paredes corria solta a fofoca, em público adotou-se, como de praxe, inclusive por parte da direção da AFABGF, a condenação pelo silenciamento. Diferentemente, no caso do homem sob a mesma acusação, pesou, para o sucesso na reconciliação do casal, a intervenção direta e indireta, de parentes homens e mulheres, e inclusive de líderes da Associação, especialmente no julgamento de valor da mulher que sofrera a agressão, possivelmente por ter faltado com as suas “obrigações” de leito⁹².

Por outro lado, aqueles que, ao contrário de portar ameaças à moralidade cultivada coletivamente, demonstram capacidade para produzir as ações geradoras dos resultados que agradarão aos parentes que virão, são elevados à condição de líderes. Percebe-se que suas opiniões passam a ser respeitadas no ambiente em que se planeja e executa os encontros, como em outros momentos, cujas situações exigem uma tomada de decisões acerca dos assuntos que dizem respeito ao controle dos comportamentos individuais ou aos interesses coletivos, no interior da rede como um todo. Quando um parente desenvolve práticas do que se entende como desvio de comportamento – exacerbar no uso de bebida alcoólica, por exemplo, ou outras drogas para as quais em princípio não há tolerância – outros parentes se dirigem também aos “novos líderes”, para os devidos aconselhamentos.

Assim, a criação da Associação dos familiares tem aberto um novo caminho para a projeção de líderes que, com o tempo, passam a exercer certo domínio entre os parentes, no campo das ideias e das ações. É presumível que o exercício da liderança junto ao conjunto da parentela já não esteja fixado tão somente entre os mais antigos, que detêm autoridade, em

⁹⁰ Ibidem, p.17.

⁹¹ FONSECA, Op. Cit. p.8

⁹² Ibidem, p.10

função da “tradição e carisma”⁹³. É sensível um progressivo compartilhar com as gerações mais recentes.

A institucionalização da AFABGF parece conduzir ao surgimento de líderes que, além de contar com o poder da autoridade que emana dos tipos reconhecidos no quadro relacional da rede familiar, estão afeitos ao exercício de uma liderança que passa a ter igualmente legitimação numa razoável burocratização, tanto decorrente como causa da sofisticação organizativa, incontestável nos Encontros⁹⁴. Uma demonstração dessa sofisticação pode ser notada na configuração da solenidade de abertura, na qual sobressaem formalidades, desde a audição do hino nacional à hierarquização das intervenções⁹⁵.

3.4 SALAS DE MEMÓRIA

Essa sofisticação organizativa orienta os visitantes nos ambientes das salas de exposição de fotografias e de objetos de casa herdados dos antigos (Figura 53), essa última que recebe o nome de sala de memórias.

Figura 53 - Sala de memória, Seropédica, RJ, 2013



Fonte: Coleção do autor, 2013.

Na sala de fotografias estão centenas de fragmentos de álbuns de família, requisitados aos parentes. Distribuídos em murais e em mesas improvisadas com carteiras escolares, vê-se retratos de crianças, jovens e adultos em situações, individuais e em grupos, propositadamente criadas para este fim. Corpos enrijecidos, cabeças erguidas, mãos em conchas pendendo de braços esticados, olhares objetivados no mesmo ponto. No entanto, boa parte são imagens que

⁹³ Cf. Weber (2008).

⁹⁴ Ibidem, 2008.

⁹⁵ Além da crescente aplicação de instrumentos de controle de informação, como o que já foi apontado em outra parte do trabalho.

flagram movimentos do cotidiano em praças públicas; em escolas; em rituais religiosos, como batizados em templos católicos e evangélicos (Figura 54); em comemorações de aniversários, casamentos, festas de fim de ano; em ambientes de trabalho; em almoços de domingo no fundo do quintal⁹⁶. Quão penoso terá sido o trabalho desses pesquisadores orgânicos voltados para narrativas da história da família, em classificar malas e gavetas apinhadas de imagens a selecionar “naquela confusão de tempos e memórias uma narrativa com uma linguagem clara”⁹⁷? (Figura 55)

**Figura 54 - Batizado evangélico de Neide (BERNARDO, quinta geração),
Rio Claro, RJ, 1990**



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Provavelmente, essas mesmas fotografias reintroduzidas em seus fundos originais – esses certamente enriquecidos por aquelas imagens que um evento de exibição torna imperfeitas – possibilitariam a este pesquisador, num mergulho futuro, compor em mosaicos histórias de vida e trajetórias representativas do passado e do presente da Família BGF, que continuarão avolumar-se no tempo, através dos novos registros.

⁹⁶ Não houve até o último encontro que acompanhei, qualquer imagem com referência às outras religiões.

⁹⁷ Cf. Barros (1989, p. 38)

Figura 55 - Estudo de trajetórias de parentes usando álbuns de retrato, Volta Redonda, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2013.

Nas conversas em torno das fotografias, cada pessoa vai construindo livremente a crônica do seu e de outros núcleos familiares mais ao alcance do seu próprio sistema de preferências, que nem sempre encontram coerência com o cronista que a sucede, deixa à mostra um conjunto de valores que organiza inclusive o seu olhar. Como instrui Pierre Bourdieu (1979), o desconhecimento de normas objetivas na arte, como o exige, por exemplo, a pintura, ou o descompromisso com um resultado submisso a um padrão amplamente reconhecido, faz da fotografia doméstica uma ocasião singular para entender a construção da estética popular. O ato de fotografar inclusive as fotografias então expostas, como refere este autor, é realizado como o “rito de um culto doméstico no qual a família é a um só tempo sujeito e objeto [tradução minha]”⁹⁸, que tem função comunicativa do que deve ser eternizado nos lugares e no tempo.

Ao lado dessa sala encontra-se sendo visitada a “sala de memórias”. Seu interior tem decoração semelhante à outra sala de exposição, destacando-se as mesas forradas com papel crepom em marrom. Sobre as mesas encontra-se uma diversidade de coisas: as coleções de moedas e de cédulas antigas; os pilões e soquetes; os ferros a carvão de passar roupa; o pente quente⁹⁹; as panelas de ferro; as pedras de moinho de fubá; os cofres; as colheres de pau; os chapéus; os chaveiros; os cachimbos; os pratos; as canecas, os retratos a óleo; a toalha de mesa, o crucifixo e o livro de primeira comunhão e uma colcha de retalhos inacabada. Ficava evidente que não somente os retratos antigos dos avós, bisavós, tios, primos, pais, e irmãos têm a função

⁹⁸ BOURDIEU, Op. Cit. p.57

⁹⁹ A detentora da relíquia explica que se trata de pente de ferro que era aquecido no fogão à lenha antes de ser usado para pentear o cabelo emplastado em produtos químicos para o alisamento.

de relembrar as dinâmicas da vida familiar. Também, móveis e objetos no mundo da casa são símbolos da família, laços de descendência.

Andar por entre aqueles objetos de memória, identificando significados e revisitando lugares, em imaginação, permite a cada parente, num primeiro momento, estabelecer um diálogo silencioso entre o passado e o presente. Quantas experiências vividas possivelmente estão tatuadas em cada um daqueles objetos?

Mas, logo surgem nas vozes dos visitantes as conexões que seguem rompendo os silêncios, até restabelecer o ciclo de testemunhos que se observava há pouco. Em uma ou outra conversa, faz-se comentários sobre o “pente quente”. Diz uma adolescente que “aquilo é um horror”, demonstrando alívio pelo fato de não necessitar, atualmente, reproduzir o “sofrimento das mulheres daquela época”. Apõe outro instrumento, moderno, no lugar daquele: “ainda não tinha a prancha, ué?”. A releitura, que agora se faz aos risos, deste passado de quase um século aponta para os valores que se têm vivenciado e que se pretende reviver “ou não” com as próximas gerações, principal razão de ser dos herdeiros daquelas relíquias. O pente quente, que particulariza a atenção de muitas das mulheres que ali circulam, constitui, para as concepções do ativismo antirracista, símbolo da opressão incutida na concepção de um modelo estético que renega os atributos corpóreos da mulher negra.¹⁰⁰

A aferição que se faz nesse momento, considerando a fala da adolescente que classifica como “horror” o objeto referido, suporte material da memória familiar dos que ali se encontram, é de que o simbolismo a ele associado pelo protagonismo das lutas antirracismo não fora igualmente destruído pelas transformações tecnológicas do capitalismo. Assimilando o pensamento de Pollak (1992), para quem a memória se faz essencial para a formação da imagem representativa de cada sujeito diante de si e dos outros, a valorização da estética negra requer o aporte das experiências positivas do indivíduo e do grupo ao qual se sente pertencer, na sua relação com os demais sistemas de representações sociais. Esteja consciente ou não o seu portador, o corpo e o cabelo são, em conjunto, veículos de expressão de etnicidade e símbolos de afirmação identitária. Neste sentido, a escolha do penteado não é mero gesto refletido na moda, conjuntural, mas uma representação identitária, construída culturalmente.

Ao longo dos anos em que se investiu na realização dos encontros de família, em vários momentos, as conversas sobre o tratamento dispensado à estética pessoal evidenciam uma preocupação, mesmo que mais concentrada em alguns subgrupos de mulheres, jovens ou não, em aproximar os seus penteados de uma estética até então pouco comum no conjunto parental.

¹⁰⁰ Cf Gomes (2003).

Algumas mulheres que frequentemente usavam lenços para cobrir os cabelos, ou os penteavam emprestando a este ato um cuidar indiferente, não só parecem ter mudado os seus hábitos, aderindo inclusive às chamadas trancinhas nagô¹⁰¹, como passaram a estimular as filhas a buscar uma estética capilar mais condizente com os novos gostos.

A descoberta das jovens mulheres de outra possibilidade de alcançar autonomamente a estética que promove uma transformação do cabelo, ao seu ver,¹⁰² sem impor violências, é expressa nas palavras de Wlange (BERNARDO, quinta geração):

[...] Então achamos na internet o Beleza Natural. As fotos do lugar eram lindas, [...] tudo parecia maravilhoso. Quando eu entrei lá pela primeira vez (na filial de Caxias), me encantei com o ambiente. Eu nunca tinha visto um salão tão grande, bonito, organizado e cheio de gente [...] todas as pessoas lá, clientes e funcionárias, eram como eu: meninas e mulheres negras e cacheadas.

Mariane (BERNARDO, quinta geração), 20 anos, explica porque se tornou cliente do Instituto de Beleza Natural, desde 2012, e o esforço que isto implica.

Sempre eu andava com o cabelo liso, fazia muita chapinha [...], mas não ficava do jeito que eu queria. Então eu comecei a cachear o cabelo e gostei do cabelo cacheado, porque combina mais comigo. Todo mundo gosta do meu cabelo. Tem até uma amiga minha que quer ir lá, ela também quer fazer no cabelo dela [...]. Sempre quando eu vou tem muita gente. Ontem eu fui, eu levantei duas horas da manhã, peguei a van três horas pra chegar lá cinco horas, ficar em pé, na fila, porque o salão abre sete horas [...] É muita gente que vai. Eu cheguei lá cinco horas e já tinha gente na fila [...]. As pessoas que vão lá é gente normal, gente, tipo assim como as minhas primas [...], tem muita pretinha que vai lá arrumar o cabelo. [...] têm meninas que chegam lá de um jeito e saem de outro [...] chega com o cabelo duro lá, preso, e sai com tudo cacheado, tudo bonitinho, tudo arrumado. [...]

A gente passa relaxante na raiz do cabelo, depois hidrata o cabelo e elas mesmas que penteiam o cabelo pra gente. Aí a gente compra o produto e vai embora. [...] Eu me sinto bonita quando posso me arrumar... arrumo o cabelo, passo maquiagem, boto uma roupa legal e vou pra rua.

Em estudo clássico de Neusa Santos Souza (1990, p.17) sobre os significados de “tornar-se negro”, diz a autora que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”, referindo-se à “construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange a sua emocionalidade”. Na etnografia realizada por Gomes (2002, p.3) em salões étnicos na cidade de Belo Horizonte, a autora identifica que esse processo de “tornar-se” negro encontra-

¹⁰¹ Penteados que geralmente expressam adesão à estética negra ou de matriz africana. Sobre isto ver: LODY, Raul Giovanni da Motta. Cabeças de Axé: identidade e resistência. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional. 2004.

¹⁰² Evidentemente, para homens negros e mulheres negras ativistas do movimento negro, usar o cabelo crespo natural, sem qualquer adição de produtos químicos é que é referido como livre de qualquer violência. Mas, aqui, tratam-se de pessoas que não só não frequentam os espaços militantes como utilizam outras referências na sua vida cotidiana.

se diretamente relacionado à “intervenção no cabelo e no corpo”, que significa “mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária”, como transparece em outro depoimento, o de Naira (BERNARDO, quinta geração).

Antes, eu olhava pro espelho e me sentia feia. Eu penteava o meu cabelo com desgosto. Por mais que eu tentasse arrumar, ele nunca ficava bonito. Eu invejava minhas amigas que nasceram com o cabelo liso e queria alisar o meu, mas não dava certo. Se eu deixasse ele natural, continuava feio e difícil de desembaraçar, tão difícil que eu fiquei anos sem passar pente, só penteava com os dedos. [...] eu me sentia inferior às pessoas que tinham o cabelo bonito, fosse liso, ondulado ou cacheado. O meu estava preso na maior parte das vezes [...] eu dormia de touca [...] para acordar com o cabelo sem volume. Eu me achava feia e sentia que a maioria das pessoas pensava o mesmo de mim. Depois que eu comecei a fazer o “super relaxamento”, eu fiquei muito feliz. Eu conseguia passar o pente no cabelo sem acabar com ele, meus cachos tomaram forma e ficaram macios, eu queria que todos vissem meus cabelos soltos e lindos. Eu descobri que não precisava ter um cabelo liso para que ele fosse bonito e fácil de arrumar. [...] Hoje, as pessoas elogiam meu cabelo e às vezes querem ficar mexendo nos meus cachinhos, porque é muito bom (eu vivo fazendo isso). Eu me sinto bonita e sei que muita gente acha isso também. [...] É maravilhoso saber que o cabelo que eu nasci é lindo [...]. É maravilhoso não ter mais inveja das garotas de cabelo liso [...]. Hoje eu posso dizer que amo meu cabelo e não alisaria por nada nesse mundo [...].

São evidentes as contradições e tensões inerentes à construção do processo identitário do negro, se comparados os depoimentos acima com as observações realizadas na sala de memórias, em torno do objeto utilizado para conferir beleza às mulheres que antecederam em vida àquelas que ali se manifestavam. Este processo é revelador dos sentimentos ambíguos focalizados entre o olhar para si desde dentro, e o olhar percebido a partir do outro.

3.5 CASA E COMIDA

Deixando a “sala de memórias”, acompanho um pequeno grupo que rastreia o lugar ao ar livre de onde diferentes carnes, em dezenas de espetos abarrotados, sinalizam que a “festa” está próxima do seu momento mais saboroso. Sentamo-nos numa mesa perto do pequeno balcão improvisado onde se pode beber cerveja ou refrigerante, comercializados em regime de consignação. Os comentários sobre as salas de memória ainda se estendiam quando, previsivelmente, o grupo introduz histórias preservadas, ao longo de gerações, nas memórias da casa.

Uma dessas narrativas, a que melhor pode ser captada ante o intenso falatório, a música e os risos largos é a que traz Maria Natividade da Silva Leite, cinquenta e quatro anos. É uma das netas de Maria das Dores Bernardo, casada com Benedito Vitorino, um dos enteados de Benedito Glória com o qual teve quatro filhos, Geraldo, o primogênito, Alzira, Célia e Teresa, essa última a mãe de Natividade, que a deu à luz quando, bem cedo, “se perdeu” com um primo.

Sua avó lhe dizia que o tio Geraldo a trouxe para viver na casa do bairro Vila Velha desde o seu primeiro ano de vida. Enfatiza que é “como se tivesse nascido ali”, e dá “graças a Deus” por não conhecer a fazenda Pinheiros, onde a avó “se formou” e criou os filhos, trabalhando na lavoura desde a tenra infância. Seu tio Geraldo, à época, operário da construção civil, compra a casa, um sobrado modesto com porão, para tirar de vez a mãe, já idosa, das atividades laborativas, e facilitar o deslocamento da família na cidade, especialmente a presença aos cultos na igreja católica.

Vão residir na nova casa, além da matriarca, Natividade e a tia Célia, que, assim como Teresa, trabalha na casa do Bispo Dom Waldir, em Barra do Piraí. Teresa falece na casa do Bispo, quando Natividade ainda inicia a vida escolar, aos onze anos. Só então vem a se integrar a este núcleo a outra tia, Alzira, habilidosa cozinheira que muito influencia na qualificação dos dotes de Natividade, e que lhe rende a reputação atualmente conquistada de “cozinheira de mãos cheias”. Ainda um integrante deste núcleo é Serafim Quintino, filho de Eugenia, essa que pouco antes de falecer pede à irmã, Maria das Dores, que fique com o menino, aos sete anos, para criar. Ainda rapaz, Serafim vai trabalhar na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, passando a frequentar mais constantemente à casa, nos finais de semana, do que Geraldo, para a devida assistência à família. O tio Serafim sempre traz os doces de sobremesa oferecidos pela empresa.

“O tempo de se formar” decorre e o núcleo familiar se transforma. Serafim casa-se com Natália, natural de Volta Redonda e por lá decide permanecer. Geraldo, antes de transferir-se definitivamente para Cuiabá, faz pedido a Juvenal, que corteja Natividade e mais tarde será pai de Carlos César da Silva Leite, único filho do casal, que esse não regresse à Teresina, no estado do Piauí, pois ele e Serafim garantem conseguir colocação no mercado de trabalho local. Assim, nas ausências dos homens da casa, Juvenal cumpria o papel de “chefe da família”.

Célia falece, solteira e sem filhos, em razão de doença do coração. Depois, falece a matriarca aos cento e seis anos, vítima de uma pneumonia. Igualmente solteira e sem filhos, Alzira “falta” devido um câncer de útero. A casa fica, então, sob o governo da nova família: Natividade, o marido Juvenal e o filho Carlos Cesar. Natividade herda, porém, mais do que o espaço físico de uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro e um porão. Herda as vozes das tias

e a quimera da avó, que por vezes ainda borda a velha colcha de retalhos... herda memórias de quem nunca partiu, e que lhe servem para a tessitura, emocionada, da casa como o seu lugar primordial – “como se tivesse nascido ali” – de referências marcadas pelo compartilhar de histórias de vidas e de sentimentos.

Enquanto ouvia aquela narrativa nem parecia que estávamos cercados de gente em movimento. A conversa ritmada pela emoção, atravessada por certa melancolia é desaprovada pelo falatório e a profusão de alegria à nossa volta. Bem perto, à entrada do salão, tem início um coro de vozes musicais em busca de companhia. Vê-se copos, garrafas e cigarros acesos sobre a pequena mesa em torno da qual um grupo de jovens começa a tocar instrumentos de corda e percussão, e a cantar samba. Boa parte é composta por aqueles que, ainda pela manhã, haviam se permitido afugentar o frio num bar próximo. São festejados por dançarinas e dançarinos que também cantam e batem palmas, enquanto vai chegando gente de todas as idades, inclusive de sabidas confissões religiosas pouco ou nada dadas àquela manifestação de corpos, cheiros e hálitos insinuantes.

Ao fundo do salão, a mesa da manhã recebe toalhas brancas e belas garrafas confeccionadas por integrantes da família que ganham o status de vasos, enfeitados com lírios e palmas. Ao longo, grandes panelas e outros vasilhames contendo os acompanhamentos do que foi eleito o prato tradicional dos Encontros, o churrasco: as saladas de hortaliças variadas, o arroz branco, o feijão com carnes secas e frescas e a farofa de farinha de mandioca acrescida de carnes de porco defumadas, picadas e tostadas em meio ao alho e a cebola, na própria gordura, as cenouras raladas, as folhas de couve e as bananas cortadas. Para a sobremesa, além dos quindins, dos pudins e dos manjares, doces de coco, de leite, de mamão verde e de abóbora acompanhados de queijo branco.

Uma fila começa a se formar quando são trazidas, por um divertido comboio de mulheres, as caixas com carnes já preparadas para servir. O alvoroço é ampliado. Mantém-se naturalmente a hierarquia etária, dos mais velhos para os mais jovens, sem necessidade de aviso por parte dos beneficiados, e sem contestação por parte da criançada. O comboio se transforma, então, em linha de serviço de um dos lados da mesa. Neste momento, nenhuma das mulheres usa avental ou panos amarrados à cabeça, como se via enquanto eram processados os alimentos no interior da cozinha, equipada com fogão industrial.

Aquele ambiente aparentemente confuso, abafado, atulhado de alimentos, possui uma ordem própria. Velocidade nos afazeres, espontaneidade nas iniciativas e risos e rememoração de estórias desencaixadas de outras experiências, semelhantes ou não, as mulheres naturalizam a cozinha como lugar de encontro, de troca de saberes, de reflexão, de criar enlaces e fortalecer

os já existentes, o lugar delas. Têm idades que se interpõem entre as fronteiras da adolescência e da senilidade. A posição nessa escala é em princípio o critério que habilita a lavar e enxugar panelas e outras peças, picar temperos ou “comandar a panela”, atribuição das mulheres mais experientes, pois, requer o domínio das quantidades, inclusive da pluralidade de tempos para o cozimento perfeito de diferentes alimentos. A fonte de consulta do grupo são as memórias de outras mulheres que estiveram ali, no passado, na mesma condição. É a partir desses legados que selecionam os alimentos, definem, praticamente em uníssono, que temperos usar, a forma de prepará-los e de combiná-los. Cozinham em grupo enquanto codificam mensagens através de signos que só têm sentido neste espaço. De fato, o que se deseja ali é mais do que aplacar a fome e a sede. Cozinha e comida adquirem uma dimensão humanizadora.¹⁰³

O que se tinha, agora, posto à mesa, era a comida e os doces integrados com as mulheres encarregadas de sua elaboração, transluzindo o complexo de decisões coletivas sobre o que é aceito e o que é interdito, distinguindo culturalmente os Bernardo-Glória-Faustino de outros grupos familiares.¹⁰⁴ As mulheres servem o feijão, o arroz, a farofa, a salada de batatas e a carne, nessa sequência, ficando para o final as saladas que eram servidas livremente pelo comensal. Partilhar a comida feita nos mesmos parâmetros do primeiro aprendizado é, em ato, transmitir e recepcionar mensagens subliminares do que, como e em que circunstâncias comer. É, sem dúvida, o principal ponto de comprazimento de todos os que ali se encontram.¹⁰⁵

3.5.1 Jogo da Paz

O almoço dura até o convite dos dirigentes para o “bingo da paz”, por volta das dezesseis horas. Os pagodeiros, agora em número bastante reduzido, se transferem para uma área menos afetada pelas vozes que conduzem, através de microfones, o torneio pela conquista de objetos os mais variados. O apresentador previamente escolhido pelos articuladores do Encontro, um parente notoriamente versado nessa atividade, faz agradecimentos aos parentes que “correram atrás” de doações de brindes junto a comerciantes e políticos locais, e dá as coordenadas do

¹⁰³ Em *Mythologiques* (1965), série de estudos publicados entre 1964 e 1971 por Lévi-Strauss, reunidos em quatro volumes, é realizado, no Brasil, um estudo aprofundado sobre os mitos indígenas, tendo como pano de fundo os alimentos e as práticas culinárias. No *Mythologiques I* (1964), este autor mostra que a cozinha, do mesmo modo que a linguagem, revela-se como eixo central da integração entre natureza e cultura, produzindo humanização. O acesso aos alimentos e sua incorporação são atos sempre mediados pelo sistema simbólico no qual estão inseridos, e a ordem alimentar constitui-se um dos níveis onde se exprime simbolicamente a representação do mundo. (*Mythologiques I. Le Cru et le Cuit*. Plon. Paris, 1964).

¹⁰⁴ Cf. Mintz (2001, p. 32); Garine (1987, p.4); Da Matta (1978, p.22)

¹⁰⁵ Os números dos Encontros mostram que em média circulam cerca de trezentas pessoas entre o sábado e o domingo. O pico máximo foi em torno de quatrocentas.

bingo. Mediante a compra, a preços módicos, de uma ou mais cartelas para os subsequentes sorteios, o jogador pode ser contemplado com bicicleta, liquidificador, torradeira, ventilador, jogo de toalhas de banho, jogo de xícaras, produtos de beleza, etc. Permanecem no salão os interessados em conquistar os brindes, outras pessoas vagam pelos demais espaços e atrações, e outras ainda se dirigem às casas mais próximas dos parentes, para um descanso. Mesmo com jogadores e pagodeiros em franca evolução, um vento leve e frio parece manobrar o final de tarde, tendendo a resguardar as energias que ainda fluirão à noite durante e depois do jantar.

3.6 MISS FAMÍLIA

A noite acende o lume das estrelas no céu e no salão. As jovens que concorrerão ao concurso de Miss Família parecem fazer um pré-desfile informal, em um ir e vir constante que exhibe maquiagens e cabelos produzidos por um salão de beleza improvisado¹⁰⁶. O salão principal tem um novo lay out para receber as candidatas que atendem às exigências de possuir entre quinze e vinte anos e estar estudando, além, obviamente, de pertencer a uma das três linhagens que compõem a família BGF.

As mesas, recobertas com toalhas em tecidos branco, na base, e amarelo sobreposto em diagonal, representam cores da logomarca da AFABGF. Afastadas para as laterais do salão, compõem uma simetria retangular com espaço central, mais adequada ao desfile das candidatas que pretendem colocar a faixa de Miss Família, para fazer jus ao troféu e ao reconhecimento como a jovem mais elegante entre todas as outras que preencheram a ficha de inscrição. Mesas (Figura 56) ainda, ao fundo, essas incluem o tecido em cor marrom igualmente integrante das cores-símbolo, são destinadas a acomodar a comissão julgadora do desfile.

¹⁰⁶ Essa experiência constituiria o foco de uma conversa, que prevê a criação de uma “oficina de beleza negra” para os próximos Encontros.

Figura 56 - VII Encontro - Mesa da diretoria e comissão julgadora do desfile, Seropédica, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2013.

As pessoas previamente convidadas para a comissão julgadora não integram o grupo familiar. Com pontuação que pode variar de zero a dez para cada um dos critérios, cabe aos jurados arbitrar a espontaneidade e o carisma; a simpatia e a beleza física; a postura e a desenvoltura em trajes especiais (casual e de festa) típicos; e a presença cênica, que se traduz em capacidade de comunicação das candidatas, medida pelo uso correto do português e da importância atribuída à sua participação no desfile.

O ambiente é de expectativa para o desfile. Uma música interpretada pela cantora Sandra de Sá, “Olhos Coloridos”, é imediatamente reconhecida pelos ouvintes como convite a ocupar o espaço onde ocorrerá o desfile. Pouco a pouco, mais e mais pessoas vão se aglutinando em uma dança sincronizada que se expande por toda a área livre do salão, provocando torrentes de risos, num deleite de corpos em liberdade. O DJ, que parece ter o controle dos gestos mais fervorosos, incendeia os ânimos, agora ao som de músicas de James Brown, como *I got You (I Feel Good)*, *Sex Machine* e *Get up offa that thing*, num anúncio de que a música de ritmo intenso dominará o baile previsto para depois do desfile.

A comunicação de que o jantar pode ser servido altera a cena. Desloca parte do público dançante de volta para as mesas. Diferentemente do que fora visto no almoço, logo um grupo de parentes, entre homens e mulheres, alguns bem jovens, começa a servir às mesas. Faz parte do cardápio sopa de ervilha e estrogonofe de frango. Refrigerantes são trazidos às mesas, mas

o sistema de acesso à cerveja é mantido, o que atrai boa parte dos parentes para uma lateral do salão, alguns deles portando garrafas com outras bebidas.

A música volta a um ritmo mais cadenciado. Uma apresentadora (Figura 57), destacada pela elegância do traje e dos acessórios corporais, irrompe o salão, toma o microfone e anuncia o início do desfile. Muitas pessoas ainda se alimentam, quando a apresentadora explica o que vai ali se passar, enfatizando o caráter lúdico do evento. Sugere receber com palmas os jurados, convidando-os a tomar assento à mesa própria para a missão. Um dos integrantes, já reconhecido nessa mesma função, é o médico cubano Yacnier Carlos Barrios, que desde a chegada à Rio Claro como partícipe do projeto Mais Médicos do governo federal, torna-se amigo pessoal de membros da família e, depois, colaborador da AFABGF.

Figura 57 - VII Encontro - Apresentadora do desfile Miss Família 2013



Fonte: Coleção do autor, 2013.

Figura 58 - VII Encontro - Desfile de candidata à Miss Família



Fonte: Coleção do autor, 2013.

Entram em cena as candidatas, instadas a se exibirem para a plateia na primeira fase do desfile (Figura 58), dessa vez comentado pela apresentadora que vai narrando os seus nomes, identificando as cidades de origem e agradecendo a participação. A esta hora, o salão alcança o pico de público, respondendo ao ritmo imprimido pela música dançante e as passadas confiantes das meninas, que demonstram sentir-se em família. Finda a primeira apresentação, as candidatas são instruídas a se recolherem à sala reservada para a mudança de trajes e o retoque de maquilagem, onde as aguardam mães, irmãs e tias.

Alguém informa que embora a maquilagem e os materiais para estética em geral sejam de propriedade individual, emprestá-los e os pedir emprestados, umas às outras, é visto como natural pelas mulheres que assessoram as candidatas. Entretanto, o que está colocado é um sistema de disputa, onde todos almejam o mesmo resultado vitorioso. Empresta-se solidariedade na expectativa de receber igual tratamento. Quando é partido o código da reciprocidade, ou o dar-receber-retribuir (MAUSS, 2003) uma tensão é instalada.

Duas mães, primas em primeiro grau, de duas das candidatas oferecem uma evidência disso. Num dos encontros, embora não tenha sido a vitoriosa, a candidata A obtém uma colocação de destaque em relação à candidata B cuja posição na escala é muito inferior. Dizendo-se feliz pela conquista da sobrinha, a mãe de B não poupa elogios para a prima, essa que recebe orgulhosa as palavras carinhosas. No encontro seguinte, essas mesmas candidatas foram aprovadas para novo certame. Ocorre uma surpreendente situação. O resultado inverte as posições anteriores. A mãe cuja filha é que recebe então as honrarias, espera pelo

reconhecimento da prima de que, dessa vez, a sua filha se mostra mais preparada, realizando, assim, o fundamento da dádiva¹⁰⁷. Ocorre que a retribuição não vem, estabelecendo-se um mal-estar que afeta gravemente o nível de proximidade entre as primas mães.

Estudando códigos de honra entre famílias numa comunidade gaúcha urbana de baixa renda, com aproximadamente setecentos e cinquenta pessoas, Fonseca (2004, p. 11), identifica certas singularidades que coincidem com os Bernardo-Glória-Faustino. Por exemplo, nota que a existência de marcos regulatórios de convivência entre o grupo cria uma substantiva uniformidade nos procedimentos dos seus membros diante das situações que os ligam à sociedade abrangente. No entanto, a coerência do grupo em seu espaço de identidade ou ambiente inter-relacional deve ser relativizada à medida que não se pode esperar que todos vivam num mesmo compasso ou que se orientem necessariamente pelos mesmos valores. Mesmo num grupo que elege determinados atributos comuns como referência de uma identidade étnica que se espera seja partilhada coletivamente, os processos de ascensão social, individualização e subjetivação da individualidade podem correr à revelia inclusive dos padrões de moralidade (DUARTE, 1995; DUARTE & GOMES, 2008). A elegibilidade dos critérios de prestígio pessoal não elimina diferenças de gênero, posição econômica, idade e outras.

Feito o intervalo, a apresentadora solicita a atenção do público para uma exibição artística. Apagam-se todas as luzes, provocando o silêncio que sinaliza expectativa. Em poucos minutos é reacendido apenas o alinhamento de luz, mais ao centro, o que se repetiria várias vezes. Um pequeno grupo das crianças miúdas aparece. São bailarinas vestidas de rosa, em estilo clássico. Apresentam a coreografia “A Morte do Cisne”, que deu fama à bailarina russa Ana Pavlova. Embora a execução dos movimentos deixem ver o esforço do improviso, arrancam aplausos entusiasmados, especialmente dos mais antigos. Segue, então, um novo intervalo, oportunidade para as várias conversas sobre as situações domésticas das pequenas artistas, numa demonstração de que mesmo um público de mais de duas centenas de pessoas, tudo não passa mesmo de uma festa de família.

Logo, a reentrada das candidatas, no denominado traje casual (Figura 59), torna a pintar de elegância a noite frianta. Os semblantes das meninas procuram reproduzir as orientações da tia que coordena o evento, como já explicava, adicionalmente, o folheto de critérios para a comissão julgadora. O desfile prima pela naturalidade dos movimentos na passarela, inclusive o sorriso livre, sobretudo quando estimulado por apelos de boa parte dos rapazes que provocam uma fuzarca de assobios.

¹⁰⁷ Ibidem.

Figura 59 - VII Encontro - Reentrada das candidatas à Miss Seropédica, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2013.

No penúltimo intervalo, o grupo de capoeira composto por adultos e crianças, especialmente convidado para o evento, rompe com o predomínio feminino no “palco”, embora cinco mulheres acompanhadas por uma das crianças do balé clássico entrem logo depois, destacando-se dos capoeiristas (Figura 60). Vestem-se com um tecido em algodão branco, estampado em caramelo e vermelho, que cobre uma roupa de malha em preto estendida dos ombros aos tornozelos. Posicionam-se ao lado dos ritmistas. Os sons produzidos pelo berimbau, pandeiro, reco-reco, agogô e atabaque contradizem a atmosfera de ternura desencadeada com as pequeninas do balé, e estabelecem uma comunicação imediata com os expectadores. Excitam-nos progressivamente a deixar as cadeiras e acompanhar o ritmo, as técnicas corporais dos capoeiristas imitando-os em gestos e movimentos com a espontaneidade de quem se reconhece nessa linguagem.¹⁰⁸

Um acontecimento peculiar atrasa a continuidade do espetáculo. Duas das meninas pertencentes ao grupo de mulheres, posicionado agora no miolo do semicírculo dos capoeiristas, que diminuem o ritmo dos cantos, localizam o pesquisador numa das mesas bem ao fundo do

¹⁰⁸ Lembram os estudos de Mauss (2003) sobre corpo, os gestos e os movimentos corporais, que são produzidos culturalmente e imbuídos de significados específicos, passíveis de transmissão através das gerações. Para o autor (idem, p. 199), “quando uma geração passa a outra geração a ciência de seus gestos e de seus atos manuais, há tanta autoridade e tradição social quanto quando a transmissão se faz pela linguagem”.

salão, e a ele se dirigem discretamente. Uma das moças relata que a apresentadora exigia o nome do Grupo, solicitando ao pesquisador que indique “um nome que tenha a ver com a cultura negra”. Ouvem do pesquisador, indeciso, que seria mais importante elas mesmas o fazerem usando livremente a sua criatividade. Visivelmente angustiada, a outra moça insiste “- não dá tempo para pensar”. O pesquisador recorre a três parentes que acompanhavam a conversa. Um deles pergunta às jovens que tipo de nome as satisfaria. Um nome, diz uma das jovens, “que todo mundo entenda que é da cultura negra”. Todos permanecem em silêncio. A apresentadora convoca: “por favor, cadê a responsável pelo grupo afro?”. As jovens se entreolham aflitas, e lançam um olhar suplicante ao pesquisador. A situação é insustentável. Num último recurso visando assegurar uma interferência ao menos relativa no desenvolvimento dos fatos objetivados nas anotações em seu caderno de anotações, decide, então, o pesquisador, fornecer alguns nomes, recomendando que a escolha deveria pertencer ao Grupo.

Figura 60 - VII Encontro - Grupo N-Zinga aguardando o momento de sua apresentação



Fonte: Coleção do, 2013.

A apresentadora faz novo chamado. As moças tornam a dar a volta por fora do salão, reintegram-se às demais integrantes e confabulam por alguns instantes. A plateia, em aguardo, parece considerar tratar-se de um momento de concentração do grupo. As seis integrantes procuram os seus posicionamentos enquanto aquela mais próxima à apresentadora cochicha-lhe ao ouvido. Assim nasce, no âmbito dos BGF, o Grupo Nzinga¹⁰⁹ (Figura 61).

¹⁰⁹ Ngola Nzinga ou Rainha Ginga, ou ainda Dona Ana de Sousa governou os reinos do Ndongo e de Matamba, no Sudoeste de África, no século XVI. Viveu durante um período em que o tráfico de escravos africanos e o do poder dos portugueses se consolidava rapidamente na região. O seu nome surge nos registos históricos como uma enviada de seu irmão, ngola Ngoli Bbondi, então derrotado na revolta contra o domínio português, que participa de uma conferência de paz com o governador português de Luanda. A partir de então negocia tratados, promove e comanda pessoalmente guerras contra os inimigos internos e contra os portugueses. Falece de forma pacífica aos oitenta anos de idade, como uma figura admirada e respeitada por Portugal. É representada pelo movimento negro como símbolo de resistência dos negros contra a opressão. Sobre isto ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver também: PANTOJA, S. A. Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000. Ver também; AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Ginga**. E de como os africanos inventaram o mundo. Lisboa: Quetzal, 1º ed, jun., 2014.

**Figura 61 - VII Encontro - O grupo N-Zinga
sob aplausos, Seropédica, RJ**



Fonte: Elaboradas pelo autor, 2013.

Possivelmente, o acúmulo de experiências vivenciadas no ambiente que se cristaliza no universo das relações entre os familiares, e desses com os “de fora”, desde as primeiras reuniões e os primeiros encontros, tem produzido o nascimento de certas subjetividades no conjunto desses indivíduos. Sentir-se mais aceito ou mais prestigiado quando se pensa estar correspondendo às expectativas geradas com a racialização do discurso de pertença proferido pelos líderes desse movimento, pode conduzir os jovens à adequação de comportamentos, ou à descoberta de novos sentidos para representar a si (BOURDIEUX, 2003).

Neste caso, a observação, por parte das integrantes do grupo que acaba de se autodenominar Nzinga, da reação dos parentes e demais presentes ao fluxo dos acontecimentos até o momento da apresentação – certamente por elas ensaiada previamente, mas talvez pouco racionalizada nos quadrantes do que seria mais auspicioso para o olhar conferidor do prestígio ansiado – as impele a buscar apoio em quem lhes parece estar mais balizado para uma decisão do que lhes é, naquele momento, essencial: “um nome que tenha a ver com a cultura negra”.

A procura por aquele cujo ofício é referenciado pela atividade intelectual – está escrevendo o livro sobre a família – se justifica pelo acesso ao conhecimento, por elas considerado insofismável, sobre os vínculos entre a atividade artística que desenvolvem e o seu significado em face da orientação dada pelo grupo parental. Esse significado, acreditam, pode lhes conferir a autenticidade e legitimidade necessárias à conquista de distinção, de capital

simbólico¹¹⁰. Naturalmente que se à força de um poder de ação para a efetivação desse capital simbólico está vinculado seu enraizamento numa estrutura que tanto parece ser aceita pelos articuladores do evento como pelos que ali demonstram ser influenciados por esse exercício, seu reconhecimento por todos os que se representam como Família BGF é condição primeira para sua efetivação como valor social, como poder.

Assim, representar-se como parte do que é significado como “cultura negra”, é representar-se em convergência com o que é valorizado junto à parentela. Significa dizer, em última análise, que o que é em princípio um simples impasse operacional para a exibição de um quadro coadjuvante à capoeira, sabidamente reconhecida como representativa da história social do negro no Brasil, toma dimensão dramática para quem já aprendeu a modular as preferências individuais de acordo com os novos significados do olhar coletivo.

A exibição, imensamente festejada, encerra as apresentações que cumprem o que parece ser a sua função programática, qual seja, o enriquecimento da atividade principal, o desfile, porém denotando-o como um acontecimento de intenção identitária.

Retornam as candidatas, vestidas no que a apresentadora anuncia como traje de festa. É a fase final do desfile. As candidatas esbanjam charme e continuam a elevar a temperatura no recinto, medida pela intensidade com que o público ovaciona cada apresentação. Algumas das jovens se enchem de tal sentimento de deslumbre que quase não respeitam as palavras dos tais critérios que descrevem a sua atuação. Sorriem largamente, acenam com as duas mãos enquanto distribuem beijos que se esvanecem pelos olhares de admiração, mas que também ativam a libido dos rapazes. Contudo, o momento que efetivamente diferencia essa das demais fases do desfile é o que a apresentadora consagra às candidatas o direito de explanar sobre o motivo que as leva a estar ali, em disputa pelo título de Miss Família.

As seis primeiras candidatas a justificar o porquê desejam o título, repetem dizeres enaltecendo o caráter de união da família. Em escala, as frases que empolgam no início vão perdendo sua seiva para os ouvintes. Uma candidata então elabora a sua justificativa pautando-se por um discurso racializado, alusivo ao passado, provavelmente sob influência dos pais, reconhecidos articuladores dos Encontros. Imediatamente estabelece-se uma perceptível comunicação direta com a expectativa de boa parte dos atentos participantes, reacendendo o interesse pelas falas das candidatas.

¹¹⁰ Para Bourdieu, “o capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2003, p. 145).

A próxima candidata segue a mesma opção, no que é imitada por todas as outras.

O último intervalo tem curta duração. É dedicado à análise final dos cinco jurados, que não tarda a ser trazida ao público. As candidatas perfilam à frente da mesa diretora do desfile. A apresentadora confirma a boa performance para a tarefa, explorando a expectativa silenciosa criada em torno da divulgação do resultado. A apresentadora declina os nomes das vencedoras em terceiro e segundo lugar, que subsequentemente desfilam uma vez mais. Finalmente, todos conhecem a grande vitoriosa. Parte para o desfile da vitória a Miss Família do Ano, empunhando a coroa adquirida em loja de artigos de festa, bastão confeccionado com cabo de vassoura e isopor e faixa em elegante tecido cingido de lantejoulas (Figura 62).

Figura 62 - VII Encontro - As seis finalistas e a vencedora do Miss Família



Fonte: Coleção do autor, 2013.

3.7 NOITE FEITA PARA DANÇAR

Encerrado o desfile, uma leva de pessoas deixa o salão, uma parte se dirige às casas de parentes, eventualmente a uma pousada, onde pernoitarão, e outra leva marcadamente mais jovem permanece, exortada pelo parente Dj a “sacudir a festa”.

Na larga faixa central, dançarinos e dançarinas vão ocupando a passarela ainda demarcada ao centro pelo tapete vermelho. São apagadas as luzes convencionais e outras luzes de cor transformam a passarela em pista à semelhança dos *bailes funk*¹¹¹. Uma mistura de gente

¹¹¹ Os bailes *funk* tiveram o seu início no Rio de Janeiro, nos anos setenta, e consistiam em festas de jovens, na maioria negros e pobres da periferia do Rio, que se reuniam nos fins de semana para dançar *funk* e *soul*. Os bailes eram organizados por grupos (equipes) que se incumbiam de toda infraestrutura e logística necessária, que podia se estender da preparação do ambiente físico nos espaços de clubes como o Magnatas Tênis, o Tijuca, o Bangu, o Mackenzie e outros, ao providenciamento da segurança, na entrada e dentro do recinto, do equipamento de som, da iluminação e da contratação do DJ que animava a pista de dança com as novidades do *hit parade* (Ver: VIANNA, Hermano; **O Mundo do Funk Carioca**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1997).

se entrega ao deleite, ao som de música tipicamente negra, nacional e estrangeira. A imagem, vista de um ângulo superior, é a de corpos que se entregam aos ritmos estimulantes dos idos da década de 1970, se procurando e evoluindo em um balé de movimentos imprevisíveis para quem observa.

3.8 A USINA (E A PEDRA DO RASTRO)

As manhãs de domingo são reservadas na programação do Encontro para passeios em locais memoráveis, como o passeio à “Usina” não pela rodovia, mas pela “estradinha” de terra, tradicional caminho que ligava o centro de Rio Claro a seus arredores, especialmente às margens do rio do Braço, onde viveram duas gerações dos Bernardo.

Como assinalado no início deste capítulo, os acontecimentos se sucedem ano a ano com uma regularidade que permite ao observador descrever as experiências, significando-as, em trilhos metodológicos relativamente seguros. Naturalmente que a cada passeio organizado pelo grupo correspondem certas especificidades que ajudam na interpretação da concepção desses eventos. Neste sentido, considero enriquecedor para a análise referir um dos aspectos que sobressai num passeio, a caminhada à Pedra do Rastro (mencionada em outras partes do trabalho), como fator que compõe a “estrutura estruturante” (BOURDIEU, 2003) do grupo, tal como é a valorização dos “lugares de memória” (NORA, 1993), revelada no passeio propositalmente aqui selecionado. Trata-se do resgate proporcionado por um dos articuladores do grupo, da história dos usos das ervas medicinais pelos antigos, visando explicitamente a uma melhor disseminação dessas práticas, para a sua preservação, junto às gerações mais novas (Figura 63).

Figura 63 - Espaço de ervas medicinais, Seropédica, RJ, 2013



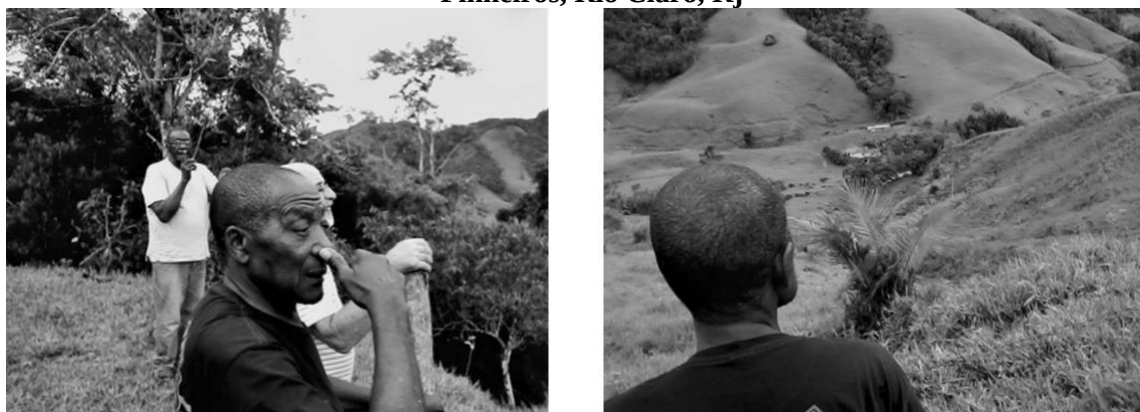
Fonte: Coleção do autor, 2013.

Naquela ocasião, na manhã do quarto Encontro, Antônio Carlos dos Santos (BERNARDO, quarta geração) descreveu, uma a uma, a multiplicidade de ervas que ia apontando no caminho, durante cerca de doze quilômetros de subida por uma velha estrada que liga o bairro Vila Velha à Pedra do Rastro, no caminho da Serra dos Coelhoos.

Na Usina, onde fora erguida a casa do primogênito Manoel Bernardo, há somente os vestígios da estrutura, confeccionada em troncos de madeira, retomada pela vegetação, do velho paiol onde eram depositados alimentos, cultivados pelos moradores, e ferramentas empregadas nas lavouras. Contudo, ninguém, entre os presentes ao passeio, desconhece que já não se mantém o paiol, a casa, o galinheiro ou quaisquer benfeitorias na área. O que se busca, naqueles momentos entremeados de riso e silêncio, é tão somente “lembrar”. Aquele espaço é testemunho que sedimenta recordações, registra informações de tempos passados que se entrelaçam na memória dos visitantes, lhes restituindo a história do lugar... “Lugar”, em suas dimensões “material, simbólica e funcional”, porque “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos [ou um velho paiol destruído] só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica”.¹¹²

¹¹² Nora (1993: p.21).

Figura 64 - Geraldo e Serafim buscam localizar o lugar em que viveram na fazenda Pinheiros, Rio Claro, RJ



Fonte: coleção do autor, 2013.

A memória dos visitantes está ali. As histórias, que correm soltas, deslocam do passado os momentos vivenciados naquele lugar, ou mesmo “no Morro”, Morro do Estado no bairro Vila Velha, em Rio Claro, que constantemente atravessa uma e outra recordação. Estão, todos, impregnados no meio, sedimentados na saudade. A cada momento alguém aponta o lugar “onde tinha o cafezal”, o lugar “onde tinha a ponte”, o lugar “onde tinha o banheiro... (Figura 64 e 65) Acho que aqui era a cozinha”.

Figura 65 - Ruínas da Igreja da Gramma, construída no séc. XIX pela família Breves, Rio Claro, RJ - 2014



Fonte: Coleção do autor, 2014

Da memória do real e do imaginário de cada indivíduo, e do coletivo, ali absorto, reergue-se o passado, porque “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”¹¹³. Há parentes que confidenciam ter realizado esforços financeiros para conseguir estar presente ao Encontro, mas que se sentem recompensados só por aqueles momentos na “Usina”.

Entretanto, os que ali estão, nessa manhã singular, para mais que o conagraçamento, encontram pistas, do passado e do presente, que articulam uma mesma realidade social. Exceto a casa onde vive, atualmente, a família de Ana Maria Marcolino (BERNARDO-GLÓRIA, quarta geração), a mesma casa, onde criou os seus três filhos José Carlos (BERNARDO, terceira geração), às duas margens do Rio do Braço tem-se somente a paisagem a emoldurar os mesmos sons da natureza e as instalações dos equipamentos que geraram, durante pouco mais de cinco décadas, a energia elétrica cujo acesso ou não era um item decisivo na representação das desigualdades sociais locais. O “território dos parentes” e outros “iguais” que ali viveram e ainda vivem, quase que invariavelmente descendentes de escravos e ex-escravos dos antigos plantéis das fazendas da região, alguns migrantes, pertence, atualmente, ao distrito de Lídice. Para os moradores dos condomínios de luxo e sitiantes que disputam a palmas os vários loteamentos, certamente é só um lugar bonito.

3.9 DE VOLTA AO COMEÇO

De volta ao local principal do Encontro, o almoço de despedida, o arroz carreteiro preparado com as sobras do churrasco e dos temperos frescos, já se encontra servido. O ânimo da festa é mais uma vez elevado com a música (Figura 66) e a dança, mas mistura (Figura 67), ocasionalmente, risos com choros.

¹¹³ NORA, op. cit., p.9.

Figura 66 - Música elevando os ânimos



VII Encontro da Família BGF. Apresentação da parente “mauaense”, a cantora Maria Alcinda. Seropédica, Rio de Janeiro, 2013.

Fonte: Coleção do autor, 2013

Figura 67 - VII Encontro - Almoço da despedida, Seropédica, RJ - 2013



Fonte: Coleção do autor, 2013.

É chegado o momento de encerrar o Encontro. Um bolo gigante nas cores da logomarca da AFABGF: marrom, branco, amarelo e rosa é trazido cuidadosamente até a mesa do fundo do salão. Tem escrito por extenso o nome da Associação e o ano do respectivo encontro.

A música é regulada para um volume quase inaudível devido ao falatório. Um grupo dos três representantes mais idosos de cada linhagem é convidado para ir à frente receber homenagens promovidas pelos organizadores. Recebem flores e outros presentes artesanais produzidos por parentes que os abraçam, revelando, ao microfone, que o fazem simbolicamente abraçando aos ancestrais mais próximos aos homenageados. Visivelmente emocionados, esses proferem, um a um, palavras de agradecimento e outras de renovação do “espírito de união” que, demonstram acreditar, é o que substantiva mais um encontro da família. Acrescenta um dos homenageados: “toda essa festa já não pertence a nós”.

Alguém sugere que todos se deem as mãos para “a oração que o Pai nos ensinou”, o que é feito em tom melancólico próprio deste tipo de ritual. Ao final da oração, os que se encontram no salão confraternizam-se em abraços, produzindo imagem similar às comunidades religiosas. O volume das músicas, imensamente dançantes e cujas letras remetem a situações de festa, é novamente regulado para cima, estimulando a continuidade dos abraços (Figura 68 e 69), com a alegria de uma despedida que se sabe ser provisória.

Figura 68 - VII Encontro - Despedida, Seropédica, RJ, 2013



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Figura 69 - VII Encontro - Foto da despedida, Seropédica, RJ, 2013



Fonte: Coleção do autor, 2013.

CAPÍTULO 4 - FAMÍLIA NEGRA... FAMÍLIA AFRO-BRASILEIRA

Registrar marcos, memórias e histórias sempre foi uma necessidade da humanidade. O tempo, no sentido de duração, como proposto por Bergson (1999), é berço e leito da história, aquém das possibilidades e garantias de retenção, senão pela memória. É fato, também, que diante dos riscos da imprevisibilidade do porvir tememos içar âncoras. Não basta desejar ir ao futuro sem um passado para nos referir, nos informar, assim como são instáveis as pontes possíveis com o passado ou com o futuro se não acionamos as lembranças como recurso a permitir assumir um lugar no espaço-tempo.

Andreas Huyssen (2004) analisa as evidências de um deslocamento, pelas sociedades mundiais, a partir dos anos 1980, do foco privilegiado no “futuro-presente”, como estava organizado o pensamento moderno, para o “passado-presente”. Do seu ponto de vista, “a disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória”¹¹⁴. Estaríamos em busca de fortalecer ancoragens que nos permitam posições mais seguras frente aos efeitos da reorientação cultural provocada pela desestruturação da modernidade, em razão da automação desenfreada e do uso globalizado de tecnologias de informação e comunicação. Como sugerido pelo autor, estabelece-se um movimento de vivificação da memória, mecanismo útil e indispensável ao diálogo com as subjetividades das novas gerações.

A AFABGF, contextualizada em parte neste enunciado, recorre ao uso político da cultura da memória sob a determinação, expressa inclusive nos estatutos que a institucionaliza, de recriar referências positivas do passado para que os seus membros associados reconheçam a si mesmos na história familiar, em paralelo à “história oficial”.

A organização da família BGF traz à tona uma variável importante para a discussão sobre estratégias de manutenção e transmissão da memória entre famílias historicamente ligadas, direta ou indiretamente, à diáspora africana. Tratam-se das ações imprimidas pelos indivíduos que coabitaram a casa grande e a senzala para a continuidade ou a reconstrução, manutenção e transmissão dos laços parentais das famílias provindas de cativos, do período pós-emancipatório aos dias atuais.

Por longo tempo, a literatura expressou a concepção de que séculos de opressão escravista teriam deteriorado a vida familiar entre descendentes de africanos em cativeiro no Brasil. Sobre esse tema, de um lado, como aponta Rocha (2006), estão os estudos publicados

¹¹⁴ HUYSEN, Op. Cit., p.16

pela chamada "Escola Paulista de Sociologia" (FERNANDES, 1978; BASTIDE, 1971; CARDOSO, 1962; e COSTA, 1966), que em geral procuram destacar a natureza violenta da empresa escravista, revelando que a sua principal herança teria sido a ruptura absoluta das referências positivas de família para o ex-cativo. Para a historiadora Emília Viotti da Costa (1998, p.16):

[...] ao mesmo tempo em que degradou o trabalho e corrompeu as relações entre brancos, a escravidão desorganizou a vida familiar. O intercâmbio sexual entre senhor e escrava deu margem a que se fixassem preferências por certo vícios e anomalia sexuais (masoquismo – sadismo), estimuladas pela situação que a escravidão criara. De um lado, havia a família branca, aparentemente monógama; de outro, a promiscuidade das senzalas a incitar e favorecer a poligamia do senhor.

A experiência precedente do escravismo luso nas colônias na África teria levado à adoção de práticas de segregação dos laços de identidade parental e/ou tribal, no intuito de reduzir ou eliminar a resistência à submissão econômica e psicológica. Essa desestruturação teria corroborado um meio de dominação eficaz, para impedir a possibilidade de rearticulação e transmissão dos valores afetivos indispensáveis à construção de uma visão solidária entre os indivíduos e as famílias.

Por outro lado, alguns estudos atuais sobre família escrava no Brasil – embora também realizados a partir de abordagens demográficas, como os estudos que projetaram os sociólogos paulistas – demonstram, de modo geral, que a partilha de bens, efetivada no *post-mortem* dos senhores escravagistas, gerava tensão tanto para os herdeiros como para os escravos, considerando os laços familiares. De acordo com Carvalho (2006), mesmo antes de 1850 – ano da proibição legal do tráfico interatlântico de escravos e da regulamentação da propriedade rural – e de 1871, quando fica legalmente proibida a separação de famílias (casais e filhos menores de 12 anos), havia uma tendência, por parte dos senhores e seus herdeiros, em manter os laços parentais de suas escravarias, inclusive com o incentivo do casamento católico, em nome do controle dos cativos.

De qualquer forma, importante análise da historiografia sobre a família de cativos na sociedade escravista brasileira oitocentista conclui que hoje há consenso em relação a essa questão. Segundo Reis (2010, p. 115), a leitura dos dados demográficos que revelam, “os baixos índices de uniões legitimadas entre a população negra” não devem ser traduzidos como evidência de pouco interesse dos negros pela estruturação da vida familiar. É necessário atentar para a inventividade de outros formatos de “parentesco simbólico ou ritual”, como as “relações

de compadrio”, as “famílias-de-santo”, as “irmandades religiosas negras” ou, até, os “parentescos” arranjados na trilha do tráfico. Neste sentido, são todas experiências de vida familiar.

Com o esfacelamento total ou parcial dos laços parentais, uma questão parece independente das duas visões acima indicadas. Com o fim jurídico do tráfico escravista e a quase imediata reordenação territorial que já se precipitava quando da aprovação da “Lei de Terras”¹¹⁵, a criação de novas redes familiares de afro-brasileiros¹¹⁶ no período subsequente é indiscutível. A trajetória recente dos Bernardo-Glória-Faustino demonstra que a memória familiar em contexto de diáspora prolonga-se ao longo do tempo, refazendo permanentemente a vida relacional entre os negros brasileiros e entre esses e a sociedade ampla.

4.1 VISÕES SOBRE A FAMÍLIA EM CONTEXTO DE DIÁSPORA

Crítico contumaz da historiografia que se pauta fortemente pela interpretação de dados demográficos, do ponto de vista de Robert Slenes (1988, p.192) as “interpretações preconceituosas” feitas por viajantes que empregavam “olhares brancos” para traduzir os “lares negros” foram assimiladas como fonte principal dos estudos anteriores aos anos de 1980. Assevera o autor que:

[...] o racismo, os preconceitos culturais e a ideologia do trabalho da época predispunham os viajantes europeus e os brasileiros ‘homens de bem’ a verem os negros, que aparentemente não seguiam suas regras na vida íntima, como desregrados. Na segunda metade do século, quando o ‘não seguir as regras’ parecia ameaçar cada vez mais a disciplina no trabalho, essa predisposição provavelmente tornou-se mais forte.¹¹⁷

É por meio dessas fontes, associadas aos dados demográficos recolhidos basicamente na zona rural e no Oeste paulista, onde predominaram as empresas escravistas com plantéis menores, que estudiosos brasileiros analisaram as condições de existência de famílias de cativos. Embora Slenes reconheça que os autores brasileiros refutam os traços racistas presentes nos primeiros estudos etnológicos oferecidos por naturalistas, sublinha que o uso

¹¹⁵ Essa a denominação da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a primeira que trata da organização da propriedade privada no Brasil. Com a Lei de Terras o Império passa a regular especificamente a posse de terras de olho nas modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país. Sua aprovação acontece no mesmo ano da aprovação da lei Eusébio de Queirós (Lei nº. 581, de 4 de setembro de 1850). Sobre isto ver: CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada: a política de terras no Império. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, n.1, março, 1981; ver também FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Globo. 3ª ed. revista. Porto Alegre, 2001.

¹¹⁶ O termo negro é aqui utilizado como marcador de identidade social e de diversidade étnica. Afro-brasileiro é utilizado como categoria que abrange as diferentes possibilidades de construção identitária do negro brasileiro

¹¹⁷ SLENES, op. cit., p. 203.

corrente de termos como 'licenciosidade', 'prostituição' ou 'promiscuidade' para designar contextos familiares de cativos revelam o caráter etnocêntrico dessas interpretações. Analisando documentos eclesiásticos que registram o casamento de Policarpo Salvador e Afra, escravos casados por mais de duas décadas, o que parece incomum nesses estudos¹¹⁸, o autor alerta que:

[...] para vários autores importantes, as condições do cativeiro (o excesso de homens sobre mulheres, a separação de famílias no tráfico interno de escravos, os caprichos e violências dos senhores) teriam tornado as uniões sexuais extremamente instáveis, a tal ponto que a vida sexual careceria de regras e a 'família' escrava teria sido praticamente inexistente.¹²³

No mesmo sentido, apropriando-se de dados da demografia da cidade de Campinas, na então província de São Paulo, para o ano de 1872, Costa, Slenes e Schwartz (1987, p.219-20) inferiram que na maioria das propriedades onde eram reduzidos os plantéis, a vida reprodutiva das mulheres começava antes do casamento, mas quase todas as mães eram casadas ou viúvas, e nos plantéis com mais de 10 escravos era comum a procriação principalmente dentro do casamento religioso de base católica.

Para Roger Bastide (1971, p.89), por exemplo, o cativeiro impedia a consecução da principal liturgia das religiões tradicionais africanas, o culto a ancestralidade, dado a descontinuidade da linhagem. Adicionando-se a isso a violência do estupro ou da submissão da mãe escrava à exploração sexual do seu senhor, estavam destruídos os referenciais mínimos de vida familiar entre cativos, que eram então forçados a assimilar os valores e referências normativas da vida familiar da “casa grande”.

Na análise das relações raciais no meio urbano no período pós-emancipatório, Florestan Fernandes (2009, p.65-67) conclui que a falta de laços parentais, de afeto, e de solidariedade familiar teriam feito o ex-cativo emergir para a sociedade capitalista em estado de anomia. Ou seja, por ter se distanciado da ética sexual de sua tradição africana e, contraposto à argumentação de Bastide, nunca ter absorvido a ética familiar do branco não teria fixado parâmetros para uma vida familiar sadia.

¹¹⁸ O autor assinala que há um número considerável de outras pesquisas que investigam casamentos com duração de 10 anos ou mais, assim como a convivência familiar entre pais e filhos sobretudo na infância. Os registros de escravos de 1972-73, em Campinas, indicam que “nos plantéis com dez ou mais cativos (contendo, talvez, quatro em cada cinco escravos no município), 67% das mulheres acima de 15 anos eram casadas ou viúvas; e 92% dos filhos menores de 10 anos viviam junto com os pais, ou com mãe ou pai viúvo (SLENES, Robert W., “Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, Século XIX)”, **Estudos Econômicos**, 17:2 (maio/agosto, 1987), 217-227.

Essa situação seria o principal problema colateral para a inserção do negro na sociedade de classes, pelo menos em São Paulo, campo da sua pesquisa. Por meio dos depoimentos colhidos junto à população de descendentes de escravos, constata que uma vez atirado à metrópole sem qualificação e sem qualquer proteção social, por conseguinte forçado a habitar em cortiços nos quais grupos inteiros eram obrigados a conviver sem nenhum tipo de privacidade, padeceria na promiscuidade.

Por um lado, homens negros sem acesso ao trabalho formal recorriam ao trabalho ilegal e viam no ato sexual a única atividade prazerosa que podiam praticar durante o dia. E além disso, as mulheres, que no período posterior à abolição tiveram mais acesso ao trabalho do que os homens, na condição de trabalhadoras de “casas de família”, não podiam assistir aos filhos nas necessidades educacionais e psicoafetivas. Nessas circunstâncias é que teriam surgido diversos casos de homens negros que se recusavam a procurar emprego para viver às custas da mulher que trabalhava. Além do preconceito de cor, seriam estigmatizados na sociedade paulista como “vagabundos”.

Slenes (1988) considera que a insistência em análises que subestimam a prevalência da vida familiar entre negros no cativeiro só perde fôlego a partir da publicação em 1982, por Katia de Queirós Macedo, de “Ser Escravo no Brasil”. A autora empreende uma interpretação que, mesmo estando ainda presa à abordagem demográfica, desencadeia um novo paradigma. Vislumbra a possibilidade de novos arranjos familiares reinventados por negros e negras, mesmo na condição de órfãos de sua “linhagem ancestral”.

Mais adiante será Marcelin (1999) quem notará que os estudos sobre família em geral são concebidos em referência aos estudos clássicos que tem como eixo a estrutura patriarcal, focada na relação consanguínea e na reprodução social como a finalidade única de sua existência. Nessa concepção, os elementos que a caracterizam jurídica e politicamente são transformados em normas culturais e igualmente em “guias analíticos de pesquisa”¹¹⁹. Frequentemente esses instrumentos são também extensivos às famílias populares, ilustrando “uma concepção miserabilista das classes populares, traduzida em uma abordagem que faz de suas organizações familiares uma mera variável da estrutura socioeconômica e transforma esses agentes familiares em seres incapazes de produzir um mundo e habitá-lo simbolicamente”.¹²⁰

A abordagem do autor é feita então a partir de uma tripla demarcação. A primeira consiste em rejeitar a tese essencialista que sustenta uma boa parte da literatura

¹¹⁹ MARCELIN, Louis H A Linguagem da Casa Entre os Negros no Recôncavo Baiano, **MANA**, n.5, v.2, p. 31-60, Rio de Janeiro, 1999, p.1.

¹²⁰ Ibid, p.2

antropológica/sociológica sobre os africanos diaspORIZADOS nas Américas. A segunda, na perspectiva de rupturas, que visa produzir outros parâmetros de análise que possam dar conta de aspectos da vida familiar das classes economicamente desfavorecidas ou classes populares, até há pouco ignorados pela bibliografia corrente.¹²¹ A terceira demarcação é a que o autor refuta “o economismo” que esteirou as análises sobre família e classe social, por um bom tempo; propõe uma abordagem construtiva social e cultural para desmistificar a família de classes populares como um todo indiferenciado. Enfim, aborda a experiência familiar dos sujeitos como um processo que se constrói a partir do lugar social e da hierarquia marcada pela condição étnica nas quais eles estão colocados.

Acompanhando as argumentações acima, retém-se que o objeto “família negra” ou “família afro-brasileira” está intrinsecamente relacionado à tríade “reprodução”, “memória” e “identidade”, a despeito de suas composições não condizerem necessariamente os parâmetros de família apontados pela literatura sobre o tema, pelo menos até o início dos anos 1980. A “família negra” ou “família afro-brasileira” perseverou, deve-se admitir, porque os homens, as mulheres e os jovens que instituíram outros modelos de matrimônio e vida familiar o fizeram extraíndo o sumo das novas experiências culturais a que estavam submetidos e o adicionando ao que trouxeram por dentro dos corpos atirados ao fundo dos tumbeiros.

4.2 APONTAMENTOS PARA UM CONCEITO DE “FAMÍLIA NEGRA” OU “FAMÍLIA AFRO-BRASILEIRA”

Para uma objetivação de “família negra” ou “família afro-brasileira” é imperativo procurar instruir o termo a partir dos sentidos implícitos nas concepções de família, considerando estudos sobre como ela pode ser interpretada e definida no espaço e no tempo. É necessário compreender o papel do Estado na difusão de critérios para o reconhecimento da instituição familiar, os mecanismos que acionam e regulam as mediações entre indivíduo e família e as transformações daí derivadas, especialmente quando um movimento fundado na memória potencializa novos olhares para a construção de identidade étnica.

4.2.1 Estado, Família e Identidade

Em fins do século XIX, Durkheim (2002) contextualiza a família no código civil francês. Para o autor, as características que considera mais essenciais da tradição familiar

¹²¹ Como se verá ainda neste capítulo.

germânica e romana emergiram de uma longa evolução para ganharem fixidez sob o amparo do Estado moderno, especialmente no Ocidente. O Estado moderno, a exemplo da França, descarta o modelo de família patriarcal herdado da civilização romana, que consiste na formação de segmentos intergeracionais de indivíduos indefinidamente reproduzidos sob as linhagens paterna e materna, e instaura um novo formato. Sob o manto da nova legalidade, somente marido e mulher, filhos menores e solteiros constituem partes permanentes da família. À medida que os filhos alcançam a maioridade de vinte e um anos passam a compor uma fração juridicamente independente dos pais, ainda que vivendo sob o mesmo teto. Já não se pode retratá-los como integrantes da mesma unidade familiar para fins de exigência da cobertura social do pai. A família patriarcal evolui então para a *famille conjugale* (DURKHEIM, 2002).

Como aponta Durkheim, a criação pelo Estado da *famille conjugale* (família nuclear), entra em confronto com a tradição familiar comunal, que supunha não só a indivisibilidade dos laços de parentesco, mas a autonomia dos seus membros para reorganizar a família a partir da deslegitimação de qualquer de seus membros, ou mesmo dissolvê-la. O novo modelo de família passa a ter valorizadas pelo Estado esferas próprias de atuação individual, mesmo da criança, o que se faz presente pela crescente intervenção na organização familiar, por meio de legislação oriunda do Direito Positivo. Por essas regras, cada vez mais, é o Estado que passa tanto a dirimir conflitos interfamiliares, como estabelecer os limites mínimos de sua realização material. Sob este modelo de família “os laços de parentesco tornam-se praticamente indissolúveis” (DURKHEIM, 2002, p. 6).

Mas, quais são as mudanças na ordem social que legitimam a progressiva intervenção estatal na ordem doméstica do grupo familiar? O fenômeno da redução do número de membros da família e a concentração dos laços familiares é o fenômeno dominante na história das instituições da família (DURKHEIM, 2002; DONZELOT, 1980; ARIÈS, 1978), que ocorre em paralelo à extensão gradual do ambiente social em que cada um de nós é parte integrante. Conquanto o Estado e a sociedade modernos elevam o reconhecimento da preponderância do indivíduo sobre a coletividade amorfa, essa individualização do sujeito – cada um exerce cada vez mais livremente o seu jeito próprio de sentir e interpretar os acontecimentos e fazer escolhas – esfacela a lógica comunal, redimensionando amplificadamente esse tipo de convívio social. Quanto mais ilimitadas são as possibilidades de realização no mundo exterior à família, mais escapa aos indivíduos a capacidade e o interesse de contornar suas divergências privadas. Essas transformações na vida doméstica reforçam, por um lado, os laços de solidariedade no meio familiar, mas, contraditoriamente, enfraquecem a assunção de responsabilidades coletivas inerentes à vida em partilha. As coisas do mundo já não pertencem à família, como no grupo

comunal, mas aos indivíduos: “a solidariedade doméstica torna-se muito pessoal” (DURKHEIM, 2002, p.9) num contexto em que passa ao Estado a função social de regular a família moderna e provê-la dos requisitos éticos e morais indispensáveis à reprodução da ordem social.

Nos domínios da ciência social, outros estudos se somam à contextualização oferecida pela sociologia clássica de Durkheim, com o propósito de enunciar a categoria família como axioma de múltiplas possibilidades de arranjos, mesmo sob a compressão do Estado. Estudos como os de Bourdieu (1996), Singly (2000) e Duarte (1995) ao procurar analisar os determinantes culturais das mudanças processadas nos diferentes modelos de família, contribuem para uma visão mais crítica acerca das representações que se tem dessa categoria. Considerando “categoria” como “princípio coletivo de construção da realidade coletiva” (BOURDIEU, 1996, p. 126), deve-se observar que todos os meios que servem para descrever a categoria família exercem o papel de defini-la como realidade sensível, portanto suscetível a inúmeras interpretações, ainda que sujeita, muitas vezes, a um aparente modelo único de ser.

Duarte (1995), partindo dos estudos da etnologia, identifica que a concepção universalizante de família foi edificada sobre três pilares comuns. Inicialmente, o autor considera a existência de um “sistema de localidade ou residência” idealizado pelos indivíduos para vincularem-se a uma ideia de unidade, autorreferenciada no parentesco, e que tem como suporte material o lugar físico no qual estão sedimentados os “seus iguais”. Um segundo pilar é a “corporatividade”, que supõe a criação de unidades de identidade, com maior ou menor expressão, cuja função social é a solidificação de grupos de pertencimento, no interior do qual se desenvolvem as trocas matrimoniais e, por decorrência, a fundamentação dos clãs, fratrias ou linhagens. (DUARTE 1995, p.27-28). O “sistema de atitudes”, elencado como terceira dimensão da concepção universalizante de família, está orientado para a regulação das relações interpessoais. É nas engrenagens desse sistema que se opera a regulação tanto dos comportamentos como dos sentimentos, na conveniência da continuidade do grupo de comum pertencimento.

Para a regulação desse “sistema de atitudes” o Estado Moderno adotou e disseminou, principalmente por meio da educação formal, várias medidas de segurança, garantidas pela polícia, que visavam a moralização da sociedade moderna, o que inclui essencialmente o fortalecimento da nova concepção de família (DONZELOT, 1980). Essas medidas são aplicadas em razão das diferentes dinâmicas dos grupos de pertença conforme os imperativos econômicos-sociais.

Ao final do século XIX, o Estado passa a intervir diretamente sobre determinadas “práticas de recolhimento e de segregação” (DONZELOT, 1980. p.27) de crianças abandonadas, concebidas em adultério e até então abandonadas em hospícios ou utilizadas como isca para a mendicância de desocupados, e de homens e mulheres celibatários cujo destino provável eram os conventos, a prostituição e a “vagabundagem”. Em função do tratamento desses indesejáveis da nova ordem familiar, requerido pela transformação em curso das relações entre o Estado e a família, os hospitais gerais, os conventos e os hospícios constituirão espaços de canalização da filantropia em benefício da preservação da “honra familiar, sua reputação e sua posição” (DONZELOT, 1980, p 29). Exemplo característico da reorganização da família popular é a implantação, na metade do século XVIII, de um dispositivo denominado “roda”, uma ação filantrópica que recolhia as crianças enjeitadas de modo a preservar a identidade da mulher supostamente adúltera.¹²²

Segundo Donzelot, “a família é uma instância cuja heterogeneidade face às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares.” (1980, p15). Neste sentido, a definição de família requer ter em vista a base cultural sobre a qual ela se encontra fixada, pois o exercício da “eficácia simbólica” do Estado nessa definição, como uma das diferentes expressões do “capital simbólico”, instrumentaliza exatamente as noções correntes sobre família, dando-lhes um mesmo sentido racional (BOURDIEU, 1996, p. 114).

Destaca Bourdieu que a criação de “estruturas cognitivas”¹²³, ou “formas elementares de classificação” (DURKHEIM, 2000), é a premissa básica para o entendimento do universo físico e social aparente e sua codificação em sistemas de pensamento que ativam a produção do conhecimento e sua reprodução. Essas estruturas cognitivas nas sociedades menos complexas eram preponderantemente expressas nos “ritos de instituição”, que serviam como marcadores das diferenças e divisões entre indivíduos e grupos, estabelecendo escalas de valores reconhecidas e respeitadas coletivamente.

¹²² No Brasil, as rodas dos enjeitados são instauradas no início do século XIX, em províncias como Rio de Janeiro e São Paulo. A estrutura assistencial montada pela Igreja e os órgãos voltados para a filantropia a ela vinculados para o atendimento aos abandonados oferecia vários serviços, como amamentação por amas-de-leite, internamento, educação, colocação em famílias adotivas, inserção no mercado de trabalho, agenciamentos matrimoniais e outros eventuais, tendo vigorado praticamente por todo o século, somente perdendo força após a implantação da República, quando o Estado passaria a centralizar essas atividades. Sobre isto ver MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-79. Ver também: MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas).

¹²³ BOURDIEU, op. cit.

Como observa Bourdieu (1996) da evolução dos “ritos de instituição” – autônomos, pluriculturais – à concentração das representações sociais sobre uma variedade de objetos numa única instituição de caráter eminentemente normativo, foi necessária a constituição processual de uma força que se legitima no interior dos próprios indivíduos. Essa força, o “capital simbólico”, é “a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição deste tipo de capital” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

No contexto da modernidade, o Estado, sobretudo por meio da concentração do capital jurídico, como a legislação francesa analisada por Durkheim, exerce papel determinante na desconstrução, reconstrução, proliferação e manutenção dos marcos que tornam coletiva, em dado momento histórico, a apreensão da realidade social. O que se entende por família, hoje, então, está diretamente associado ao que é percebido nas diferentes linguagens que promovem a disseminação das concepções estabelecidas no âmbito do Estado moderno no Ocidente. Ao recorrer aos termos que em princípio a descrevem, não se faz mais que nomeá-la e encerrar o seu significado nos limites dessa visão universalizante, fazendo traduzir para o senso comum que família sempre contou com uma mesma arquitetura. Bourdieu (1996) revela que:

[...] esse princípio de construção é um dos elementos constitutivos de nosso *habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva; uma lei tácita (*nomos*) da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social (e da palavra família em particular) (BOURDIEU, 1996, p.127).

O *habitus*, no sentido da normatização da palavra família, é, segundo o autor, construído a partir de três principais eixos lexicais: a família é “uma realidade que transcende seus membros, uma personagem transpessoal dotada de uma vida e de um espírito coletivos e de uma visão específica do mundo”; concomitantemente, “ela existe como um universo social separado, empenhado em um trabalho de perpetuação das fronteiras e orientado pela idealização do interior como sagrado”, e ainda, associado à imagem da interioridade, um terceiro eixo é o da “casa como lugar estável, que permanece, e do grupo doméstico como unidade permanente, associada de maneira duradoura à casa, indefinidamente transmissível” (BOURDIEU, 1995, p. 125-6). Logo, a família se confunde com o lar sagrado e inviolável, exceto por decisão estatal.

Assim, a família é a um só tempo produto social arbitrado por uma autoridade externa, uma “estrutura estruturante”, e o resultado ansiado pelo indivíduo que, em busca de reconhecimento e inclusão no seu meio social, adota voluntariamente os códigos de conduta

que o situam no plano da normalidade, integrando-se ao processo de renovação cíclica da realidade como dada, a “estrutura estruturada” (BOURDIEU, 1996, p.128).

As práticas sociais (Figura 70), tanto objetivas como subjetivas, dos membros de cada unidade familiar são dirigidas, no sentido da sua integração, para o fortalecimento da estrutura e sua consequente naturalização e universalização.

Figura 70 - Práticas Sociais

Pai e filha em um aniversário da família. Rio Claro, Rio de Janeiro, 2012.



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Casal recebe a família para o aniversário do filho Victor Hugo. Rio Claro, Rio de Janeiro, 2012.



Bourdieu (1996) acrescenta que a construção política e cultural da família enreda um conjunto de ações exercidas a partir da burocracia estatal e cultivadas no solo das culturas domésticas que se traduzem num “*trabalho de instituição* ritual e técnico ao mesmo tempo, que visa inculcar de maneira duradoura, em cada um dos membros da unidade instituída, sentimentos adequados a assegurar a *integração* que é a condição de existência e de persistência dessa unidade” (BOURDIEU, 1996, p.129).

Em consonância com o que se observa entre os Bernardo-Glória-Faustino, refere o autor que tais sentimentos são frequentemente estimulados nas oportunidades das festas comemorativas (Figura 71), encontros periódicos e outros momentos que servem ao fortalecimento dos laços de afetividade, atualização das condutas individuais e dissimulação da obrigatoriedade simbólica desses sentimentos. Sublinhei que tais sentimentos de pertença familiar podem ser acionados e conectados intencionalmente para o fortalecimento dos laços de parentesco e de um processo identitário coletivo dos seus membros.

Figura 71 - Momentos que estimulam os laços de afetividade



Família BGF no carnaval. Rio Claro, Rio de Janeiro, 2013.

Fonte: Coleção do autor, 2013.

Neste processo, por aludir a grupos familiares como o que é analisado nesta tese, que possuem em comum a especificidade de seu passado estar ligado à escravidão, onde a sobrevivência dos indivíduos em muito se baseava no espírito de solidariedade¹²⁴, remontar essa experiência, pela memória, pode significar a super valorização dessa característica. Ela tanto pode servir à continuidade da integração entre os indivíduos, no âmbito do modelo relacional que contempla a prevalência do grupo, apesar das mudanças significativas que se processam nessa estrutura, como pode favorecer o surgimento de um outro tipo de arranjo familiar. Essa possibilidade fica melhor consubstanciada se apoiada também na visão de François Singly (2000).

Estabelecendo um recorte temporal que perdura até os anos 60 do século XX, a análise de Singly (2000) presume que a família no Ocidente moderno, a “família I” em oposição à “família II” contemporânea, sempre foi referenciada na literatura como produto do casamento

¹²⁴ Refiro-me às múltiplas redes de solidariedade e ajuda mútua que se estabeleceram desde o Brasil-Colônia e se intensificaram a partir do século XVIII, sob a proteção de irmandades e confrarias estimuladas pela Igreja, que suscitavam todo tipo de intercâmbios entre libertos e escravos e destes com homens livres, com os propósitos de realizar eventos onde os negros podiam viver e reviver suas religiosidades, seus costumes e tradições, e também traçar planos de resistência à escravidão, como as cooperativas para a compra de alforrias. Sobre isto ver: SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

instituído, no qual o amor dos pais constitui a base de proteção da criança, cabendo ao pai a responsabilidade de ir ao mundo do trabalho pela manutenção do “lar” e “à mãe de desempenhar todas as tarefas que garantam o bem-estar e a felicidade das crianças e do marido”. Realça este autor que o modelo de “família I” desempenhou funções de reprodução biológica e reprodução social, mas também a de outra singularidade: a identidade.

No modelo contemporâneo de família, sobressaem as transformações que reorientam a instituição família no correr da segunda metade do século XX: “o decréscimo dos casamentos, das famílias numerosas, o crescimento das concubinagens, dos divórcios, das famílias pequenas, das famílias monoparentais, recompostas, do trabalho assalariado das mulheres”. (SINGLY, 2000, 13). Do ponto de vista do autor, tais transformações levariam a uma crescente individualização dos sujeitos, portanto a uma transferência do foco no grupo para o foco nos membros do grupo, e na fundamentação de uma educação baseada na “pedagogia da negociação” e não mais na “educação retificadora”, pautada na autoridade moral dos mais antigos.

A ação dos Bernardo-Glória-Faustino, apesar de perceber que os indivíduos convivem, em suas unidades domésticas, com as mudanças apontadas por Singly, pretende manter o foco no grupo através dos mecanismos de revigoração (encontros periódicos festivos ou organizativos para festas) dos laços coletivos de pertença, lastreados pela memória. Uma vez alcançado o objetivo pretendido, apunha-se aí a ideia de existência de dois tipos familiares básicos, um moderno, relacional, e outro contemporâneo, individualista, presentes num mesmo arranjo familiar, o da família extensa.

Neste sentido, “as memórias de infância” constituem material imprescindível à distinção entre o indivíduo receptor dos dados que informam o que é a realidade, e a pessoa que já os apreendeu e os transforma nas informações que tornam a chegar ao começo. Assim, cíclica e historicamente, família e memória são objetos que se instrumentalizam um ao outro na construção dos elementos que definem ao sujeito quem ele é.

Como visto anteriormente, os Bernardo-Glória-Faustino constituem uma família extensa fundada a partir da interseção, por meio de agenciamentos matrimônios, de três linhagens que se prolongam desde o início do século XX e têm seu pico na quarta geração. Possivelmente, as memórias de infância sobre a vida dos negros em família, seja no ocaso do sistema escravista ou nos primórdios da República, instaurada no ano seguinte ao da Abolição, interferiram no processo identitário dos indivíduos e da rede familiar extensa, na atualidade.

4.2.2 Memórias de Infância e Construção de Identidade

O termo memória vem sendo modificado e apropriado de diferentes maneiras ao longo da história. É objeto tradicional dos estudos empreendidos pela filosofia, desde os gregos, tendo sido retomado conceitualmente na moderna filosofia por Henri Bergson, e na ciência, inicialmente no campo da psicanálise, com Freud. Posteriormente passa a ser explorado nas ciências sociais por Maurice Halbwachs cujas principais referências encontram-se nas publicações, em 1925, de *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*, e em 1950, após sua morte, em *Mémoire Collective*.

Lémieux (1995) reflete sobre a importância da memória da infância na composição da memória familiar, inicialmente referindo-se às contribuições da etnologia e da sociologia. Lembra Halbwachs (2004), esse autor que descreve a memória coletiva da família como pertencente a um grupo específico, pois que se encontra presente de forma particular em todos os espaços simbólicos retratados nos conceitos, nas imagens, nos sentimentos e nas regras de convivência designadas pelas posições dentro dos laços de parentesco, assim como nos objetos, que incluem a casa.

Considera como referencial os trabalhos de Pierre Bourdieu sobre o *habitus* como base conceitual para a abordagem dos mecanismos de introjeção de gostos, práticas e atitudes no meio familiar. Observa que a sociologia tem primado pela análise quase exclusiva de uma única dimensão da memória coletiva da família, aquela que procura dar conta dos objetos partilhados pelo grupo familiar, mantendo-se distante de “uma memória comum interiorizada por cada membro do grupo [...]”. A autora sublinha que, uma vez considerada a importância das lembranças que trazemos da infância, dentre as expressões da memória familiar, faz-se necessário abrir o debate sobre os determinantes sociais da afirmação desta memória afetiva. (LÉMIEUX, 1995, p.4).

Na perspectiva proposta por Lémieux, as memórias de infância forjadas nas experiências pessoais de cada um dos membros da família, reunindo portanto sensações e interpretações que produzem dimensões afetivas únicas, ainda que em ligação com a memória do conjunto dos demais integrantes do grupo familiar, interferem diretamente em recriações do passado que, assim como a memória coletiva, serão transmitidas às gerações seguintes. Neste sentido, a relação história e memória passa a um nível de complexidade em que tanto uma como outra exercem função seletiva: a história, como gravação dos fatos e feitos compreendidos como notáveis, com vistas a eternizar o passado e servir às gerações que a evocam, em confiança; a

memória, como filtro do que deve ser esquecido e do que deve ser lembrado, desde a infância, com vistas a reconstruir o passado sob a luz dos que fitam atualizar o presente.

A aproximação com tais teorias e conceitos que querem traduzir as diferentes representações ou significados da categoria família remete ao universo de lembranças, saborosas ou não, que estruturam alguns dos próprios “fragmentos de memória”¹²⁵ do autor nessa particularidade da vida.

Certa vez, ainda na infância, recordo-me de uma tarde em que irmãos e irmãs partilhavam momentos lúdicos oferecidos pelo ambiente dos almoços de domingo no apartamento de cômodos mínimos, no Catete, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo envolvido na correria que se fazia naquele espaço tão reduzido, ainda ressoa no autor uma fala de seu pai, Wilson de Oliveira, reportada a uma tia, Ana Maria de Oliveira Bezerra, que ecoou durante muito tempo em sua formação. A tia era eloquentemente elogiada por ser estudiosa, pela elegância retratada nas roupas que vestia, o perfume de alfazema, o trato do “cabelo bom”, a inteligência e os “modos nobres” de sentar-se à mesa, falar baixo e outras qualidades que o primogênito identificava na irmã, que eram “naturais” porque se tratavam das qualidades de uma “moça de família”. Todas as peças daquele discurso elogioso parecem, hoje, significativas de uma herança que está para alguém dos pais daquele patriarca.

A família (pai, mãe e sete irmãos) morava num “conjunto habitacional” – assim designado pela propaganda oficial. A arquitetura desses apartamentos populares é pensada para resolver o problema social do déficit de moradias e não para agradar as famílias em ascensão social, que investem os seus recursos na aquisição de um patrimônio. Por esta razão, o número de unidades por andar e a proximidade das portas em função da estreiteza dos corredores impõem aos residentes compartilhar, involuntariamente, mesmo os acontecimentos mais privativos do cotidiano, através de paredes comunicantes. Foi assim que se revelou, afora alguma diferença dos itens de bens materiais dentro da casa da família e da casa da família vizinha da parede ao lado do quarto onde dormiam todos os sete irmãos, que tudo era semelhante. O mesmo almoço programado aos domingos, a partida dos “chefes de família” para o trabalho nas primeiras horas da manhã, a permanência da “dona de casa” com as crianças, para levá-las à escola, o silêncio da noite avançada quebrado por eventuais sussurros dos casais.

Tudo informava haver, igualmente, uma normalidade nessas práticas familiares.

¹²⁵ HALBWACHS, 2004

De fato, aos oito ou nove anos as comparações silenciosas registravam em códigos, até então desconhecidos, que o amor romântico, “manifestação social prescrita de sentimento”¹²⁶ é parte complementar do enlace conjugal; que a proteção do lar se impõe aos perigos e interdições do mundo da rua¹²⁷; que a ligação singular da mãe no processo de sociabilidade da criança a investe de um papel determinante no “reforço das redes de ajuda mútua [...] da família consanguínea”.¹²⁸ Com o tempo essas características de vida familiar são assimiladas e abstraídas para o universo das demais famílias ao alcance dos sujeitos que as encarnam.

A família já havia mudado do Catete para o subúrbio do Méier quando o autor conhece Robson, Denilson e Jaqueline, filhos de Darcy Marques Pagani de Barcellar, funcionário de alto escalão de uma empresa multinacional, e Persides Rodrigues de Barcelar, professora. Junto a essas outras crianças foram compartilhados momentos saborosos de diversão e de dolorosa percepção das diferenças étnico-raciais e de classe que independem do desejo de não percebê-las. Aos doze ou treze anos, era incentivado pela prima Maria Cecília (BERNARDO, quarta geração) a passar parte das férias escolares na Ilha do Governador. A única informação disponível era que desse lugar vinham, por doação, quase todos os itens de vestuário que se tornariam objetos de distinção ao olhar dos doadores daquela “casa de família”, como invariavelmente se referiam a prima Maria Cecília e sua tia Maria da Glória de Oliveira (BERNARDO, terceira geração), àquele lugar de onde ambas as gerações tiraram o sustento.

Principalmente as brincadeiras que tinham lugar à tarde trazem as lembranças mais provocadoras de outras tantas realmente saborosas. Outras, porém, mesmo a contragosto, vêm trazer as fotografias que por vezes pensamos haver esquecido, mas que persistem em suportes tecidos pela memória e sobre os quais o controle é relativo. Denilson era o menino que emparelhava doze anos. Na ocasião de um jantar, lhe foi dirigida a pergunta ingênua do que eram os “carocinhos estranhos na sopa”. Na resposta-sentença do anfitrião, logo foi possível compreender o que são os efeitos práticos do que a literatura científica classifica como “condições diferenciais de reprodução”¹²⁹, naquilo que relaciona aos referenciais obtidos no seio familiar e a partir dos quais são elaboradas as estratégias de realização social. Disse então o garoto, fazendo pender a cabeça enquanto fitava com um riso infame o seu interlocutor: “é grão de bico... Mas não é coisa para o seu bico”.

¹²⁶ VIVEIROS DE CASTRO & BENZAQUEM DE ARAÚJO, 1977, p. 137

¹²⁷ DA MATTA, 1991.

¹²⁸ FONSECA, 1995, p.72

¹²⁹ DUARTE & GOMES, 2008

Como em Bourdieu (1996), em Singly (2000) e também em Duarte & Gomes (2008), a família, seja em seu modelo mais tradicional, como realidade socialmente estruturada, seja aquela que se transforma para parir o “indivíduo individualizado”, é o território do amor gratuito e ilimitado cuja convivência propicia, como uma das funções centrais, a produção identitária. A sua reprodução social em conexão com a reprodução da sociedade de classes produz o *habitus* de classe, e a conversão dos diferentes tipos de capital é o que possibilita a transmissão da posição de classe dos pais aos filhos, como parece ser a manifestação de clivagem social no diálogo reproduzido acima. Neste sentido, os aspectos que compõem as suas referências culturais, inclusive étnico-raciais, herdadas do grupo doméstico ascendente podem ser subsumidos (como é a rejeição ao padrão estético natural do cabelo lanoso em substituição do “cabelo ruim”) ante a filiação da família aos padrões e valores requeridos no meio social mais amplo em que está inserida.

Consideradas as contribuições desses autores, expressões como “moça de família”, “modos nobres”, “casa de família” ou “cabelo bom” suscitam aos ouvidos, “em treinamento”, de uma criança, a interiorização de valores que deverão ser traduzidos em comportamento dentro e, principalmente, fora do ambiente doméstico. Trata-se da formação ou reafirmação, em andamento desde a infância, de um sistema de referência do sujeito baseado nos vínculos afetivos em constante transformação, onde ocorre o processo de humanização e construção da subjetividade. Tais expressões então sistematizadas revelam os conteúdos que deverão orientar o posicionamento do adulto nas várias situações que lhe exigirão representar a si mesmo.

Assim, desde muito cedo se aprende que determinadas condutas devem fazer parte do menu de valores a ser exibido no convívio social amplo, esse que nos faz dosar os limites a serem observados na garantia de uma estabilidade, nesse convívio, favorável ou não à aceitação da nossa presença. O disparo dessa equalização quase automática das relações em jogo, dos espaços em que elas se dão e dos interesses em questão expressam vividamente a absorção dos referenciais de identidade transmitidos no seio familiar¹³⁰. Eis porque, possivelmente, a criança que é informada pelo seu grupo familiar que algum dos seus atributos estéticos naturais não condiz com a estética valorizada no meio social amplo, tenderá a adaptar-se, na vida adulta, mesmo à custa da deformação de certas variáveis do corpo (mais uma vez, como a representação do cabelo) com representações fortemente simbólicas¹³¹. O mesmo procedimento seria

¹³⁰ KELLERHALS; FERREIRA & PERRENOUD, 2002

¹³¹ A análise realizada por Renato da Silva Queiroz acerca dos fatores que condicionam a definição da estética corporal indica que o estado dos cabelos pode revelar a trajetória de vida de uma pessoa, sua condição de existência e o momento vivido no interior de um determinado grupo social (2000, p. 28).

igualmente acionado pela criança que sente a necessidade de identificar o “outro” para, em verdade, demarcar e atualizar a sua própria identidade de classe.

No estudo qualitativo¹³² desenvolvido por Kellerhals; Ferreira & Perrenoud (2002), identificam-se três eixos ou processos que compõem os mecanismos de transmissão dos valores que tornam possível a construção de identidades. Primeiro os “referenciais”, são os paradigmas por meio dos quais os sujeitos se posicionam frente ao mundo externo à família. Segundo os “transmissores”, são as práticas por meio das quais são acionados os referenciais. Terceiro os “atores”, são os seus membros cuja capacidade de influenciar mais ou menos a configuração da família vai depender do modo como estão organizados, estruturados e como são vistos pelo conjunto dos parentes.¹³³

A fala elogiosa do irmão mais velho, como narrado acima, é proferida no espaço da casa, durante um almoço tradicional de domingo. Esse almoço ritualisticamente programado tem a finalidade de fortalecer a coesão da família em torno da “ideia de pertença”, tipo de referencial emblemático em torno do qual são partilhados símbolos, tais como, a “casa de família”. É exclusivamente neste contexto, o da casa, que têm vazão as preocupações da família com a inserção social e a formação moral propriamente dita do futuro adulto. Na casa são estabelecidas as diretrizes, ligadas a uma certa “ideia de função da casa”, que visam a afirmação de um perfil biográfico que atenda às expectativas familiares quanto aos aspectos por ela valorizados: “ser o herdeiro, ser respeitável, ser bem-sucedido”. Vinculado à “ideia de relação”, o “modelo” é um referencial calcado na “coabitação com uma personagem familiar admirada por ego, pelas suas qualidades normativas e/ou relacionais”. De fato, o “patriarca” Wilson de Oliveira, irmão mais velho, investigador policial, severo com a disciplina, o linguajar de trato refinado, a autoridade inquestionável para o grupo familiar, compunha, em si, um modelo para o qual estavam voltadas todas as deferências. Enfim, para ser “moça de família” – assim o “modelo” transmite a todos os presentes – há que se tomar para si os atributos inerentes a essa qualificação, como os são “ser estudiosa” ou cultivar os “modos nobres”, e exercitá-los convenientemente em conformidade, neste caso, com os valores significados pelos grupos economicamente superiores.¹³⁴

¹³² Segundo os autores, o estudo qualitativo sobre 25 linhagens familiares foi realizada em Genebra (Suíça), com dados coletados em 2000.

¹³³ Ibidem, p. 546.

¹³⁴ FERREIRA & PERRENOUD, op.cit, p. 547.

4.2.3 A Particularização da relação indivíduo e família

Retidas as argumentações acima, fica evidente a presença do Estado como elemento chave na estruturação e funcionamento do que se entende como família, hoje, no Ocidente moderno, assim como a vinculação da produção de identidades na família às dinâmicas da ordem social abrangente. Procurando refletir sobre os elementos que tornaram possível uma nova particularização das relações no âmbito da família e no seu entorno, é importante observar que mesmo na condição de “estrutura estruturada”, as transformações culturais processadas ao longo da história recente, da dupla revolução do século XVIII em diante, penetram nesta instituição social, assim como em todas as outras, produzindo diferenciações dos modelos de família precedentes para os atuais.

Duarte (1995) enfatiza que, em reflexo dessa “moderna concepção” da vida, o modelo de família reconhecido no Ocidente é profundamente alterado e reestruturado a partir da valorização do indivíduo, sob os lemas da liberdade e da igualdade. A família nuclear, organizada por pai, mãe e filho, “naturalizada” e “sacralizada” pelo Estado e pela Igreja Católica, passa ao centro das demais instituições – como a escola – e de todos os projetos que instrumentalizam os investimentos na organização social¹³⁵. Entra em cena, por meio da literatura popular, a “ideologia do ‘amor conjugal’ [como] forma positiva que assume a recusa em permitir que o parentesco pareça socialmente determinado.”¹⁴¹ Nestes tempos, as razões do parentesco perdem substância para os sentimentos, “núcleo ‘natural’ e ‘sagrado’ do indivíduo”, com o estímulo da fé católica.

A família, fragmentada e reduzida a um núcleo mínimo, é alçada à condição de “lugar” da evolução da vida privada, onde, por meio da educação, deve ser garantida a liberdade do indivíduo, porém reconhecidas as hierarquias, e de onde devem derivar a responsabilidade social e a ética da “pessoa”, que podem preservar o necessário equilíbrio moral entre os “indivíduos na arena pública” (DUARTE 1995, p.30).

Mas as dinâmicas que fazem girar as relações interpessoais no âmbito da família o fazem e produzem resultados de maneiras diferentes. O autor indica que os estudos destinados à análise do processo de transformação da família no Ocidente moderno estão demasiadamente atrelados, inclusive por razões ideológicas, ao formato de família de classe média. Esse atrelamento muitas vezes parece tornar irrelevante o que se passa no interior das famílias de extratos populares. Segundo o autor, pesquisas específicas realizadas no âmbito das Ciências

¹³⁵ DUARTE, 2006.

¹⁴¹ Ibidem, p.32.

Sociais, têm revelado a notoriedade das diferenças que particularizam esses dois formatos. Para as famílias de classes populares, o modelo “se caracteriza justamente por um irrelativizado reconhecimento da diferença complementar de seus membros [...] e pelo seu comprometimento não com a produção de indivíduos mas com a de Pessoas relacionais destinadas a integrar outras e idênticas unidades familiares” (DUARTE 1995, p. 33-4).

Parece então razoável afirmar que as famílias de elite, por conta da inevitabilidade da preservação dos bens patrimoniais vultosos, submetem-se mais regularmente ao reconhecimento da hierarquia e da tradição advinda do modelo pré-moderno da “Casa” como instância de determinação da “ordem corporada”. Já a mobilidade social ascendente influencia fortemente a descaracterização dos modelos familiares nas classes médias. À medida que os sujeitos de famílias dessa natureza se projetam para além das fronteiras culturalmente apreendidas nos “referencias” transmitidos pelos “atores” hierarquicamente reconhecidos e respeitados, situando-se em extratos economicamente superiores, as novas unidades familiares tendem a distanciar-se até a perda das tradições do grupo doméstico de origem. Tornam-se potencialmente mais afetadas pela ordem de individualização. Por outro lado, apesar da força transformadora do meio urbano moderno, as famílias de classes populares encontram-se numa posição mais favorável à recriação mais autônoma de novos modelos, permitindo-se mais manter as conexões com suas marcas originais¹³⁶.

O que se depreende é que a introspecção e permanência de uma perspectiva mais relacional e hierarquizante funcionam nas camadas populares como um escudo a preservar o modelo tradicional, fechando-o, pelo menos mais que o modelo em comparação, o das classes médias, aberto à supervalorização da formação de indivíduos isolados. A valorização desse sujeito social permanece expressa na sua formação para a continuidade do mesmo modelo, quando da fundação de novas unidades familiares.

4.2.4 Memória familiar e oralidade

A investigação junto aos Bernardo-Glória-Faustino instiga explorar a relação entre memória familiar e oralidade. Faz refletir sobre o que se passou no período imediatamente posterior à abolição no que refere às circunstâncias em que famílias excavativas necessitaram reorientar-se face às transformações não só no mundo do trabalho, mas igualmente na forma de

¹³⁶ DUARTE, Luiz F.D & GOMES, 2008; DUARTE, LFD, 1995.

representarem-se a si mesmas no universo das relações sociais na sociedade capitalista. Quais teriam sido as respostas dessas famílias a esses novos cenários? Qual é a importância da memória familiar de descendentes de escravos na recontextualização, “para si e para os seus”, da história oficial?

Como informa a literatura clássica das Ciências Sociais, toda experiência humana é desenvolvida com base na partilha de um dado território. O território é o que de concreto permite a um grupo humano, seja ele fixo ou errante, se apropriar dos bens sem os quais não é possível a sua reprodução biológica. Se o grupo perdura no tempo, as trocas e o acúmulo das experiências sensíveis respondem pela classificação e ordenação dos elementos presentes naquele mundo físico e sua constante atualização e domínio. Esse acúmulo é o que torna possível ao grupo estabelecer distinções, e planejar ações coletivas na busca da superação de limites, instaurando normas que, no curso do tempo, se cristalizam em outra base, a da sua reprodução social como grupo específico.

Concomitantemente, a produção e troca de intersubjetividades é o que provoca nos indivíduos o sentimento peculiar de pertença e a percepção das suas diferenças no interior deste grupo. Nessa “evolução” da “horda” ou “protoplasma social” ao “clã”, seu “prolongamento” (DURKHEIM, 1995, p.160), ou seja, a medida em que se dá a fragmentação e minimização do grupo, vão se formando diferentes segmentos até a formação da família comunal. A tomada de consciência das diferenças e do conflito é a primeira etapa do processo histórico de divisão do grupo inicial. Mas, para a continuidade dos grupos fragmentários, “é necessário, ao mesmo tempo, que os segmentos se pareçam, sem o que eles não seriam unidos, e que difiram, sem o que eles se perderiam uns aos outros e desapareceriam.” (DURKHEIM, 1995, p.160). A produção e transmissão intergeracional de referenciais identitários próprios de cada grupo fragmentado impõem-lhe a contradição de ideias, tradições, interesses, tensões, e passam a requerer-lhes, para o desenvolvimento de relações societárias progressivamente mais complexas, a constante negociação no seu interior e entre os demais grupos.

No ocidente moderno, o crescente contato, compulsório ou não, entre diferentes povos sofisticou as relações entre grupos e entre a sociedade e o Estado. O exemplo de contato compulsório interessante para a finalidade deste trabalho é o que decorre do comércio de gente do continente africano para as Américas, considerado a maior migração forçada da história da humanidade¹³⁷. Conforme estudos (FLORENTINO, 1997; KLEIN, 1989; CURTIN, 1969),

¹³⁷ Sobre isto ver: CURTIN, Philip. **The Atlantic slave trade: a census**. Madison: Wisconsin, 1969. Ver também: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro** (século XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997; KLEIN, Herbert S. *Novas Interpretações do Tráfico de Escravos do*

cerca de oito a onze milhões de africanos foram arrancados de suas famílias, do seu mundo conhecido e introduzidos em outro continente na condição de instrumentos da produção de riqueza e poder para famílias de ascendência europeia. Deste número, apenas de cinco a seis milhões sobreviveram ao deslocamento forçado para a costa, à espera, em barracões, precedente ao embarque, e à terrível viagem pelo oceano Atlântico. Dos milhões de migrantes que chegaram às Américas até o século XIX, 25% eram europeus, 75% eram africanos¹³⁸. A maioria numérica durante o povoamento de ocupação europeia da América, do século XVI ao século XIX, entretanto, dados os papéis sociais ditados pela estrutura política e econômica do tráfico negreiro, não garantiu a estes diversos povos escravizados a continuidade livre das suas referências vivificadas nas memórias individuais e coletivas de homens e mulheres jovens e crianças.

No Brasil, em particular, o processo escravagista perdurou por todo esse período. As dezenas de gerações de famílias descendentes de povos europeus e famílias descendentes de povos africanos legaram à sociedade brasileira como um todo, uma experiência notável, em vários aspectos, transversais ao campo das relações de poder. Do ponto de vista do poder institucional, o Estado, na Colônia e no Império, ao elidir as regras de asseguramento da estabilidade da economia e do desenvolvimento social, legisla sobre os direitos e deveres de proprietários de escravarias, manifestando-se sobre o regime da obediência servil. Formalmente, o Brasil escravista foi uma sociedade apartada. No meio rural a suntuosidade da “casa grande” teve como antítese o odor de suor e fezes da senzala; nas cidades, à elegância luminosa dos sobrados contrapunha-se a escuridão pestilenta dos seus porões (MAESTRI, 1994).

Mas, do ponto de vista da dinamização do exercício direto do poder dos senhores sobre suas escravarias, constituiu-se aí, entretanto, um amplo leque de subjetividades de portugueses e povos africanos, que, no decorrer de quatro séculos de transmissão de memórias, moldaria as representações de si mesmos (POLLACK, 1989), como descrito nas obras de autores como Ribeiro (1995), Maestri (1994), Mattoso (1988) e Freire (1998; 2006).

A tessitura das experiências do cativo desde a coisificação em solo africano, a sobrevivência na travessia do Atlântico e a submissão ao trabalho forçado possivelmente derivou na construção de identidades singulares para a vida relacional familiar, nos dois lados,

Atlântico. **Revista História**, São Paulo, 120, p.3-25, jan/jul. 1989. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18589/20652>>. Acesso em 13 jul 2012.

¹³⁸ Cf. Klein (1980)

isto é, para dominados e dominadores, aclaradas pela reflexão do filósofo martinicano Édouard Glissant acerca da imprevisibilidade que carrega os encontros de diferentes.

Ao longo dos séculos XVI ao XIX, o intercâmbio entre povos desenraizados do continente africano, povos nativos e povos migrantes incidiu de maneira singular nas “formações crioulas”, que se sucederam ao “encontro de culturas” (GLISSANT, 2005, p.15). Para esse autor isso se deu, primeiramente, na região do Caribe, no que denomina “Neo-América e que corresponde à América da crioulação [...] o Caribe, o nordeste do Brasil, as Guianas e Curaçao, o sul dos Estados Unidos, a costa caribenha da Venezuela e da Colômbia, e uma grande parte da América Central e do México”. Essa grande transformação se amplia com a distribuição das “mercadorias” para os múltiplos lugares continentais.

Entretanto, ora afetando, ora sendo afetadas no jogo complexo dessas relações interculturais, forçadas ou não as matrizes africanas, nos seus múltiplos aspectos, não só foram mantidas. Para mais, “o que é interessante no fenômeno da crioulação, no fenômeno que constitui a Neo-América, é que o povoamento dessa América é muito especial: nele, é a África que prevalece”. A prevalência referida pelo filósofo está no plano cultural e simbólico. A presença da oralidade na estrutura linguística recorrente aos povos africanos foi trasladada para as Américas, desde a travessia do Atlântico até o incomensurável. Oralidade e memória sustentaram os novos arranjos familiares redimensionados em contextos de diáspora.

4.2.5 Memória, Ideologia e Resistência

Desde fins do século XIX vem se constituindo uma vasta literatura sobre o negro no Brasil, que mesmo voltada, especialmente em seus primórdios, para a análise das condições necessárias ao controle social, cumpre importante função de subsidiar estudos sobre os movimentos de resistência das culturas de origem africana aqui estabelecidas, assim como pode auxiliar na construção de uma memória social do racismo no Brasil.

Muito embora tenha evidentemente fracassado o ideal de branqueamento físico, a ideologia contida nessa visão foi igualmente absorvida tanto por aqueles considerados negros quanto por brancos e mestiços, cristalizando-se no imaginário coletivo brasileiro. Essa visão distorcida do negro tem pesado forte e negativamente para o ideal do movimento negro na busca da afirmação de uma identidade afro-brasileira, cooperante com uma memória coletiva elidida “silenciosamente” (POLLAK, 1989) nos porões da história oficial.

A memória individual está compreendida na memória coletiva, na qual a identificação e o sentimento de pertença ao grupo atuam como fatores determinantes em sua fundamentação.¹³⁹ Assim, a busca de um passado compartilhado confere a grupos como os Bernardo-Glória-Faustino, que se exercitam nesta direção, a função de suporte dessa dimensão social da memória. Permite reiterar a memória individual pelas afirmações de outros membros do grupo, transformando-se em memória coletiva. Consente o autor que “se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”.¹⁴⁰

No interior de relações sociais marcadas pela opressão de senhores legitimados pelo Estado escravista, ou pela discriminação sociorracial no Estado liberal, o sonho da liberdade contido em cada indivíduo lateja no silêncio, ancorando-se em lembranças que se projetam desde fora da situação então vivida; forja “memórias clandestinas e inaudíveis”, que se estruturam coletivamente e tramam um destino não pré-determinado pelo opressor. Em que pese a força da ideologia dominante, essas lembranças correm em busca de um “lugar seguro” para se alojar, em uma duração indeterminada (POLLAK, 1989, p.9).

Contrariamente às forças ideológicas e às tradições que buscam invisibilizar o negro na sociedade nacional, esses movimentos estiveram voltados para a produção de uma identidade individual e coletiva pela via da “reconstrução” da própria história, origens e singularidades (PEREIRA, 2013); pelo veio, como alude Pollak (1989), de uma “memória subterrânea”, em oposição a uma “memória oficial” ou “memória nacional”.

Nos termos de Pollak, “memórias subterrâneas” são condensadas paralelamente às fímbrias das relações de disputa do poder pelas forças sociais amplamente reconhecidas e legitimadas pelos discursos oficiais. Há, numa ponta, a construção de uma memória coletiva sobre os acontecimentos, que busca padronizar tanto as interpretações como os sentimentos acerca do acontecido, do fato. Noutra ponta, apresenta-se uma memória coletiva, que se instala a partir de “lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas”.¹⁴¹ Se quisermos, lembranças que, apesar de momentos vividos no mais absoluto limite do desencanto, da dor, da humilhação, são mantidas como esteio da vida que segue adiante, pois, “a despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante

¹³⁹ HALBWACHS, 1990.

¹⁴⁰ Ibidem, p.25

¹⁴¹ Ibidem, p.3

tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas”.¹⁴²

Ao longo de séculos de maus tratos impingidos ao negro pela escravização e pelo terror pós-colonial, este foi instado a construir formas alternativas à condição de liberdade para manter canais de comunicação e transmissão de estratégias de sobrevivência e resistência, desde o embarque na África até os mercados instalados nos portos receptores, nas Américas. Vencida a travessia do Atlântico, marcado pelas condições subumanas típicas do que foi o comércio de seres humanos, o que já configuravam destroços do que eram laços familiares, então, são definitivamente dizimados com a ação intencional de separação. No romance “Um Defeito de Cor”, Gonçalves (2009, p. 51) traduz o sentimento de Kheindé, atirada ao fundo de um tumbeiro, durante a travessia do Atlântico:

O calor e o cheiro forte de suor e de excrementos misturados ao cheiro da morte, não ainda o do corpo morto, mas da morte em si, faziam tudo ficar mais quieto, como se o ar ganhasse peso, fazendo pressão sobre nós [...] Eu também tentava esquecer que tinha fome, procurando na memória a aparência do Benevides entre os vários rostos para os quais muitos fiquei olhando do barracão, ainda em África, mas não consegui.[...] Retiraram o corpo do Benevides e a noite foi tranquila, dormimos quase agradecendo o favor que tinham feito ao nos darem comida. Mas, na manhã seguinte, três outros homens apareceram mortos, tinham se enforcado durante a noite.

Novamente, a reconstrução das identidades individuais dos escravizados, agora nas Senzalas, terá como base o *bricoleur* silencioso das lembranças que, embora aparentemente opacas à observação do opressor, permitirá a continuidade da memória coletiva. Conforme entende Pollak (1989, p.4):

[...] o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

O mesmo autor adverte que em geral o confronto entre as memórias subterrâneas e a memória dominante não espelha necessariamente o confronto entre a sociedade civil e o Estado. A disputa se dá quase sempre entre memórias de grupos subalternizados e a memória oficial sustentada pelos dominadores. Trata-se portanto de uma disputa de memórias políticas.

¹⁴² Ibidem, p.4

4.2.6 Memória e Ação Política

Infere-se que a formação da “memória subterrânea” é um dos alicerces do discurso do movimento negro brasileiro que denuncia a ideologia a embasar a crença na convivência harmoniosa entre raças no Brasil, assim como o é de grupos politicamente autônomos como a rede familiar de afro-brasileiros em discussão, portanto tendo ambos seus nascedouros na mesma origem comum à realidade diaspórica irreversível.

Nesse mesmo registro, estão alguns escritores negros que iniciam, no início do século XX, nos Estados Unidos, um movimento de “conscientização” conhecido como “Renascimento Negro”, que se estende “[...] cobrindo toda a África negra e os negros em diáspora, isto é, as Américas” (MUNANGA, 1988, p. 35). Trata-se de um momento de verdadeira remontagem do referencial identitário negro, que se divorcia radicalmente dos valores culturais do colonizador europeu e no sentido inverso àquele da ideologia do embranquecimento.

O enfrentamento do negro ao racismo como ideologia de dominação social ocorre em um *continuum*, em função de uma memória criada em paradoxo à memória expressa tanto pelo poder senhorial, no período escravista, como, posteriormente, pelo poder conferido ao mito da democracia racial brasileira.

Encontram-se evidências desse enfrentamento incessante do negro por meio de uma “memória subterrânea” em toda a sua longa trajetória de lutas. Nas rebeliões habilmente organizadas, não só no âmbito da propriedade senhorial, que redundavam nos movimentos de bandoleirismo e quilombagem (MOURA, 1981, p. 14), essa que “foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães do mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastraram por todo o período”. E ainda outras com o propósito de tomada do poder estatal, como o foram as revoltas dos Alfaiates (1798) ou dos Malês (1837), ambas na Bahia.

Da mesma forma se pode referir às estratégias adotadas para a manutenção dos cultos aos antepassados, que constituíram a base do que se denominou sincretismo religioso (SANTOS, 1993; AUGRAS, 1983; DANTAS, 1982; BASTIDE, 1978) ou das associações que produziam economias domésticas para a libertação de cativos.

Outra evidência do desenvolvimento de uma memória subterrânea consta nos primórdios da imprensa negra, como instrumento estruturante da memória e identidade negras, precisamente os boletins – O Mulato, Homem de Cor, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente –, todos do mesmo ano de 1833, e – O Mestiço –, de 1834, num tempo em que possivelmente

mais importante do que os periódicos foram as redes de sociabilidade que esses mobilizaram para as suas publicações e distribuições, nos primeiros bastidores do movimento pela abolição (PINTO, 2010).

As diversas publicações produzidas pelo movimento negro que dão continuidade a essas iniciativas, até a Era Vargas – O Exemplo (1892), O Menelick (1915), A Rua (1916), A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Alfinete (1921), O Clarim da Alvorada (1928), A Voz da Raça (1933) –, além de constituírem um foco de resistência ao racismo e à discriminação racial, são experiências de formulação de memória que, como tal, atravessam décadas (PINTO, 2010). Os conteúdos desses pacotes midiáticos, de ontem e de hoje, são a própria memória vivida, incorporada à sociedade sociorracialmente desigual. Hyussein (2004, p.37) adverte que “[...] a longo prazo todas estas memórias serão modeladas em grande medida pelas tecnologias digitais e pelos seus efeitos, mas elas não serão redutíveis a eles”, justamente por conta das memórias que mobilizam.

Desdobramento importante desse movimento sutil de “memória clandestina” dá-se por volta de 1930, quando começa a se substantivar no Brasil a aceitação do negro de sua própria estética, acompanhada pela afirmação de seus valores e de sua cultura, até então negados, combinados num “[...] desejo urgente de contestar a marginalidade e descobrir uma identidade” (MUNANGA, 2004, p. 34), desejo este adornado pela referência coletiva.

Conforme o historiador Clóvis Moura (1989), a Frente Negra Brasileira (FNB) é fundada em 1931 e abortada seis anos depois, sob o tacão da “memória oficial”, no governo Getúlio Vargas. Essa interrupção abrupta no processo de organização dos negros, que se expandiu notadamente pelas regiões Sul e Sudeste, custaria um longo período de desarticulação dos movimentos. Entretanto, alguns anos mais tarde a FNB seria capilarizada no Teatro Experimental do Negro (TEM), a partir de 1944, que influenciaria a criação da Associação Cultural do Negro (ACN), igualmente em São Paulo, na década de 1950.

Nos anos 70, o movimento negro defende a ideia de consolidação de uma “sociedade plurirracial”, ou seja, a sociedade brasileira só atingiria efetivamente a etapa democrática se conquistasse, antes, a igualdade econômica, social e cultural para todas as etnias (MUNANGA, 1988). Especialmente no Rio de Janeiro, a intelectualidade negra passa a organizar inúmeros eventos culturais em localidades da zona sul da cidade, realizando uma objetiva reordenação dos usos de espaços e equipamentos urbanos, pois lugares (como o Museu de Arte Moderna e o Canecão) tradicionalmente frequentados pela classe média branca também passavam a ser espaços de integração e troca de experiências vivenciais de negros militantes políticos e simpatizantes da causa (MONTEIRO, 1991).

No entanto, o foco da ação política do movimento negro na década de 70 não serviu tão somente para redesenhar a geografia humana na cidade. Durante aquela década, foi o mecanismo que funcionou como “biombo” (MONTEIRO, 1991) que, ao tempo em que dava visibilidade social aos negros, servia como espelho coletivo, reforçando o sentimento de pertença.

Foram também anos seguidos de grande agitação pelo país, apesar da ameaça constante dos órgãos de repressão da ditadura militar e da absoluta falta de recursos financeiros para as ações mínimas, que eram superadas pela criatividade e pelo improviso (PEREIRA, 2013). Através das várias organizações do movimento negro, o que se tinha era um intenso “trabalho de reconstrução de si mesmo” em que os negros apunham uma nova camada política à memória das lutas passadas (POLLAK, 1989 p.14).

Posteriormente, os “grupos de consciência negra” e outros movimentos relacionados à Igreja católica, como CEBS, pastorais do negro, passam a representar a expressão desse fenômeno e da luta pela emancipação dos povos historicamente oprimidos; luta contra o preconceito e pela assunção de uma identidade afro-brasileira. Subsequentemente, a década de 80 surgiu no horizonte, para a sociedade brasileira e, mais particularmente, para as lideranças dos movimentos sociais, com um desafio: a restauração da ordem democrática, cujo principal evento foi a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para o movimento negro, até então longe de ações programáticas mais coletivas, no plano nacional, em razão de divergências políticas, o aceno do fim da ditadura semeou um novo discurso. Tal retórica se pautava em expressões como “novas formas de organização” ou “organizar para transformar” cunhadas por um setor que já não guiava sua prática prioritariamente pela valorização da cultura e da estética – embora as absorvessem como elementos indispensáveis ao discurso político. O termo “negro”, que até praticamente o final do período escravista foi empregado quando se remetia à condição de cativo (MATTOS, 1998, p. 17), passando a ser usado cautelosamente pelos meios de comunicação em geral¹⁴³, é resignificado. Sob a influência do movimento político e cultural *black power* nos Estados

¹⁴³ O Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo apresenta o seguinte no verbete “negro e mulato”: “[...] se necessário, use a forma *negro* (e nunca preto, *colored*, pessoa de cor, crioulo, pardo etc.). *Mulato e mulata* são aceitáveis quando se justificar a especificação, na notícia, da cor da pele da pessoa. No noticiário policial, só faça referência a negro quando se tratar de pessoa procurada: A polícia procura dois homens negros e um branco, acusados de... Nos demais casos, raramente há necessidade de falar em brancos, negros ou mulatos. No noticiário geral, a palavra só tem sentido se a própria pessoa se referir a ela ou se houver uma denúncia de discriminação racial. Por isso, não descreva um jogador, artista ou personalidade como, por exemplo: João da Silva, 32 anos, negro (a menos que o personagem proclame a sua negritude). A única exceção seria para casos muito incomuns (o primeiro presidente de um país, o primeiro cardeal negro, etc.) O Estado não compactua com casos de racismo e os denuncia sempre” (MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. Manual de Redação e Estilo. São Paulo, O Estado de S. Paulo/Moderna, 1999).

Unidos, o termo é priorizado no jargão dos ativistas, e transformado em categoria política. O mesmo ocorre com o termo “afro-brasileiro”, uma espécie de versão, pelo ativismo nacional, do *afro-american* cunhado pelos negros norte-americanos.

Neste momento, com o fim da ditadura e a volta à normalidade institucional, fortalecem-se outros setores do movimento negro que buscam visibilidade para a luta contra o racismo em sua dimensão política e institucional. Passam a constituir novas alianças junto a partidos políticos de diferentes matizes, ongs, associações comunitárias e outras forças políticas igualmente embaladas pela esteira da redemocratização e da luta social mais ampla (PEREIRA, 2013).

Na década seguinte entra definitivamente como prioridade na agenda de lutas do movimento negro a implantação de políticas públicas de ação afirmativa¹⁴⁴. Na primeira metade dos anos 2000, este processo culmina na política de Estado que altera a Lei das Diretrizes da Educação Nacional, e cria a obrigatoriedade do ensino na Educação Básica do papel político, econômico e cultural de negros e índios na formação da identidade nacional e no desenvolvimento da nação. Os termos negro, afrodescendente e afro-brasileiro passam a frequentar os textos dos livros didáticos (OLIVEIRA, 2010).

Outro tipo dessas ações que ficaram invisibilizadas durante todo o século e então saem do subterrâneo na qualidade de memórias são os vários clubes sociais negros existentes no Brasil, sobretudo nos estados do sul e sudeste. Remontando ao século XIX, a criação dos clubes se deve, inicialmente, à possibilidade dos negros estabelecerem espaços comunitários próprios de sociabilidade e lazer (GIACOMINI, 2006), preservados da violência psicológica do racismo. No entanto, depois da abolição, sobressai nessa modalidade de associativismo o fortalecimento das famílias em busca de meios para superar o racismo e ascender socialmente. Isto implicava em empreender esforços para a qualificação na educação formal e assimilação de valores comportamentais amplamente reconhecidos pelos setores conservadores como forma de inclusão social (SILVA, 2000).

Embora invisíveis para a sociedade abrangente, os clubes promovem atividades lúdicas (bailes, festas, concursos de beleza, festivais de música e outras) e constroem parâmetros de conduta social valorizados por seus fundadores e frequentadores, sendo um deles a integração e o fortalecimento das famílias negras. Constituíam-se em lugares de agenciamentos matrimoniais, tendo em vista que os concursos de beleza resultavam em momentos de valorização das jovens, mas também serviam de cenário para a demonstração dos atributos

¹⁴⁴ Como se verá em detalhes no capítulo quinto deste trabalho.

considerados pelas famílias como necessários ao sucesso do enlace (GIACOMINI, 2006). Uma medida da centralidade dos concursos é o fato de que – O Renascença clube –, por exemplo, fundado no Rio de Janeiro em 1951, fortalece de tal forma os seus desfiles de Miss que na década de 1960, em pleno apogeu, a Miss Renascença é eleita primeira vencedora do concurso Miss Guanabara e segunda colocada no Miss Brasil de 1964 (GIACOMINI, 2006; SILVA, 2000).

A partir da década de 1970, há uma aproximação intensa entre ativismo, intelectualidade e clubes sociais negros. Seguem as ações de resistência ao racismo, tanto de caráter eminentemente cultural, expressas na continuidade dos bailes ou criação de novos projetos como Noite da Beleza Negra, como na intensificação das redes de relações que propiciam maior visibilidade social dos negros.

Daqui para diante, novas formas, cada vez mais autônomas, imprevisíveis, de expressão política coletiva ou de massa, parecem já desenhadas no horizonte. A estruturação de redes familiares que se institucionalizam, como a dos Bernardo-Glória-Faustino, é um produto desse novo cenário. O que torna peculiar a sua história recente é a preocupação em elaborar o passado, com foco na memória e nas especificidades que essa elaboração requer (GAGNEBIN 2006). O movimento de interação entre as suas diferentes configurações, materializado em “encontros de memória”, é assim considerado por ser a principal intenção “negociar” e estabelecer, “com e para” todos os descendentes, um campo relacional entre memória e esquecimento.

Um longo período escravista – o maior das Américas – no Brasil produziu marcas que afetam as relações entre brancos e negros e entre o Estado e a sociedade, possíveis de serem observadas em vários espaços da vida cotidiana, em especial, para os interesses deste trabalho, na vida familiar dos afro-brasileiros.

Considerando que é a família o espaço exclusivo de formulação e transmissão dos valores culturais que orientam a conduta social mediante o mundo em transformação, é neste âmbito que se diluem ou se fortalecem as lembranças do passado, a partir do que são feitos os ajustes que atualizam o grupo familiar no presente e em face às expectativas do futuro.

Gilroy (2001) sustenta que a diáspora africana coproduziu a modernidade ocidental. Assim, não estamos mais inseridos em uma tradição de memória viva, onde o poder mágico e divinizado das palavras dinamiza a vida comunitária e coletiva, como foi a experiência prevalente no cativo em contraposição à memória oficial. Redes familiares afro-brasileiras como Bernardo-Glória-Faustino parecem intuir que o trabalho de construção e preservação da

memória, até então realizado subterraneamente, passa a requerer um novo tipo de intervenção para garantir a preservação da sua identidade de grupo: é necessária, hoje, a sua formalização.

Nas reflexões de Jelin (2003) sobre a memória como processo que visa a transformação, a autora recorre aos argumentos de Paul Ricoeur sobre memória e temporalidade para enfatizar que se o passado é a parte determinada do sistema temporal, o presente encontra-se em aberto e o que pode mudá-lo é o sentido que damos a esse passado, com vistas às nossas intenções em relação ao futuro. Os elementos constitutivos da identidade negra no Brasil estão ainda encortinados por estigmas e estereótipos impingidos no passado colonial. É um desafio restituir tais elementos, de modo a estabelecer uma relação de equivalência com as demais identidades locais e globais. A ressignificação das representações negativas sobre o negro brasileiro, bem como a afirmação dos referenciais identitários transmitidos intergeracionalmente parecem ser o que incorporam as famílias que revisitam, intencionalmente, a sua própria trajetória, para produzir encontros de memórias.

4.2.7 Famílias Afro-Brasileiras e identidade autoconstruída

Levando-se em consideração as particularidades sugeridas por Duarte (1995), supõe-se ser possível apontar algumas pistas para pensar sobre o tipo de reconhecimento que podem estar desejando os grupos familiares tradicionais que se autodefinem como “famílias quilombolas”, “famílias afro-brasileiras” ou “famílias negras”, em contraste aos demais grupos familiares observáveis. Seria, talvez, um tipo de memória familiar que produz o que aparentemente seria uma contradição, se visto sob as luzes da crescente individualização do indivíduo: a busca do asseguramento, simbólico, de uma identidade essencialmente autoconstruída. É sobre este tipo de (re)construção familiar que esta tese aborda.

As pesquisas que têm mostrado a força motriz das transformações que levam à revisão da tarefa da família no contexto da radicalização da condição de indivíduo, como são os estudos aqui em apreciação, levam a supor que, talvez, a manutenção das bases culturais que mais preservam as funções clássicas dessa instituição encontre-se mais atinentes aos estratos populares, capazes que parecem ser de recriar, no plano da memória, o próprio sentido da criação. Segundo Duarte (1995, p.39) cabia à família “viabilizar a ontogênese dos Sujeitos individualizados, propiciar que se desenvolvessem na justa medida [...] entre ‘independência’ e ‘respeito’, entre ‘integração’ e ‘autonomia’, entre o ‘compromisso com a singularidade monádica’ e o ‘reconhecimento dos deveres para com o próximo’.” É o que efetivamente sugerem, no presente, as relações entre os membros da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino.

Os Bernardo-Glória-Faustino, a própria história, contada por seus integrantes, da formação dessa rede familiar ampla conduz à percepção do elevado grau de autonomia do grupo, em relação aos determinantes mais gerais do que nos acostumamos a identificar como família.

No presente momento em que os seus integrantes vêm desenvolvendo a articulação dessa rede familiar, os graus de parentesco têm sido menos úteis à sua organização autônoma do que o tem sido o ponto de convergência por eles instituído, qual seja, o reconhecimento da existência de uma história comum entre os três “troncos familiares”. Neste sentido, a análise de Lémieux (1995, p.4) vem dar robustez a essa articulação. Segundo a autora:

[...] se os marcadores sociais genealógicos continuam a identificar os indivíduos socialmente, a memória familiar se alimenta principalmente de reuniões nos locais onde os parentes se encontram para a troca de memórias em torno de fotografias ou histórias sobre personagens da família conhecida na infância [...] A distinção entre os tipos de memória legais e relacionais [implicam em] diferenças nas atitudes em relação ao tempo e estilo de vida adquirido desde a primeira infância.

Então, é exclusivamente função da “memória legal” dessa rede promover a continuidade da autonomia do grupo familiar em manter ou recriar os seus próprios mecanismos de construção e transmissão de identidades. Mas esta semente se tornou uma tarefa de todos, a partir do reconhecimento das memórias afetivas de cada indivíduo como base da elaboração continuada da memória do grupo.

Minha intenção principal neste capítulo é argumentar sobre a premissa da autorrepresentação dos grupos sociais que se propõem volver memórias afetivas, no intuito do fortalecimento de sua memória coletiva por meio da construção autônoma de referenciais históricos específicos. Para isto, busquei rever os principais pontos do debate que se tem realizado sobre as mudanças pelas quais tem passado a família, especialmente no ocidente moderno. Viu-se que a abordagem do fenômeno no campo das ciências sociais em geral focaliza menos os aspectos reveladores da família enquanto expressão da reprodução biológica (consanguinidade) e mais enquanto expressão das relações de parentesco. É esse segundo tipo de visão da família que permite ressignificá-la permanentemente. Procurou-se evidenciar também que a família é analisada como produto das intervenções diretas do Estado, legislando sobre seus limites e possibilidades, e como lócus de produção de valores culturais.

Os autores com os quais foi estabelecido um diálogo inicial sobre o papel do Estado na configuração do arcabouço que vem sofrendo adaptações de modo a atender às novas

exigências dos sistemas de reprodução social, enriquecem as suas análises ao investigar as relações existentes entre a prática intervencionista do Estado na regulação da família e as transformações processadas no interior dessa em razão do crescimento progressivo da “individualização dos indivíduos” (DUARTE, 1995).

Nos caminhos abertos pelos autores que devotam suas reflexões a esse impasse, percebeu-se que as memórias de infância possuem grande força, quando revisitadas com o propósito de atualizar os valores transmitidos por gerações passadas, ou oferecer-lhes novos sentidos, condizentes com as exigências dos novos tempos.

O projeto político de autovalorização dos Bernardo-Glória-Faustino explícito na sua institucionalização, como se verá no capítulo seguinte, se materializa nas experiências de transmissão de valores no interior dos seus diversos ramos, que atravessam a história buscando afirmar um *ethos* próprio, sobretudo por meio da atualização de suas memórias. É o que potencializa em seus interlocutores uma construção mais autônoma de referenciais identitários. A busca pela significação autônoma de sua própria história parece ser o ponto de partida e o sentido de grupos que reivindicam uma imagem positiva de si.

Os elementos constitutivos da identidade negra no Brasil estão ainda encortinados por estigmas e estereótipos impingidos no passado colonial. Continua sendo um desafio restituir tais elementos, de modo a estabelecer uma relação de equivalência com as demais identidades locais e globais. A ressignificação das representações negativas sobre o negro brasileiro, por meio da produção discursiva da memória, parece-me ser o que incorporam as famílias que revisitam sua própria trajetória. Talvez esteja aí a segurança com que tramam o presente, como se o futuro estivesse para ser perpetuado em horizontes já conhecidos. Uma “família quilombola”, uma “família negra” ou uma “família afro-brasileira”, então, talvez não seja mais que a expressão de grupos de pensadores orgânicos que se articulam por afinidade ao desejarem representar a si mesmos a partir de suas memórias.

CAPÍTULO 5 - ASSOCIAÇÃO DE PARENTES COMO AÇÃO AFIRMATIVA

*“Isto aqui é mais do que um
encontro de família... Mais do que um
encontro, é a celebração de nossa
identidade. Somos afrodescendentes,
brasileiros... somos
Bernardos, Glórias, Faustinos”
(Ana Luíza da Glória).*

A análise apresentada neste capítulo tem como fio condutor o postulado de que a mobilização de parentes, de várias regiões diferentes, para encontros anuais com a finalidade de celebrar o presente, recorrendo a memórias transmitidas no interior do grupo desde a sua primeira geração, surgida em fins do século XIX, cria um ambiente favorável à redescoberta de laços parentais, à disseminação de referências positivas da sua história familiar comum e à construção e fortalecimento de uma identidade étnico-racial. Para mais, a circulação de notícias sobre a qualidade de vida e expectativas dos parentes (a inserção no mercado de trabalho, as crises econômicas e dificuldades financeiras, os projetos acadêmicos, as conquistas profissionais, o agenciamento de enlances matrimoniais, o acometimento de doenças, as migrações, as mudanças de filiação religiosa e outras) embasa a produção e alimentação de uma ampla rede informal de conhecimento mútuo e de cumplicidades que tende a transformar solidariedade em ações ordenadas de autoajuda e empoderamento do grupo.

A fala, em epígrafe, de uma das descendentes do entroncamento dos três grupos familiares que se reconhecem como uma única família afro-brasileira, bem expressa o espírito que fecunda desejos e ações dos Bernardo-Glória-Faustino em busca de conduzir autonomamente a sua história. Do ponto de vista desta análise, os principais organizadores dos encontros do grupo familiar – encontros que se repetem ano após ano desde 2007 – vêm imprimindo ações que transparecem a intenção de lastrear a história futura da rede familiar a partir desses encontros, consolidando-os como principais marcos memoriais contemporâneos dos Bernardo-Glória-Faustino.

Procurou demonstrar que, no corpo dessas iniciativas, no contexto das relações interparentais, se configura um modelo experimental de afirmação de identidade negra fundamentado na memória e na ancestralidade comuns. Esse experimento se desdobra em ações afirmativas autônomas, ou seja, ações afirmativas em família desprovidas de parcerias

com instituições estatais ou com as tradicionais organizações não governamentais que promovem ações para a igualdade sociorracial da população afro-brasileira¹⁴⁵.

5.1 A CONQUISTA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A POPULAÇÃO NEGRA

Muito embora o discurso midiático constantemente propugne a atual solidez das instituições democráticas no Brasil, um grande contingente populacional é diretamente atingido pelas deficiências da gestão da riqueza nacional, que por ser deficiente não é verdadeiramente democrática. Para este contingente, certas condições de hierarquização e subordinação, como raça e gênero, permanecem como obstáculos à participação política, ao acesso ao ensino superior e ao ingresso e sucesso profissional no mercado de trabalho. Não pairam dúvidas de que os estudos, em âmbitos nacional e internacional, sobre desigualdades sociorraciais e de gênero que denunciam essas obviedades não são o bastante para comprometer, definitivamente, Estado e meio empresarial de modo a fomentar os investimentos necessários para a sua eliminação.

Particularmente, em relação às desigualdades raciais, a concepção de ação afirmativa, como assinala o jurista Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior, estudioso das relações raciais e do papel desempenhado pelo Estado na atenuação ou potencialização dos efeitos do racismo em sociedades contemporâneas, está diretamente relacionada à ideia de reparação às perdas e danos sofridos pelas populações estigmatizadas em razão da origem racial ou étnica (VIEIRA, 2004).

No Brasil, a ideia de responsabilização civil do Estado é correlata ao seu nascimento. Está expressa, por exemplo, no discurso proferido em 1823, por José Bonifácio de Andrada e Silva no plenário da Assembleia Constituinte, às vésperas da outorga da primeira constituição nacional, visando sensibilizar os demais legisladores para o abrandamento das crueldades que submetiam os escravos como condição para a transição para o Estado Liberal. Indagava Bonifácio sobre “(...) como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão de escravos brutais e inimigos? Começemos, pois, desde já esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos” (SILVA, 2000, p.24 *apud* VIEIRA, 2005, p. 81).

¹⁴⁵ Precipuamente, a conexão entre a concepção de autoajuda familiar e construção de identidade étnico-racial entre parentes com os princípios das políticas de ações afirmativas nasce no VIII Encontro da Família, em julho de 2014, na cidade de Seropédica, a partir de comentários do professor Otair Fernandes de Oliveira, da UFRRJ, com campus naquela cidade, que fora convidado para proferir palestra sobre educação para as relações étnico-raciais.

Vieira entende que o racismo de tipo “universalista” foi estruturado durante o Império, mais precisamente no período compreendido entre a proclamação da independência e a promulgação da Lei de Terras de 1851, e segue na atualidade, já que boa parte da sociedade brasileira ainda procura assimilar o negro a partir da visão de mundo predominantemente branca. A ação direta e indireta ou omissão do Estado corroborou para o redimensionamento da segregação racial no passado e no presente, ao preterir o negro a outros segmentos, inclusive ao imigrante europeu, nos alvares do projeto republicano, quanto ao acesso a bens e serviços sociais. O método, então, para o Estado reparar os danos causados, assim entende Vieira, seria a adoção de medidas que permitissem aos negros a apropriação da riqueza produzida no país por via do acesso à educação e ao mercado de trabalho, nas mesmas condições de todos os demais brasileiros¹⁴⁶.

O cientista político Ahyas Siss (2003, p. 111) frisa que o método para alcançar a materialidade da reparação aludida por autores como Vieira exige a admissão pelo Estado e pela sociedade da necessidade de desconstruir o fosso que se produziu entre o princípio liberal da igualdade, previsto em todas as constituições republicanas, e a hierarquização das relações sociais, baseada na naturalização da desigualdade entre brancos e negros. Nem as ações reparatórias, nem as ações universalistas, por si só, atacam esse imaginário coletivo fortificado no acúmulo das distorções produzidas ao longo de séculos de segregação, discriminação e preconceito racial. É essencial que as leis universalistas sejam ancoradas pela aplicação de leis específicas e outras formas de intervenção política do Estado em favor da criação de condições de equiparação na disputa por bens materiais e simbólicos entre aqueles que se encontram em vantagem e em desvantagem histórica.

Mas não só o Estado e a iniciativa privada possuem a prerrogativa de promover essas ações. Não é raro observar grupos de interesse comum, originados nos segmentos frequentemente estigmatizados pelo conjunto da sociedade, uma vez estimulados pela defesa de direitos e realização de autoajuda, partilhando iniciativas e responsabilidades dessa natureza. Por exemplo, desde julho de 1969, quando a chamada Rebelião de *Stone Wall*¹⁴⁷ foi

¹⁴⁶ VIEIRA, Op. Cit.

¹⁴⁷ Refiro-me aos quatro dias de intensas mobilizações que se sucederam à noite de 27 de Junho de 1969, quando polícias invadiram o bar nova-iorquino Stonewall-Inn espancando os frequentadores homossexuais, que, pela primeira vez, ofereceram resistência, dando origem a uma série de motins. O estudo da professora e reconhecida ativista Ana Santos, uma das fundadoras do Não Te Prives, coletivo que defende o que se tornou comum denominar “direitos LGBTs” na cidade de Coimbra, aponta que este acontecimento inflamou a causa LGBT na sociedade estadunidense. Destaca que a eclosão do movimento resultou, em certa medida, da experiência política acumulada por gays e lésbicas atuantes, ao longo da década de 1960, no movimento afro-americano e movimento feminista, quando se estabeleceram alianças simbólicas por causas semelhantes, contra a discriminação (SANTOS, 2005).

transformada em marco das lutas por direitos de pessoas com orientação sexual voltada para o mesmo sexo, várias comunidades gays foram criadas mundo afora com esse propósito.

Situação similar no Brasil, ex-alunos da extinta Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – criaram, em 1980, a ASSEAF – Associação dos ExAlunos da FUNABEM¹⁴⁸, que, além das tarefas socioculturais próprias desse tipo de associativismo, tinha como “bandeira política” a denúncia contra o olhar e tratamento diferencial da sociedade entre “criança”, com cidadania protegida, e “menor”, filhos de excluídos, substantivamente os filhos de famílias negras. Aquela década foi rica na proliferação de entidades e líderes políticos – acompanhando o discurso da ASSEAF – atuantes na defesa de uma nova concepção de menoridade no país, que supunha a identificação da criança como sujeito social, ou seja, como portadora de direitos a serem preservados e respeitados. Essa nova concepção seria consubstanciada na Constituição de 1988, e regulamentada em julho de 1990, na Lei 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

Seria possível expandir esse ponto de vista também para as experiências entre ex-presidiários, mulheres negras, portadores de deficiência e outros segmentos da sociedade. Mas, objetivando o estudo, o que instiga a reflexão mais detida na trajetória dos Bernardo-Glória-Faustino é o fato de não um segmento social, mas uma extensa rede familiar criar um discurso, a partir e no próprio ventre, capaz de mobilizar os seus integrantes que, por sua vez, legitimam esse discurso por meio de ações voltadas exclusivamente para o fortalecimento social do seu conjunto parental.

Para consubstanciar a interpretação dessas ações, como “ações afirmativas entre parentes”, passo a relembrar alguns episódios (e a me referir a outros não vivenciados diretamente por este pesquisador) que marcam a evolução desse tipo de políticas públicas e dos argumentos que as sustentam no tocante ao negro no Brasil. É importante deixar claro que o termo, “políticas públicas”, está aqui considerado “como respostas que o governo dá às demandas sociais consideradas coletivas [portanto] com repercussão em uma dada comunidade municipal, estadual ou nacional” (MACHADO, 2011, p. 77). Mas, é importante salientar que a propósito da questão da inclusão do indivíduo, com suas diferenças,

[...] precisamos de uma resposta que leve em conta a pessoa e, ainda, que possibilite a ela a superação da sua dificuldade do hoje rumo a um futuro melhor, com perspectivas, esperança de poder se sentir sujeito da sua própria vida e da comunidade

¹⁴⁸ Memórias do autor, que foi responsável, à época, pela organização do então denominado Centro de Documentação do Menor, que reunia publicações em geral de interesse para a Associação.

em que vive, de decidir com liberdade pelo que ela acredita ser bom para ela e, principalmente, que se sinta respeitada¹⁴⁹.

5.1.1 Concepções gerais do termo

A expressão “ação afirmativa”, acompanhada por sua sinonímia (ações reparatórias, ações compensatórias e outras) ganhou notoriedade mundial a partir da sociedade estadunidense, nos anos 1960, a partir do movimento pelos direitos civis, que agregou várias lideranças com projeção nacional e contou com o apoio de setores liberais, inclusive brancos, concentrando no pastor negro Martin Luther King Jr. a referência mais expoente. A união pela ampla defesa de direitos ganhou tal relevância que se capilarizou no Legislativo, comprimindo o Estado a produzir medidas jurídicas antidiscriminatórias e antissegregacionistas, favorecendo, sobretudo, a melhoria das condições de vida da comunidade afro-americana.

Entretanto, a gênese do termo se encontra em duas experiências, nos anos 1930, na Inglaterra, e outra na década seguinte, na Índia. Na primeira, o Estado cria “ações reparatórias” para combater o tratamento diferenciado aplicado pelos empregadores a trabalhadores sindicalizados (SKRENTNY, 1996), que inspiraria a primeira Ordem Executiva contra a discriminação no emprego, nos Estados Unidos, assinada pelo presidente Roosevelt, no contexto inicial da II Grande Guerra. Foi então criado o Comitê Para as Práticas Justas de Emprego, com a finalidade de divulgar e garantir a aplicação da legislação, promovendo audiências públicas por todo o país, e interferindo diretamente nas negociações dos casos de discriminação¹⁵⁰. Essa experiência abriu a janela para que, duas décadas depois, os líderes da luta pelos direitos civis se apoderassem dos argumentos do Comitê, passando a cunhá-lo para definir as ações positivas de combate à desigualdade.

A segunda é vivenciada pelos indianos, ao término da primeira guerra mundial (WEDDERBURN, 2005). Estudo do etnólogo e historiador cubano radicado na Bahia, Carlos Moore Wedderburn, revela que, nos escritos do intelectual e ativista político Bhimrao Ramji Ambedkar, pertencente à quarta das castas mais tradicionais na Índia, a casta inferior composta pelos “intocáveis”, estão contidos os primeiros registros de proposta encaminhada ao Estado de promoção de ações afirmativas, denominados de “reservas”, no contexto indiano¹⁵¹.

¹⁴⁹ MACHADO, Op. Cit. p. 78.

¹⁵⁰ SKRENTNY, Op. Cit. p. 115.

¹⁵¹ C.f. RODRIGUES, 2002 apud WEDDERBURN, 2005.

Como se sabe, o sistema milenar de castas indiano se desenvolveu sustentado na cosmovisão hindu, expressiva das diferenças entre puros, os integrantes das castas superiores, e os impuros, integrantes das castas inferiores, tendo se expandido, ao longo do tempo, verticalmente, desdobrando-se em mais de quatro mil castas “poluídas”, e para fora da estrutura formal, ampliando-se para grupos tribais, a “tribos estigmatizadas”, representadas como as piores das ralés (WEDDERBURN, 2005, p.314). Dois personagens destacados entronizam a disputa de ideias em torno da modernização indiana: Ambedkar (1891-1956), que dedicou a vida à formulação da luta contra o sistema opressivo de castas; Mahatma Ghandi, pertencente à principal casta superior, *brahmin*, tornou-se o grande líder político e espiritual que se antepôs tanto ao domínio britânico como às ideias defendidas por Ambedkar, acreditando que levariam ao conflito entre superiores e inferiores, com iminente destruição desses¹⁵².

O Partido do Congresso, representado pelos nacionalistas, precisava compor com as demais forças políticas representadas na liderança de Ambedkar para criar a Índia independente. A Índia independente, para Ambedkar e seus seguidores, só fazia sentido se eliminados a segregação e os privilégios milenares, e o poder político fosse repartido entre todos os segmentos étnico-raciais. Logo após a libertação do jugo britânico, a nova constituição da Índia proibiu “a discriminação com base na ‘raça, casta e descendência’”, embora a resistência dos defensores da ordem tradicional tenha se esforçado, como ainda hoje, pela manutenção da opressão sociorracial estruturante das relações tradicionais de poder¹⁵³.

Wedderburn (2005) ressalta que o modelo de ações afirmativas indiano passa a integrar o debate mundial sobre as lutas pela descolonização que se sucedem nos continentes africano e asiático ao fim do conflito armado. As políticas denominadas de “indigenização” ou “nativização”, que definiam cotas para o ingresso no serviço público para os povos autóctones, visando substituir progressivamente os europeus na gestão pública e de negócios, passaram a ser aplicadas recorrentemente nos novos países independentes, nos dois continentes.

Consideradas exitosas em geral, as políticas discriminatórias de asseguramento do exercício de direitos civis se espalharam igualmente para países centro-americanos e latino-americanos, assim como para países da Europa. Em razão das diferentes realidades sociais, foram assumindo formas diferentes, reguladas ou não por agências de fomento e decisões jurídicas. No caso cubano, por exemplo, estudado pela professora de direito Tanya Hernandez, o modelo adotado particulariza um momento histórico singular. Naquele país, sob o tacão do

¹⁵² WEDDERBURN, Op. Cit. p. 315

¹⁵³ WEDDERBURN, Op. Cit. p.316

ideário comunista, Fidel Castro determinou a proibição de qualquer forma de discriminação e referência a classificações raciais. Ao juízo do seu principal líder, para a Revolução todos eram apenas cubanos, independentemente da cor. A definição de políticas públicas com enfoque racial, além de desnecessária, fragmentava perigosamente os patriotas (HERNANDEZ, 2000).

Já o estudo de Manuela Tomei, que focaliza a investigação em ações afirmativas e mercado de trabalho em seis países na América, Ásia, África e Europa, mostra, no caso da Malásia, país asiático banhado pelo sangue de lutas interétnicas e submerso na pobreza, que para o Estado a superação das péssimas condições de vida das “minorias” pode estar diretamente associada à conquista do equilíbrio de poder econômico. O governo malaio aprovou em 1970 um plano econômico definindo, como meta, que em vinte anos os *bumiprutas*, caracterizados pela autora como uma das várias “minorias étnicas”, teriam 30% do capital de negócios do país contra uma participação, naquele período, em torno de 2% do capital empresarial nacional (TOMEI, 2005, p. 24).

5.1.2 Movimento negro e ações afirmativas no Brasil

No Brasil, o debate sobre ações afirmativas também está vinculado, desde o início, ao mercado de trabalho, ampliando-se, na década de 1990, para o sistema educacional e a representação política, passando a abranger, além do contexto das relações entre raças, igualmente o contexto das relações de gênero.

Relatório da Organização das Nações Unidas, publicado em 1999, registra que durante a ditadura militar, ao final dos anos de 1960, equipes técnicas do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho elaboraram parecer favorável à criação do que seria a primeira lei de cotas raciais – o parecer foi arquivado no Congresso Nacional. Em conclusão, o parecer impunha às empresas privadas manter uma percentagem mínima de trabalhadores “de cor” (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda), no intuito de mitigar a discriminação racial no mercado de trabalho (SANTOS, 1999).

Somente em 1983, em inícios da chamada redemocratização, o deputado federal pelo PDT, Abdias Nascimento, respeitado intelectual, negro e ativista histórico do movimento negro, apresenta o projeto de lei nº 1332 que propunha ações afirmativas, sem entretanto se referir ao termo “cotas”. Descrevia o texto: “reserva” de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos para estudantes afro-brasileiros; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da

discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática; introdução da história e cultura africanas e do africano no Brasil.

Àquela época, representantes de várias entidades do “movimento negro contemporâneo”, que “ressurge” nos anos 1970 e se espessa em nível nacional desde o final daquela década, no contexto da abertura política, se mobilizaram em torno da discussão e encaminhamento do referido projeto de lei. Mas, havia uma inclinação por parte significativa desses grupos, esses sob forte influência do ideário marxista, destacadamente o MNU (Movimento Negro Unificado), em se contrapor politicamente à concepção de “cotas para negros”. Acatar essa concepção sugeria abrir mão do que se entendia como “luta revolucionária” para aderir ao que também se entendia como “reformular o capitalismo”. Assim, falávamos em ações afirmativas, mas não sem algum constrangimento. Muitos de nós, ativistas desde o fim da adolescência¹⁵⁴, somente assimilávamos tal concepção como instrumento de mobilização e luta contra o racismo e a discriminação racial a partir dos anos 2000, quando a grande mídia passa a repercutir os significados de “estabelecimento de cotas para negros nas universidades”, expressão inserida primeiramente na Carta do Rio (documento final da Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância realizada no Rio de Janeiro em julho de 2001), e, na última hora, no documento que o Brasil apresentou na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul. O projeto de lei apresentado pelo deputado Abdias tramitou por seis anos e acabou sendo arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Sob a pressão das centenas de representações do movimento negro que vinham se espalhando pelo país, em 1984, o último governo militar tomba a Serra da Barriga. A patrimonialização do território do Quilombo dos Palmares, o mais simbólico da história de resistência negra à escravidão, no Brasil, possui entre outros possíveis significados, a reorientação da historiografia oficial, inserindo na memória nacional a saga de um herói não branco e demarcando uma importante referência política e cultural das lutas libertárias do negro.

Quatro anos mais tarde, em meio às manifestações do movimento negro no centenário da abolição, o governo civil de José Sarney cria, não na esfera do Ministério da Justiça, como sustentava o movimento negro, mas no da Cultura, o primeiro órgão federal de promoção da

¹⁵⁴ Naquele contexto, o pesquisador integrava, na Universidade Federal Fluminense, o grupo de trabalhos André Rebouças – GTR, primeira entidade do Movimento Negro criada por alunos universitários, em 1974.

ascensão social da população negra, a Fundação Cultural Palmares (FCP). Para o ativismo identificado com as lutas revolucionárias de países africanos e com o Pan-Africanismo, a vinculação de tal órgão à esfera cultural denotava dissimulação do que de fato deveria ser enfrentado: o racismo como crime hediondo.

A estruturação da FCP, no âmbito desse Ministério, funcionou como freio para as pretensões mais agudas dos setores do movimento negro que buscavam atuar num terreno mais especificamente político do que no terreno do reconhecimento da importância das culturas e dos legados culturais dos africanos no Brasil. Esse foi, no entanto, o primeiro órgão institucional especificamente erigido para a promoção de políticas públicas de interesse da população negra. Era o Estado brasileiro assumindo, mesmo que timidamente, a necessidade de atender à demanda da população negra¹⁵⁵ pelo fim do preconceito e da discriminação racial¹⁵⁶. Com dotação orçamentária crítica, a ação de destaque, possível, na gestão do seu primeiro presidente, o historiador Carlos Moura, foi a criação pela Fundação Cultural Palmares (FCP) do Programa de Ação Afirmativa Bolsas-Prêmio de Vocação à Diplomacia para Afrodescendentes do Instituto Rio Branco, em convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia/Fundação e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Em outubro de 1988 a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva, leva ao Plenário do Congresso Nacional e consegue a aprovação, na chamada Constituição Cidadã, da primeira legislação sobre quilombos no Brasil, firmando o acordo resultante da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em Brasília¹⁵⁷. Através dos artigos constitucionais 215 e 216, relacionados a assuntos estritamente culturais, e do polêmico Art. 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição

¹⁵⁵ Considera-se população negra como “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça, usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (BRASÍLIA, Câmara dos Deputados. **Estatuto Nacional da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata**. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, 2014). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17479>. Acesso: 10 dez. 2014.

¹⁵⁶ O artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial aprovada em 1965, ratificada por 167 Estados, dentre eles o Brasil, que adere em 1968, define discriminação racial como “qualquer distinção, exclusão, restrição, preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais. (NAÇÕES UNIDAS, 2003). Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2003portuguese.pdf> (Acesso: 30 dez 2014). O Estatuto Nacional da Igualdade Racial, no seu art. 1º, amplia a definição: “discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17479>. Acesso: 10 dez 2014.

¹⁵⁷ Convocada pelo o Movimento Negro Unificado, a Convenção, realizada em 26 e 27 de agosto, com representantes de 63 entidades do movimento negro, provenientes de dezesseis unidades da federação, aprovou e indicou “aos dirigentes do país, e, em especial deferência, a todos os membros da ‘Assembleia Nacional Constituinte-87’ um elenco de reivindicações atinentes a todos os setores do desenvolvimento social, político e cultural, muitas das quais seriam transformadas em fundamentação de ações afirmativas, especialmente no campo da educação (HASENBALG, 1987).

Federal, os descendentes de quilombolas seriam reconhecidos enquanto patrimônio cultural da nação, ao mesmo tempo em que teriam garantidos automaticamente o direito possessório das terras ocupadas por seus ascendentes. À FCP caberia, então, a identificação e o reconhecimento das terras quilombolas¹⁵⁸.

A regulamentação do Art. 68, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, continha as fragilidades de não determinar um procedimento padrão para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e de exigir que as famílias dessas comunidades comprovassem a sua descendência linear e a posse da terra por mais de 100 anos. O Decreto 4887/2003, assinado pelo presidente Lula, cuja elaboração contou com a participação da CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, extinguiu a necessidade de registros em cartórios ou laudos antropológicos sobre a linhagem da população pertencente às terras de quilombos. De todo modo, decorridos mais de vinte e quatro anos desde a aprovação da “lei dos quilombos”, a grande maioria dessas comunidades remanescentes continua em luta pela propriedade definitiva de suas terras.

Ainda nos anos 80 uma ação inédita do movimento negro do Rio de Janeiro estearia uma nova postura de adeptos das religiões de matriz africana, que ganharia visibilidade nacional, diante das campanhas difamatórias dos cultos afro perpetradas por seguidores de variadas denominações neopentecostais. O baiano Jayro Pereira de Jesus, ex-seminarista convertido ao candomblé, lidera um grupo de ativistas que passa a visitar comunidades tradicionais de terreiros na região da Baixada Fluminense, com o propósito de mobilizar os seus adeptos para o enfrentamento político da intolerância religiosa. A partir daquela iniciativa “o Candomblé se sedimentou como espaço de trânsito da militância política, não mais somente dos partidos tradicionais em busca de ampliação de velhos currais eleitorais” (OLIVEIRA, 2000).

Se até então as matérias jornalísticas publicadas na mídia exploravam quase sempre uma visão unilateral e preconceituosa das práticas ritualísticas desse campo religioso, identificadas como imorais ou criminosas, a reação do “povo do santo”, agora, em parceria com setores do movimento negro, levaria os meios de comunicação e instituições políticas e acadêmicas a redescobrirem os terreiros numa visão mais respeitosa. A visibilidade social dos terreiros de candomblé, como lugar de memória e preservação da cosmologia africana na diáspora, foi

¹⁵⁸ Além dos pontos de tangência direta com interesses do segmento negro, a nova Constituição aprova mecanismos de proteção da mulher e de portadores de deficiência no mercado de trabalho.

determinante para a inserção das reivindicações dos seus sacerdotes nas pautas de políticas públicas para a sua proteção patrimonial.

Os anos de 1990 seriam decisivos na condução de mudanças significativas em relação à implementação futura das políticas de ação afirmativa, propriamente ditas, o que só viria a ocorrer na última década do milênio.

A “Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, na capital federal, reuniu milhares de ativistas. Uma comissão foi recebida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 20 de novembro de 1995, para assinatura do protocolo do documento que vinha sendo elaborado, a muitas mãos, desde o encerramento das manifestações do centenário da abolição. Intitulado Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, o documento trazia os principais pontos que viriam a nortear os debates nos seminários do Grupo de Trabalho Interministerial, sancionado por decreto, naquela ocasião¹⁵⁹.

Outras ações governamentais foram se somando, como o Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH –, lançado pela então recém-criada Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com a finalidade, entre outras, de incorporar as demandas do movimento negro pelo desenvolvimento especificamente de “políticas compensatórias”, como o apoio à iniciativa privada para a realização de “discriminação positiva” (Brasil, 1996). Várias iniciativas, então, ajudariam a pavimentar os anos 2000, quando a sociedade brasileira passa a conviver com as “cotas raciais”.

A primeira medida a efetivar a política de cotas em território nacional ficou a cargo do Ministro do Desenvolvimento Agrário, em portaria assinada em 2001, estabelecendo cota de 20% para negros na estrutura institucional do Ministério e do Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária – INCRA e estendendo-a para as empresas subcontratadas por esses órgãos. Em seguida, ainda no mesmo ano, são adotadas as cotas no Ministério da Justiça, que as amplia para mulheres (20%) e portadores de deficiências físicas (5%), assim como no Ministério de Relações Exteriores, que concede bolsas de estudo federais a afro-brasileiros que se preparam para o concurso de admissão ao Instituto Rio Branco, encarregado da formação do corpo diplomático brasileiro¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Um ano mais tarde, em pronunciamento no seminário internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos, organizado pelo Ministério da Justiça, o chefe do Estado brasileiro, o presidente Fernando Henrique, admitiria, pela primeira vez na história, que os negros são discriminados no Brasil.

¹⁶⁰ Ver reportagem no jornal **Folha de São Paulo**, 16 dez 2001. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1612200123.htm>. Acesso em 09 dez 2014.

A partir de 2003 a concepção de ação afirmativa nas políticas públicas se consolida no Estado brasileiro, por meio da Lei 10678/2003. É criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com a atribuição de:

assessorar direta e indiretamente o Presidente da República na formulação, coordenação e avaliação das *políticas públicas afirmativas* de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância, na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo [...] (SEPPIR, 2005, grifo nosso).

No plano do Poder Legislativo também nota-se uma sequência de dispositivos que afetam substantivamente a questão do acesso ao ensino superior, o que aquecerá o debate sobre relações raciais, tornando a questão um tema inescapável para pensar a sociedade brasileira. No Rio de Janeiro, por exemplo, entrou em vigor, a partir do vestibular de 2004, a lei que garante a reserva de 45% das vagas nas universidades estaduais para estudantes das redes públicas, em âmbitos municipal e estadual de ensino. Lei aprovada em 2002 estabelece que as mesmas universidades destinem 45% de suas vagas a candidatos que se auto definem como pretos e pardos.

Na educação básica, a Lei federal 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e introduz no currículo escolar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e dos Afro-brasileiros. Dois anos mais tarde, com a Lei 11.645/05, a educação para as relações étnico-raciais se estende para as populações indígenas, seguindo os mesmos princípios. É necessário salientar que essa legislação encontra vários empecilhos para a sua aplicação, o que vem sendo objeto de debate acadêmico e de denúncias do movimento negro e do movimento indígena¹⁶¹.

Outra conquista, no caminho para a popularização das políticas públicas de ações afirmativas para a população negra do Brasil, foi a aprovação, em 2010, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 12.288/10, de autoria do Senador pelo PT Paulo Paim, o Estatuto Nacional da Igualdade Racial. A lei contempla em seus 65 artigos os direitos inerentes à propriedade da

¹⁶¹ Sobre o tema ver: OLIVEIRA, Luis Cláudio de. Dos limites ideológicos à lei 10.639/03: representações sobre religiões afro-brasileiras na formação de professores, 2010. p. 117. Dissertação (Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Área de concentração: Periferias Urbanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, 2010. Quanto à educação indígena, ver também: COLLET, C., PALADINO, M. e RUSSO, K. Quebrando preconceitos. Subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. 110p.: il. (Série Traçados, v. 3)

terra para as comunidades remanescentes de quilombos e a proteção de religiões tradicionais de matrizes africanas, além de criar dispositivos para o combate ao racismo institucional nas diferentes áreas da educação, cultura, esporte, lazer, saúde, trabalho, acesso à Justiça e à segurança, punindo a prática do preconceito e da discriminação racial com pena de até cinco anos de reclusão¹⁶².

Em 2012 e em 2014 são aprovadas a Lei nº 12.711 e a Lei nº 12.990. A primeira, conhecida como “lei de cotas”, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Já a Lei nº 12.990 aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

No contexto atual as práticas sociopolíticas que se têm traduzido por ações afirmativas impregnam os espaços de convivência social, assumindo, por vezes, modalidades, que exigem uma ampliação conceitual, como é o caso do grupo familiar em estudo. O professor, ex-ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, ao deter-se minuciosamente no estudo sobre o instituto das ações afirmativas especialmente nos Estados Unidos, dá espessidão ao conceito na realidade brasileira, corrobora a concepção de que para o Brasil esse representa o fim da sua “neutralidade estatal”, referindo-o como:

[...] conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como à educação e ao emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção *ex post facto*, as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente

¹⁶² C.f. Estatuto Nacional da Igualdade Racial, disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17479>. Acesso: 10 dez. de 2014.

reconhecido - o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES, 2001, p. 10).

O autor testifica que:

[...] a sociedade liberal-capitalista ocidental tem como uma de suas ideias-chave a noção de neutralidade estatal, expressa de diversas maneiras: neutralidade em matéria econômica, no domínio espiritual e na esfera íntima das pessoas. Na maioria das nações pluriétnicas e pluriconfessionais, a abstencionismo estatal traduz-se na crença de que a mera introdução, nos respectivos textos constitucionais, de princípios e regras asseguradoras de uma igualdade formal perante a lei seria suficiente para garantir a existência de sociedades harmônicas, onde seria assegurada a todos a efetiva igualdade de acesso ao que se tem como conducente ao bem-estar individual e coletivo. Mas essa suposta neutralidade estatal se tem revelado um formidável fracasso, especialmente nas sociedades com longo passado de escravidão (GOMES, 2002, p.131).

Em que pesem as diferentes definições conceituais e metodológicas de ações afirmativas, VIEIRA (2004 e 2005); SISS (2003); (GOMES, 2001); MACHADO (2011) e GUIMARÃES (1999), no Brasil, essa nova postura do Estado representa transformações político-sociais, dada a inclusão de grupos sociais historicamente excluídos do exercício da cidadania, pessoas e famílias que, ao longo de gerações foram vítimas de constante violência física e psicológica, discriminação, sem oportunidade de realização material, devido à falta de oportunidade de emprego e de uma vida com dignidade.

A parentela dos Bernardo-Glória-Faustino, provavelmente jamais se debruçou sobre o debate teórico ou prático em torno de políticas de ação afirmativa. O autor da pesquisa, que está compreendido em seu objeto, ainda que com intensa trajetória ativista no seio do movimento negro, não tinha sob domínio, até a elaboração desses escritos, o real alcance de pensamentos e ações, testemunhadas junto ao grupo familiar, que associam as representações que os seus membros fazem de si com à amplitude da luta racial no Brasil. Há, por certo, uma conjunção de fatores que sensibiliza os seus integrantes para pensar um projeto coletivo de afirmação de identidade étnica a partir do reconhecimento de uma história comum, de uma memória coletiva.

No Brasil, desde 2003, o combate ao racismo e à discriminação racial faz parte do elenco de políticas de Estado para eliminação de desigualdades sociais. No entanto, até a última consulta realizada¹⁶³ junto ao órgão que centraliza essa incumbência, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR, não foi

¹⁶³ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

encontrada qualquer referência conceitual à “família negra”, “família afrodescendente” ou “família afro-brasileira”, no conjunto das publicações divulgadas, referentes às políticas públicas no âmbito dos programas desse ministério. A seguir, procuro refletir sobre as perspectivas de experiência dessa rede familiar que se autodefine como afro-brasileira, prosperando como contributo ao cardápio de propostas de ação afirmativa de órgãos, oficiais ou não, que atuam nesse campo, e as escolhas das estratégias que a tem orientado neste sentido.

5.2 REPRESENTAÇÕES DE SI DE UMA FAMÍLIA AFRO-BRASILEIRA

Nesta seção é evidenciado como a articulação e mobilização dos parentes em torno da organização de encontros anuais vai pouco a pouco orientando o grupo a construir representações de si, como a produção de um novo *ethos* discursivo e, sobretudo, o desenvolvimento, deve-se sublinhar, autônomo, de práticas de ação afirmativa.

Como enunciado nas primeiras páginas dessa tese, a bibliografia que tem sido produzida desde os anos 1970 acerca dos estudos de demografia, no campo da História Social no Brasil, indica incompletude dos estudos sobre o que seria um de seus propósitos: o de remontar, a partir de dados confiáveis, os sistemas demográficos vigentes durante os séculos de escravidão, de modo a ampliar e enriquecer “o conhecimento sobre a família livre e a escrava” (BACELLAR, SCOTT e BASSANEZI, 2005, p. 339). Apesar do inestimável auxílio da demografia histórica, ainda hoje faltam análises mais robustas sobre mobilidade interna, mortalidade, religião herdada e escolhida, educação formal e não formal, e outros indicadores das formas de organização e vida social familiar das famílias de cativos e de ex-cativos no período pós-abolição¹⁶⁴.

Assim, recorrer às histórias de vida e à memória individual e coletiva para a coleta de dados e informações sobre a estruturação dessas famílias e os percursos trilhados até o presente é um recurso metodológico considerável. Tal aspecto favorecido quando o estudo a realizar conta com a penetração do pesquisador a partir de dentro do objeto pesquisado, na condição de descendente, por linhagem materna, do “tronco dos Bernardos”.

Em 2006, quando surgiu a ideia de reunir a família Bernardo para um almoço de confraternização, essa logo foi amplificada por todas as unidades familiares da cidade de Rio

¹⁶⁴ Os autores de “Quarenta anos de demografia histórica” ressaltam a importância de estudos como o de Robert Wayne Andrew Slenes, que levanta e analisa importantes dados sobre fecundidade entre famílias de escravos, em tese de doutorado de 1976, *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, pela Universidade de Stanford, bem como o artigo de Francisco Vidal Luna e Iracy Del Nero Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos, publicado em 1981 pela Revista África, do Centro de Estudos Africanos da USP.

Claro, estabelecendo, porém, um incômodo: a parentela logo percebeu que reunir os descendentes do negro Manoel Bernardo implicava em mobilizar também os descendentes dos negros Faustino José Deoduque e Benedito Glória. Isto porque, como exposto em outras partes deste estudo, as gerações que se seguiram a essas linhagens foram se entrelaçando ao longo do século XX. Os irmãos, por ascendência matrilinear, Ernesto Glória, filho de Benedito, e Benedito Vitorino, filho do segundo casamento de Maria Graciana com Vitorino Alves, agenciaram casamentos ao longo do século com os descendentes patrilineares dos Faustino e dos Bernardo. Como, em geral, os casamentos entre lavradores do início daquele século contemplavam famílias numerosas, a reprodução entre os Bernardo-Glória-Faustino adquiriu expressividade. Entre os cinco descendentes da segunda geração dos Bernardos, o tronco mais numeroso, nasceram trinta e nove filhos, criando-se trinta e sete. Entre os descendentes dos Faustino nasceram vinte e um filhos, criaram-se vinte. Entre os dois descendentes dos Glórias criaram-se quatorze filhos.

Introduzida a questão da mistura dos três troncos, os iniciadores do movimento de mobilização do grupo familiar passaram a projetar o “I Encontro da Família Bernardo-Glória-Faustino”, realizado em 2007 (Figura 72). Parte da última reunião preparatória, em 15 de junho, a um mês do I Encontro, foi assim registrada por Sandra Cotejipe, professora da rede pública municipal do Rio de Janeiro, casada com João Manoel da Silva (BERNARDO, terceira geração):

[...] Será confeccionada uma faixa com os seguintes dizeres: sejam bem-vindos, contendo também a sugestão de os associados se dirigirem imediatamente a um recepcionista com a finalidade de ser indicada uma acomodação; além de ser sugerido organizar seus pertences em um local, não deixar seus objetos de valor, respeitar o horário estabelecido, manter o ambiente limpo. [...] Aqui estamos num dia maravilhoso, o qual nosso Deus preparou para nós, isso já estava programado em nosso coração desde muito tempo. Eu te convido, neste momento, a olhar para quem está ao seu lado, agora, sorria para esta pessoa e diga: que bom que você está aqui! Vamos imaginar que dia 14 de julho do ano de 2007, toda família Bernardo, família Faustino e Glória estará reunida; pessoas que não se conhecem vão fazer parte de uma grande história, onde a cor negra e o sangue dos antepassados serão marcados com suor e lágrima em toda sua trajetória. Vão ser celebrados, nesse momento, com alegria e graça esses nossos antepassados, que nos deixaram uma herança que ninguém, e nem mesmo a ferrugem do tempo poderá destruir. A palavra de Deus diz “acumulará para ti tesouros que praga alguma poderá destruir”. Essa herança ainda hoje perdura e permanece no meio de nós. De onde viemos, quantos e quantos sofrimentos não passaram os nossos antepassados? Será contemplada a vida das famílias Bernardo, Glória e Faustino, vidas essas que vão ser homenageadas através de seus parentes e amigos que aqui estarão reunidos. Serão identificados pelas cores: verde, amarelo, azul e branco. Ao criarmos esta escala de cores não foi em vão, mas sim uma providência, pois fazem lembrar as cores do Brasil. Não poderia ser

diferente porque o Brasil, terra de dor, luta, mas também de conquista e vitória, por isso que nessas horas podemos identificar as famílias, sendo da seguinte maneira: Bernardo onde a força do verde nos dá a esperança de que com ele se acredita que o amanhã será melhor, pois com toda certeza o verde não morre, mas amadurece; na cor amarela a família Glória, onde temos representado as batalhas travadas, e mais um pouco adiante levanta-se o brilho da vitória a cada dia superado e vivido; na cor azul a família Faustino, onde nos faz lembrar o céu, fonte de toda inspiração, espaço acolhedor e força vibrante de um Deus que acompanha sempre. Já o branco, onde a paz e a amizade nos falam de amor, laços invisíveis de paz e partilha, onde amigos, irmãos se unem para juntos celebrarem um só momento lindo em nossas histórias. Assim como uma semente envolvida em terra fértil, germina e inicia sua luta pela sobrevivência e dá frutos. Hoje, os frutos dessa semente se fazem aqui presentes por Graça de Deus... Estamos aqui para celebrarmos a vida... Dessa forma ficou decido e organizado nosso “1º Encontro das Famílias Glória, Bernardo e Faustino” (Ata de Reunião, jun., 2007).

Figura 72 - Primeiro Encontro da família, Rio Claro, RJ, 2007



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Note-se que o sentimento de pertencimento a uma mesma rede familiar é uma construção que abarca pessoas, como a relatora da ata e outros parentes, que, embora não possuam o elemento da consanguinidade, desenvolvem a pertença por proximidade e identificação. Duarte e Gomes (2008, p.161-2), ao analisarem a relação casa e família nas classes populares, acentuam – aludindo a Woortmann (1995) e a Guedes & Lima(2006) – que, em nossa cultura, as relações de parentes nesse espectro não são concebidas necessariamente a partir dos vínculos biológicos, como ocorre entre grupos familiares de elite. As formas de ordenação e assimilação de parentes variam, a exemplo da simples agregação por afeto ou consideração, dos casamentos e dos eventos de caráter espiritual, a exemplo dos batizados, que, desde a fundação do patriarcalismo arcaico, derivam em relações de compadrio¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Ao analisar os tipos de solidariedade buscou-se pelos cativos para a proteção de sua prole, Mattoso (1988, p.132) infere que “os laços do compadrio são o próprio fundamento da vida de relação”. Para o senhor, imagina-se que o reconhecimento por

5.2.1 O paradigma da institucionalidade: a família como ação afirmativa

O I Encontro foi avaliado por seus organizadores como um sucesso, o que os inspirou a dar um passo largo, no sentido da institucionalização da rede familiar, sobretudo, como meio de aglutinar parentes, “mesmo aqueles que estão mais distantes, porque nós somos muitos, estamos espalhados em vários lugares, mas temos tantas coisas... histórias bonitas que vale a pena contar para essa turma mais jovem, que é para eles terem orgulho da família” – Tazinho, out, 2008. – Esse espírito de Anatasio Dorvalino da Silva (FAUSTINO, quarta geração) é o que rege o Estatuto da Associação da Família Bernardo-Glória-Faustino (AFABGF), submetido em assembleia de fundação da Associação, em 11 de janeiro de 2009, elaborado por uma comissão formada por parentes dos três troncos, sob a liderança de João Manoel da Silva, empresário bem sucedido do ramo de autopeças, então com setenta e quatro anos, que seria consagrado seu primeiro presidente. Dentre os quarenta artigos do documento, tem destaque para a análise que vincula a institucionalização do grupo com ação afirmativa entre parentes o que trata das finalidades da AFABGF, no capítulo II, em que se lê:

ART. 3 ° – A ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO tem por finalidade: I - congregar e reforçar os laços familiares entre os membros da Família Bernardo-Glória-Faustino dispersos em diferentes estados do Brasil e demais países da diáspora africana; II - dar sequência na elaboração da genealogia e história da família Bernardo-Glória-Faustino, com os objetivos de conhecer as suas origens no Brasil e no continente Africano, publicá-la em forma de livro e em meio digital, e divulgá-la em âmbitos regional, nacional e internacional; III - realizar/implantar o cadastro nacional da família Bernardo-Glória-Faustino; IV - promover, apoiar e criar condições para a realização de encontros familiares de âmbitos regional, nacional e internacional; V - favorecer a criação de condições objetivas para a prática da autoajuda interfamiliar, de caráter material e espiritual; VI - Estimular e apoiar iniciativas similares de outras redes familiares afro-brasileiras (AFABGF, Estatutos, 2009, grifo nosso).

Em 2007, dois meses depois da realização em julho do I Encontro, houve a primeira de uma série de cinco reuniões, em diferentes casas dos parentes, que antecederiam a assembleia de janeiro de 2008, na sede da Associação dos Moradores de Rio Claro, quando foi fundada a AFABGF¹⁶⁶. As pautas das cinco reuniões se repetiam como demonstrando que o tema principal (o que se desejava com a criação da associação?) tinha o poder de inspirar lembranças

parte da família e do afilhado, na condição especial de protegido, cria um sentido de afabilidade, “a obediência e a humildade tornam-se mais fáceis [...]. A mãe escrava da criança que a senhora leva à pia batismal torna-se ‘comadre’ de sua dona”.

¹⁶⁶ Ver figura 1

que pareciam não caber nas horas e horas em que as prosas, antes, durante e depois do almoço, iam se desenvolvendo.

Dizia-se que serviria para “organizar melhor as festas da família”. – Tarzinho – (FAUSTINO, quarta geração, set. 2007); para “procurar pelos parentes que a gente não sabe que fim levou” – Dé – (BERNARDO-GLÓRIA, quarta geração, set. 2007); para “unir todo mundo de novo”; para “que os mais novos conheçam melhor como viviam os mais antigos” – João Manoel da Silva – (BERNARDO, terceira geração, set 2007). Assim, várias ideias sobre as finalidades da Associação iam fertilizando mais e mais a criatividade e introduzindo, concomitantemente, outros assuntos endereçados ao passado¹⁶⁷.

Ia-se falando de lugares, costumes e tradições armazenados nas lembranças de casamentos, batismos, mudanças de cidade e as motivações para as mudanças, objetos e suas simbologias, dos lutos e suas tristezas. Falas sem adstrições, mas também sem anacronismos duradouros, pois, a cada vacilo sobre um nome de parente ou algum feito marcante, logo a interferência de uma ou mais vozes vinha ajustar o reconhecimento do coletivo sobre a legitimação dos fatos narrados, tornando-os potentes para substantivar uma “nova história”, para dentro e para fora do grupo, sobre sua origem, o tempo presente e as predições do futuro. Embora ali fossem indivíduos a lembrar, era a memória coletiva que determinava o que deveria ser lembrado e as formas pelas quais se deveria fazê-lo (HALBWACHS, 2004). Como argumenta Le Goff (1994, p.477), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

O que acontecia, portanto, naquelas reuniões – o pulsar ininterrupto de recriação/invenção coletiva do passado – era o que, afinal, tecia os significados de “congregar e reforçar laços familiares”, inclusive alcançando parentes não incluídos no projeto genealógico, aqueles que não atravessaram o Atlântico, mas que existem para os representantes da família, na medida em que são, por esses, “imaginados”.¹⁶⁸ O desejo de construir discursos sobre um passado familiar intangível pelas memórias era nutrido pela imaginação, numa simbiose dessas duas categorias, tendo em vista que o que distinguia uma e outra, memória e imaginação, não era precisamente o que nelas estava contido, mas a sensação, o sentimento das pessoas que guiavam a ambas.

¹⁶⁷ As respectivas falas foram capturadas aleatoriamente durante uma roda de conversa, na primeira das cinco reuniões referidas.

¹⁶⁸ Balizo a afirmação de “parentes imaginados” no esforço de pesquisa empreendido na busca por referências documentais dos ancestrais anteriores aos três fundadores dos troncos que dão origem ao grupo familiar em análise, mas que sequer chegou ao porto receptor dos escravizados.

A ideia de se produzir uma genealogia da família, desde os enlaces iniciados pelos precursores no final do século XIX, estimulou o grupo refletir sobre os impedimentos para ir mais além, em direção ao passado, na perspectiva de refiar os elementos que permitiriam tecer uma tradição. De certa medida, o reconhecimento do limite estabelecido pelo porto de destino dos navios negreiros, para as lembranças que alimentariam a árvore genealógica, produziu um silêncio coletivo, seguido de algum desconforto.

Tentar situar lembranças, no intervalo entre a partida do porto na África e o atracamento em algum ponto do litoral abaixo do equador, impõe referir-se aos acontecimentos mais nefastos da produção do “mundo atlântico negro” (GILROY, 2001, p. 35). Tendo em vista os construtos teóricos e filosóficos que embasam a escolarização formal explicarem o ingresso do Ocidente na modernidade sem objetivar a escravidão negra, e as relações dela derivadas, como estruturante desse novo modelo de vida relacional, refletir sobre as discontinuidades da história cultural negra, especialmente a história familiar, pode se revelar angustiante para quem estende o olhar para um passado incerto, mas que se quer formular como tradição. Preocupado com o alinhamento dos discursos afrocêntricos e eurocêntricos na concepção de uma história cultural que renega o papel da escravidão na construção da modernidade, observa Gilroy (2001, p.354):

Quando a ênfase se volta para os elementos da tradição invariante, que heroicamente sobrevivem à escravidão, todo desejo de se lembrar da escravidão em si torna-se algo como um obstáculo. É como se a complexidade da escravidão e sua posição dentro da modernidade tenha de ser ativamente esquecida para que se possa adquirir uma orientação clara para a tradição e, com ela, para as circunstâncias presentes dos negros.

Para os Bernardo-Glória-Faustino há, de um lado, o reconhecimento da separação das famílias como fase latente da violência perpetrada contra os antepassados, em sua experiência transoceânica involuntária, e a sofreguidão em busca de sua reentronização, com valoração de todos os parentes que aderem a essa finalidade. No entanto parece também apresentar-se um envergonhamento, que acompanha esses dois atos. Mais incômodo do que admitir a improbabilidade de reestabelecer vínculos reais com a anterioridade é a assunção de nunca haver nutrido o desejo de caracterizar e construir os perfis de qualquer antepassado, além da terceira ou quarta geração ascendente a ego.

Além das escolhas da memória pela superação do passado, quando esse remete a lembranças dos possíveis cenários de crueldades da escravidão, há outros aspectos que interferem negativamente na reconstrução do parentesco ascendente e colateral. O estudo de Duarte e Gomes (2008, p.162) demonstra que, em famílias de classes populares, “a

profundidade temporal do reconhecimento personalizado da descendência”, que difere significativamente da dinâmica usual entre famílias de elites dominantes. Enquanto nessas a herança ou o prestígio constituem fatores a ressaltar e estimular continuamente a preservação dos vínculos de memória com os antepassados, na outra tipologia, a memória familiar, quando evocada em profundidade, se desdobra em personagens quase míticos, sobre os quais, em geral, não se sustentam mais do que lampejos emoldurados, pelas gerações presentes, com alguma dose de humor. Destacam os autores, referindo-se aos netos da família Campos, uma das três famílias estudadas, que esses:

Já adultos e com filhos que conviveram por poucos anos com os avós, compartilham essas lembranças ou com a geração anterior ou com a sua própria. É notória a defasagem na transmissão dessas informações à geração subsequente, ou seja, os filhos dos netos, que, mesmo participando dos encontros familiares, são ainda crianças e não incorporam os detalhes das narrativas. Além disso, não há uma *pedagogia de transmissão da memória familiar* a elas direcionada. As recordações e os nomes se atualizam entre os adultos, que poucas vezes se reúnem para ‘lembrar’ e se perdem na relação frouxa estabelecida com as novas gerações. Assim, os vínculos com os antepassados são paulatinamente esquecidos, na falta de *recursos formais ou institucionais de memória* (2008, p. 163, grifo nosso).

Diferentemente do que observam os autores em relação à dinâmica relacional da família Campos, os Bernardo-Glória-Faustino evidenciam preocupação e interesse em remontar o seu passado histórico, fazendo desse o eixo a partir do qual procuram estabelecer uma continuidade perceptível a toda a parentela. Criar uma associação familiar e realizar o que já foi aqui enunciado como mobilização permanente em torno de encontros anuais são ações que podem ser traduzidas por institucionalização da memória familiar e prática pedagógica voltada à sua transmissão.

Contudo, há situações em que o desconhecimento absoluto do passado só permite criar um hiato, produzindo um vácuo de memória entre presente e passado adicionando-se um ponto imaginário a este tempo. Assim, congregar e reforçar laços familiares, direcionando essa ação também aos parentes diaspORIZADOS, compunha uma ressignificação do passado, de modo a estruturar o discurso de uma identidade comum a todo o grupo. Há uma origem imaginada, não só no Brasil como na África, a ser legitimada ou não, que serve à trama da construção identitária de uma – por assim dizer – família afro-brasileira que busca se representar a si mesma.

A busca insólita dos Bernardo-Glória-Faustino pela remontagem do passado suscita a concepção de história de Walter Benjamin (1984, p.226), em cujo mundo é uma realidade despedaçada e a história se apresenta como um amontoado de escombros. Nessas condições, o

arquiteto da história, o homem, vê-se impossibilitado de reconquistar a unidade perdida. O que lhe resta é recolher os pedaços, mas, não para remendá-los, na ânsia de recompor o passado e atestar como ele foi. Embora não se possa mudar o passado, é possível empreender a sua releitura, para resgatar o que ficou esquecido e silenciado pela violência daqueles que detiveram ou ainda detêm o poder. É preciso fazer dos escombros o ponto de repartida para criar outra memória, sobrepondo-a àquela evocada pela história oficial. As interpretações do passado figuradas na historiografia oficial canalizam uma linearidade e ordenação dos acontecimentos ajustadas às lembranças tão somente do conhecimento petrificado, submetendo a compreensão dos eventos já realizados a modelos que os definem em sua totalidade.

A imaginação dos Bernardo-Glória-Faustino permite criar outra memória que não a dos poderosos, (re)memorando o passado, pois que não se pode recordar o que não foi sequer vivido, como nomeia Pollak (1992, p.201), por tabela.

Para este autor, a memória individual ou coletiva é constituída na inter-relação de acontecimentos, personagens e lugares. Esta inter-relação pode se dar no plano concreto da vivência dos acontecimentos produzidos no leito da história ou como apropriação pelos indivíduos, por tabela, da vivência do grupo com o qual se sentem identificados. Nesse caso, os indivíduos experimentam uma confusão temporal em que se evapora a certeza de se ter vivido ou assimilado os acontecimentos. Para o grupo familiar em estudo, não há sequer essa possibilidade, pois a concretude da experiência dos antepassados no lapso temporal entre o aprisionamento e a partida de um entreposto comercial de gente, na costa africana, até o destino, na costa brasileira, encontra-se inexoravelmente soterrada.

É, pois, justamente sobre a ousadia em descontinuar o que parece imutável que nasce a memória imaginativa, a selecionar e recuperar os registros de sensações e emoções manifestas individualmente ou coletivamente, para a tessitura dos elos que auxiliam o grupo familiar a dar sentido, mesmo fugaz, a seu passado não revelado. Isso fica evidente, por exemplo, na argumentação de Geneci André, comerciante, casado com Maria Cristina Glória (GLÓRIA; de quarta geração), acerca de trechos do filme “AMISTAD”¹⁶⁹.

Geneci André: [...] você chegou a ver aquele filme, Amistad, que passou na televisão?

¹⁶⁹ O filme de Steven Spielberg, baseado em um evento real, relata o julgamento por assassinato de um grupo de escravos africanos que se rebela e se apodera do controle do navio que os transporta e tenta retornar à sua terra de origem, quando esse é aprisionado. O drama de homens e mulheres sendo julgados em razão da luta pelo direito de liberdade transforma-se numa batalha que confronta os alicerces do sistema judiciário norte-americano. O registro (C.f. Caderno de anotações, jun., 2011) da conversa informal foi realizado no trajeto da cidade de Seropédica para a cidade de Rio de Claro, onde participamos de uma reunião da família.

pesquisador: Vi, vi sim.

Geneci André: Então...aquelas cenas no navio... O negão que era o líder dos escravos revoltados, sabe? Tem uma cena, logo no início do filme, que eles ainda não se soltaram, mas eles são tirados do porão, que uma mulher não aguenta tanto sofrimento e se joga no mar com a criancinha. Quando ele olha procurando ela e o sangue do outro negro que tava sendo chicoteado respinga no rosto dele ... A gente senti ali... sei lá... uma dor de ódio. Tem várias cenas chocantes, mas ali, não sei.

Outro exemplo notável ocorre durante a Caminhada à Pedra do Rastro (Figura 73), um item da programação da manhã de domingo do Encontro anual de 2012.

Figura 73 - Caminhada à Pedra do Rastro - Rio Claro, RJ – Foto de um dos grupos



Fonte: Coleção do autor, 2011.

Enquanto todos subiam, cerca de trinta pessoas, uma trilha íngreme e enlameada, Antônio Carlos Eugênio, o Borracha (BERNARDO, quarta geração), seguia oferecendo uma aula sobre a flora local, especialmente indicando, em detalhes, a função medicinal das ervas. Também ia apontando locais e contando histórias que os contextualiza, conforme o que aprendera com os mais antigos.

Nesse exercício de natureza memorável, ao “recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas, em grande parte a experiência alheia)”¹⁷⁰, lembrava (imaginava) a situação torturante a que eram submetidos os escravos que compunham as tropas que se deslocavam por aquela região no período imperial:

¹⁷⁰ BENJAMIM, Walter. 1984, p. 22.

[...] Nessa estrada passou D. Pedro pra São Paulo, prá lá onde deu o Grito do Ypiranga. Era onde passava a tropa que levava escondido o ouro de Minas Gerais [...] Dali prá lá tem aqueles calçamentos da escravidão [...]. Até hoje eu acho que ainda têm os ferro lá que prendia os escravo. Eles botava os escravo sentado e prendiam todo mundo pelo pé, com aquelas argolas no tornozelo. O sujeito tinha que comer e dormir e tudo ali naquela posição, tinha que fazer até as necessidades ali mesmo. Aí, antes de amanhecer a tropa partia de novo [...]

Evidente que esse contador de histórias não esteve presente nas cenas circunstanciadas em sua narrativa, ele as extrai de seu próprio sentimento e da experiência que lhe foi transmitida, procedente da tradição que o seu ato alimenta, ao tatuar o objeto narrado às vivências de seus ouvintes¹⁷¹. As parábolas de Benjamin possibilitam refletir que, ao contrário da mera repetição da história oficial, o que se faz entre os Bernardo-Glória-Faustino é desejar voltar ao passado, ao tempo do Império imaginado, na África imaginada que seja, mas iluminando o presente com histórias que não puderam ser contadas nem ouvidas, atribuindo-lhes um sentido inédito e promovendo uma ruptura com a história imposta.

Diferentemente dos movimentos sociais, como o movimento negro, que ao se institucionalizarem, vivenciam um processo de rememoração coletiva de suas lutas, necessariamente assimilado por seus dirigentes e reproduzido as suas bases, o grupo familiar em análise salta para a institucionalidade sem esse fundamento. Os Bernardo-Glória-Faustino não herdaram o processo de luta enquanto coletivo organizado em torno de reivindicações objetivas, um interlocutor ao qual demandar e estratégias de negociação.

Nesse sentido, a árvore genealógica e cadastro nacional dos parentes se mostram como mecanismos de expansão das intenções do grupo. A reescrita de si, numa perspectiva coletiva, permite construir representações de si e intuir sobre um passado ou um futuro desejado, combinando ações para igualmente construí-los. Equivale dizer que o grupo familiar se autoestimula progressivamente a recordar o passado, sob as luzes dos seus ancestrais, ilustres ou não, com vistas a se apropriar de um processo de produção de memórias que se estende do período pós-emancipatório, mesmo sendo esse um tempo ainda obscurecido devido aos sofrimentos da servidão, até o presente. Disto tem advindo, ao longo de oito anos, a produção de uma autoimagem enriquecida do grupo, com a qual os membros se identificam e disseminam fortuitamente¹⁷².

¹⁷¹ BENJAMIM, Op. Cit., p.224

¹⁷² Além dos momentos presenciais, se tornou comum observar diálogos entre primos e primas, tios e tias que enaltecem a condição de família especial. Jovens, principalmente, que, mesmo não tendo a oportunidade de confraternizar-se senão durante os encontros anuais, promovem constante intercâmbio de notícias sobre resultado escolar, opções de lazer, realização estética e

É importante frisar que os principais estimuladores desse empreendimento na sua eflorescência compunham um perfil relativamente homogêneo quanto à individualização ou ascensão social: homens e mulheres com situação econômica equacionada e consumidores regulares de bens culturais. Entretanto, à medida da rápida prosperação do movimento, os primeiros articuladores foram diferenciando-se dos demais parentes, tornando-se um grupo de formuladores que, ao assumir as tarefas de organização e execução dos encontros anuais, frutificaram escolhas estruturantes do grupo como um todo, o que inclui consideravelmente a configuração das memórias a serem valorizadas.

A identificação dos membros dos Bernardo-Glória-Faustino com a sua história comum, reconstituída de forma autônoma por meio da ativação do recurso da memória individual e coletiva, sempre avivadas nas festas, funerais, redes sociais e, de forma muito especial, nas reuniões de planejamento dos encontros, assim como neles próprios, é o que auspicia a prática da “autoajuda interfamiliar, de caráter material e espiritual”, como descrito no seu Estatuto. Esta pesquisa procurou evidenciar, a seguir, que a construção e afirmação de identidade comum aos seus integrantes, com apelo à memória ancestral, associadas à essa prática singular no que refere às famílias afro-brasileiras, propicia aos Bernardo-Glória-Faustino instaurar o que se configura como um novo *ethos* familiar, caracterizado por um status diferencial em relação a outros grupos familiares.

5.2.2 Estruturação de um novo *ethos* familiar

Foi demonstrado na seção anterior que as dinâmicas adotadas pelo grupo no intuito de reunir os elementos materiais e ideológicos necessários à retomada de sua convivência, enquanto rede familiar singular, resultaram na produção de um olhar coletivo sobre si, uma autorrepresentação largamente assimilada pelo conjunto de seus membros. A partir desse ponto de vista, a opção pela institucionalização, com a consequente “sistematização” de seu processo organizativo, logrou estabelecer uma nova experiência inter-relacional e de relações do grupo com a sociedade abrangente. O que se percebe é que um progressivo “empoderamento” dos Bernardo-Glória-Faustino conduz e é conduzido por um novo *ethos* familiar, cujo fulcro consiste na dignificação da sua história.

outras. Tanto que uma das tendências enunciadas em julho de 2014, durante o Encontro anual, na cidade de Seropédica, foi a da inauguração do sitio da família na web.

Sabe-se que o *ethos* social designa a forma própria como um povo ou um grupo social interpreta a sua existência e se representa no mundo relacional, o que se expressa nos costumes em geral que adota e transmite para as gerações posteriores. Evidentemente, o *ethos* social sofre variações, conforme o aporte cultural civilizatório de cada povo ou grupo social e as reorientações no plano dos valores que acompanham as transformações sociais.

Também o *ethos* familiar tem uma identidade própria, formada na relação com outros entes semelhantes, consanguíneos ou não. É o espaço relacional onde indivíduos se apoiam uns nos outros, interagindo permanentemente para atar vínculos que norteiam o seu caráter identitário comum. É o lugar onde são criados e revelados os diferentes aspectos de sua identidade, transmitidos os conhecimentos vividos, explicitadas as regras de moral e conduta individual dentro e fora desse ambiente. Falar de um “novo *ethos* familiar” dos Bernardo-Glória-Faustino é falar da criação de um “*ethos* discursivo”, que tem o seu ponto de partida nos encontros anuais da família, quando os seus organizadores passam a estimular o conjunto parental a pactuar uma forma singular de apresentar-se a si mesmo ou construir a imagem de si, revelando-se no interior de um discurso que deve extrapolar a esfera privada para a pública.

Daí o interesse pela elaboração de sua genealogia, com “carteirinha de identificação”; do cadastro geral de seus membros, de atas de reunião e da sua logomarca, referência tornada tradicional tanto em documentos oficiais como em suportes de mensagens de autor-reconhecimento, como camisetas e outros souvenirs. Esses novos costumes revelam a tendência a reunir os seus registros documentais, sendo ou não esses documentos, desde o princípio, “conscientemente retidos na condição de arquivos para referência futura com o fim de transmitir essas mesmas atividades e experiências através do tempo”. De qualquer forma, a institucionalização do documento é o que determina a passagem da informação do domínio privado para o domínio público (CUNNINGHAM, 2003, p.61).

A propósito, o arquivista francês Bruno Delmas (2010, p.26-27) ressalta, acerca da função sociocultural dos documentos de arquivo, que “lembrar é uma necessidade prática da vida cotidiana de qualquer pessoa ou instituição, é o resultado da necessária continuidade da vida dos indivíduos como organismos, isto é, a continuidade de cada uma de suas ações”. A assertiva do pesquisador francês é o que se encontra explicitado no diálogo entre Serafim Quintino (BERNARDO, terceira geração), advogado e contador aposentado, à época Primeiro Tesoureiro da AFABGF, e a Tia Zezé, Maria José Glória (BERNARDO, terceira geração), viúva de Geraldo Glória (GLÓRIA, terceira geração) (Figura 74), durante nossa visita para conhecimento da “mala de documentos do falecido”. Manipulando o acervo pessoal, declara Tia Zezé (Figura 75):

[...] O falecido guardava tudo, tudo. Aqui, esses papéis, são os nomes do pessoal que ele ajudava, que ele era muito reconhecido e querido. O Geraldo, quantas vezes alguém precisava de um remédio, de madrugada, vinha pedir ajuda e ele ia, às vezes na chuva.

Serafim: Esses aqui são ofícios. Esse é de pedido de remoção da repartição. Ele era policial, era da polícia civil...

Tia Zezé (mostrando-nos um manuscrito): É Ele guardava até anotações de pequenas compras, tudo, tá vendo só?

Serafim (em tom peremptório): Quando a gente guarda essa papelada a gente nem imagina que um dia tudo pode ajudar os que vêm depois a conhecer mais da gente, da nossa história.

Figura 74 - Maria José



A octogenária Maria José Bernardo. Rio Claro, Rio de Janeiro, 2013.

Fonte: Coleção do autor, 2013

Figura 75 - Visita à casa de tia Zezé, Serafim Quintino manuseia o acervo de Geraldo Glória



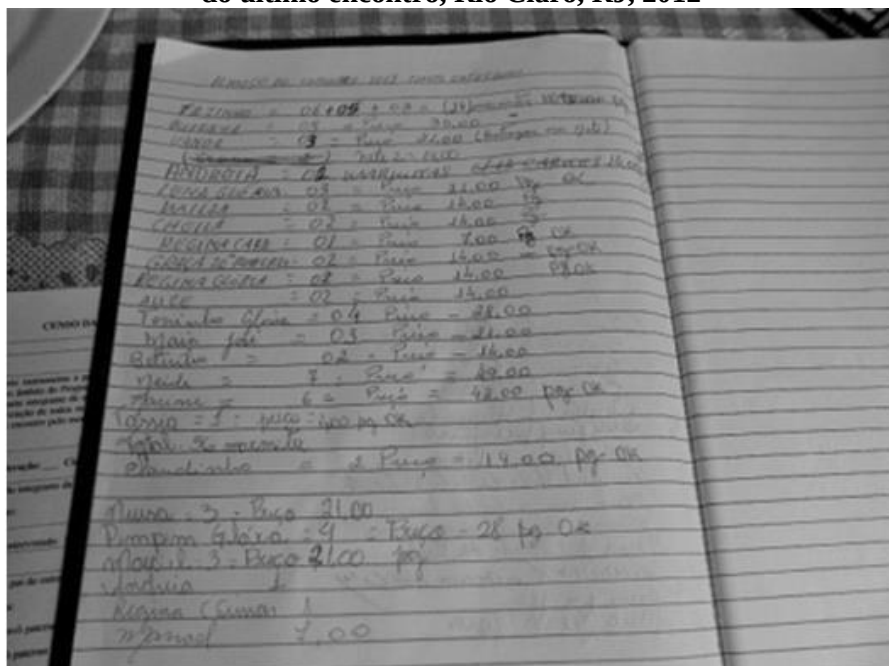
Fonte: Coleção do autor, 2014.

Delmas, referindo-se especificamente à “lembrança escrita”, propõe uma sequência, “primeiro uma lembrança administrativa, desenvolvendo-se com as instituições na medida em que vai se impondo a utilidade da memória das ações além da duração de uma geração. Guardar o rastro da continuidade das ações para poder referir-se a elas adquire uma importância tão grande quanto a da prova jurídica”. O acervo pessoal de Geraldo Glória provavelmente não foi identificado por ele ou pela esposa com o sentido conferido por Serafim Quintino. Mas esse, que exerce liderança decisiva junto ao grupo familiar, não demorou a perceber a relevância daqueles documentos para compor, juntamente com outros “pedaços”¹⁷³, o sentido que se deseja para a conformação da história familiar.

Documentos como as atas das reuniões, ritualmente redigidas a tempo de serem lidas ao início das próximas (Figura 76), conferem um “caráter de autenticidade que está para além dos atos autênticos, propriamente ditos, judiciais ou notariais” (DELMAS, 2010, p. 24). O que fazem os Bernardo-Glória-Faustino não é imprimir um projeto de poder, que requer visibilidade social e continuidade cultural, o que inclui, na perspectiva do seu Estatuto, enraizar-se, conectando-se com outras situações familiares similares, a essas afetando e permitindo-se afetar?

¹⁷³ Refiro-me à memória de casas, dos objetos, dos álbuns de família e outros que são analisados em capítulo anterior.

Figura 76 - Livro de contabilidade apresentado a reunião de avaliação do último encontro, Rio Claro, RJ, 2012



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Com maior ou menor grau de intencionalidade, o conjunto das experiências vivenciadas, ao longo dos últimos oito anos, gerou confiabilidade entre os parentes, a ponto de tornar-se exequível a implantação de uma “política autônoma de cultivo e valorização das suas tradições”, por meio do estímulo à solidariedade e à intensificação da reaproximação e da convivência entre os indivíduos e entre os núcleos familiares.

Em julho de 2014, quando da realização do VIII Encontro anual da família (Figura 77), foi organizado, pela primeira vez no Encontro, a Assembleia Ordinária da Associação, que elegeu a nova diretoria da AFABGF. Instaurada uma parte aberta da Assembleia, com a finalidade de se ouvir críticas à gestão que findava e sugestões aos novos dirigentes, quase a totalidade das falas registradas na Ata do VIII Encontro da AFABGF (2014) revelam esse espírito de interatividade, com uma evidente preocupação em estabelecer relações dialógicas intergeracionais. Para a carioca Ana Carolina Gonçalves (BERNARDO, quinta geração):

[...] falta um contato direto com outros jovens. Quando nos reunimos, formamos grupos sem interação, sem incentivos para nos conhecermos melhor e criarmos laços de amizade e partilha. Nossos encontros deveriam ser mais íntimos, olho no olho. Muitas vezes passamos um ao lado do outro e nem mesmo nos cumprimentamos. Somos desconhecidos dentro de nossa própria família. Não podemos perder o vínculo uns com outros.

Já a adolescente, Wlange Keindé Pinho Oliveira (BERNARDO, quinta geração), da cidade de Guapimirim, “[...] Deveria haver atividades que pudessem proporcionar aos jovens

diversão, fazendo do Encontro um grande momento de interação e união. Jogos e brincadeiras que motivem os jovens a estarem juntos”.

Figura 77 - 1ª Assembleia Ordinária da AFABGF - Seropédica, RJ - 2014



Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Complementarmente, Paulo Roberto Medeiros, casado com Márcia Cristina de Andrade Medeiros (BERNARDO, quarta geração), do Rio de Janeiro – pais de três adolescentes presentes ao Encontro – propõe “a criação de um departamento de jogos, sendo esse departamento organizado e administrado pelos jovens, onde o conhecimento e a amizade irão fortalecer os laços entre todos, jovens e adultos”. A intervenção foi reforçada pelo economista, da cidade de Vassouras, Fabiano Tenuta da Silva (BERNARDO, quarta geração), para quem “a única forma de unir e aproximar os jovens e demais membros são as atividades que envolvam jogos, e há um campo vasto onde esse departamento da juventude poderá vasculhar e buscar formas de envolver e trazer os jovens”.

A psicóloga Édna Candida Quintino (BERNARDO, quarta geração) (Figura 78) de Volta Redonda, incumbida de palestrar sobre “juventude e autoestima”, lembrou que é importante “criar atividades que possibilitem interação entre os membros, criando dinâmicas onde todos possam se apresentar, favorecendo a unidade no Encontro”. Citou também o quanto foi positiva a palestra com os jovens, não faltando interesse e muita participação.

Figura 78 - VIII Encontro – Seropédica, jul. 2014 - Palestra para jovens, com a psicóloga Édna



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Maria Inês Glória Nascimento (GLÓRIA, quarta geração), da cidade de Rio Claro, destacou a importância do grupo em prestar deferências aos ancestrais, divulgando a sua imagem e memória, além de sublinhar a presença dos idosos nos encontros. Ela sugeriu:

[...] intensificar os pedidos para que todos tragam fotos daqueles que contribuíram e que com suas vidas nos ajudaram a enriquecer a nossa história. E mais. Há uma necessidade de se criar atividades que envolvam pessoas da terceira idade, pois, não devemos deixar de lado esses tão especiais que muito nos ajudam com suas experiências.

Como é dito acima, a interatividade e o diálogo intergeracional ilustrado por mensagens atinentes à identidade do grupo alinham a tônica dos pronunciamentos desde o primeiro Encontro, em 2007, evidente na programação dos eventos e na organização espacial dos locais escolhidos para os dois dias, sempre o sábado e parte do domingo, destinados ao que muitos participantes referem-se como a “festa da família”.

Me sinto muito feliz de estar aqui com os meus parente, participando dessa festa bonita, com tanta alegria. Pensar que ficou tanto tempo a gente, sem a gente encontrar as pessoa, se ver, sem saber um do outro [...] Isso é triste. Eu tô feliz, mas acho triste uma família bonita assim ficar a gente sem nem um aperto de mão. Eu que ando mais prá lá do que prá cá é que sei – José Carlos da Silva – (BERNARDO, Terceira geração, 2007, Rio Claro - *in memorian*).

É bonito demais ver a família festejando mais um encontro que lutamos tanto para fazer acontecer. Fico emocionada de ver a família unida, mesmo com os

problemas que tem um e que tem outro. O importante é a nossa união – Maria da Glória – (BERNARDOGLÓRIA, quarta geração, 2009 - *in memorian*).

Oito anos passados desde a primeira experiência dos encontros, ainda é comum ouvir pessoas aludindo à categoria festa (Figura 79), que parece melhor traduzir a concepção lúdica emprestada aos encontros. Jogos, brincadeiras, diversão são termos recorrentemente encontrados nas falas dos integrantes da rede familiar. Ao mesmo tempo em que se liberam para deixar fluir a euforia dos sentimentos, cumprem as formalidades que ordenam e corroboram o caráter institucional do evento, como a assinatura de livro de presença, a leitura dos requisitos pré-estabelecidos para o bom andamento das atividades planejadas e ainda outros mais significativos como a colocação ao fundo da mesa solene das bandeiras desfraldadas do Município, do Estado e da Federação, com a audição do Hino Nacional, na abertura do VII Encontro.

Figura 79 - Pátio Principal - VII Encontro (Seropédica, jul., 2013)



Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Essas formalidades, em especial, foram introduzidas no VII Encontro anual, realizado pela primeira vez na cidade de Seropédica, sob a coordenação executiva dos parentes locais. Entre os organizadores, incluindo os principais articuladores seropediquenses, justifica-se em razão de se haver convidado autoridades locais: “nós achamos importante porque estamos nos

institucionalizando, nos oficializando”.¹⁷⁴ De fato, nos dois primeiros encontros realizados na cidade de Rio Claro, embora se tenha contado com a presença do prefeito e de secretários municipais, não houve a mesma preocupação, o que demonstra um novo olhar para o que, agora, passa a ser público.

Significa dizer que a dinâmica dos encontros apresenta uma permanente mediação entre os ritos próprios de um evento “institucional e oficial”, traduzidos em formalidade e cerimônia, e aqueles distintivos do arrebatamento pelo prazer: música e dança dos corpos e das cores, bebidas, comidas, risos, abraços e beijos.

Tendo em vista que “ritos são, antes de tudo, os meios pelos quais o grupo social se reafirma periodicamente” (DURKHEIM)¹⁷⁵, em que pese a heterogeneidade teórica e metodológica que cerca o conceito na antropologia e em outras disciplinas, parece bastante notar que o ritual da festa, sistematicamente reproduzido pelos Bernardo-Glória-Faustino por quase uma década, é reputado como via de (re)estabelecimento de relações que se tinham fragilizado na passagem do tempo, que contagia em razão de possibilitar às pessoas uma postura comensal e uma atitude lúdica, alegre, descontraída, criativa, natural e espontânea.

Para a antropóloga Léa Freitas Perez (2002, p.19), “A forma lúdica de sociação não tem conteúdo, nem propósitos objetivos, nem resultados exteriores, é uma estrutura sociológica que, em sua relação com a sociação concreta, determinada pelo conteúdo, é semelhante à relação do trabalho de arte com a realidade”. A festa é uma efervescência coletiva que pode extrapolar toda previsibilidade, constituindo-se num fenômeno social que se move fora das demarcações de lógica, tempo ou ordem. Os personagens que nela se reúnem, orientam-se pela lógica do excesso, pelo lúdico, pela exaltação dos sentidos, contrariamente às dimensões do cálculo e da utilidade. A festa contempla aspectos recreativos e ao mesmo tempo ritualísticos; é uma representação coletiva, dramatizada, do sentimento comum de que tudo deve ser partilhado.

O mesmo caráter festivo, só que em outra nuance, se encontra presente também na mobilização permanente para o planejamento dos encontros anuais. Cada reunião é um encontro subdimensionado, exigindo deslocamentos intercidades e oportunizando novos conagraçamentos. Nessas ocasiões, os procedimentos administrativos vão desde a avaliação dos resultados quantitativos (número geral de participantes conforme inscrições e declaração de presença em livro destinado a esse registro) e qualitativos (estimativas não formais e impressões

¹⁷⁴ Essa a opinião de Serafim Quintino (BERNARDO, terceira geração), integrante da Direção da AFABGF, advogado que referenciou o uso de símbolos nacionais nos encontros anuais promovidos pelo grupo, nos termos da Lei 5700, de 1 de setembro de 1971.

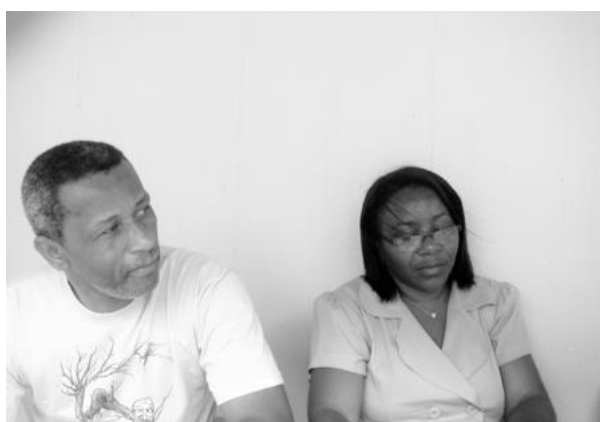
¹⁷⁵ Disponível em: < http://www.amaldomartinez.net/sociologia/durkheim_Las_formas.pdf>. Acesso em: 01 de mar. De 19045.

peçoais sobre níveis de satisfação dos presentes envolvidos nas atividades sugeridas nas programações) à circulação de informações e agendamentos, tanto dos eventos comemorativos como dos dramáticos, principalmente aqueles relacionados às situações de acometimento de doenças e funerais, nas várias cidades por onde estão distribuídos os parentes. A execução dos tais procedimentos, entretanto, jamais exclui o humor e ainda admite alguma pilhéria, sobretudo quando associada às lembranças do Encontro passado, da “festa”, que tem a função de restabelecer as conexões identitárias manifestadas naquela ocasião.

É esse o ambiente no qual se desenvolvem os debates e são tomadas decisões sobre os assuntos institucionais, pertinentes aos encontros anuais, a exemplo dos convites emitidos para autoridades públicas, artistas e intelectuais, ou os assuntos internos, que podem incluir os conflitos e tensões existentes nas relações do conjunto parental, quando esses ameaçam as realizações do grupo.

Nessas reuniões (Figura 80), como já se mencionou, vão se formando, aleatoriamente, “rodas de conversa” livremente compostas e aparentemente desconectadas de um objetivo central, que acabam por se caracterizar como “rodas de memória”.

Figura 80 - Reuniões preparatórias de encontro



Geneci André e a cunhada Célia Glória. Reunião preparatória de encontro. Seropédica, Rio de Janeiro, 2010.



Reunião preparatória para um Encontro. Guapimirim, Rio de Janeiro, 2013.

Fonte: Coleção do autor, 2010.

Ali se discutem os vários assuntos correlacionados à consecução dos encontros; também aqueles que refletem o olhar cuidadoso para as questões que dizem respeito à qualidade de vida e expectativas de parentes; e ainda outros que projetam o passado, extraíndo-lhe memórias que estimulam o grupo a elaborar o seu *ethos* discursivo, como reflete o diálogo a seguir protagonizado pela psicóloga Célia Glória (GLÓRIA, quarta geração), a professora aposentada, Clarice Maria Nogueira da Glória, casada com Elias José Glória (GLÓRIA, quarta geração), e a cozinheira e artesã Maria Natividade da Silva Leite (BERNARDO, quarta geração). Clarice apresentava o projeto que deseja realizar nos encontros e se reportava a uma experiência no

Estado do Pernambuco, quando parentes foram ao casamento de um descendente dos Glórias. Ela é interrompida por uma fala reflexiva sobre o acontecimento marcante:

Célia – Nós fomos à Casa de Cultura do Recife. Quando nós chegamos lá eu fui mostrando o que o rapaz me colocou, que os escravos, naquelas celas pequenas ficavam cinquenta negros ali dentro e tem quinhentos e quarenta celas, tá, em três andares e os negros rebeldes eram jogados lá do terceiro andar e caíam no chão, já mortos, sem nada [...] e ficavam ali espremidos num bequinho daqui até aqui, oh, gente! Cada cela deste tamanho, gente! Cada cela com quinhentas pessoas emboladas ali dentro.

Pesquisador – Mas, foi ali que você teve essa inspiração...

Clarice – Eu sempre gostei de coisas antigas: monumentos, igrejas, museus, entende? Inclusive eu já participei de uma peça, na festa da minha escola, que foi parar lá no teatro municipal [...].

Pesquisador – Como é que você relaciona essa sua experiência [...], essa da ida à Recife e este grupo aqui, a família? Como é que você faz essa ligação?

Clarice M. N. Glória – Eu falava aqui, pra tia Sandra [...] o que o que eu senti naquele lugar... Eu abracei essa causa, entendeu? Eu quero ver [sic] desse meu povo e que todos os brancos que fizeram isso [sic]

[...]

Maria Natividade – [sorrindo] Ih... A Clarice revoltou! Olha a expressão da Clarice! [...] Clarice revoltou. É... Se a gente pensar no que os nossos antepassados passaram [muitas vozes simultâneas] [...]

Clarice – Nati, você lembra quando a gente estudava, como a gente era discriminada?

Maria Natividade – Muito! Demais! Eu lembro minha prima!

Clarice – A gente estudou pela força [...]

Maria Natividade – É ... Não foi fácil, não, de jeito nenhum... Eh! Eu me lembro. Eu cheguei... Você [refere à Clarice] chegou aonde chegou... Por causa, né[...] Sofreu muito.

Clarice – Eles faziam... Natividade chegava a chorar... [...] chorava, ficava nervosa, ia pra casa. [...] Chamavam a gente sabe do que? De Cosme e Damião, que a gente, pretinhas, só vivia juntas [risos].

Maria Natividade – Ai... [risos]. Essa de Cosme e Damião, Clarice ainda lembra!

Clarice – Então... Agora que eu tô sentindo porque que a gente foi tão discriminada. Porque você ouve histórias, você...

Maria Natividade – Você entendeu por quê? Que eu já entendi há muito tempo, desde que quando me discriminavam, eu já entendia.

Pesquisador – Clarice, quando você fala: ‘Agora eu tô entendendo porque a gente foi tão discriminada’, você fala agora, quando [...]?

Clarice – Porque agora eu tenho uma realidade mais esclarecida. Porque você estuda o que te passam na escola, o que teus professores te passam e eles passam uma verdade, valores deles pra gente [...] Precisa... Precisa se fazer mais pelo nosso povo.

Pesquisador – E você acha que de alguma maneira esse nosso grupo aqui ajuda nisso? Isso vai longe?

Clarice – Sim, vai longe se a gente começar a mostrar a cultura do nosso povo para os nossos filhos, que eles também se perdem. Você fica [...] no seu trabalho até se aposentar, não tem como acompanhar... Você tá perdendo o que você já conquistou, os valores, não é? E os filhos também só vão acatando o que eles põem na boca [...] Quando você vê, tá tudo perdido.

A experiência recente vivida por Clarice desencadeia a lembrança de outras tantas, silenciadas no armazém da memória, mas, que por lhe serem caras ressurgem trovoando emoções, acionando, inclusive também em outros ali presentes, o projetor das lembranças que deságuam numa mesma fonte: o sentimento, partilhado diretamente com Maria Natividade, e indiretamente com os demais, de ter sido discriminada racialmente.

Mesmo sendo trazidas à roda de memória como uma experiência pessoal, as lembranças de Clarice resultam da interação com outras pessoas do mesmo grupo familiar. A memória compartilhada por Clarice, Natividade, Célia e provavelmente pelos demais parentes, relaciona-se com a dimensão do tempo passado, estabelecendo uma necessária interação entre o esquecimento e a preservação do passado (TODOROV, 2000, p. 18-19). Assim, a memória, ali enfatizada, assume não somente a função de atualizar a identidade coletiva que se deseja fortalecer, como desempenha, também, a função de preservar a experiência histórica acumulada, os valores e tradições reconhecidos pelo grupo como parte da própria história. O sentimento exposto inicialmente por Clarice, longe de permanecer no silêncio, é retomado como componente fundamental do seu *ethos* discursivo, ou seja, é instrumentado para formar uma imagem de si, legítima, para intervir nas escolhas das gerações descendentes, transmitindo-lhes o que é considerado relevante e indispensável para a preservação da “consciência do racismo” já conquistada.

Em estudo sobre análise do discurso e construção do *ethos*, Amossy (2005:10) revela que “a construção de uma imagem de si [destina-se] a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. O *ethos* se constitui, assim, na apresentação de si objetivada por quem profere o discurso. Evidentemente, a apresentação de si não significa a enumeração de qualidades ou a fala explícita dos atributos pessoais, mas, o que o orador representa na escolha dos termos que utiliza, seja por escrito ou não; no seu estilo; nas suas crenças; no seu conhecimento das razões que legitimam o seu dizer. O *ethos* discursivo de Clarice representa, para além dela, a imagem

ética cuja prática associativa dos articuladores do projeto eminentemente político dos Bernardo-Glória-Faustino parece pretender que seja amplamente disseminada.

Essa prática implícita no modelo usual de organização dos encontros pode ser observada nas reuniões preparatórias. A certa altura das conversas, como as que aconteceram em Vassouras (Figura 81) e que são aqui referidas, algum parente reconhecido pelos presentes como autoridade legitimada para tal conclama para a centralização das conversas, o que pode ocorrer antes ou depois do almoço, dependendo da extensão dada pelos presentes aos assuntos arrolados. Entre uma e outra fala, mais ou menos jocosa, sem prévia ordenação acordada, vão sendo resumidas oralmente as conversas e decisões que alguém, com essa designação, vai registrando por escrito, e que constarão da ata a ser contemplada na reunião seguinte. O que se tem é a mescla, a todo tempo, de modelos formais de organização incorporados pelos indivíduos na amplitude das relações sociais, como a audição do hino nacional – citado acima – com as subjetividades próprias de mais um almoço entre parentes.

Figura 81 - Reunião Preparatória, Vassouras, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2011.

5.3 AÇÕES AFIRMATIVAS ENTRE PARENTES

Como já mencionado acima, independente do grau de intencionalidade desse grupo em desenvolver um novo *ethos* familiar (uma nova dinâmica relacional que parte da valorização

dos vínculos de memória, com o intuito de solidificar uma base identitária comum, e, por assim, interferir na construção de novos vínculos), esse constitui o aspecto fundamental do seu empreendimento sociopolítico. A rede familiar propõe ações que só encontram lastro em grupos organizados, institucionalizados. Evidência disso foi a apresentação, numa roda de memória, do projeto de criação da logomarca da AFABGF, por um dos seus membros, a web designer Cassiane Glória. É a sua tia Célia Glória (portando o computador da profissional, que explica:

[...] nossa logomarca foi criada no intuito de demonstrar, de maneira abstrata, tanto a nossa afro-descendência como a nossa união familiar. Então essa logomarca, ela possui cores. Das cores, nós botamos... as cores utilizadas foram o marrom, ela aqui por dentro ela é marrom e suas variações, e o rosa bebê em alguns detalhes. O marrom busca representar o tom de pele, e o rosa bebê busca remeter à afetividade, ao carinho, características que mantêm o vínculo familiar, que é esse vínculo aqui que vocês estão vendo. O círculo simboliza aliança, união, proteção, sentimentos que toda família deve permear. Os losangos segregados e repetidos, inseridos no interior do círculo, simbolizam cada família nessa totalidade que nos une por um motivo em comum: promover o encontro entre nossas famílias. Os losangos segregados formam um tipo de unidade que faz menção às simbologias africanas que evoluem nos desenhos geométricos, muitas vezes mesclados e com outras formas de desenhos. Então, esses losangos são realmente símbolos, desenhos africanos. Então ela juntou isso tudo e montou essa logomarca para a gente. Então a logomarca original, ela é marrom e rosa bebê. Na blusa que a gente usou não deu para ficar bem visível, porque a moça não tinha a tinta e aí me explicou e aí não deu para fazer a cor, a tonalidade que a gente pediu. O que representa é isso. Obrigada (Célia Glória. Vassouras, 14 jun. 2014).

Atestar que a AFABGF e os parentes por ela representados promovem ações afirmativas, pressupõe considerar essa e todas as iniciativas de caráter eminentemente político e cultural que fundamentam um sistema próprio de reconhecimento espaço-temporal, baseado na sua história restituída pela memória coletiva, por meio do qual se processa a sua distinção enquanto grupo étnico-racial.

Tendo em conta a repetição dos procedimentos ao longo de oito anos de acionamento da parentela em função dos propósitos explicitados até aqui, esses adquiriram uma dinâmica própria e sistêmica, manejável mesmo por quem não participou das experiências iniciais. A funcionalidade desse sistema implica em duas esferas principais de atuação para o convencimento, inserção e permanência criativa do parente no raio de ações que tem como eixo os encontros anuais. Ambas as esferas de atuação são amparadas no seguinte tripé: são complacentes ou moldáveis (variam conforme as circunstâncias materiais e psicológicas

encontradas em cada casa, de modo a estancar possíveis tensões e conflitos existentes, transformando diferenças no interior do grupo familiar em combustível para a mobilização permanente de toda a parentela); são fluídas ou loquazes (no sentido de incentivar a fala espontânea e a propositura livre para o enriquecimento dos encontros – como torná-lo mais atraente, por exemplo –, pontos de partida para a construção discursiva dos parentes acerca da importância da sua presença no movimento); são conectadas entre si (a funcionalidade do sistema demanda o diálogo contínuo entre uma e outra esfera, condição essencial para estabelecer pontes e transitar licenciosamente pelo tempo passado, presente e futuro).

A primeira esfera compreende o reforço das características culturais que identificam e singularizam os descendentes de Manoel Bernardo, Benedito Glória e Faustino José Deoduque, categorizando-as como tradição familiar¹⁷⁶. Dentre as características que compõem a tradição familiar observadas em diferentes casas nas cidades de Rio Claro, Angra dos Reis, Barra Mansa, Valença, Seropédica, e capital, no Rio de Janeiro, além de Mauá, em São Paulo, e Cuiabá, no Mato Grosso, estão:

- a feitura manual de variados artefatos de uso doméstico (vassoura de guanxuma; pilão em madeira acompanhado de porrete; colher de pau; fogão à lenha em barro queimado; vasilhames em bambu, madeira ou fibras naturais; colchas, cortinas, tapetes, toalhas de mesa e panos de pia confeccionados a partir de retalhos de tecidos reaproveitados; sabão à base de gordura animal ou vegetal);
- o processamento manual de alimentos (paçoca de amendoim; paçoca de carne seca; farinha de mandioca; fubá; mel; melado, caldo e aguardente de cana-de-açúcar)
- a culinária típica (bolos de aipim, cenoura, milho de roça, laranja, tapioca, bolinho de chuva, bolinho de arroz socado no pilão; doces de mamão, abóbora, leite, carambola, goiaba, laranja, batata doce; salada de agrião com camarão de água doce);
- manejo de ervas medicinais (chás, xaropes e banhos para males ou aflições como: queda de cabelos, ansiedade, depressão, indigestão, problemas do fígado, reumatismo, inchaço, tosse, hemorroida, insônia, dor de garganta, dor de cabeça, febre, inflamação, diabetes, diarreia, gripe, pressão alta, retenção de líquidos, cólica, vermes, anemia, doenças do coração, bronquite, artrite, sangue, asma, prisão de ventre, controle do peso);

¹⁷⁶ Evidentemente, em face das transformações econômicas e culturais decorrentes das sofisticções do sistema capitalista, como é o caso da mecanização da produção agrícola, muitas práticas tradicionais foram minguando até a integral substituição por novas tecnologias ou até o seu desaparecimento.

- os símbolos religiosos, em geral adstritos ao catolicismo, herdado dos antepassados mais longínquos, e ao protestantismo, nas denominações escolhidas sobretudo a partir dos anos 1980.

A segunda esfera dessas iniciativas inscreve-se no compromisso de conquista das condições desejáveis de acesso a bens e serviços fundamentais para a sua realização socioeconômica e continuidade cultural, que podem ser assim enumeradas conforme o que foi efetivamente observado:

- as possibilidades de ajudar a um parente que se encontra desempregado a reinserir-se no mercado de trabalho;
- o acolhimento aos parentes que se encontram em situação de grande precariedade por meio do recolhimento e redistribuição de alimentos, roupas e outros objetos usados, por doação;
- o apoio a jovens em fase de realização de certames para o ingresso no ensino superior;
- o encaminhamento de parentes desabilitados mentalmente ao serviço público de saúde;
- a visitação aos parentes com dificuldades financeiras, com vistas a tornar possível a frequência aos encontros anuais;
- a readequação dos valores das contribuições individuais para manter a taxa média de participação nos encontros;
- a criação e apresentação de projetos lúdicos e culturais para aplicação durante e nos espaços intervalares dos encontros.

No Encontro de 2013 foi proposto que a rede familiar conhecesse todos os jovens de sucesso acadêmico e profissional, no intuito de estimular os mais novos a seguirem o exemplo. Concepções dessa envergadura, associadas às estratégias de que se têm lançado mão para as realizações do interesse familiar, sendo as mais notáveis a partilha voluntária dos recursos financeiros para suprir as necessidades materiais exigíveis à realização das atividades e a disponibilização do tempo e do trabalho qualificado dos seus integrantes – como o da web designer, do advogado, do contador, da professora, da psicóloga, do economista, do eletricitista e outros – evidenciam que o projeto político de empoderamento dos Bernardo-Glória-Faustino independe das referências que o poder oficial lhes confere.

É importante salientar que, malgrado a popularização das cotas raciais como vértice dos programas de discriminação positiva ou ação afirmativa, esses facilmente olhados como integrantes exclusivamente da iniciativa governamental ou das Ong's que operam com a mesma

finalidade, isso não é tudo. A rede familiar em estudo vem acumulando ações que demonstram apropriar-se dos princípios de ação afirmativa, elencados no início deste capítulo, mantendo, porém, até o presente, as suas próprias forças como meio de realização do seu projeto de poder. É possível diagnosticar em suas expectativas a ambição, mais que veleidade, de desenvolver outros meios mais robustos, e ir além.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÃO

Nesta tese foi demonstrado que a intensa mobilização que se pratica no interior da rede familiar Bernardo-Glória-Faustino, desde 2006, com vistas a realizar encontros entre parentes, produziu um movimento de afirmação da sua memória familiar. Os parentes que se propuseram a organizar os primeiros encontros motivaram o conjunto da parentela a expor suas memórias, iluminando, assim, o caminho e o desejo de voltar os interesses para o passado.

Esse movimento espontâneo, inicialmente integrado por alguns parentes, propunha momentos de confraternização. Porém, ao relembrar coletivamente o passado da família na ocupação dos espaços da cidade de Rio Claro, desde o tempo em se vivia na lavoura em terras de fazendas, o movimento tomou um rumo mais espesso. Ao rastrear autonomamente a reconstituição de sua própria história como grupo parental único, evoluiu para a estruturação de um sistema de reconhecimento espaço-temporal e distinção simbólica,

Também foi demonstrado que o grupo de parentes experimenta um processo singular de construção de identidade étnico-racial, no seu ambiente relacional familiar extenso. Voltar o olhar para o passado significou localizar os antepassados, fundadores das três linhagens, no contexto da escravidão. Passou-se a produzir um novo discurso, germinado pelos primeiros organizadores dos encontros, ou “festas da família”, que se serviram dos vínculos inexoráveis do grupo a referências históricas e culturais do período escravista e de uma “África imaginada”.

Iniciou-se, assim, uma outra forma de conduzir as relações interparentais, que aos poucos viria a influenciar, também, a imagem do grupo perante a sociedade local e os poderes públicos, em Rio Claro. Ao tornar-se uma instituição devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica como organização sem fins lucrativos, passa a transitar nos fóruns públicos de discussão dos interesses sociais coletivos. As relações institucionais mantidas com o poder público passaram a interferir na elevação da autoestima do grupo, contribuindo para a valorização da sua autoimagem. Estabeleceu-se um novo *ethos* familiar onde predominam ações simbólicas e políticas que desejam integrar e fortalecer o caráter identitário de rede familiar extensa afro-brasileira.

Viu-se que, do ponto de vista simbólico, tais ações desenvolvem-se nos períodos que intercalam os encontros anuais, e têm culminância nas atividades realizadas nos encontros organizados anualmente: nos desfiles de Miss Família BGF, nas oficinas de embelezamento com foco na estética negra, na exposição de imagens e objetos representativos das memórias da rede familiar, nas palestras sobre temas sociais conectados à vida política e cultural da

população negra, no resgate de práticas culinárias tradicionais, na festa, nos bailes, nos passeios a lugares de memória reportados pelo grupo familiar.

Os olhares e expectativas dos parentes para os conteúdos e as dinâmicas relacionais experimentados durante os encontros, dos quais pude acompanhar oito dos nove realizados, os têm consagrado como patrimônio cultural comum. Em recorrentes falas dos informantes, foi evidenciado que os parentes se referem à festa dos encontros como se essa já não pertencesse à geração que a criou. Para o grupo, os encontros são, hoje, fruto de uma organização coletiva que reúne manifestações ligadas aos sentidos e valores de um conjunto de pessoas. Se a AFABGF não arrebatava a todos, seguramente sensibiliza a maioria dos membros da família.

Evidentemente, o debate sobre bens culturais e patrimônio cultural imaterial não seria profícuo nos limites e interesses deste estudo. Para o IPHAN, “[...] registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem” (IPHAN, 2006, p.22), importando dimensionar o alcance para o interesse nacional dos bens culturais em questão. Contudo, é interessante refletir que para efetuar o registro de bens culturais de natureza imaterial, quem qualifica as experiências que ligam as pessoas através das manifestações transmitidas de geração a geração, e que permanecem vivas pela importância para as comunidades que desejam preservá-los, são as próprias pessoas que os produzem. Chamo a atenção para o fato de que o “espírito da lei”, que é expresso na legislação que trata do assunto¹⁷⁷, igualmente povoa o imaginário de pessoas que, mesmo na simplicidade de um ancião com baixa escolaridade formal (refiro-me ao parente septuagenário que ao ser homenageado em um dos Encontros profere a frase: “toda essa festa já não pertence a nós”), aprendem a formular assertivas sobre certos acontecimentos coletivos que se dão no plano cultural e familiar, mas que lhes parecem possuir longevidade.

O outro tipo de ação que compõe o novo *ethos* familiar é de natureza política e se cristaliza na institucionalização da família. Sob essa nova chancela renovam-se as relações de hierarquia no interior do grupo. Essa pode servir tanto para dirimir tensões e conflitos que impliquem em risco para o convívio integrado dos seus membros, como para legitimar novas formas de exercício de autoridade e poder. Ao mesmo tempo, progressiva e regularmente os parentes são instados a promover práticas de autoajuda interfamiliar, seguindo, autonomamente, princípios semelhantes ao que se convencionou denominar no Brasil e em outras sociedades de ações afirmativas. Isto é, ações planejadas pelo grupo, a partir do

¹⁷⁷ Ver o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e define um programa especificamente voltado para esses bens.

mapeamento das suas necessidades e expectativas, e voltadas para o próprio grupo, com a finalidade de promover o seu empoderamento político, face ao exercício de direitos de cidadania. Para o desenvolvimento dessas ações, que incluem, além da autoajuda material, o estímulo ao desenvolvimento escolar e profissional, o grupo aprendeu a reconhecer-se como parte de uma população que sofre historicamente os malogros do preconceito e da discriminação étnico-racial.

Em relação à metodologia adotada, foi desafiante para a construção desta tese a pertinência de reconstruir, interpretativamente, a experiência social de um grupo familiar ao qual está vinculado o autor, na condição de parente por linhagem materna. O autoconvencimento sobre essa possibilidade ocorreu na medida do aprofundamento do estudo da literatura cujos autores igualmente travam esse encontro com as respectivas memórias familiares, especialmente Duarte e Gomes (2008), Bourdieu (2005) e Martins (2005), esse último não pelo debate oferecido sobre a questão da autoria e autopesquisa, mas pelo fato de que o seu trabalho historiográfico, que inclui como fonte oral a sua família, repousa na temática sobre famílias de ex-cativos e seus descendentes em processos de individualização e ascensão social.

No fazer da investigação, em momentos diferentes, no campo da pesquisa, a condição de pesquisador da própria família impôs situações e sentimentos que propiciaram refletir constantemente sobre experiências semelhantes em pesquisas empreendidas por outros autores. Essas reflexões favoreceram a tomada de decisões de natureza metodológica, sobretudo quando foi exigido dialogar com a própria condição de indivíduo individualizado (DUARTE & GOMES, 2008; DUARTE, 1995). Em outras ocasiões, foi exigido equilíbrio no lidar com as emoções derivadas dos informantes, e também do autor, mesmo sendo este portador do treinamento para desempenhar o trabalho etnográfico, que pressupõe o domínio de técnicas para preservar a capacidade de estranhamento. Em certas circunstâncias, os sentimentos efluíram com tal intensidade que, como em FAVRET-SAADA (1990), “adotei um dispositivo metodológico tal que me permitisse elaborar um certo saber posteriormente”.

Deve-se destacar que o levantamento de dados por via oral foi favorecido exatamente por esta condição de ser localizado pelo grupo como “de dentro”. Essa noção permitiu ao pesquisador compartilhar determinados assuntos de fórum íntimo dos seus interlocutores, devidamente mantidos na esfera da confidencialidade. A confiança bilateral contribuiu ao estabelecimento de parâmetros de análise sobre motivações para certas atitudes na vida cotidiana raramente transparecidas, como por exemplo, os sentimentos em torno da transgressão da honra masculina e da honra feminina.

Foi graças à exploração bastante aprofundada do recurso da oralidade que se tornou possível apresentar as trajetórias que compõem a história social da rede familiar, desde os parentes retratados como os “primeiros” na memória dos informantes e nas descrições contidas nas certidões de nascimentos mais antigas disponíveis. Como um dos principais desdobramentos da remontagem dessas trajetórias, foram analisadas as relações que redundaram em agenciamentos matrimoniais interparentais e por afetividades proximais.

Ficou claro que não se trata de uma prática de casamentos endogâmicos, relativos a um sistema de parentesco propriamente incrementado. Os dados informam que os entrelaçamentos dos três “troncos” ou linhagens foram acentuados nas segunda, terceira e quarta gerações, essa nascida nos anos 1950-60. A dinamização da vida para os descendentes de cativos no que tange à sua reprodução social no pós-emancipatório foi, em certa medida, uma decorrência das “políticas de controle da força de trabalho”, com caráter privado no Brasil (MARTINS, 2005, p. 147).

Essas políticas não foram estabelecidas pelo Estado, como ocorreu ao fim da abolição em lugares da América onde foi prevalente a exploração escravista, como nos Estados Unidos, depois da guerra civil, e no caribe britânico¹⁷⁸. No Brasil, o posicionamento do Estado em relação ao destino da massa de trabalhadores então liberta foi sua marginalização social, dado o estímulo ao agenciamento de mão de obra migrante da Europa.

Na região do Vale do Paraíba fluminense, a partir da proibição do tráfico, simultâneo à aprovação da Lei de Terras, em 1850, houve uma mudança significativa no conjunto das “relações de força entre senhores e escravos” (Sales 2008, p. 64). Nessa região, já na década seguinte mudam as condições de reprodução social da população de cativos. Fatores endógenos, como a vida em família e o crescimento vegetativo dessa população, passam a ser relativamente mais importantes do que fatores exógenos, representados pela alimentação dos plantéis por via do tráfico de escravos, estancado nas águas internacionais¹⁷⁹. Nos anos 1880, última década da escravidão, a escassez de mão de obra, dado principalmente à elevação dos preços praticados no comércio interno de gente, impunha a manutenção da ordem escravocrata aos grandes proprietários, principalmente na região sudeste.¹⁸⁰ Desta forma, restou aos antigos

¹⁷⁸ Ibidem. Martins chama a atenção para o fato de que a implantação dessas políticas não significou que essas sociedades se planejaram para assimilar a força de trabalho do ex-cativo com a perspectiva do seu desenvolvimento social. Na verdade, essas políticas, como o “código de negros” adotado no sul dos Estados Unidos, criados por associações de ex-escravagistas com a anuência de governos locais, revelaram-se estratégias de limitação da mobilidade territorial dos libertos, pois que buscavam limitar as organizações de produção autônoma.

¹⁷⁹ SALES, op. cit.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 65.

senhores de escravarias intervir para tentar evitar o esvaziamento total das fazendas. É quando se ampliam em várias regiões do país novas escolas, por iniciativa privada, subvencionadas ou não, instaladas, no caso das áreas rurais, nas terras dos fazendeiros (MARTINS, 2005). Em Rio Claro essa nova situação afetou sensivelmente a dinâmica de vida da família BGF.

Deve-se ter em mente que na cidade do Rio de Janeiro, capital da República recém criada, o censo demográfico de 1890 dá conta de uma população (a que respondeu à aferição) de 522.651 mil habitantes. Deste total, 270.330, representando 51,72%, declararam ser alfabetizados. Em 1906, quando a cidade, que já era o principal porto, centro urbano e industrial do país, passava por um processo de grandes transformações urbanísticas (BRAGA, 2013), a população atingia 811.443 mil habitantes. O total de homens e mulheres que diziam saber ler e escrever havia se elevado menos de 1 ponto percentual, ou seja, para 51,89%¹⁸¹. Mesmo não havendo dados estatísticos disponíveis para Rio Claro, a julgar pelos números da capital, não ficam muitas dúvidas de que a cidade matriz dos Bernardo-Glória-Faustino, e adjacências, no interior do Estado, com uma história marcada pelas grandes áreas de produção, as chances de alfabetização de ex-cativos devem ter continuado muito remotas.

Os dados da pesquisa, como apresentados nos capítulos precedentes, indicam que Ernesto Glória, filho do primeiro dos Glória, nascido em 1896, foi notabilizado na sociedade rio-clarense, no pós-emancipatório, justamente porque era um preto que sabia ler e escrever bem, tendo sido alfabetizado por párocos da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, a Igreja matriz local. À exceção desse, todos os demais parentes que viveram a infância e a juventude no pós-emancipatório e mais além, até a década de 1960, quando foi criada a primeira escola pública, o colégio São José, no bairro Vila Velha, quase todos¹⁸² foram rudemente alfabetizados nessas escolas subvencionadas, nas fazendas.

Em Rio Claro, os proprietários da Fazenda Pinheiros¹⁸³ e da Fazenda Sant'Anna, que mantinham boa parte das linhagens que viriam a entrelaçar-se em matrimônios, e criar a rede familiar Bernardo-Glória-Faustino, também providenciaram escolas com o intuito de instruir ex-cativos, mas para beneficiar as suas próprias famílias. Adotaram as ideias correntes desde

¹⁸¹ IBGE: POPULAÇÃO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS - 1872/2010 (Disponível em: < [HTTP://WWW.CENSO2010.IBGE.GOV.BR/SINOPSE/INDEX.PHP?DADOS=6&UF=00](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00)> Acesso em: 20 jun. 2015).

¹⁸² Os dados mostram que somente Serafim Quintino (BERNARDO, terceira geração), o mais jovem, teria concluído o ciclo básico de ensino. Os demais se evadiram dado a necessidade de compor as “turmas” de trabalhadores que tinham que se dedicar às lavouras.

¹⁸³ Cumpriu à professora Walma Pereira ministrar as primeiras aulas na Escola Subvencionada da Fazenda dos Pinheiros, a vários integrantes dos Bernardo-Glória-Faustino, sendo o mais antigo dos alunos Geraldo Vitorino (BERNARDO, terceira geração), hoje com oitenta e dois anos. A professora Walma transferiu-se para o ginásio do Colégio São José, tendo posteriormente ocupado o cargo de secretária municipal de educação.

antes do treze de maio de 1888, cujo editorial do jornal O Cachoeirano, publicado algumas semanas antes da abolição, identificava como “missão primordial dos patriotas e dos governos”, referindo-se à necessidade de “aumentar o número destas escolas”, e propondo que implantá-las no interior consistia em “tarefa inadiável”¹⁸⁴. Oferecer trabalho, portanto, nos domínios das terras da fazenda, em troca da terça parte da produção e escolarização para as crianças e adultos, era visto como medida para assegurar a permanência das famílias de trabalhadores libertos e seus descendentes, podendo assim os fazendeiros manter produtivas as terras (SALLES, 2008).

Ocorre que a mudança da mentalidade que sustenta a superioridade de brancos em relação a negros, como se sabe, não só não desapareceu junto com as relações de produção escravista como foi recrudescida no pós-emancipação (SLENES, 1988). Principalmente em lugares como a região do Vale do Paraíba, onde a opulência dos senhores de escravos era medida pelo tamanho de suas escravarias (SALLES, 2008). Diante das sucessivas exposições de preconceito e discriminação racial, exemplificadas nos depoimentos de membros da Família BGF que recordam seus infortúnios, foram crescentemente desenvolvidas relações proximais entre as três linhagens, em busca de segurança afetiva. Esta teria sido a forma encontrada por famílias como a que foi apresentada neste estudo para se protegerem das violências físicas e psicológicas do racismo. A desativação desses matrimônios nas gerações atuais parece corresponder à circulação de uma imagem mais positiva do negro na vida pública e para si mesmo.

A acentuação da crise financeira das fazendas foi inelutável. Com a introdução da carteira de trabalho nas relações entre empregados e empregadores também nas áreas rurais, a partir do início da década de 1930, na Era Vargas, fazendas como a Pinheiros e a Sant’Anna sucumbiram de vez. Os maus tratos dos antigos senhores ou dos seus descendentes, baseados na mentalidade a qual refiro acima, e que foram retratados por informantes ao longo do desenvolvimento do trabalho, possivelmente também contribuíram para acelerar o esvaziamento que levou muitas fazendas à falência.

O fato é que as estratégias recorridas pelos fazendeiros realmente retiveram boa parte dos membros das três linhagens, que se não fosse por essa permanência, talvez não tivessem se constituído em rede parental. De qualquer maneira, desde as primeiras gerações, a família BGF passou a buscar alternativas à vida na lavoura em terras de fazendas. Isto propiciou a vinda para o bairro da Vila Velha e para o Morro do Estado (Figura 82), e ainda a migração de parentes para outras cidades, como foi apresentado em profundidade.

¹⁸⁴ O CACHOEIRANO, 18 de março de 1888. “Editorial” apud Martins (2005, p. 149).

O deslocamento territorial e a reacomodação das unidades familiares, já em franco desenvolvimento dos matrimônios interparentais e afetivo-proximais, em novos espaços, se efetivaram com a continuidade das relações tradicionais, como haviam sido instituídas nas terras das fazendas. Mais do que a relação de consanguinidade, as relações baseadas na perspectiva da segurança afetiva, continuaram a configurar a vida relacional no ambiente da casa. É o que explica o reconhecimento e deferência aos parentes que, mesmo não partilhando da consanguinidade, participam, com afinco, do processo organizativo da família em torno do projeto da AFABGF, e são respeitados.

Figura 82 - Núcleo dos Glórias - Morro do Estado, Rio Claro, RJ



Fonte: Coleção do autor, 2014.

Acompanharam essas reacomodações os primeiros rompimentos com a tradição católica, seguidos de conversões principalmente as denominações evangélicas. Entretanto, a fixação do grupo no ideário de empoderamento dos seus membros, através do fortalecimento da AFABGF, tem relaxado as tensões provenientes das novas escolhas religiosas no seio da família, nos últimos trinta a quarenta anos.

Procurou-se demonstrar que aos mais velhos têm cabido o papel de sustentáculo cultural da rede familiar. Esses têm merecido o reconhecimento do grupo obviamente dado a sua condição de esteios da arquitetura política e cultural que se deseja levar para as futuras gerações. Por outro lado, há jovens que assumem efetivamente lugar de destaque nesse processo, como é o caso da *designer* que produziu e ofereceu ao grupo o projeto da logomarca, assimilado pela instituição. Deve-se salientar, entretanto, que a presença discreta de jovens na ponta das ações

de maior envergadura faz da iniciativa mencionada uma exceção. Embora os encontros, muito frequentado por jovens, seja o momento em que mais se investe coletivamente na transmissão de valores, notadamente balizados por referências de identidade étnico-racial, para as gerações mais novas a presença esmaecida de jovens pode vir a constituir, a médio prazo, um grave problema para a continuidade da instituição. Sabe-se que uma das tarefas políticas essenciais para o desenvolvimento de qualquer projeto dessa natureza é formar novos quadros dirigentes. Parece-me que essa ainda não é uma reflexão madura entre os parentes.

Enfim, o que está contido nas páginas precedentes são reflexões que tiveram como intenção acrescentar e complexificar o debate sobre família, memória e identidade, particularmente no que concerne à conformação das famílias negras. São necessárias novas abordagens e concepções sobre família negra, que auxiliem no lidar com as suas representações contemporâneas acerca do universo político, ideológico e sociocultural, onde ainda se encontram invisibilizadas.

Em contexto no qual ganha relevo a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, que tem como finalidades resgatar a história desse período, aferir responsabilidades e demonstrar a importância das ações afirmativas como meio de reparação à população negra, iluminar as trajetórias de famílias negras contribui para enriquecer a sua pauta de reflexões sobre o assunto.

Como refletido intensamente neste trabalho, a identidade étnica dos Bernardo-Glória-Faustino, enquanto grupo familiar com características próprias, vem se reconstruindo e reconfigurando ao longo do seu processo histórico, com recorte a partir do final do século XIX, período que o grupo nomeia como seu marco concreto. Neste sentido, uma coisa parece realmente importante frisar: na contramão das argumentações que primam pela fragilização da cultura como elemento central de afirmação de identidades, o que o uso da memória por um grupo ligado pelo parentesco aviva é exatamente sua herança cultural como o visgo de ligação entre as diferentes gerações passadas, presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFABGF. **Estatutos da Associação da Família Bernardo-Glória-Faustino**. Rio Claro/RJ: [s.n.], 2009.

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas**: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Ginga**. E de como os africanos inventaram o mundo. Lisboa: Quetzal, 1ª ed, jul. de 2014. 280p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso** – a constituição do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.

ANSALDI, Waldo. [S.l.]: **Uma cabeça sin memória e como uma fortaleza sin guarnición**. La memoria y El olvido como cuestión política. Disponível em: < http://www.catedras.fsoc.uba.ar/udishal/art/cabeza_sin_memoria.pdf > Acesso em 23 ago. 2012.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Trad.D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola. Bauru, São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2006. 370 p.

ATHAYDE, J.B. **Barra Mansa e seus administradores**. Oficinas Gráficas da Sociedade Propagadora Esdeva. Juiz de Fora, MG : [s.n.], 1971, 152 p.

AUGRAS, Monique. **O duplo e a metamorfose**. Petrópolis, Vozes.1983.

BACELLAR, C.A.P., SCOTT, A.S.V. e BASSANEZI, M.S.C.B. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

BARROS, M. M. L. de. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S01047183199900020016700001&lng=en>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira/Edusp, v.1, 1971.

_____. O Candomblé da Bahia (rito nagô). **Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira**, São Paulo, vol. 1978. 313p.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. **O Negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1830**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

BEILER, Aloysio Clemente Breves. O imperador do café. *Revista de História.com.br*, RJ: 24. ed., set 2007. Disponível em: <
<http://www.revistadehistoria.com.br/conteudo/busca?q=Aloysio+Clemente+Breves>> Acesso em: 22 abr. 2015.

BENJAMIM, Walter. **A origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).

BERGMANN, Barbara. **In defense of affirmative action**. New York: Basic Books, 1996. 213 p. Disponível em: <<https://www.h-net.org/reviews/showpdf.php?id=2390>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Tr. Paulo Neves. 2.^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. “Apêndice: O espírito da família”. In: _____. **Razões Práticas**:

Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. 4ª ed. Campinas/São Paulo: Papirus, 1996. P. 124-135.

_____. **Um Arte Medio**: ensayo sobre los usos sociales de la fotografia. Editorial Gustavo Gili. México: [s.n.], 1979. Disponível em <<https://existenciaintempestiva.files.wordpress.com/2014/03/bourdieu-un-artemedio.pdf>> Acesso em: 22 de abril de 2015.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Esboço de autoanálise**. Tradução, introdução, cronologia e notas de Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 140 p.

BRAGA, Paula Marques. **Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas**: Paisagens Particulares *versus* a Banalização da Paisagem. 2013. 256 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Estatuto Nacional da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata**. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, 2014

_____. **Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm >. Acesso em: 18 ago. 2011.

_____. **Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, DF, 1996.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: 2013 – 2015**. Brasília, DF, 2013.

_____. Senado. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. **Projeto de lei n. 13: Relatório**; Relator Lúcio Alcantra. 25 jun. 1997.

BUNN, Maria Cristina. Redes de movimentos sociais: possibilidades de análise de um paradigma da complexidade. **Revista Antropológicas**. Ano V, v. 11, Série Imaginário, Recife, 2000.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**, 5a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARNEIRO, Edison. **Candomblé da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A modernização frustrada**: a política de terras no Império. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, n.1, março, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Teatro das sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **D. Pedro II**: ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Eduardo V.; ARAUJO, R. B. de. Romeu e Julieta e a origem do Estado, In: VELHO, Gilberto. **Arte e Sociedade**: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, p. 130-169.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.320p.

COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136p.

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Laced, 2014.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil 1850-1888**. [The Destruction of Brazilian Slavery- 1850-1888] Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, Instituto Nacional do livro, 1978. 394p. (Retratos do Brasil, 90).

CONTINS, M.; SANTANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Revista Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n. 1, p.209-220, 1996.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da Escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Iraci Del Nero da. SLENES, Robert W. SCHWARTZ, Stuard. B. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 229-243, maio/ago, 1987.

COUTO, M. T. O pluralismo religioso intrafamiliar e as transformações recentes nos campos da família e da religião. In: _____: Teoria & Sociedade. **Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG**. Belo Horizonte: MG, Número 08, 78-97, 2001.

CUNNINGHAM, Adrian. A alma e a consciência do arquivista: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária. **Cadernos BAD**, Lisboa, n.2, p.63. 2003.

CURTIN, Philip. **The Atlantic slave trade**: a census. Madison: Wisconsin, 1969.

DA MATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo, ou como ter o Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978.

_____, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1991.

DANTAS, Beatriz Góis. Repensando a pureza nagô. **Revista Religião e sociedade** n. 8, Rio de Janeiro, ISER. 1982.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Trad. de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010. 196p.

DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais e participação política: a problemática contemporânea da ação direta. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 17. **Anais**, Caxambu: [s.n.]: 1993.

DONZELOT, Jacques. A Polícia das famílias. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. **Revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

DUARTE, L. F. D. **Da Vida Nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)**. Rio de Janeiro: Zahar/CNPq. 1986.

_____. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: Lopes JSL, organizador. **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero; 1987. p. 203-26.

_____. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara (Org). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais da sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Loyola. 1995.

_____. O sacrário original - Pessoa, família e religiosidade. **Revista Religião & Sociedade**, vol. 26, n.2, p.11-40, 2006.

_____. **The home sanctuary. Personhood, family and religiosity**. Translated by David Rodgers. *Relig. soc.* [online]. 2006, vol.2 Selected edition, pp. 0-0. ISSN 01008587. Disponível em <http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_rs/v2nse/scs_a03.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

DUARTE, Luiz Fernando Dias & GOMES, Edlaine de C. **Três Famílias: Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008, 316 p.

DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURKHEIM, Émile. La famille conjugale. In DURKHEIM, E. (Org.). **Textes III, Fonctions sociales et institutions**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975 [1921].

_____. **Da Divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995 (coleção Tópicos).

_____. **Formas Elementares da vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

_____. **Lições de Sociologia**. São Paulo; Martins Fontes: 2002.

_____. Las Formas Elementales de la Vida Religiosa, [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:< http://www.arnaldomartinez.net/sociologia/durkheim_Las_formas.pdf>. Acesso em: 01 de mar. De 19045.

ELTIS, David & RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010. 307 p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ªed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Globo. 3ª ed. revista. Porto Alegre, 2001.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Affecté”. In: *Gradhiva: Revue d’Histoire et Archives de l’Anthropologie*, 8. pp. 3-9. Trad. Paula Siqueira, *Cadernos de Campo*, nº 13: 155-161, 2015 Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50263/54376>> Acesso: 29 de julho de 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça braça**, Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERRREIRA, Cristina; KELLERHALS, Jean, PERRENOUD, David. **Linguagens do parentesco**: lógicas de construção identitária. *Análise Social* 37: 545- 567. [s.l.:s.n.], 2002.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro** (século XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete, RIBEIRO, Ana Clara (Org.). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 69-89.

_____. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v 14, n 2, p. 50-9, maio- ago. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>. Acesso jan. 2015

FOUCAULT, M. A Escrita de Si. In: MOTTA, M. B. da (Org.). **Ética, Sexualidade, Política**: Michel Foucault. Trad. de Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5 p. 144-162. (Coleção Ditos & Escritos).

FREIPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da Escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRESTON, P. Popular Protestants in **Brazilian Politics**: A Novel Turn in Sect-State Relations, *Social Compass*, 1994, 537-570.

FREYRE, Gilberto. **Novo Mundo nos trópicos**. Rio de Janeiro, Record, 1969.

_____. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998

_____. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. **Açúcar**: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. **Ordem e Progresso**. [l.]: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2008.

GAGNEBIN, Jeane. **Lembrar, escrever, esquecer**. Ed 34, São Paul: [s.n.], 2006. 97106.

GARINE, Igor de. **Alimentação, culturas e sociedades**. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, v.15, n.7, p.4-7, [s.n.], 1987.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACOMINI, Sônia Maria. **A alma da festa**: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube Belo Horizonte: Editora UFMG ; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, 308p.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432 p.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Trad. Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GLÓRIA, Célia. [14 jun. 2014]. **Conversando com Célia Glória**. Entrevista concedida a Luís Cláudio de Oliveira. Vassouras, RJ.

GOMES, Edlaine de Campos. Morte em família: ritos funerários em tempo de pluralismo religioso **Rev. Antropol.** v.49 nº.2 São Paulo July/Dec. 2006.

GOMES, Edlaine de Campos. Doce de Cosme e Damião: dar, receber, ou não? In: _____. **Dinâmicas Contemporâneas do Fenômeno Religioso na Sociedade Brasileira**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.p. 169-185.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **O Debate Constitucional sobre Ações Afirmativas**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001

_____. **Ação afirmativa**: aspectos jurídicos. Racismo no Brasil. São Paulo, Petrópolis: ABONG, 2002

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. 2002. 449 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores (as): um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.

167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 22 de abril de 2015.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOVERNO FEDERAL, **Secretaria Extraordinária de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial** [s.l.]: SEPPIR, 2003.

GUEDES, Simoni. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. **Caderno CRH**. Salvador, n. 29, 1998.

GUEDES, S. L.; LIMA, M. S. Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores . Família e gerações . 2006. In: BARROS, Myriam Lins de. (org.) **Família e gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

HANBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, **Vértice Revista dos Tribunais**, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (Org.) **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guarda Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 410 p.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAMPATÉ Bâ Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, J. **História geral da África**: Metodologia e Pré-história da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980.

HARDT, M. e NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HASENBALG, Carlos A. O Negro nas Vésperas do Centenário. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, nº 13, p. 79-86, 1987.

HERNANDEZ, T. K. An exploration of the efficacy of class-based approaches to racial justice: the cuban context. **U.C. Davis Law Review**. University of California at Davis, v. 33, n. 4, p.1.135-1.171, summer, 2000.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Trad. Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUYSEN, Andreas. Passados Presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro, RJ: Aeroplano, 2004. p. 9-40.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 de jul. de 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos**: Rendimento mensal 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.sht>. Acesso em 20 de maio de 2015.

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Os Samba, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois**: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 1936/2006. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional/Departamento de Patrimônio Imaterial, jun. 2006.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Espana: Siglo XXI, Social Science Research Council, 2003.

KETELAAR, Eric. Gestión de registros y poder social. In: McKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michael; REED, Barbara; UPWARD, Frank (Org.). **Archivos**: gestión de registros en sociedad. Cartagena, Ayuntamiento: Concejalía de Cultura, 3000 Informática, 2007.

KLEIN, Herbert S. Novas Interpretações do Tráfico de Escravos do Atlântico. **Revista História**, São Paulo. 120. p..3-25, jan/jul. 1989. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18589/20652>>. Acesso em 13 jul 2012.

LAMEGO, Paulo. **O Brasil é o Vale**. Valença. Ed. Gráfica PC Duboc, 1ª ed., 2006.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LEMIEUX, Denise. Souvenirs d'enfance, mémoires familiales et identité, [s.l.:s.n.] 1995. Disponível em: <<http://www.bibl.ulaval.ca/doelec/pul/dumont/fdchap14.html>> Acesso em: 14 jan.2012.

LEVI-STRAUSS, C. Mythologiques I. Le Cru et le Cuit. Plon. Paris: [s.n.], 1964.

_____. Le Triangle Culinaire. l'Arc, Aix-en-Provence, n. 26:, 1965. p. 19-29

_____. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: [s.n.], 1976.

_____. Tristes trópicos, São Paulo. Companhia das Letras, Trad. Rosa Freire d'Aguiar. [s.l.: s.n.], 1996. 456p.

MACHADO, Edileine Vieira. Contribuições da antropologia para formuladores de políticas públicas de inclusão. **Revista Internacional d'Humanitats** 22 jul-set, 2011 CEMOrOc-Feusp / Univ. Autônoma de Barcelona. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/rih22/edileine.pdf>>. Acesso em 14 dez 2014.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil. Discutindo a História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1994.

MANNING, Patrick. **The African Diaspora: A History Through Culture**. Nova York: Columbia University Press, 2009, 394 p.

MARCELIN, Louis H. **A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia**. 1996. 325 f. Tese (Doutorado em

Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. A Linguagem da Casa Entre os Negros no Recôncavo Baiano, **MANA**, n.5, v.2, p. 31-60, Rio de Janeiro, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-79.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo**. São Paulo, O Estado de S. Paulo/Moderna, 1999.

MARTINS, Robson Luís Machado. **Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo, 1884-1888**. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2005.

MATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo ou como ter “Antropological Blues”. In: NUNES, Edson (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

_____. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **Revista O correio da Unesco**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.

Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX**. 2ª edição, Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1998. 379 p.

MATTOSO, Katia. **Ser escravo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas).

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993. Disponível em

http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/quantitativo_qualitativo_oposicao_ou_complementariedade.pdf. Acesso em 15 abril 2015.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16, n.47, p.31-41, 2001.

MONTEIRO, Helena. **O Ressurgimento do Movimento Negro no Rio de Janeiro na década de 70**. 1991. f. 110. Dissertação (Mestrado em Sociologia) RJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

_____. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 150 p.

NORA, Pierre. Entre a Memória e História: A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. Revista **Projeto História**. n.10. São Paulo: dez, 1993.

OLIVEIRA, Luís Cláudio. **Dos limites ideológicos à lei 10639/03: representações sobre religiões afro-brasileiras na formação de professores**. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Comunicação e Cultura) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

OLIVEIRA, R. C. de (Org.). **Marcel Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo**. São Paulo, Brasiliense, 2000, p.58.

PANTOJA, S. A. **Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PAULA, D. A. **História de Rio Claro**. 2ª ed. Prefeitura Municipal de Rio Claro, RJ: [s.n.], 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Cultura de Consciência Negra**: Pensando a construção da identidade nacional e da democracia no Brasil. 2000, 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2000

PEREIRA Amilcar A. **O mundo negro: Relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, 344p.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida**: significado e imagens. Petrópolis: Vozes, 2002. p.15-58.

PIOVESAN, Flávia. **A Compatibilidade das cotas raciais com a Ordem Internacional e com a Ordem Constitucional brasileira. Audiência Pública sobre a Constitucionalidade de Políticas de Ação Afirmativa de Acesso ao Ensino Superior** - ADPF 186 e Recurso Extraordinário 597.285/RS. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa>> Acesso em: 14 dez. 2014.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010. 181 p.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POZENATO, José Clemente. **Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de estudos baianos, 2001.

_____. Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2 – jul.-out. de 2010, p.

113-132. Disponível em: <
<file:///C:/Users/Claudia/Desktop/revis%C3%A3o/2015/Lu%C3%ADs%20Claudio/86321-1-PB.pdf>>. Acesso: 14 dez. 2014.

REIS, José Reis e Flávio Gomes. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**, São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANCHIS, Pierre. Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo, Loyola, 1992.

_____. Pra não dizer que não falei de sincretismo. **Revista Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 5-11, 1994.

SANTOS, Ana Cristina, **A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal**. Porto: Edições Afrontamento, 2005, 204 p.

SANTOS, H. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. [s.l.]: ONU, 1999. [Relatório ONU].

SANTOS, Juanna E dos. **Os nagô e a Morte - Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia**. v. 4. 6ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. [col. Mestrado].

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Coleção Educação para todos**. Brasília: Ministério da Educação. 2005. 400p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado**. Brasília: [s.n], v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. (Org.). **Escravidão & Invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. SP: Brasiliense, p. 33-59, 1988.

SHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2011.

SILVA, Joselina da. **Renascença, Lugar de Negros no Plural**. Construções Identitárias em um Clube Social de Negros no Rio de Janeiro. 2000. f.97. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 118 p.

SINDER, Valter. **Paradigmas e paradoxos na História do Pensamento Social Brasileiro**. Texas: University of Texas at Austin, 1997. [Brazil Center Speakers Series].

SINDER, Valter. Paradigmas e paradoxos na História do Pensamento Social Brasileiro. Brazil Center Speakers Series [s.l.]: University of Texas at Austin, 1997.

SINGLY, François de. O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. et al. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.13-9.

_____. La naissance de l'individu individualisé et ses effets sur la vie conjugale et familiale. In SINGLY, François de. **Être soi parmi les autres. Famille et individualisation**, (Org.) p. 5- 14. Paris: L'Harmattan, 2001.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa**: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SKRENTNY, John David. **The Ironies of Affirmative Action**: Politics, Culture, and Justice in America. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

SLENES, Robert W., “Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, Século XIX)”, **Estudos Econômicos**, 17:2 (maio/agosto, 1987), 217-227.

SLENES, Robert Wayne Andrew. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX. Escravidão. **Revista Brasileira de História**. SP: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, no 16, 1988.

_____. Malungu, Ngoma Vem! A África Coberta e Descoberta No Brasil. **REVISTA USP**, v. 12, p. 48-67, 1992.

_____. **A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste:** Campinas, um caso paradigmático no século XIX. População e família. São Paulo: Cedhal, v.1, n.1, p.9-82, 1998.

_____. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava:** Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 302 p.

SLENES, Robert Wayne Andrew & FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. **Tempo**, v. 3 - nº 6, Dez., 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1994

STANLEY, Engerman. A Economia da Escravidão. In: **Ciência Hoje**. CNPq/MCT, Vol. VIII, No. 48, 1988. Disponível em: www.cnpq.br/web/guest/programa-mct-mz. Acesso em: 02 de jul. de 2015.

STEICHEN, R. L'identité du sujet: sa construction et ses nominations. In STEICHEN, R. & SERVAIS, P. (dir.), **Identification et identités dans les familles. Individu, personne, sujet?** Louvain-la-Neuve: Ed. Academia-Bruylant, 1997. p. 11-46.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TOMEI, Manuela. **Ação Afirmativa para a Igualdade Racial:** características, impactos e desafios. Traduzido por Hélio Guimarães. Genebra: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=98> Acesso em: 02 jan. 2014.

TOURAINÉ, Alain. Rencontre avec Alain Touraine. Entretien avec Jean-François Dortier et Patrick Maret. **Mensuel**, n. 42, août, 1994b. Disponível em: <http://www.accorse.fr/disciplines/vscienceseco/Atour1.html>>. Acesso em: 25 maio 2006.

TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

VELHO, Gilberto. Observando o familiar, (s.d.. In: Edson de Oliveira Nunes (org.) **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 p. 36-46.

VERENA, Alberti e PEREIRA, Amilcar Araujo (orgs.). **Histórias do movimento negro no Brasil** - depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas CPDOC-FGV, 2007.

VERNANT, J-P. Aspectos míticos da memória. In: **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 135-166.

VIANNA, Hermano. **O Mundo do Funk Carioca**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1997.

VIEIRA, Ronaldo Jorge Araújo Jr. **Responsabilização objetiva do Estado brasileiro pela segregação institucional do negro e a adoção de ações afirmativas como reparação aos danos causados**. 2004. 311 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2004.

_____. Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação. 2005. 400p. [Coleção Educação para todos].

WEBER, Max. **Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima**. Trad. Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: V Guedes Multimídia, 2008.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas - perspectivas e considerações. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klass. **Casa e Família Operária**. Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

APÊNDICE A – QUADRO DE COMIDAS TRADICIONAIS DA FAMÍLIA

COMIDAS PRATOS E SALGADOS
Angu de milho verde
Frango assado
Empadão
Angu
Suado de porco
Chouriço
Galinhada caipira
Galinha caipira com palmito de bambu
Leitoa
Frango assado recheado com farofa dos miúdos
Bucho de porco recheado com carne de porco
Torresmo de pele de porco
Torresmo de toucinho de porco
Fubá suado
Paçoca de carne seca
Macarrão ao alho fatiado e óleo

COMIDAS DOCES
Broa na Folha de Bananeira
Brevidade
Bananada
Biscoito de maisena
Biscoito de leite azedo
Biscoito de Trigo
Bolo de Milho Verde
Bolinho de chuva
Bolo de aipim
Bolo de arroz socado no pilão
Biscoito de biscoito Azedo
Broa de fubá
Cocada
Curau
Doce de abobora
Doce de amendoim
Doce de casca de laranja da terra
Doce de goiaba
Doce de mamão
Melado
Paçoca de amendoim
Pamonha doce ou salgada
Pessegada
Rapadura
Talhada - doce de gengibre com farinha de mão
Doce de limão da roça

REMÉDIOS NATURAIS
Resfriado - chá de capim limão, guaco, hortelã, limão e mel
Dor de estômago –chá de boldo comum
Dor de barriga – chá de losna
Calmante - mastigar folha de erva-doce
Ferimentos - arnica socada com sal e vinagre
Coagulador do sangue – açúcar ou pó de café
Dor de dente – pó de café com folha picada de batata doce
Garganta inflamada – gargarejo com folha de <u>transagem</u> , limão e sal
Furúnculo – aplicar folha de maravilha morna, com azeite
Extrair berne de mutuca – pedacinho de toucinho com sal faz o bicho sair

OUTROS ALIMENTOS
Café de caldo de cana
Farinha de mandioca
Carne de porco conservada na banha (em lata)

ARTESANATO
Pilão e soquete
Toalha de saco, com bordado nas pontas
Tapetes amarrados com retalhos
Pintura em tecido
Lembrancinhas para eventos

TEMPEROS
Para carne – alho, cebola, louro, pimenta do reino, orégano, sal e óleo
Para arroz – alho, cebola, sal e óleo

**ANEXO A – CERTIDÃO DE CASAMENTO DE ATANASIO GLÓRIA E FAUSTINO
COM MARIA LÚCIA BERNARDO**

CESE DE BARRA DO PIRAI - VOLTA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Certidão de Casamento Religioso

Certifico que, no arquivo desta comunidade de Rio Claro
no livro 6 de Casamentos, a fls. 4, n.º 11 se encontra o assentamento seguinte:

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de mil novecen-
tos e trinta e seis, na Igreja de Nossa Senhora da Piedade da
Paróquia de Rio Claro, depois de canonicamente habilitados (ou dispensados
no impedimento de _____ pelo Exmo. e Revmo. Se-
Dom _____) por palavras de presente, na forma
do Ritual Romano, em minha presença
e na das testemunhas Benedito Victorino
e Francisco Alexandre da Silva
Ernesto da Glória e Francisco da Silva receberam-se em matrimônio os nubens
Ele, com 24 anos de idade, solteiro (ou viúvo de _____)
Ernesto M.º da Glória de junior Francisco da Silva, nascido em Rio Claro
batizado na paróquia de Rio Claro, Diocese de Barra do Piraí
residente em _____, Ela, com 24 anos de idade,
solteira (ou viúva de _____), filha legítima de Bernarda
Ernesto da Glória e Maria da Glória, nascida em Rio Claro batizada na
Paróquia de Rio Claro, Diocese de Barra do Piraí
residente em _____

O Vigário: Pe. João Luiz Jannini

E nada mais se continha no dito assentamento, copiado fielmente do original
que me reporto. - ITA IN FIDE SACERDOTIS.

Igreja de Nossa Senhora da Piedade de 29 de abril de 1936

Oliverio Pereira de Brito
Vigário

**ANEXO B – CERTIDÃO DE CASAMENTO DE ERNESTO GLÓRIA E
BENVINDA MARIA DA CONCEIÇÃO**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO **COMARCA DE RIO CLARO**

PRIMEIRO DISTRITO

Marlene Penna Portugal
OFICIAL

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 257 - à fls. 290 - do livro nº 8 - - -
de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 23 de fevereiro - - -
de 1965 - - -, foi feito o casamento de ERNESTO GLÓRIA = E = BENVINDA MARIA
DA CONCEIÇÃO - - - - -

contraído perante o Juiz de Paz, Vicente Pansino - - - - -
e as testemunhas José do Nascimento Leite Bastos e Antonio Fraitas
Filho - - - - -

Ele, nascido em neste Distrito - - - - -
aos 8 de maio - - - - - de 1890 -
profissão lavrador - - - - -, domiciliado em
neste Distrito - - - e residente em neste Distrito - - - - -; filho de
DA Maria Graciana da Conceição Glória - - - - -

Ela, nascida em neste Distrito - - - - -
aos 2 de fevereiro - - - - - de 1895 -
profissão de serviços domésticos - - - - -, domiciliada em
neste Distrito - - - e residente em neste Distrito - - - - -; filha de
DA Julia Maria da Conceição - - - - -

a qual passou assinar-se BENVINDA MARIA DA GLÓRIA = = = = =

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 Ns I-II-III - - - - -
do Código Civil Brasileiro. — Observações _____

O referido é verdade e dou fé.

Rio Claro, 13 de maio 1972

Marlene Penna Portugal
Oficial

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DE RIO CLARO
PRIMEIRO DISTRITO
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
MARLENE PENNA PORTUGAL
OFICIAL

ANEXO C - CERTIDÃO DE CASAMENTO DE DOVALINO FAUSTINO E LAURITA GLÓRIA

CESE DE BARRA DO PIRAI - VOLTA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Certidão de Casamento Religioso

Certifico que, no arquivo desta comunidade de Rio Claro
no livro 6 de Casamentos, a fls. 4, n.º 11 se encontra o assentamento seguinte:

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e trinta e seis, na Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de Rio Claro, depois de canonicamente habilitados (ou dispensados) pelo Exmo. e Revmo. Se.

Dom _____ por palavras de presente, na forma do Ritual Romano, em minha presença

e na das testemunhas Benedito Victorino e Francisco Alexandre da Silva

Amélia Pereira da Silva e Laurita Glória receberam-se em matrimônio os nubens

Ele, com 24 anos de idade, solteiro (ou viúvo) de Francisco da Silva

Ernesto M. da Conceição, nascido em Rio Claro

batizado na paróquia de Rio Claro, Diocese de Barra do Piraí

residente em _____, Ela, com 24 anos de idade,

solteira (ou viúva) de Ernesto da Glória, filha legítima de Benedita

Maria da Glória, nascida em Rio Claro, batizada na

Paróquia de Rio Claro, Diocese de Barra do Piraí

residente em _____

Espera constar lavr _____ termo que assino

O Vigário: Le. João Luiz Gomes

E nada mais se continha no dito assentamento, copiado fielmente do original

que me reporto. - ITA IN FIDE SACERDOTIS.

Igreja de Nossa Senhora da Piedade de 29 de abril de 1936

Olavina Pereira de Brito

Vigário

ANEXO D – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE JÚLIA FAUSTINO





COMARCA DE RIO CLARO/RJ
Cartório do RCPN do 1º Distrito
CSC 00553300/0001-63
Rua Manoel Portugal, 550 - Rio Claro
Código TJRJ 3027004

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
COMARCA 1º Rio Claro
CARTÓRIO do 1º RCPN

CERTIDÃO DE NASCIMENTO
O oficial R/E Cristina O. de Lima

CERTIFICO que no livro nº A-14 de registro de nascimento, na folha 48-v, sob o termo nº 031 consta o de JULIA DA CONCEIÇÃO FAUSTINO

do sexo feminino
nascido no dia 02 de março de 1929 às 03:00 hs.
n este Distrito, no lugar denominado Serra de Rio Claro.
filho de Aristides Faustino e Rosalina Julia da Conceição.

neto (a) paterno de Faustino José Delduque e Pretunilia Rita da Conceição.
materno de Juviano Peixoto e Julia Maria da Conceição.

Registro feito em 02/03/1929
declarante o pai.

OBSERVAÇÕES: Consta averbação/retificação à margem do registro.

Eu, Cristina Oliveira de Lima AUX. JUD. - Mat. 01120.553 a extraí
O referido é verdade e dou fé.
Rio Claro, RJ, 21 de maio de 19 99
O oficial Cristina Oliveira de Lima
AUX. JUD. - Mat. 01120.553
Resp. pl Expediente

COTA TABELA II
Ato nº 2 – letra _____
RS JG
7535-651-1134

2ª VIA

**ANEXO E – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE CÉLIA VITORINO
BERNARDO**

2

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO **COMARCA DE RIO CLARO**

PRIMEIRO DISTRITO

Marlene Penna Portugal
OFICIAL

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, às fls. 117 do livro A- 14 sob N.º de
ordem 43 foi lavrado, no dia 20 de março de 1930 o assento
de nascimento de CELIA ////////////////////
de cor preta do sexo feminino, nascida no dia
vinte (20) dias de março de mil novecento
e trinta (1930) //////////////////// às 3 horas //////////////////// minutos
em CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL ////////////////////
filha de BENEDICTO VITORINO ////////////////////
e de Dona MARIA DAS DOIS ////////////////////
são avós paternos VICTORINO LVES ////////////////////
e Dona MARIA GRACIANA DA CONCEIÇÃO ////////////////////
e avós maternos BERNARDO DA SILVA ////////////////////
e Dona SERAFINA MARIA DA CONCEIÇÃO ////////////////////
Foi declarante O PAI ////////////////////
e serviram de testemunhas ERNESTO GLÓRIA E ANTONIO MARQUES ////////////////////
////////////////////
Observações ////////////////////
////////////////////
////////////////////
O referido é verdade e dou fé.
Rio Claro, 14 de outubro de 196
de S. ////////////////////
Cr\$ ////////////////////
Cr\$ ////////////////////
Selo de apresentador ////////////////////
Marlene Penna Portugal
OFICIAL

Assentados no
Tab. RATES em
R. J.

FIRMA
Tabellão Penna
R. J. 14-10-30

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIO CLARO - EST. DO RIO
MARLENE PENNA PORTUGAL
OFICIAL

ANEXO F – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE HÉLIO GLÓRIA



NADYR MARQUES, Oficial Privativo e Vitalício do Cartório do Registro Público Civil das Pessoas Naturais do Distrito da Cidade e Comarca da Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, República dos Estados Unidos do Brasil.

CERTIFICA que, no livro n. 77 de Registros de Nascimentos, a fls. 30 sob o n.º 25.518, foi feito o assento de HÉLIO JOSÉ GLÓRIA

nascido no dia 2 de DEZEMBRO de 1957, às 7 hora e 40 minutos, NO BAIRRO DE FÁTIMA, NESTA CIDADE,

do sexo MASCULINO, de cor PRETA e filho

de GERALDO GLÓRIA

e de MARIA JOSÉ GLÓRIA.

São avós paternos ERNESTO GLÓRIA

e BENVINDA MARIA DA CONCEIÇÃO

e maternos ALEXANDRE PEDRO DA SILVA

e MARIA DO ROSÁRIO.

Foi declarante o PAI

e serviram de testemunhas: BENEDITO JOSÉ RODRIGUES E MARIA DE LOURDES RODRIGUES.

Observações: O ASSENTO, QUE ESTÁ REVESTIDO DE TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS, TEM A DATA DE DEZ DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SETE.

ANEXO G – CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE LAURITA MARIA DA GLÓRIA


República Federativa do B
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PODER JUDICIÁRIO
REGISTRO CIVIL
 Cartório de Paz do 2º Distrito do Município de Rio Claro
 2º DISTRITO DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Newton Coelho Portugal -
 Escrivão de Paz e Oficial de Registro Civil, por nomeação na forma da lei, etc.
 CERTIFICO que, no livro nº 5 - fls. 69vº - Sob o nº. 60 -
 consta o assento de nascimento de uma criança do sexo feminino de cor parda -
 nascida no dia 8 - de agosto - de 19 12 - às - horas -
 em domicílio no lugar denominado Pinheiros, neste Distrito -
 com o nome de: LAURITA -
 filha - de Ernesto Gloria -
 natural de: Sta. Cruz -
 e de dona Benyinda Maria da Conceição -
 natural de: Sta. Cruz -
 sendo avós paternos Benedicto Gloria -
 e dona Maria Graciana -
 sendo avós maternos: Caetano Francisco Tobias -
 e dona Julia -
 Foi declarante: o próprio pai -
 Testemunhas: Nestor Ruter Baptista e Olympio dos Santos Magalhães -
 Observações: -
 O referido é verdade que dou fé
 Idice, 21 de novembro de 1912
 Newton Coelho Portugal
 Oficial do Registro Civil

ANEXO H – CERTIDÃO DE ÓBITO DE CÉLIA VITORINO BERNARDO

Talão N°X.X.X.

Pág. N°X.X.X.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

CIRCUNSCRIÇÃO -X.X.X.ª ZONA - Freguesia de Volta Redonda

ÓBITO N° 16.137

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da 2ª Circunscrição Freguesia de Volta Redonda Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA que, às fls. 71vª do livro n° 9-28 do Registro de Óbitos foi lavrado hoje o assentamento de "CÉLIA VICTORINO",

falecido aos 16 de setembro de 1991 às 01 horas e 55 minutos, na casa n° Hospital da Ginecologia Nacional, nesta cidade.

do sexo feminino, de cor preta, profissão empregada doméstica,

natural de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro

domiciliado Rua 230, nº 109/22 Conforto, nesta cidade.

e residente idem.

com 61 anos de idade, estado civil solteira, filho (a) de

Benedito Victorino (falecido)

e de Maria das Dores Silva (falecida)

Foi declarante Maria Celia Avalino, CL 7.311.036 IEF, 39 anos, aux. adm.

nat. VR-RJ, res. à Rua Luísa Faria, nº 52 - Retiro - N/cidade.

sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. a Maria Cecília Ribeiro Valeriano,

o qual deu como causa da morte Insuficiência Renal crônica; Tuberculose renal.

X.X.X.

X.X.X.

o sepultamento será feito no cemitério de Rio Claro, RJ.

Observações: Não deixou bens. Não deixou filhos. Era solteira. A declarante Maria Celia Avalino no impedimento de membros da família.

X.X.X.

O referido é verdade e dou fé.

Volta Redonda, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1991.

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais

ANEXO I – CERTIDÃO DE ÓBITO DE ALZIRA VITORINO BERNARDO






COMARCA DE RIO CLARO
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PODER JUDICIÁRIO
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 COMARCA DE RIO CLARO/RJ
 CARTÓRIO DO 1º RCPN
CERTIDÃO DE ÓBITO

O oficial CRISTINA O. DE LIMA,
 CERTIFICO que no livro nº C-17, de registro de óbito, na folha 050, sob o termo nº 1.091,
 consta o de ALZIRA,
 falecido no dia 28 de outubro de 1994,
 no Hospital Nossa Senhora da Piedade em Rio Claro/RJ,
 às 01 horas e 20 minutos do sexo feminino,
 natural de Rio Claro/RJ, profissão costureira,
 residente neste Município,
 estado civil solteira, idade 66 anos,
 filho de Benedito Vitorino e Maria das Dores,
 Causa da morte Insuficiência respiratória aguda,
 sepultado no cemitério de Rio Claro/RJ,
 médico atestante Dr. José Carlos Antunes de Freitas,
 declarante Geraldo Vitorino,
 termo lavrado em 28 de outubro de 1994,
 OBSERVAÇÕES:

Eu, Cristina Oliveira de Lima,
 AUX. JUD. - Mat. 01 / 20.583
 O referido é verdade e dou fé.
RIO CLARO, RJ, 18 de novembro de 1999.
 O oficial Cristina Oliveira de Lima
 AUX. JUD. - Mat. 01 / 20.583
 Resp. p/ Expediente

COTA TABELA II
 Ato nº 2 - letra
 R\$ -1,54- Banerj0086 355274182181199.
 7535-051-1130

2ª VIA

ANEXO L – CERTIDÃO DE ÓBITO DE MARIA DAS DORES SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Rio de Janeiro
 COMARCA DE Rio Claro
 MUNICÍPIO DE Rio Claro
 DISTRITO DE Rio Claro

Marlene Penna Portugal
 Oficial efetivo do Registro Civil

Certidão de Óbito

CERTIFICO que, em data de 05 de agosto de 19 90, no Livro
 Nº C 16, à fls. 159, sob o Nº 759, foi feito o Registro de óbito de
MARIA DAS DORES SILVA, falecida a 04 de agosto de 19 90, às 16,45 horas,
 nest a cidade, no Hospital Nossa Senhora da Piedade, do sexo feminino, de cor preta, profissão aposentada,
 natural de este Distrito, domiciliado e residente nesta cidade, com noventa e cinco (95) anos de idade, estado civil solteira, filh a de
Bernardo da Silva e de Geraphina Maria da Conceição, tendo sido declarante Geraldo Vitorino e o óbito atestado pelo Dr. Didacio José de Moraes Penna-CRM nº 5243188-2
 que deu como causa da morte "Falência cardíaca respiratória" e o sepultamento foi feito no cemitério de
desta cidade.
 Observações: _____

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Rio Claro - RJ.
Marlene Penna Portugal
 Oficial

O referido é verdade e dou fé.
Rio Claro, 05 de agosto de 19 90
marlene penna portugal

ANEXO M – CERTIDÃO DE ÓBITO DE BENEDITO VITORINO ENTEADO DE ERNESTO GLÓRIA

CARTEIRO DO LIMCO OFICIO
José de O. Filho

Reg. Impr. e Prot. 7-9-52

VARELA, IJ3

PRAÇA

Firma da Maria Nelson Souza

O referido é verdade e dou fé.

ANEXO N – ESTATUTO DA AFABFF

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO - AFABGF

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO

ART. 1º – A ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO - AFABGF, entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede provisória à rua Dr. Salim Alexandre Elias, nº 46, Centro – Rio Claro - RJ e foro na cidade Rio Claro – RJ, fundada em 29 de novembro de 2008 é órgão de representação dos membros da FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO, especialmente dos descendentes de Bernardo da Silva, Benedito Glória e Faustino José Deodique, e se orientará por este estatuto.

ART. 2º – O prazo de duração da Associação é indeterminado.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

ART. 3º – A ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO tem por finalidade:

I – congregar e reforçar os laços familiares e/ou sentimento de pertença entre os membros da Família Bernardo-Glória-Faustino dispersos em diferentes estados do Brasil e demais países da diáspora africana;

II – dar seqüência na elaboração da GENEALOGIA E HISTÓRIA DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO, com os objetivos de conhecer as suas origens no Brasil e, prioritariamente, no continente Africano, publicá-la em forma de livro e em meio digital, e divulgá-la em âmbitos regional, nacional e internacional;

III – realizar/implantar o CADASTRO NACIONAL DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO;

IV – promover, apoiar e criar condições para a realização de ENCONTROS FAMILIARES de âmbitos regional, nacional e internacional;

V – favorecer a criação de condições objetivas para a prática da AUTO-AJUDA INTERFAMILIAR, de caráter material e espiritual;

VI – Estimular e apoiar iniciativas similares de outras redes familiares afro-brasileiras.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the document, including a large signature on the left, a signature in the center, and several smaller signatures and initials on the right.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

ART. 4º – Todos os membros da FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO, em especial, os descendentes de Bernardo da Silva e Serafina Maria da Conceição; de Benedito Glória e Maria Graciana; e de Faustino José Deodique e Petronilha Maria da Conceição, podem associar-se.

§ 1º – São considerados sócios todos aqueles que tenham algum grau de parentesco com a família BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO e que mantenham fiel obediência a estes estatutos e deliberações da entidade. Ficam criadas, as seguintes categorias de sócios, a saber: a) fundadores: os quais tenham assinado a Ata de Fundação; b) instituidores: todos os sócios que tenham algum grau de parentesco com a família BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO; c) contribuintes: todos aqueles que fizerem contribuições financeiras mensais ou anuais; d) adventícios: amigos tradicionais da família BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO, mediante anuência do Conselho Deliberativo.

§ 2º – os atos da presente associação serão de exclusiva responsabilidade de seus diretores, eleitos em conformidade com o Art. 12, inciso I, não respondendo qualquer sócio por tais atos, não incorrendo estes em qualquer responsabilidade, nem mesmo subsidiária.

ART. 5º – São direitos dos sócios:

- I – votar e ser votado;
- II – participar das Assembléias Gerais;
- III – usufruir dos bens e benefícios da Associação;
- IV – ter acesso aos balancetes, atas ou a qualquer outro documento da Associação;
- V – participar dos ENCONTROS FAMILIARES sejam eles de âmbito regional, nacional ou internacional promovidos pela Associação.

ART. 6º – São deveres dos sócios:

- I – comparecer às reuniões, em conformidade com o disposto no Art. 19, Inciso IV;
- II – cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral;
- III – participar das atividades da Associação, especialmente aquelas para as quais forem designadas;

[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including names like 'Bernardo', 'Glória', 'Faustino', and others.]

- IV – manter-se em dia com as contribuições financeiras estabelecidas pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

ART. 7º – A Associação será regida pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II – Conselho Deliberativo

III – Diretoria;

IV – Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 8º – A Assembléia Geral compõe-se de todos os sócios quites com a Tesouraria, tendo a faculdade de decidir, dentro do que estabelece o presente estatuto, todos os assuntos referentes às atividades e aos fins da Associação.

ART. 9º – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada dois anos, por ocasião da realização do ENCONTRO NACIONAL DOS FAMILIARES.

ART. 10º – A Assembléia Geral poderá reunir-se, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da Associação ou de dois terços dos membros da Diretoria ou, ainda, por solicitação de pelo menos um terço dos sócios.

ART. 11º – O Edital de Convocação, contendo a matéria a ser apreciada pela Assembléia Geral, deverá ser divulgado irrestritamente para todos os associados da ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ART. 12º – Compete à Assembléia Geral:

I – eleger os membros da Diretoria, com mandato de dois anos;

II – apreciar o Relatório Anual da Diretoria;

[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right and bottom center.]

III – referendar ou não os atos emanados da Presidência;

IV – examinar o Balanço Anual;

V – aprovar, QUANDO FOR O CASO, a reformulação do Estatuto da Associação;

VI – dar parecer sobre matérias que a Diretoria submeter a seu exame;

VII – estabelecer a conveniência e o valor da contribuição financeira dos associados;

VIII – deliberar sobre casos omissos no Estatuto.

Parágrafo único

Caberá a Assembléia Geral deliberar sobre:

a) a reformulação o Estatuto, mediante convocação específica para estes fins, assegurado o quorum de 2/3 dos associados;

b) a dissolução da Associação, ouvido preliminarmente o Conselho Deliberativo;

ART. 13º – A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a metade mais um de seus membros quites com a Tesouraria e, em segunda, trinta minutos depois, com um número mínimo de dezesseis associados, deliberando por maioria simples de votos.

ART. 14º – A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DELIBERATIVO

ART. 15º - O Conselho Deliberativo, órgão vitalício, será composto por todos os sócios fundadores e mais um representante de cada *tronco familiar*;

ART. 16º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á uma vez a cada ano, na ocasião da realização do ENCONTRO NACIONAL DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO, conforme Regimento Interno.

ART. 17º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I – Instalar e desinstalar, a cada dois anos, a Assembléia Geral Ordinária da ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO – AFABGF

II – Anuir sobre matérias de natureza ética e jurídica, relevantes para a garantia do cumprimento das finalidades da ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO – AFABGF;

III – Instruir a Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária em matérias cujas decisões derivem na continuidade da ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA BERNARDO-GLÓRIA-FAUSTINO – AFABGF;

SEÇÃO III

DA DIRETORIA

Art. 18º – A Associação será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembléia Geral.

§ 1º – A Diretoria será composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo, 1º e 2º Secretários Gerais, e 1º e 2º Tesoureiros;

§ 2º – O mandato da diretoria será de dois anos;

§ 3º – Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos por mais um mandato consecutivo;

§ 4º – Todos os cargos serão exercidos sem remuneração nem lhe serão atribuídos lucros, bonificações ou quaisquer vantagens sob qualquer forma ou pretexto, exceto reembolso de despesas quando a serviço e em benefício da entidade e para o cumprimento dos objetivos sociais da AFABGF.

ART. 19º – Compete à Diretoria:

I – cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

II – prever e prover as necessidades da Associação;

III – gerir e administrar os bens da Associação;

IV – prestar contas anualmente das atividades, bem como apresentar balancetes, balanços e outros documentos contábeis;

V – celebrar convênios e contratos compatíveis com os objetivos estatutários;

Handwritten signatures of the board members of AFABGF, including the President, Vice-President, Secretary Executive, and Secretaries/Treasurers.

VI – criar e suprimir Coordenadorias Regionais quantas se fizerem necessárias para bem cumprir com os objetivos da Associação cuja Diretoria terá um mandato de dois anos.

ART. 20º – Compete ao Presidente:

I – presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;

II – convocar reuniões extraordinárias;

III – representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente em suas relações com terceiros;

IV – emitir cheques ou ordem bancária, juntamente com o Tesoureiro.

ART. 21º – Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo.

ART. 22º – Compete ao Secretário Executivo:

I – Supervisionar a execução dos planos de trabalho elaborados e aprovados em assembléias, consoante a Seção I, Art. 8º.

II – promover ações para a captação de contribuições, donativos e demais rendas provenientes de órgãos públicos e/ou privados, parceiros da AFABGF;

II – promover ações de disseminação das finalidades da AFABGF junto a sociedade em geral, especialmente aos órgãos de mídia, em âmbitos nacional e internacional.

III – articulação de parcerias, em âmbito nacional e internacional, favoráveis à realização dos propósitos da AFABGF;

IV – representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente em suas relações com terceiros, juntamente com o Presidente;

ART. 23º – Compete ao 1º Secretário Geral:

I – proceder à lavratura e à leitura das Atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;

II – organizar os arquivos da Associação e zelar pela sua manutenção;

III – receber e expedir a correspondência, assinando-a em conjunto com o Presidente;

VI – criar e suprimir Coordenadorias Regionais quantas se fizerem necessárias para bem cumprir com os objetivos da Associação cuja Diretoria terá um mandato de dois anos.

ART. 20º – Compete ao Presidente:

I – presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;

II – convocar reuniões extraordinárias;

III – representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente em suas relações com terceiros;

IV – emitir cheques ou ordem bancária, juntamente com o Tesoureiro.

ART. 21º – Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo.

ART. 22º – Compete ao Secretário Executivo:

I – Supervisionar a execução dos planos de trabalho elaborados e aprovados em assembléias, consoante a Seção I, Art. 8º.

II – promover ações para a captação de contribuições, donativos e demais rendas provenientes de órgãos públicos e/ou privados, parceiros da AFABGF;

III – promover ações de disseminação das finalidades da AFABGF junto a sociedade em geral, especialmente aos órgãos de mídia, em âmbitos nacional e internacional.

III – articulação de parcerias, em âmbito nacional e internacional, favoráveis à realização dos propósitos da AFABGF;

IV – representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente em suas relações com terceiros, juntamente com o Presidente;

ART. 23º – Compete ao 1º Secretário Geral:

I – proceder à lavratura e à leitura das Atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;

II – organizar os arquivos da Associação e zelar pela sua manutenção;

III – receber e expedir a correspondência, assinando-a em conjunto com o Presidente;

VI – atuar em sintonia com a Diretoria da AFABGF.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

ART. 28º – O Conselho Fiscal, eleito na mesma ocasião da Diretoria, será composto por três titulares e três suplentes, que cumprirão mandato de dois anos.

Parágrafo único: Os membros titulares elegerão, entre si, no dia da posse, o Presidente do Conselho.

ART. 29º – Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar e emitir parecer sobre o Balanço Anual;

II – fiscalizar os atos administrativos da Diretoria.

ART. 30º – O Conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou do Presidente da Associação.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

ART. 31º – O Patrimônio da Associação será constituído de:

I – bens móveis e imóveis adquiridos;

II – bens móveis e imóveis transferidos em caráter definitivo por pessoas físicas e jurídicas;

III – doações, heranças, legados pessoais ou jurídicos.

ART. 32º – Constituem recursos financeiros:

I – mensalidades ou anuidades dos sócios;

II – contribuições espontâneas de sócios ou terceiros;

III – rendas decorrentes da exploração dos bens da Associação ou da prestação de serviços;

IV – pagamentos oriundos de convênios, acordos e contratos;

[Handwritten signatures and initials are present below the text, including a large signature on the left and several smaller ones on the right and bottom.]

V - subvenções e auxílios

ART. 33º - Ocorrendo a extinção da entidade, por determinação legal ou por motivo que impossibilite a realização de seus objetivos e finalidades, o seu patrimônio reverterá à outra entidade sem fins lucrativos, a ser indicada pela Diretoria em comum acordo com o Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 34º - Nenhum associado poderá exercer, cumulativamente, mais de um cargo na Diretoria da Associação.

ART. 35º - Os membros componentes da AFABGF, não respondem solidariamente ou subsidiariamente pelos compromissos ou obrigações assumidos direta ou indiretamente pela administração.

ART. 36º - A AFABGF pode, por decisão de sua Diretoria, conferir títulos honoríficos e diplomas, a pessoas que tenham se destacado por serviços relevantes à entidade.

ART. 37º - A reforma total ou parcial deste Estatuto compete exclusivamente à Assembléia Geral, convocada para este fim.

ART. 38º - Fica eleito o foro da Comarca de Rio Claro - Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer dúvida fundada nestes estatutos.

ART. 39º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, sujeita a sua ratificação à primeira Assembléia Geral que se seguir.

ART. 40º - Este Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 11 de janeiro de 2009, na cidade de Rio Claro-RJ.

Rio Claro-RJ., 11 de janeiro de 2009

Emmanuel de Oliveira
Visto por Dr. Emmanuel de Oliveira-OAB-RJ-70663

[Handwritten signatures and stamps]

[Stamp: CARTÃO]